



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 210 – SÁBADO, 13 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihelessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 967, DE 2003(*)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 10-12-03.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 968, DE 2003(*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 10-12-03.

RESOLUÇÃO Nº 3, de 2003-CN(*)

Altera a Resolução nº 1, de 2001-CN.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 25 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, alterado pela Resolução nº 2, de 2003, do Congresso Nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

§ 1º Nas bancadas estaduais integradas por mais de 18 (dezoito) parlamentares, a representação do Senado Federal de cada Estado proporá 3 (três) emendas de caráter estruturante, a serem apreciadas nos termos do inciso II deste artigo”.(NR)

.....

Art. 2º A Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, e suas alterações perderão sua eficácia a partir de 30 de agosto de 2004.

Congresso Nacional, 12 de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicada por haver saído com incorreção no **Diário Oficial** da União, de 12 de dezembro de 2003, Seção I, páginas 1 e 2.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 184ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 265, de 2003 (nº 711/2003, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, crédito especial no valor total de quinhentos e noventa e oito milhões, quarenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.797, de 8 de dezembro de 2003..... 41060

Nº 266, de 2003 (nº 712/2003, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de setecentos e oitenta e um milhões, oitocentos e doze mil e duzentos reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.798, de 8 de dezembro de 2003. 41060

Nº 267, de 2003 (nº 727/2003, na origem), de 12 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Edson José Fernandes Ferreira para exercer o cargo do Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. 41060

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 1.337/2003, de 9 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 639, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 41070

Nº 1.366/2003, de 9 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 782, de 2003, do Senador Arthur Virgílio..... 41070

Nº 1.367/2003, de 9 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 842, de 2003, do Senador Arthur Virgílio..... 41070

Nº 2.067/2003, de 5 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 885, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia. 41070

Nº 1.343/2003, de 9 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 949, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 41070

Nº 2.074/2003, de 8 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.045, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia. 41070

Nº 415/2003, de 8 do corrente, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.090, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia. 41070

1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 1.396/2003, de 4 do corrente, do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 818, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;..... 41070

Nº 1.400/2003, de 5 do corrente, do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 807, de 2003, do Senador Arthur Virgílio; e 41070

Nº 44/2003, de 9 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 962, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. 41070

1.2.4 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2003 (nº 1.352/2003, na Casa de origem), de iniciativa

do Presidente da República, que altera o valor da pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986.

41070

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Decreto Legislativo nº 952, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, que propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil.

41072

Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

41072

Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Lei nº 5.194, de 1996, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para estabelecer representação federativa e eleições diretas no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

41081

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Encaminhamento ao Conselho de Comunicação Social, para exame, atendendo solicitação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo aquele Conselho em reunião realizada no último dia 24 de novembro, recomendado a aprovação, com ressalvas, do referido Projeto.

41084

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 69, de 2003, de autoria do Senador Maguito Vilela, que altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para tratar prazo para uso da palavra por Senador.

41084

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 70, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 14, I e IX, 156, 162 e acrescenta Seção III ao Capítulo II, Título VII da Resolução nº 93, de 1970, que dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal.

41084

Recebimento do Ofício "S" nº 31, de 2003 (nº 463/2003, na origem), de 11 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do disposto no art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o Parecer

STN/COPEM nº 388, que trata de pedido de autorização para contratar operação de crédito apresentado pela Prefeitura do Município de Salvador, Estado da Bahia, a ser realizada junto à Desenhavia, com recursos de organismo financeiro internacional, no valor de 9.856.196,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis reais), destinados à execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e saneamento em áreas populares carentes.

41084

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI*, como Líder – Reunião da Bancada de Roraima com grupo de trabalho interministerial para resolução da questão fundiária de Roraima.

41085

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Reivindicação de investimentos nas estradas e ferrovias brasileiras.

41086

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Conflito entre índios e fazendeiros na região do Alto Araguaia em Mato Grosso. Ameaças a Dom Pedro Casaldaliga. Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999, que trata de cooperativas de crédito.

41089

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Defesa de maior fiscalização dos planos de saúde.

41092

SENADOR *LEONEL PAVAN*, como Líder – Apelo ao governo federal pela internacionalização do Aeroporto de Navegantes, que serve ao litoral de Santa Catarina; e pela recuperação das BR-101, no sul de Santa Catarina, e BR-470, no Vale do Itajaí.

41094

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA*, como Líder – Reforma do Judiciário.

41094

SENADOR *PAULO PAIM* – Explicações sobre o projeto de lei de autoria de S.Exa., aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, sobre o salário-mínimo.

41098

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Necessidade de investimentos no saneamento básico.

41098

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Votação ontem das reformas tributária e previdenciária. Denúncia do Ministério Público contra a Ministra Benedita da Silva.

41099

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Leitura de Carta ao Economista Celso Furtado.

41101

1.2.8 – Ofícios

Nºs 171 a 173/2003, de 12 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

41115

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 – (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.611, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2003 (nº 7.209/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro – TFPC e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas. **Apreciação transferida** para a sessão deliberativa ordinária da próxima 2ª feira, dia 15 de dezembro..... 41115

Item 2 – (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.612, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003 (nº 3.285/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Apreciação transferida** para a sessão deliberativa ordinária da próxima 2ª feira, dia 15 de dezembro..... 41115

Item 3 – (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.620, de 2003 – art. 336, II)

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2003 (nº 1.661/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Municípios, e dá outras providências. **Apreciação transferida** para a sessão deliberativa ordinária da próxima 2ª feira, dia 15 de dezembro..... 41115

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Usam da palavra na terceira sessão de discussão, em primeiro turno, os Srs. Osmar Dias, Paulo Paim, João Capiberibe e Álvaro Dias..... 41115

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Repúdio às ações do Ministro da Justiça no caso de Apolônio de Carvalho..... 41123

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Balanço produtivo das ações governamentais levadas a termo pelo Presidente Lula durante este ano. 41127

SENADOR DUCIOMAR COSTA – Necessidade de realização de obras estruturadoras, capazes de impulsionar o desenvolvimento do País. 41129

SENADOR MÃO SANTA – Solidariedade à Senadora Heloísa Helena. 41130

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR EDISON LOBÃO – Implementação de uma política de reforma agrária. 41134

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Destaca matéria do jornal “Folha de São Paulo” da edição de hoje sobre o relatório da Unicef “Situação da Infância e Adolescência Brasileira”. 41134

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 41136

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada no dia 6 de outubro de 2003..... 41136

3 – ATAS DE COMISSÃO

8ª, 9ª e 10ª Reuniões realizadas nos dias 13, 20 e 27 de agosto de 2003..... 41176

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 184ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Romeu Tuma

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azevedo – Eduardo Suplicy – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Mão Santa – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 265, de 2003 (nº 711/2003, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, crédito especial no valor total de quinhentos e noventa e oito milhões, quarenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.797, de 8 de dezembro de 2003; e

– Nº 266, de 2003 (nº 712/2003, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 42, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de setecentos e oitenta e um milhões, oitocentos e doze mil e duzentos reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.798, de 8 de dezembro de 2003.

MENSAGEM Nº 267, DE 2003

(Nº 727/ 2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e do art. 5º do Decreto nº 4.654, de 27 de março de 2003, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Edson José Fernandes Ferreira para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Brasília, 12 de dezembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

- **NOME :** Edson José Fernandes Ferreira
- **FILIAÇÃO:** João Faustino Ferreira Neto
Sônia Maria Fernandes Ferreira
- **NATURALIDADE:** Natal RN
- **NACIONALIDADE:** Brasileiro
- **DATA DE NASCIMENTO:** 17 de Janeiro de 1967
- **ESTADO CIVIL:** Casado
- **CONJUGE:** Fernanda Câmara de Souza Freire
- **GRAU DE ESCOLARIDADE:** Superior
- **CURSO:** Administração de Empresas
- **DOCUMENTOS:** - **RG:** 898 663 SSP-DF
- **CPF:** 430 521 504-72
- **HABILITAÇÃO:** 069882315
- **ELEITORAL:** 2161516 19 **ZONA:** 001 **SEÇÃO:** 62
- **RESERVISTA:** 24091200493-6 **CAT:** 24
- **ENDEREÇO:** Av. Governador Silvio Pedrosa 176, Apto1601
Praia de Areia Preta - Natal RN
CEP: 59014-100
Fone: 84 2021852
84 99870011

2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- **FEV-1987 a MAR-1991** – Sócio e Diretor Comercial do Hotel Atlântico Norte – Natal RN.
- **MAR-1991 a FEV-1992** – Diretor de Marketing da Empresa de Promoções e Desenvolvimento do Turismo do Estado do RN (EMPROTURN).
- **FEV-1992 a DEZ-1994** – Diretor Comercial do Hotel Praia Center – Natal RN.
- **JUL-1995 a JUN-1996** – Subsecretário de Turismo da Secretaria Industria, Comércio e Turismo do Estado do RN.
- **JUN-1996 a FEV-1998** – Secretário Adjunto do Turismo do Estado do RN e Vice Presidente do Conselho Estadual de Turismo Do RN (Conetur).
- **MAR-1997 a MAR-1998** – Diretor de Marketing da Fundação CTI-NE, (Conselho de Turismo dos Estados do Nordeste Brasileiro).
- **ABR-1998 a JAN-2002** – Diretor de Administração e Finanças do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).
- **MAI-1998 a DEZ-2001** – Membro do Conselho Nacional de Turismo.
- **JAN-2002 a DEZ-2002** – Secretário de Estado do Turismo do RN e Presidente do Conselho Estadual de Turismo do RN (Conetur).
- **ABR-2002 a ABR-2003** – Presidente da Fundação CTI-NE (Conselho de Turismo dos Estados do Nordeste Brasileiro).

3. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

- **1989:** Idealizou e Participou do Projeto para captação de fluxo turístico para o RN “ Natal está na moda”.
- **1990:** Participou da criação do MTN (Movimento Turístico de Natal), formado por empresários com o objetivo de promover os produtos Turísticos de Natal.
- **1991:** Participou da elaboração e criação do CARNATAL (Primeiro Carnaval fora de época do Brasil).
- **1991:** Idealizou o projeto de abertura de Mercados Externos através de vôos charters, quando o Estado do Rio Grande do Norte recebeu seu primeiro vôo internacional operado pela cia aérea VASP, procedente de Buenos Aires.
- **1991:** Participou da criação da primeira Bolsa Profissional do Turismo do Nordeste (BIT-NE), depois transformou-se na mais importante Bolsa de Negócios Turísticos do Brasil (BNTM – Brasil National Tourism Mart).
- **1995:** Participou do projeto de criação e estruturação da Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte.
- **1996:** Idealizou e Operacionalizou o primeiro vôo Charter da Europa para o Estado do Rio Grande do Norte, operado pela empresa aérea Lauda Air, procedente de Milão – Itália.
- **1997:** Coordenou a BNTM-97 (Brasil National Tourism Mart) realizada em Natal em Março 1997.
- **1997:** Na condição de representante do Governo do Estado do RN, liderou a comissão que captou o Congresso de Agentes de Viagens e Turismo Portugueses (APAVITT), para Natal, onde se realizou em novembro – 98.
- **1998:** Coordenou o projeto de captação de vôos de Portugal, promovendo inúmeros eventos naquele País, participando no ano seguinte do Vôo inaugural da TAP, Lisboa-Natal em 29 de março de 1999.

- **1998:** Na condição de representante do Governo Brasileiro (EMBRATUR), participou da comissão de captação de novos Investimentos Europeus, para o Estado do RN, sob a coordenação do Governo do Estado do RN e apoio do grupo Espanhol IBERDROLA.
- **1999:** Designado pelo Presidente da EMBRATUR, para coordenar o projeto de captação de vôos Charters para o Nordeste Brasileiro.
- **1999:** Representou o Governo Brasileiro em Portugal no lançamento do Projeto Turístico e Cultural: “ Nordeste mostra sua Cara”.
- **2000:** Coordenou e participou do lançamento do vôo charter da Rotatur Varig, para o Nordeste Brasileiro, o evento aconteceu na Embaixada do Brasil em Buenos Aires – Argentina.
- **2001:** Captou para o Estado do RN, a 65ª Reunião do conselho Executivo da OMT – Organização Mundial de Turismo, onde estiveram presentes mais de quarenta Ministros de Turismo de todo o Mundo, discutindo o “Código de Ética do Turismo Mundial”.
- **2001:** Coordenou o processo de união e o projeto de reestruturação da CTI-NE. No ano seguinte como já como presidente da CTI-NE, consolidou a união dos Estados do Nordeste e aprovando um novo estatuto e um novo modelo de gestão.
- **2002:** Como Secretário de Estado do Turismo do RN, coordenou e operacionalizou o projeto de captação de vôos charters da Europa para o RN, consolidando vôos da Espanha (Madrid e Barcelona), Holanda (Amsterdam), Itália (Milão, Roma) Portugal (Lisboa), Suécia (Oslo, Estocolmo), Chile (Santiago), Argentina (Buenos Aires).
- **2002:** Idealizou o programa de capacitação “Formação de Formadores”, em parceria com as Universidades e Faculdades de Turismo, capacitando mais de quinhentas pessoas no curso de comunicação aplicada visando a melhoria dos serviços.
- **2003:** No ano anterior captou para o Estado do RN e na condição de presidente da CTI-NE, presidiu a XII BNTM 2003 – Brasil National Tourism Mart, a mais importante bolsa de turismo do Brasil.

4. CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

- **Agosto 1987:** Participou do “XV Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Natal RN.
- **Agosto 1988:** Participou do “XVI Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em São Paulo SP.
- **Junho 1989:** Participou do “2º Congresso Internacional de Hospedagem Alimentação e Turismo - CIHAT”, realizado em São Paulo SP.
- **Agosto 1989:** Participou do “XVII Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Fortaleza Ceará.
- **Mai 1991:** Participou do “XV Salão Profissional de Turismo” realizado em São Paulo SP.
- **Junho 1991:** Participou do “4º Congresso Internacional de Hospedagem, Alimentação e Turismo – CIHAT”, realizado em São Paulo.
- **Agosto 1991:** Participou do “XIX Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Salvador BA.
- **Agosto 1994:** Participou do “XXII Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Recife PE.
- **Março 1995:** Participou da “IV BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em Maceió AL.
- **Mai 1995:** Participou da Abertura do “XIX Salão Profissional de Turismo”, proferindo palestra sobre o tema: “ Surge um novo Nordeste no Brasil”.
- **Setembro 1995:** Participou do “XXIII Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Brasília DF.

- **Outubro 1995:** Participou do “ Workshop de Integração do Mercosul”, organizado pela EMBRATUR, realizado na Galeria Pacifico, Argentina Buenos Aires.
- **Novembro 1995:** Proferiu Palestra no “Segundo Encontro de Turismo do RN”, sobre o tema: “Perspectiva do Turismo do RN”.
- **Janeiro 1996:** Participou da “Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL”, realizado em Lisboa Portugal.
- **Fevereiro 1996:** Participou da “16th Feria International de Turismo – FITUR”, realizado em Madrid Espanha.
- **Março 1996:** Participou da “V BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em João Pessoa PB.
- **Março 1996:** Participou da “ITB – Bolsa Internacional de Turismo”, realizado em Berlim Alemanha.
- **Abril 1996:** Proferiu Palestra no “ Seminário de (In)formação Turística”, sobre o tema: “ Comunicação e Marketing Turístico”.
- **Maió 1996:** Participou de Seminário realizado pela Gazeta Mercantil-EMBRATUR, sobre o tema: “Turismo é Bom Negócio”.
- **Outubro 1996:** Participou do “XXIV Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Salvador BA.
- **Outubro 1996:** Participou da “Feira Internacional de Turismo da América Latina – FIT”, realizado em Buenos Aires – Argentina.
- **Novembro 1996:** Proferiu Palestra no “VIII Congresso Nacional da Abrasel”, sobre o tema: “ Custo Brasil e o Impacto no Turismo”.
- **Novembro 1996:** Participou do “EXCON (Congresso Brasileiro da Industria de Eventos e Feira Internacional de Produtos para Eventos)”, realizado em São Paulo SP.

- **Novembro 1996:** Participou do “6º Congresso da AVIESP e 8ª Feira da AVIESTUR”, realizados em Águas de Lindóia SP.

- **Janeiro 1997:** Participou da “Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL”, realizado em Lisboa Portugal.

- **Fevereiro 1997:** Participou da “17th Feria Internacional de Turismo – FITUR”, realizado em Madrid Espanha.

- **Março 1997:** Participou da “Borsa Internazionale del turismo – BIT”, realizado em Milão Itália.

- **Março 1997:** Coordenou a “VI BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em Natal RN.

- **Julho 1997:** Proferiu Palestra na “ Confederação Nacional do Comercio” , sobre o tema: “As Potencialidades Turísticas do Rio Grande do Norte”.

- **Setembro 1997:** Coordenou “Reunião da Frente Parlamentar do Turismo”, com a CTI-NE, para elaboração de Projeto de Lei visando incentivos a Vôos Charters.

- **Outubro 1997:** Participou do “XXV Congresso da Associação Brasileira dos Agentes de Viagens – ABAV”, realizado no Rio de Janeiro RJ.

- **Janeiro 1998:** Participou da “Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL”, realizado em Lisboa Portugal.

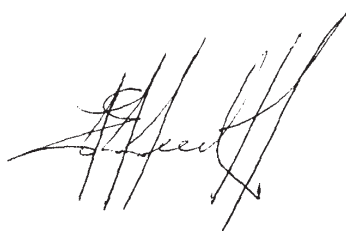
- **Fevereiro 1998:** Participou da “18th Feria Internacional de Turismo – FITUR”, realizado em Madrid Espanha.

- **Março 1998:** Participou da “VII BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em Aracajú Sergipe.

- **Junho 1998:** Representando o Governo Brasileiro, proferiu Palestra no “I Foro Sobre La Internacionalización de la Empresa Turística Española”, onde apresentou o “Plano Nacional de Turismo do Brasil e as Potencialidades Turísticas Brasileira”.

- **Agosto 1998:** Participou do “XXVI Congresso Brasileiro de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Recife PE.
- **Outubro 1998:** Participou da “WTM – Word Travel Mark”, realizado em Londres Inglaterra.
- **Novembro 1998:** Participou da abertura do “I Encontro dos profissionais de Turismo de Eventos do Nordeste, onde proferiu palestra sobre o tema: “ A Importância das Entidades Governamentais em parceria com a iniciativa privada na Captação de Eventos”.
- **Janeiro 1999:** Participou da “Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL”, realizado em Lisboa Portugal.
- **Fevereiro 1999:** Participou da “19th Feria Internacional de Turismo – FITUR”, realizado em Madrid Espanha.
- **Março 1999:** Participou da “VIII BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em São Luiz Maranhão.
- **Abril 1999:** Participou do “ Salão Internacional de Turismo da Catalunha – SITC”, realizado em Barcelona Espanha.
- **Agosto 1999:** Participou do “XXVII Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Curitiba PR.
- **Março 2000:** Participou da “IX BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em Salvador BA.
- **Abril 2000:** Participou do “Salão Internacional de Turismo da Catalunha – SITC”, realizado em Barcelona Espanha.
- **Mai 2000:** Proferiu Palestra no “XX Congresso Brasileiro de Turismo – ENBETUR” sobre o tema: “Parceria de Segmentos. Sucesso do Evento”.
- **Agosto 2000:** Participou do “XXVIII Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Salvador BA.
- **Outubro 2000:** Participou da “ Feira Internacional de Turismo da América Latina – FIT”, realizado em Buenos Aires Argentina.

- **Novembro 2000:** Participou do “12º Festival de Turismo de Gramado”, onde foi “Homenageado” na abertura do Evento.
- **Fevereiro 2001:** Representou a EMBRATUR e o Governo Brasileiro na “Solenidade de entrega do premio de melhor Stand na “20th Feira Internacional de Turismo – FITUR”, realizado em Madrid Espanha.
- **Abril 2001:** Participou do “Salão Internacional de Turismo da Catalunha – SITC”, realizado em Barcelona Espanha.
- **Mai 2001:** Participou da “65ª Reunião do Conselho Executivo da OMT – Organização Mundial de Turismo”, realizado em Natal RN.
- **Agosto 2001:** Participou do “XXIX Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Brasília DF.
- **Novembro 2001:** Participou como Palestrante na “Escola Universitária de Turismo de Barcelona – CETA”, sobre o tema: “Nordeste del Brasil, un Nuevo Destino Turistico”.
- **Fevereiro 2002:** Participou da “ Feria Internacional de Turismo – FITUR”, realizado em Madrid Espanha.
- **Março 2002:** Participou da “ Borsa Internazionale del Turismo – BIT”, realizado em Milão Itália.
- **Abril 2002:** Participou da “XI BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em Recife PE.
- **Abril 2002:** Participou do “ Salão Internacional de Turismo da Catalunha – SITC”, realizado em Barcelona Espanha.
- **Agosto 2002:** Participou do “XXX Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV”, realizado em Recife PE.
- **Março 2003:** Presidiu a “XII BNTM (Brasil National Tourism Mart)”, realizado em Natal RN.
- **Abril 2003:** Participou do “Salão Internacional de Turismo da Catalunha – SITC”, realizado em Barcelona Espanha.



Aviso nº 1.386 – Supar/C.Civil.

Brasília, 12 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Edson José Fernandes Ferreira para o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 1.337/2003, de 9 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 639, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 1.366/2003, de 9 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 782, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 1.367/2003, de 9 do corrente, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 842, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 2.067/2003, de 5 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 885, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia.

Nº 1.343/2003, de 9 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 949, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 2.074/2003, de 8 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.045, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia.

Nº 415/2003, de 8 do corrente, do Ministro da Previdência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 1.090, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia.

As informações referentes ao requerimento nº 885, de 2003, ficarão na Secretaria-Geral da mesa, à disposição da requerente.

As informações em resposta aos Requerimentos nºs 639, 782, 842, 949, 1.045 e 1.090, de 2003, foram encaminhadas, em cópia aos requerentes, e os respectivos processados vão ao Arquivo.

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 1.396/2003, de 4 do corrente, do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 818, de 2003, do Senador Arthur Virgílio;

Nº 1.400/2003, de 5 do corrente, do Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 807, de 2003, do Senador Arthur Virgílio; e

Nº 44/2003, de 9 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 962, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

As informações encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2003

(Nº 1.352/2003, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Altera o valor da pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986, fica reajustada para o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a partir de janeiro de 2003.

§ 1º O valor da pensão será reajustado na mesma data e nos mesmos percentuais em que o for a remuneração dos servidores públicos civis da União.

§ 2º A pensão não se estenderá a eventuais sucessores da beneficiária, ficando extinta com o seu óbito.

Art. 2º Fica vedada a acumulação deste benefício com quaisquer outros recebidos dos cofres públicos, inclusive por decisão judicial, resguardado o direito de opção.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.352-C, DE 2003

Altera o valor da pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986, fica reajustada para o valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a partir de janeiro de 2003.

§ 1º O valor da pensão será reajustado na mesma data e nos mesmos percentuais em que o for a remuneração dos servidores públicos civis da União.

§ 2º A pensão não se estenderá a eventuais sucessores da beneficiária, ficando extinta com o seu óbito.

§ 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 268, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e da Fazenda, o texto do projeto de lei que “Altera o valor da pensão especial concedida a Cleonice dos Santos Azevedo pela Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986”.

Brasília, 23 de junho de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

E.M. Interministerial nº 139

Brasília, 19 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei, que

reajusta o valor da pensão especial concedida à senhora Cleonice dos Santos Azevedo.

2. A senhora Cleonice foi vítima em um acidente ocorrido durante instrução de tiro realizada por tropa do Exército, em 18 de outubro de 1985, na cidade do Rio de Janeiro. Por meio da Lei nº 7.559, de 19 de dezembro de 1986, foi-lhe concedida pensão especial, inicialmente equivalente a duas vezes o salário mínimo vigente no país e posteriormente majorada para 6 (seis) salários mínimos (excluída a parcela referente ao 13º salário), retroativos à data de ocorrência do acidente, conforme Decisão Judicial da Juíza Federal da 1ª Vara, de 4 de fevereiro de 1988, e Parecer PFN/RJ nº 478/88.

3. Está sendo proposto o reajuste do valor atual para R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), o que provocará um impacto de R\$32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) na despesa anual projetada, correndo os recursos para o financiamento da pensão à conta de Encargos Previdenciários da União – Recursos sob a Supervisão do Ministério da Fazenda, sendo absorvido pela margem de dotação constante na Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 (Lei Orçamentária Anual).

4. A referida senhora, que não possui os membros superiores, foi abandonada pelo cônjuge e seus filhos ou parentes não têm condições de auxiliá-la financeiramente. Necessita de ajuda para a execução das mínimas tarefas, não podendo transitar desacompanhada em via pública. O ideal seria a contratação de pessoa que pudesse socorrê-la no cotidiano, o que suas condições financeiras não permitem. Em suma, as possibilidades e as necessidades da senhora Cleonice não se coadunam, conforme atestado em visita domiciliar de assistente social do Ministério da Fazenda.

5. Tal proposta visa mitigar os percalços da aludida senhora, permitindo-lhe uma vida digna e com menores sobressaltos.

6. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **José Viegas Filho – Antonio Palocci Filho.**

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.559, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Concede pensão especial a Cleonice dos Santos Azevedo, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 952, DE 2003**

**Propõe convocação de plebiscito
sobre adoção ou rejeição definitiva do
horário de verão no Brasil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica convocado, por ocasião das eleições de 2004, plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil.

Art. 2º A Justiça Eleitoral estabelecerá as normas para a execução e proclamação do resultado do plebiscito, de que trata o art. 1º.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 49 da Constituição Federal, em seu inciso XV, determina que é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar referendo e convocar plebiscito.

A questão do horário de verão vem suscitando muita controvérsia no País ao longo dos anos. Nas últimas legislaturas, inúmeros projetos têm sido apresentados sobre a matéria, ora transformando o horário de verão em algo permanente, ora definindo em que Estados ele vigorará, ora opondo-se a essa medida.

Como se trata de algo que afeta significativamente as pessoas e os negócios, sobretudo nos períodos de transição de um horário para outro, não se pode aceitar que, a cada ano, a questão venha à baila e a população fique sem saber o que efetivamente ocorrerá naquele ano. Os brasileiros já têm suficiente experiência com o horário de verão para saber se lhes convém ou não. Cabe agora ao governo indagar da população qual é o desejo da maioria. Por essa razão, proponho que, por ocasião das eleições municipais de 2004, seja realizado plebiscito que sele em definitivo o destino do horário de verão.

Por essa razão, acreditamos que esse plebiscito deva ser convocado pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2003. –
Senador **Valdir Raupp** – **João Capiberibe** – **Álvaro Dias** – **João Ribeiro** – **Reginaldo Duarte** – **Aelton Freitas** – **Eurípedes Camargo** – **Fátima Cleide** – **Le-**

omar Quintanilha – **Patrícia Saboya Gomes** – **Jonas Pinheiro** – **Duciomar Costa** – **João Batista Motta** – **Ana Júlia Carepa** – **Maria do Carmo Alves** – **José Agripino Maia** – **Luiz Otávio** – **Sérgio Cabral** – **Amir Lando** – **Almeida Lima** – **Mão Santa** – **Osmar Dias** – **Jefferson Péres** – **João Tenório** – **Hélio Costa** – **Ney Suassuna** – **Pedro Simon** – **Juvêncio da Fonseca**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2003

**Dispõe sobre a repactuação e o
alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 7º, 8º e 15 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, no valor total originalmente financiado de até R\$100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, observadas as seguintes características e condições:

I – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no caso de operações classificadas como “PROGER Rural”, ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$100.000,00 (cem mil reais), para investi-

mento, e até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, que não foram renegociados com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e pela Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000:

.....
II – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no caso de operações classificadas como “PROGER Rural”, ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$100.000,00 (cem mil reais), para investimento, e até R\$30.000,00 (trinta mil reais) para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

III – nos financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valor total originalmente contratado acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R\$100.000,00 (cem mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) na data do contrato original;

b) para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), mantêm-se os encargos contratuais vigentes para situação de normalidade.

.....
§ 1º

.....
II – como limite individual, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados

ou associados da entidade que se enquadram como agricultores familiares, respeitado o mesmo teto de R\$100.000,00 (cem mil reais) para enquadramento.

.....
§ 5º Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste e lastreados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em operações com recursos mistos desse Fundo e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou realizadas somente com recursos do FAT sem equalização, nesta região, cujo valor total originalmente contratado não exceda a R\$100.000,00 (cem mil reais), prevalecem as seguintes disposições:

I – aplicam-se os benefícios de que tratam os incisos I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais);

II – a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), na região do semi-árido, incluído o norte do Espírito Santo, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, com rebate de cinquenta por cento sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento, e taxa efetiva de juros de 3% (três por cento) ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002.

.....(NR)”

“Art. 8º Fica autorizada, para os financiamentos até o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) concedidos aos produtores rurais que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal, a conversão das operações para o âmbito do Fundo Constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do Pronaf, nos casos de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e, para os demais casos, as condições previstas no art.

1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com absorção dos respectivos ônus pelo Fundo Constitucional.

.....(NR)”

“Art. 15. Os bancos oficiais federais poderão, a seu exclusivo critério, retardar a propositura ou suspender processo de execução judicial de dívidas de operações de crédito rural, no caso de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, quando envolverem valor originalmente financiado de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) em projetos localizados em áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, desde que haja reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades para resgate ou ampliação da capacidade de geração de renda dos agricultores. (NR)”

Art. 2º Somente poderão participar da renegociação ou repactuação de dívidas rurais de que tratam os arts. 7º, 8º e 15 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, modificados por esta lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei, os mutuários adimplentes com suas obrigações ou aqueles que tenham ficado inadimplentes até 3 de julho de 2003.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a alínea e do inciso I do art. 7º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

Justificação

No setor externo, o agronegócio brasileiro tem alcançado posições cada vez mais importantes. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) indicam que, de janeiro a outubro de 2003, a balança comercial do setor alcançou saldo positivo de US\$21,6 bilhões, o que corresponde a um acréscimo de 26,65% com relação ao mesmo período do ano passado. Com trabalho duro e honesto, o homem do campo tem contribuído decisivamente para a estabilidade da economia brasileira.

No setor interno, no entanto, a agropecuária tem enfrentado uma série de dificuldades. Além do famigerado custo Brasil, da falta de infra-estrutura e de logística, da tempestividade na liberação de recursos, o endividamento rural se destaca entre aqueles aspectos que têm obstado a produção agropecuária e prejudicado sua competitividade.

O custo do dinheiro e a burocracia para renegociação dos financiamentos realizados quando da ocorrência de desastres climáticos e outros sinistros inesperados são constantemente citados pelos produtores como limitadores para expansão produtiva, tão essencial para a geração de empregos e para o desenvolvimento do País.

Nesse contexto, visando à ampliação das condições de renegociação das dívidas agrícolas, apresento este projeto de lei, que pretende alterar a Lei nº 10.696, de 2003, com base nos seguintes objetivos:

I) ampliar o teto de renegociação das dívidas rurais de R\$315 mil para R\$100 mil;

II) elevar o limite autorizável, para renegociação na modalidade custeio agropecuário, de R\$5 mil para R\$30 mil;

III) dispensar o pagamento de contrapartida de 10% das prestações vencidas quando das renegociações agrícolas para aqueles mutuários adimplentes e, também, para aqueles que se tornaram inadimplentes com suas obrigações até 30-7-2003, data de publicação da Lei nº 10.696, de 2003.

Essas medidas se mostram fundamentais, por um lado, para ampliar o limite de renegociação, que atualmente é muito baixo e, conseqüentemente, atende a poucos produtores. Por outro, para estender para os demais mutuários de programas oficiais o que a própria Lei nº 10.696, de 2003, já autoriza, para os mutuários dos Fundos Constitucionais que contrataram operações até 31-12-1997, ou seja, a dispensa de pagamento de 10% de suas parcelas em atraso a título de contrapartida para renegociação de seus débitos agrícolas.

Gostaria, por fim, de destacar que a correção desses problemas é fundamental para recuperação da produção agrícola na minha região, o Nordeste, mormente quando se consideram o seu grau de pobreza e a ocorrência recorrente de prolongadas estiagens. Dessa forma, espero contar com apoio dos nobres pares para as alterações propostas à Lei nº 10.696, de 2003.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2003. –
César Borges.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de ope-

ações de crédito rural e dá outras providências.

.....
Art. 7º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, no valor total originalmente financiado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, cujos mutuários estejam adimplentes com suas obrigações ou as regularizem segundo as regras contratuais cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta lei, observadas as seguintes características e condições:

I – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no caso de operações classificadas como “Proger Rural”, ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$5.000,00 (cinco mil reais), para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário, que não foram renegociados com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e pela Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000:

a) rebate no saldo devedor das operações de investimento equivalente a oito inteiros e oito décimos por cento, na data da repactuação;

b) bônus de adimplência de trinta por cento sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de vinte por cento nas operações de custeio e investimento nas demais regiões do País, sendo que nas regiões do semi-árido, e Norte do Espírito Santo, o bônus será de setenta por cento para custeio e investimento;

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano, a partir da data da repactuação nas operações de investimento, e de quatro por cento ao ano nas de custeio;

d) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

e) no caso de financiamentos com recursos dos mencionados Fundos Constitucionais, a adesão à repactuação dispensará contrapartida financeira por parte do mutuário, exigindo-se, nos demais casos, o pagamento, no ato da formalização do instrumento de repactuação, do valor correspondente a dez por cento do somatório das prestações vencidas, tomadas sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

II – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 30 de junho de 2000, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no caso de operações classificadas como “Proger Rural”, ou equalizados pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), para investimento, e até R\$5.000,00 (cinco mil reais) para custeio, em uma ou mais operações do mesmo beneficiário:

a) rebate de oito inteiros e oito décimos por cento no saldo devedor das operações de investimento, na posição de 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados;

b) no caso das operações de investimento, o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas iguais, anuais e sucessivas, sendo que as operações repactuadas de custeio serão liquidadas em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, após um ano de carência contado da data da repactuação;

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002, com as condições diferenciadas para o semi-árido previstas na alínea b do inciso I;

III – nos financiamentos de investimento concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com valor total originalmente contratado acima de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), mantêm-se os encargos contratuais vigentes para situação de normalidade.

§ 1º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar – se – á:

I – cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II – como limite individual, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados da entidade que se enquadrarem como agricultores familiares, respeitado o mesmo teto de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para enquadramento.

§ 2º Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o **caput** deste artigo até 31 de dezembro de 2006, aplicar-se-á bônus adicional de dez por cento sobre o montante devido.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, ficam os gestores dos Fundos Constitucionais autorizados a reclassificar as operações realizadas simultaneamente com recursos do FAT e de um dos Fundos Constitucionais para a carteira do respectivo Fundo, bem como, nesse caso, a assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

§ 4º Aplicam-se as condições previstas no inciso I, do **caput** deste artigo, aos mutuários que tenham renegociado as suas dívidas com base em legislações posteriores à Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, exclusivamente nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais, não sendo cumulativos os benefícios previstos nesta lei com os anteriormente pactuados.

§ 5º Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste e lastreados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT em operações com recursos mistos desse Fundo e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, ou realizadas somente com recursos do FAT sem equalização, nesta região, cujo valor total originalmente contratado não exceda a R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), prevalecem as seguintes disposições:

I – aplicam-se os benefícios de que tratam os incisos I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da

prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais);

II – a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o norte do Espírito Santo, poderá ser prorrogada pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, com rebate de cinquenta por cento sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento, e taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002.

Art. 8º Fica autorizada, para os financiamentos até o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) concedidos aos produtores rurais que sejam lastreados por recursos de outras fontes que não os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no caso de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios decretados em situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do Governo Federal, a conversão das operações para o âmbito do Fundo Constitucional respectivo, mantendo-se integralmente as condições financeiras do Pronaf, nos casos de agricultores familiares, mini e pequenos produtores e, para os demais casos, as condições previstas no art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, com absorção dos respectivos ônus pelo Fundo Constitucional.

II – operações de valor originalmente financiado acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais):

a) para a fração de cada parcela que corresponda ao crédito original de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) aplica-se o disposto nas alíneas do inciso I;

b) para a fração da parcela que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) são mantidos os encargos financeiros pactuados sem aplicação do bônus aqui estabelecido.

§ 1º Para aplicação do disposto neste artigo, considerar-se-á o somatório das operações existentes em nome do mesmo emitente do instrumento de crédito, identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às operações que não foram contempladas com os benefícios estabelecidos no art. 7º desta lei.

Art. 15. Os bancos oficiais federais poderão, a seu exclusivo critério, retardar a propositura ou suspender processo de execução judicial de dívidas de operações de crédito rural, no caso de agricultores fa-

miliares, mini e pequenos produtores e de suas cooperativas e associações, quando envolverem valor originalmente financiado de até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em projetos localizados em áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, desde que haja reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades para resgate ou ampliação da capacidade de geração de renda dos agricultores.

§ 1º Para efeito de reconhecimento da necessidade de reconversão de atividades, os bancos oficiais federais poderão se valer de estudos realizados por entidades de pesquisa e de prestação de assistência técnica e extensão rural.

§ 2º Excluem-se do disposto neste artigo as operações adquiridas sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, as renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, as contempladas pelo art. 7º desta lei e aquelas formalizadas após 30 de junho de 2000.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo às operações lastreadas por recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

.....

LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É autorizada, para o crédito rural, a equalização de encargos financeiros, observado o disposto na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

§ 1º Compreende-se na equalização de encargos financeiros de que trata o **caput** deste artigo o abatimento no valor das prestações com vencimento em 1995, de acordo com os limites e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Poder Executivo e o Poder Legislativo providenciarão a alocação de recursos e a suplementação orçamentária necessárias à subvenção econômica de que trata este artigo.

Art. 2º Para as operações de crédito rural contratadas a partir da publicação desta lei e até 31 de julho de 1996, não se aplica o disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

Art. 3º O disposto no art. 31 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, não se aplica aos emprésti-

mos e financiamentos, destinados ao crédito rural, com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC) sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 4º É facultado às instituições financeiras conceder financiamento rural sob a modalidade de crédito rotativo, com limite de crédito fixado com base em orçamento simplificado, considerando-se líquido e certo o saldo devedor apresentado no extrato ou demonstrativo da conta vinculada à operação.

Parágrafo único. Os financiamentos de que trata este artigo poderão ser formalizados por meio da emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 5º São as instituições e os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, autorizados a proceder ao alongamento de dívidas originárias de crédito rural, contraídas por produtores rurais, suas associações, cooperativas e condomínios, inclusive as já renegociadas, relativas às seguintes operações, realizadas até 20 de junho de 1995:

I – de crédito rural de custeio, investimento ou comercialização, excetuados os empréstimos do Governo Federal com opção de venda (EGF/COV);

II – realizadas ao amparo da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 – Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO);

III – realizadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outros recursos operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

IV – realizadas ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).

§ 1º Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a inclusão de operações de outras fontes.

§ 2º Nas operações de alongamento referidas no **caput**, o saldo devedor será apurado segundo as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Serão objeto do alongamento a que se refere o **caput** as operações contratadas por produtores rurais, suas associações, condomínios e cooperativas de produtores rurais, inclusive as de crédito rural, comprovadamente destinadas à condução de atividades produtivas, lastreadas com recursos de qualquer fonte, observado como limite máximo, para cada emitente do instrumento de crédito identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física – CPF ou Cadastro Geral do Contribuinte – CGC, o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), observado, no

caso de associações, condomínios e cooperativas, o seguintes:

I – as operações que tenham “cédulas-filhas” serão enquadradas na regra geral;

II – as operações originárias de crédito rural sem identificação do tomador final serão enquadrados observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade;

III – nos condomínios e parcerias entre produtores rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º As operações desclassificadas do crédito rural serão incluídas nos procedimentos previstos neste artigo, desde que a desclassificação não tenha decorrido de desvio de crédito ou outra ação dolosa do devedor.

§ 5º Os saldos devedores apurados, que se enquadrem no limite de alongamento previsto no § 3º terão seus vencimentos alongados pelo prazo mínimo de sete anos, observadas as seguintes condições:

I – prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de outubro de 1997;

II – taxa de juros de três por cento ao ano, com capitalização anual;

III – independentemente da atividade agropecuária desenvolvida pelo mutuário, os contratos terão cláusula de equivalência em produto, ficando a critério do mesmo a escolha de um dos produtos, a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional, cujos preços de referência constituirão a base de cálculo dessa equivalência;

IV – a critério do mutuário, o pagamento do débito poderá ser feito em moeda corrente ou em equivalentes unidades de produto agropecuário, consoante a opção referida no inciso anterior, mediante depósito da mercadoria em unidade de armazenamento credenciada pelo Governo Federal;

V – a critério das partes, caso o mutuário comprove dificuldade de pagamento de seu débito nas condições acima indicadas, o prazo de vencimento da operação poderá ser estendido até o máximo de dez anos, passando a primeira prestação a vencer em 31 de outubro de 1998;

VI – caberá ao mutuário oferecer as garantias usuais das operações de crédito rural, sendo vedada a exigência, pelo agente financeiro, de apresentação de garantias adicionais, liberando-se aquelas que excederem os valores regulamentares do crédito rural;

VII – a data de enquadramento da operação nas condições estabelecidas neste parágrafo será aquela da publicação desta lei.

§ 6º Os saldos devedores apurados, que não se enquadrem no limite de alongamento estabelecido no § 3º, terão alongada a parcela compreendida naquele limite segundo as condições estabelecidas no § 5º, enquanto a parcela excedente será objeto de renegociação entre as partes, segundo as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 7º Não serão abrangidos nas operações de alongamento de que trata este artigo os valores deferidos em processos de cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO.

§ 8º A critério do mutuário, o saldo devedor a ser alongado poderá ser acrescido da parcela da dívida, escriturada em conta especial, referente ao diferencial de índices adotados pelo plano de estabilização econômica editado em março de 1990, independentemente do limite referido no § 3º, estendendo-se o prazo de pagamento referido no § 5º em um ano.

§ 9º O montante das dívidas mencionadas no **caput**, passíveis do alongamento previsto no § 5º, é de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais).

§ 10. As operações de alongamento de que trata este artigo poderão ser formalizadas por meio da emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

§ 11. O agente financeiro apresentará ao mutuário extrato consolidado de sua conta gráfica, com a respectiva memória de cálculo, de forma a demonstrar discriminadamente os parâmetros utilizados para a apuração do saldo devedor.

Art. 6º É o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos até o montante de R\$7.000.000.000,00. (sete bilhões de reais) para garantir as operações de alongamento dos saldos consolidados de dívidas de que trata o art. 5º.

§ 1º A critério do Poder Executivo, os títulos referidos no **caput** poderão ser emitidos para garantir o valor total das operações nele referidas ou, alternativamente, para garantir o valor da equalização decorrente do alongamento.

§ 2º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Fazenda, fundamentará solicitação ao Senado Federal de aumento dos limites referidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 7º Os contratos de repasse do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO), do Fun-

do de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP e de outros fundos ou instituições oficiais federais, quando lastrearem dívidas de financiamentos rurais objeto do alongamento de que trata o art. 5º terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados às respectivas operações de alongamento, correndo o custo da equalização à conta do respectivo fundo.

Art. 8º Na formalização de operações de crédito rural e nas operações de alongamento celebradas nos termos desta lei, as partes poderão pactuar, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional, encargos financeiros substitutivos para incidirem a partir do vencimento ordinário ou extraordinário, e até a liquidação do empréstimo ou financiamento, inclusive no caso de dívidas ajuizadas, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação do vencimento da operação, ajustada de comum acordo pelas partes ou nas hipóteses previstas na legislação de crédito rural, inclusive aquelas mencionadas no Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, e no art. 4º parágrafo único da Lei nº 7.843, de 18 de outubro de 1989, os encargos financeiros serão os mesmos pactuados para a situação de normalidade do financiamento.

Art. 9º É a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB autorizada a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. no valor correspondente aos Empréstimos do Governo Federal (EGF), vencidos até 31 de dezembro de 1994.

Art. 10. O Conselho Monetário Nacional deliberará a respeito das características financeiras dos títulos do Tesouro Nacional a serem emitidos na forma do art. 6º e disporá sobre as demais normas, condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento referidas nesta lei.

Art. 11. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.131, de 26 de setembro de 1995.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Pedro Malan**, – **José Eduardo de Andrade Vieira** – **José Serra**.

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de

Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, serão os seguintes:

I – operações rurais:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano.

II – operações industriais, agro-industriais e de turismo:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III – operações comerciais e de serviços:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O **del credere** do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucio-

nais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas **b, c e d** do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

RESOLUÇÃO Nº 2.765,
DE 10 DE AGOSTO DE 2000

Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na renegociação de operações de crédito rural de mini produtores e de pequenos produtores rurais.

Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 10 de agosto de 2000, tendo em vista as disposições dos arts. 4º inciso VI, da referida lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.848, de 26 de outubro de 1999, e 3º, § 2º e 6º da Medida Provisória nº 2.050-11, de 28 de julho de 2000.

Resolveu:

Art. 1º Autorizar a renegociação de operações de custeio agropecuário de mini produtores e de pequenos produtores rurais, contratadas no período de 20 de junho de 1995 a 31 de dezembro de 1997, em atraso ou objeto de prorrogações anteriores, observadas as seguintes condições:

I – prazo de reembolso, considerado a partir da data da renegociação: cinco anos, acrescido de um ano de prazo de carência;

II – encargos financeiros

a) até 9 de novembro de 1999: os encargos originalmente pactuados para situação de normalidade, incidentes desde a primeira contratação;

b) a partir de 10 de novembro de 1999: taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano).

Art. 2º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas, aplicáveis as operações de investimento agropecuário de mini produtores e de pequenos produtores rurais, formalizadas no período de 20 de junho de 1995 a 31 de dezembro de 1997, com valor originalmente contratado de até R\$15.000,00 (quinze mil reais):

I – alteração nos encargos financeiros:

até 9 de novembro de 1999: aplicação dos encargos originalmente pactuados para situação de normalidade;

a partir de 10 de novembro de 1999: aplicação de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano).

II – prorrogação das parcelas com vencimento no ano de 2000 e no ano de 2001 para o primeiro e o segundo anos subsequentes ao do vencimento da última parcela anteriormente pactuada;

III – concessão de bônus de adimplência de 30% (trinta por cento), aplicável, a partir do ano de 2002, sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento.

Parágrafo único. Ocorrendo pagamento em atraso, o beneficiário perde o direito ao bônus de adimplência sobre as parcelas vencida e vincendas.

Art. 3º Fica autorizada a concessão de rebate de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencíveis de crédito de investimento agropecuário de mini produtores e de pequenos produtores rurais, formalizadas no período de 20 de junho de 1995 a 31 de dezembro de 1997, com valor originalmente contratado acima de R\$15.000,00 (quinze mil reais), desde que pagas até a data do vencimento pactuado.

Art. 4º Enquadram-se como mini produtores e pequenos produtores rurais, para efeitos desta Resolução, aqueles que obtêm:

I – 80% (oitenta por cento), no mínimo, da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

II – renda bruta anual familiar de até R\$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º Entende-se como renda não agropecuária aquela relacionada com o turismo rural e com a produção artesanal que sejam compatíveis com a natu-

reza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

§ 2º Na apuração da renda bruta anual familiar deve ser abatida em 50% (cinquenta por cento) a renda bruta proveniente das atividades de avicultura, aquicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura.

Art. 5º As autorizações de que trata esta resolução abrangem financiamentos concedidos com recursos:

I – das exigibilidades do crédito rural e livres das instituições financeiras, a critério dessas, por lhes caber a absorção dos impactos financeiros verificados;

II – repassados ou equalizados pelo Tesouro Nacional, cujos impactos financeiros serão absorvidos pela União;

III – do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE), cujos impactos financeiros serão absorvidos pelo referido Fundo.

Art. 6º As alterações nos instrumentos de crédito, relacionadas com as medidas autorizadas por esta Resolução, devem ser formalizadas até 31 de outubro de 2000.

Art. 7º Ficam as Secretarias do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesta resolução, as quais serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Resolução nº 2.730, de 14 de junho de 2000.

Brasília, 10 de agosto de 2000. – **Arminio Fraga Neto**.

.....
(A Comissão de Assuntos Econômico – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, DE 2003

Altera a Lei nº 5.194, de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para estabelecer representação federativa e eleições diretas no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 27 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 27. São atribuições do Conselho Federal:

.....
r) dispor sobre os procedimentos eleitorais relativos à organização e data das eleições, prazos de desincompatibilização, apresentação da candidaturas sobre as demais normas e critérios necessários à realização dos pleitos.(NR)”

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. O Plenário do Conselho Federal será composto por:

I – um presidente eleito pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com suas obrigações;

II – um representante dos profissionais de nível superior de cada unidade da Federação;

III – cinco representantes dos técnicos de nível médio, sendo três técnicos industriais e dois técnicos agrícolas;

IV – um representante dos tecnólogos;

VI – três representantes das instituições de ensino superior, cada um correspondente a área de formação dos grupos profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia;

VI – um representante das instituições de ensino técnico.

§ 1º Para os representantes a que se refere o inciso II, são considerados os grupos profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, a serem eleitos com base nos seguintes critérios:

a) proporcionalidade estabelecida pelo Conselho Federal em relação aos diferentes grupos profissionais;

b) rodízio das representações dos grupos profissionais nas unidades da Federação;

c) representação de todas as profissões submetidas à fiscalização dos Conselhos Regionais.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso III serão eleitos com base no sistema de rodízio e observando-se os critérios de proporcionalidade estabelecidos pelo Conselho Federal em relação aos técnicos industriais e agrícolas de suas representações entre as unidades da Federação.

§ 3º O representante a que se refere o inciso IV será eleito com base no sistema de rodízio, estabelecido pelo Conselho Federal, da representação entre as unidades da Federação e os diferentes grupos profissionais.

§ 4º Os representantes das instituições de ensino a que se referem os incisos V e VI serão eleitos pela maioria dos votos das instituições de ensino superior e cada grupo profissional e das instituições de ensino técnico, respectivamente, por meio de processo eleitoral a ser definido em resolução específica do Conselho Federal.

§ 5º Os representantes a que se referem os incisos II, III e IV serão eleitos pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com suas obrigações para com o Conselho Regional, podendo candidatar-se profissionais habilitados que atendam as condições de proporcionalidade e de rodízio estabelecidas e, resolução específica do Conselho Federal.

§ 6º Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente. (NR)".

Art. 3º O art. 37 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente lei, obedecidos os seguintes critérios:

a) um presidente, com mandato de 3 (três) anos, eleito pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com suas obrigações;

b) mínimo de 12 (doze) e o máximo de 72 (setenta e dois) conselheiros;

c) representação de todas as profissões submetidas à sua fiscalização, proporcional à quantidade de profissionais registrados.

.....(NR)"

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se os arts. 30, 31, 40 e 41 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991.

Justificação

O Sistema Confea/Crea congrega atualmente cerca de 850 mil profissionais de nível superior, técnicos e tecnólogos, distribuídos nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geografia, Geologia e Meteorologia.

Procedido pelas discussões de 26 congressos estaduais, foi realizado em 1999, em Natal/RN., o III CNP – Conselho Nacional de Profissionais –, no qual foram aprovadas, após amplo debate e consenso, quatro propostas básicas no que tange à legislação eleitoral e representativa das citadas categorias.

A primeira refere-se à adoção de eleições diretas para conselheiros federais. É o modelo adotado nos pleitos para presidentes previsto na Lei nº 8.195/91, cujo teor é mantido no presente projeto. Trata-se, assim, de medida que irá tão-somente ampliar e consolidar o processo democrático na escolha dos representantes do Sistema.

A segunda proposta é a adoção da representação federativa no plenário do Confea, garantida a presença das minorias (grupo das Geociências), que constitui reivindicação antiga dessa categoria, uma vez que o Sistema comporta, já há bastante tempo, um Conselho Regional (Crea) em cada Estado. Como se trata de conselho de caráter multiprofissional, torna-se necessário o rodízio por unidade da Federação entre as diversas modalidades integrantes, como, aliás, consta da atual legislação, e ainda o sistema proporcional, de acordo com o número de jurisdicionados de cada grupo profissional.

A terceira sugestão aprovada enfoca a garantia da participação no plenário do Conselho Federal de todas as modalidades e categorias do Sistema, sejam elas de nível superior, técnico ou tecnólogo. A proposição abre essa possibilidade tanto para as representações profissionais, quanto para as instituições de ensino. É também reivindicação histórica, cuja adoção pelo Sistema sempre esbarrou no impedimento legal.

A quarta e última proposição recai na limitação da composição dos plenários regionais, de acordo com o número de profissionais de cada jurisdição e a proporcionalidade entre as modalidades existentes no respectivo Crea. Trata-se da forma mais justa e

democrática de acolhimento de todas as profissões e níveis de formação que compõem o sistema, pois atenderá ao princípio proporcional de representação. Ademais, a limitação imposta evitará a tendência crescimento excessivo dos plenários, fato que já ocorre nos maiores Creas.

Tais medidas constituem a essência dos entendimentos firmados em inúmeros debates ocorridos nos congressos estaduais e nacionais da categoria realizados a cada três anos. São, portanto, propostas legitimadas pelos próprios profissionais do setor tecnológico, que buscam o aperfeiçoamento de sua estrutura representativa no âmbito da legislação afeta ao Sistema Confea/Crea.

Por tais razões é que esperamos contar com o integral apoio dos ilustres pares na aprovação da matéria. — **Roberto Saturnino.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Art. 27. São atribuições do Conselho Federal:

a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;

b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;

c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos no exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente lei;

d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;

e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;

i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;

j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;

k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito a representação;

l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no art. 53 desta lei;

m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;

n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborado pelas entidades de classe;

o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;

p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no art. 63.

Parágrafo único. Nas questões relativas a atribuições profissionais, decisão do Conselho Federal só será tomada com mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art. 29. O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acordo com esta lei, obedecida a seguinte composição:

a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecida em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3 (três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações técnicas constantes dos registros nele existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomos;

b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1º Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2º O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros.

§ 3º A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente.

Art. 37. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, le-

galmente habilitados de acordo com a presente lei, obedecida a seguinte composição:

a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3 (três) anos;

b) um representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e agronomia com sede na Região;

c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região de conformidade com o art. 62.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Revogação:

Art. 30. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea **a** do art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único. Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art 31. Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art 40. O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de um representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art 41. A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea **a** do art. 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomo, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurando o mínimo de um representante por entidade.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

LEI Nº 8.195, DE 26 DE JUNHO DE 1991

Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiros-Agrônomo, dispondo sobre eleições diretas para Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências.

.....
O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos, às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) A Presidência comunica ao Plenário que, atendendo solicitação da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, encaminhou ao exame do Conselho de Comunicação Social o **Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens*.

Em reunião realizada no último dia 24 de novembro, aquele Conselho recomenda a aprovação, com ressalvas, do referido projeto.

A matéria retorna à Comissão de Serviços de Infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 69, de 2003**, de autoria do Senador Maguito Vilela, que *altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, para tratar prazo para uso da palavra por Senador*; e
- **Projeto de Resolução nº 70, de 2003**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, que *altera os arts. 14, I e IX, 156, 162 e acrescenta Seção III ao Capítulo II, Título VII da Resolução nº 93, de 1970, que dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu o Ofício “S” nº 31, de 2003 (nº 463/2003, na origem), de 11 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do disposto no

art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o Parecer STN/COPEM nº 388, que trata de pedido de autorização para contratar operação de crédito apresentado pela Prefeitura do Município de Salvador, Estado da Bahia, a ser realizada junto à Desenhavia, com recursos de organismo financeiro internacional, no valor de 9.856.196,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis reais), destinados à execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e saneamento em áreas populares carentes.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Exª entender adequado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª está inscrito, Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma maneira, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está inscrito em segundo lugar.

Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª está inscrito como Líder.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Peço a inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador César Borges, V. Exª está inscrito em terceiro lugar para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB AP) Sr. Presidente, solicito minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª, Senador João Capiberibe, poderia pedir ao seu Líder para enviar a comunicação que o autoriza a falar pela Liderança? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por

cinco minutos, para comunicação urgente, de interesse partidário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, durante cerca de quatro horas, a Bancada do Estado de Roraima, na sua integralidade – os três Senadores e os oito Deputados Federais –, esteve perante o Grupo de Trabalho Interministerial, que está coletando dados, informações e subsídios para apresentar ao Presidente da República sugestões e opções para a definição do problema fundiário do Estado de Roraima.

É importante esse registro, Sr. Presidente, pelo seguinte motivo: nosso Estado surgiu da transformação de Território Federal para Estado durante a Constituinte portanto, na Constituição de 1988 –, e, desde lá, há uma indefinição quanto às nossas terras, pois não se sabe exatamente o que é terra da União e o que é terra do Estado. Se retirarmos as reservas indígenas, as reservas ecológicas e algumas áreas de faixa de fronteira, sobram para o Estado cerca de 12% de sua área territorial. Ainda assim, esses 12% não estão ainda sob o poder efetivo do Estado, porque Roraima não tem legalmente o direito de titular essas terras.

Então, na prática, o nosso Estado ainda é um Estado virtual, que está no papel, mas não está no chão. E é inacreditável que isso ocorra, pois o artigo da Constituição que transformou Roraima em Estado diz claramente que o Estado seria constituído da área composta pelos limites do ex-Território de Roraima.

Assim, quero fazer esse registro, ao mesmo tempo em que me mostro satisfeito com as providências que vêm sendo tomadas. O Presidente Lula tomou a decisão que outros Presidentes não tomaram, porque iam empurrando o problema com a barriga. O Presidente Lula está realmente buscando uma solução, o Ministro da Justiça já esteve no nosso Estado, e o Grupo de Trabalho irá até lá em janeiro.

Portanto, acreditamos que surgirá uma solução que pacificará as questões fundiárias do Estado relativas às reservas indígenas e ecológicas e também às terras dos assentamentos do Incra, que estão completamente desordenadas, e às terras que restam fora dessas áreas.

Quero louvar a iniciativa do Presidente Lula e também os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial, os quais estão em andamento. Apesar de o prazo ter sido prorrogado até 30 de janeiro, creio que, para quem esperou 30 anos, esperar mais até do que 30 de janeiro, desde que saia uma solução adequada que atenda a todas as partes e dê ao Estado condições de prosperar, será muito oportuno.

Outro fato importante foram as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal acerca da situação de uma área em Roraima que abrangia dois Municípios, Pacaraima e Uiramutã: a reserva indígena ali englobada foi demarcada e homologada de maneira irregular. Tal decisão abre, portanto, uma brecha para reestudarmos as demais reservas indígenas de maneira equilibrada e racional, de forma a atender tanto aos índios que pensam de um jeito como aos índios que pensam de outro jeito, como também aos não-índios, que são 93% da população do Estado. A Súmula do STF também define, efetivamente, o que são “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”.

Com isso, creio que estão presentes todos os elementos para que o Grupo de Trabalho possa oferecer ao Presidente da República uma solução que, se adotada, será capaz de fazer com que o Estado de Roraima tenha condições de obter investimentos, já que, até aqui, o que tem travado a ida de investidores para lá é justamente a indefinição sobre as terras do Estado. Ninguém sabe exatamente se a terra que hoje está ocupando será ou não sua amanhã. Muito menos, ninguém sabe se vai adquirir uma terra que amanhã poderá ser contestada por este ou por aquele órgão da União Federal ou até mesmo judicialmente, porque ainda não há uma decisão do Poder Executivo agora se configura próxima de ser adotada, o que resolverá os reclamos que nós, da Bancada federal, estamos fazendo desde há muito tempo.

Fui Constituinte, fui até o autor da emenda que propôs a transformação de Roraima de Território para Estado, e, desde lá, todos os Parlamentares de Roraima vêm batalhando para uma solução. Finalmente, essa solução agora se avizinha com a iniciativa do Presidente da República de coordenar esse Grupo de Trabalho, por intermédio da Casa Civil, dando, portanto, uma solução definitiva, acabando com essa angústia e com essa incerteza. Essa indefinição se vêm arrastando – como eu já disse – há mais de trinta anos. Portanto, não é mais possível que continuemos desse jeito.

Deixo esse registro que muito alegre não só à Bancada de Roraima, como também a de todo o povo de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Alberto Silva, por até vinte minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, ocupo a tribuna para trazer à Casa, aos nossos companheiros e ao País, que me está ouvindo pela TV Senado e pela

Rádio Senado, dois assuntos que, na minha opinião, deverão ser objeto de consideração por parte do Governo e desta Casa. É daqui que partirá uma proposta para o Governo.

Lembro-me que, no Governo passado, o problema das estradas já existia. Em todos os Estados, estradas federais estavam destruídas e estavam sendo remendadas. Os Governos têm feito isso. O Ministério dos Transportes, por intermédio do DNER na época, os Governadores e os Parlamentares chegavam aqui para arranjar dinheiro para determinada estrada. Argumentavam que a estrada estava destruída, cheia de buracos. Então, apanhavam uma certa verba, alocavam na sua emenda, que ia para o Ministério dos Transportes, onde entrava naquela burocracia já conhecida. Depois, ia para o DNER, que fazia um projeto, porque não se pode consertar uma estrada sem projeto.

Todo esse processo demora, pois deve haver primeiramente uma licitação, depois da qual a empresa vencedora manda seus técnicos para o campo, para furarem o asfalto e observarem a base. Com isso, sabe-se se o asfalto está estragado ou não. Isso leva quatro, cinco ou seis meses. E se acaba fazendo um projeto daquele pedaço de estrada. Depois de tudo pronto, o dinheiro diminui, é contingenciado, e, assim, o recurso mingua. Aí se conserta um pedaço da estrada em determinado Estado.

Apresentei uma proposta ao Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, com quem tinha uma certa liberdade, já que S. Ex^a havia sido nosso companheiro aqui. A proposta visava consertar todas as estradas de uma vez. Em determinado dia, começaria tudo de uma vez. Para tanto, seria necessário fazer um projeto expedito e rápido, sem perda de tempo em processos antiquados, burocráticos e irrealis.

Suponho que me consideravam uma espécie de Dom Quixote – parecia-me isso. O Ministro dos Transportes recebeu a proposta, colocou-a na gaveta, e nada aconteceu. A situação das estradas piorou, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Ontem, demos a nossa contribuição, aprovando propostas do Governo consideradas essenciais, necessárias ao andamento da boa marcha da administração federal. Ficamos aqui até a meia-noite e apreciámos praticamente tudo que o Governo queria: aprovamos a PEC nº 67, iniciamos a apreciação da PEC nº 77, que é uma reparação da PEC nº 67 e que, seguramente, ajudará muitos trabalhadores, principalmente funcionários públicos, e ainda a da PEC da reforma tributária.

Demos nossa contribuição ao Governo naquilo que estava precisando e que considerava urgente.

Agora, pergunto: será que o Governo não precisa se debruçar sobre esse problema, que me parece dos mais graves?

Notem bem: o Brasil optou pelas rodovias, no lugar das ferrovias. Não fomos colonizados como os americanos. Quando assistimos a filmes de **cowboy**, vemos as estradas de ferro entrando território adentro e os índios brigando com os que construíam as estradas. Na verdade, os americanos têm estradas de ferro por todos os lados, ligando o Atlântico ao Pacífico – não sei quantas são as empresas –, e todas as mercadorias americanas, praticamente, são conduzidas por ferrovias ou por hidrovias. As rodovias existentes transportam outro tipo de mercadoria. A mercadoria pesada, acima de 50 toneladas, é transportada em cima do trem. Conheço isso como a palma da minha mão, pois sou ferroviário de origem e conheço bem o sistema americano e o europeu de trabalhar com cargas.

Aqui, no Brasil, há 1,8 milhão de carretas, fruto da nossa opção pelo rodoviarismo. São fábricas e mais fábricas, e, cada vez, as carretas vão ficando mais pesadas, chegando a 50 toneladas, em caminhões de três eixos. Alguém pode dizer que, nos caminhões de três eixos, a carga é bem distribuída e que isso não faz mal à estrada. Conversa fiada! Quem está falando aqui é um engenheiro que conhece isso muito bem de perto. Desculpem-me, mas isto nada tem a ver com promoção pessoal; é experiência própria e vivida. Uma carreta de 50 toneladas pode ter dez eixos. Ela distribui a carga pelos eixos, é claro. A carga de cada eixo está distribuída, mas, na hora em que acelera ou desacelera ou dá uma freada, a carreta leva um pedaço do asfalto, proporcionalmente a uma lei chamada “coeficiente de atrito”. Existe uma força resultante do peso, multiplicado pela aceleração ou desaceleração, uma força terrível, que arranca o asfalto mesmo. Então, as carretas, ao frear e acelerar, vão danificando o asfalto. Vamos parar as carretas de 50 toneladas? Não. As nossas estradas devem ser feitas para o progresso, para agüentar uma carreta de 50 toneladas. Mas o ponto que quero abordar é que as estradas estão destruídas.

Elaborei um trabalho, que por mim foi atualizado. Conversei com representantes da Federação dos Transportadores de Carga. Existem 1,8 milhão de carretas. Eles me forneceram dados sobre o estado das estradas. Vou fazer um resumo: é preciso trocar todo o asfalto de 25 mil quilômetros de estradas federais no País. Essa história de tapar buraco é do Governo passado, do Ministério dos Transportes, que inventou a operação tapa-buraco. Isso é uma vergonha nacional. O asfalto envelheceu, e, assim, é necessário colocar

outro no lugar. Essa operação tapa-buraco significa um desperdício absurdo de dinheiro, e não se consertou coisa nenhuma. Tapa um buraco aqui, e abre-se outro ali. E assim fez o Governo, e nós aceitamos.

Está na hora de tomarmos uma medida séria, e é isso que estou propondo hoje aos meus companheiros. Vejo aqui os meus companheiros Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, que estiveram atentos à PEC nº 77. E acredito que todos nós nos podemos juntar para fazer uma proposta ao Governo Federal. Não quero dizer que a minha proposta é a melhor, mas pelo menos é um caminho. A certeza que tenho é a de que o Ministério dos Transportes, sem estrutura e com aquela burocracia, não consertará os 32 mil quilômetros de estrada nem em dez anos.

Faço uma proposta para repararmos essas estradas em 36 meses, colocando-se em funcionamento 120 empresas de engenharia, que estão paradas, com suas máquinas enferrujando por aí. E os empresários brasileiros estão procurando serviço no exterior. As grandes empresas brasileiras de engenharia – e não vamos chamá-las de empreiteira; não suporto o termo “empreiteira”, que, para mim, quer dizer consertador de muro – já deram um exemplo ao mundo. O Brasil fez Itaipu. Quando eu era estudante, tudo isso era feito pelos ingleses ou pelos canadenses. Hoje, aqui há empresas de alto nível técnico que estão paradas esperando do Governo uma autorização.

Um caminho é este: vamos reparar as estradas em 36 meses. Seria feita a reparação de onze mil quilômetros de estradas por ano. Seria gasto R\$1,6 bilhão. Tem o dinheiro? Tem; da Cide. Não são R\$10 bilhões? Os Estados pediram R\$2,5 bilhões. Dá-se esse dinheiro para os Estados, que poderão consertar as suas estradas, fazer o que quiserem e ainda sobrar dinheiro.

Então, cria-se uma câmara de gestão, como foi feito no tempo do “apagão”. Com ela, o Governo nomeia um núcleo gestor, com pessoas altamente competentes, representantes dos transportadores, das empresas de engenharia, do planejamento, transporte, finanças, para fazer os projetos pelos processos mais modernos. Existem processos rápidos, expeditos de fazer projeto de estrada. A USP inventou um carrinho – que acho que trabalha com infravermelho – que, à medida que vai andando, vai dizendo como está o asfalto, como está a base.

Nesse caso, temos todas as armas na mão. Vamos fazer uma proposta ao Governo Federal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto, gostaria de dar um testemunho sobre a sua competência em engenharia.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, meu caro, mas me deixe concluir para ver se armamos um dispositivo em favor do Brasil.

O Presidente Lula disse que quer consertar as estradas e quer mexer nas ferrovias. Em seguida, falei também sobre as ferrovias, rapidamente, para não tomar o tempo dos meus companheiros que estão inscritos.

Eu queria que ficasse bem claro que o prejuízo hoje é da seguinte ordem: em óleo diesel desperdiçado, jogado fora – senhores, anotem este número –, um milhão e oitocentas mil carretas. Se os trinta e dois mil quilômetros de asfalto estivessem bem direitinho, elas gastariam doze bilhões de litros de óleo diesel por ano. Mas, com as estradas esburacadas, colocam-se mais 39% em cima disso. Isso dá quatro bilhões de litros de óleo diesel; a R\$1,40, vamos para R\$7 bilhões jogados fora. Pelo amor de Deus! Jogados fora R\$7 bilhões? Não podemos tirar R\$1,6 bilhão da Cide e consertar onze mil quilômetros por ano? Em três anos, estaria tudo arrumado por mais vinte anos.

É isso que estou propondo. Esse projeto está na mão do Governo. Tenho confiança absoluta, e acho que todos nós devemos ter confiança, no Governo que está lá, do Presidente Lula. Sua Excelência disse que faz, e tenho confiança no Presidente Lula e, mais ainda, no seu Ministro-Chefe da Casa Civil. Tenho conversado com S. Ex^a, que é um homem inteligente, um homem capaz, que absorve, e está com esse projeto na mão, esperando, talvez, uma oportunidade, mas S. Ex^a é, sobretudo, um homem que decide. Eu, como sou engenheiro, sou desses que decidem. Por isso é que fizemos aquele estádio e outras coisas no Piauí, por decisão de engenharia.

Portanto, acho que o Ministro Dirceu está, como se diz, com a faca e o queijo na mão, no Governo Lula. Se começarmos a fazer isso, senhores, vamos gerar um milhão de empregos imediatamente, e a alegria tomará conta dos Estados. Não tenho dúvida. Bastará ver as máquinas roncando em todos os Estados da Federação ao mesmo tempo. E teremos a certeza de que não haverá mais buraco em estrada. Não vamos tapar buraco, pelo amor de Deus! Vamos fazer asfalto novo, como queremos. Se somos rodoviaristas, vamos ter estradas que prestem.

Esse é o primeiro ponto.

Agora, vamos para as ferrovias. Os senhores têm visto a Globo mostrando o estado calamitoso das nossas estradas. Aquilo é um patrimônio de mais de R\$20 bilhões, Senador Mão Santa. Está em torno de

R\$50 bilhões. O patrimônio ferroviário brasileiro anda na classe dos R\$50 bilhões.

O que o governo passado fez? Isto é caso até, eu nem diria de uma CPI, mas de uma investigação mais profunda desta medida absolutamente errada, absolutamente sem nenhuma lógica. O que fizeram? Inventaram que a Rede Ferroviária estava devendo R\$6 bilhões. Conversa fiada. A Rede nunca deveu R\$6 bilhões. Mas determinaram a extinção da Rede e empurraram também a Fepasa de São Paulo, que entrou nesse bolo trazendo uma dívida de precatórios, ou sei lá de quê, de R\$3 bilhões. E mais, a Rede Ferroviária entrou com R\$1,6 bilhão para o capital da CBTU. E o governo passado arranjou uma manobra, que é preciso ser investigada, de tal maneira que suas ações foram desvalorizadas. Que história é essa? A Rede Ferroviária era acionista da CBTU em R\$1,6 bilhão e, de repente, esse montante não valia mais. E ainda se determinou que se extinguísse a Rede Ferroviária. Tem uma comissão de liquidação da Rede.

A minha proposta hoje, senhores, é a seguinte: vamos fazer uma moção e colocar ao Presidente Lula que, se Sua Excelência quiser recuperar as estradas de ferro, tem duas medidas a tomar: primeiro, suspender a extinção da Rede, que ainda tem pessoal altamente qualificado, engenheiros de primeira categoria, experimentados em ferrovia, que estão esperando uma decisão. Como há todas as superintendências das estradas de ferro, podemos pedir ao Governo que transforme a Rede numa autarquia, que teria como atribuição não apenas gerir os ramais que foram abandonados como fiscalizar essas concessões, que precisam ser olhadas de perto.

Essa é outra vergonha. Entregaram para as concessionárias, mediante concorrência pública, locomotivas e trechos de estradas de ferro novos, absolutamente, para que elas administrassem esses ramais concedidos e pagassem à Rede e à União uma taxa mensal ou anual. Qual o resultado, Sr^{as} e Srs. Senadores? Dividiram a malha ferroviária brasileira entre cinco, seis ou sete concessionárias, que não pagam coisa nenhuma. Talvez apenas uma pague. Tenho todos esses dados. Na hora H, vou colocá-los à disposição dos companheiros. Um exemplo é o trecho ferroviário São Luís-Teresina-Fortaleza-Recife, que transporta combustível de São Luís para Teresina. Dispensou os operários, não troca nenhum dormente e vai usando, usando e não paga nada à União, não dá a mínima bola. Está transportando, recebendo dinheiro, mas não paga nada. Enquanto isso, a malha ferroviária está-se deteriorando. Não trocam dormentes há quatro ou cinco anos; as locomotivas que vão que-

brando, eles vão encostando; e, quando não tiver mais, entregam para a Mãe-Pátria a sucata de uma medida equivocada, errada e, a meu ver, quase lesiva aos interesses do patrimônio nacional.

Penso que deveríamos propor ao Governo Federal que suste imediatamente essa história de liquidação da Rede, porque isso é coisa do governo passado, que não tinha criatividade para fazer com que as ferrovias brasileiras trouxessem a sua presença ao desenvolvimento nacional. Disseram que era porque as ferrovias, uma vez dadas a concessionários privados, iam tirar a carga do rodoviário e botar no ferroviário. Conversa fiada! Coisa nenhuma! Fizeram foi sectionar a extensão da Rede. Antigamente, ia-se do Rio Grande do Sul a São Luiz direto; hoje, não se vai mais. São pedaços de estradas de ferro atendidos por concessionários que não cumprem – anotem bem – com aquilo a que se propuseram.

A primeira medida do Governo do Presidente Lula, que quer acertar as coisas, que quer ver suas ferrovias e o Brasil andando noutro rumo, a primeira coisa que deveríamos pedir é mandar imediatamente sustar essa história do governo passado de liquidar a Rede. E mais: mandar rever essas concessões. Para as que não estão cumprindo o contrato, decreta-se a caducidade do contrato – que permite isso.

Vamos, portanto, rever essa história e recuperar outra vez o que temos de precioso, que é a nossa malha ferroviária brasileira, construída com sacrifício, amor e patriotismo pelos nossos antepassados, que, há cerca de 50 anos, ligaram o Brasil todo por estradas de ferro. Essa é a verdade. Como assistimos na reportagem da **Globo**, é doloroso ver, de repente, o abandono de seis mil quilômetros de ferrovias, e o resto entregue a concessionárias que não estão nem aí, que não dão a mínima bola, não pagam ao Governo e estão deixando que se acabe um patrimônio sagrado do povo brasileiro.

Prezados companheiros, acho que esta Casa deve fazer uma moção e oferecer ao Presidente da República uma oportunidade. Tenho elementos suficientes para garantir a veracidade do que estou falando. Tenho levantamentos feitos pelo Tribunal de Contas que indicam que essas concessionárias não vão bem, porque elas não estão cumprindo nada. Nós não queremos abrir CPI. O que queremos é que o Governo mande parar imediatamente com essa história de acabar com a Rede, mande rever essas concessões, porque elas são absolutamente lesivas aos interesses nacionais, e recupere a Rede Ferroviária.

Acho que dei o meu recado ao Brasil e aos meus companheiros. Essa situação é grave e preci-

samos tomar as providências. Isso é apenas um começo. Vamos apresentar a nossa proposta. O Senado pode, com os seus engenheiros e os seus representantes que foram governadores, apresentar ao Governo Federal uma solução para as rodovias e as ferrovias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por vinte minutos, como segunda inscrita.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, queria registrar mais uma vez desta tribuna o problema que estamos vivenciando em Mato Grosso, de conflito entre índios xavantes e posseiros e fazendeiros na região do Araguaia.

A situação realmente é dramática, como já anunciei aqui. O próprio Presidente da República então em exercício, José Alencar, esteve lá durante muitas horas negociando, mas a situação continua complicada.

O Correio Braziliense de ontem trouxe mais uma vez essa questão, com o título “Bispo é alvo de pichadores”. Também já denunciei nesta tribuna as ameaças a Dom Pedro Casaldáliga, que há poucos dias foi homenageado na nossa Câmara Federal. Ontem, as igrejas da região amanhecera pichadas. Isso é um absurdo! Pichadores disseram que o Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, 75 anos, é padre espião, traidor do povo e do Brasil. Inclusive corre a conversa de que estão sendo oferecidos R\$60 mil por conta dessa ameaça.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senadora Serys, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento, e também as autoridades do Governo Federal que estiveram em Cuiabá, que não promoveram o acordo porque não há a menor possibilidade de fazê-lo. A terra é dos índios, é uma terra demarcada pela União, e o grande problema dessa questão é que a terra encontra-se ocupada por alguns poucos posseiros e alguns outros posseiraços. Há lá posseiros de 35 mil hectares de terras. Foi instalada a CPI da Terra, na qual vou atuar como suplente, e uma das primeiras pessoas que chamaremos para depor será esse tal de Gilbertão. Quando foi feita a venda da terra, a empresa que a vendeu já colocou uma cláusula

dizendo que não se responsabilizava pelo título definitivo, já que podia se tratar de terra indígena. Quer dizer, todos sabiam que essa terra ficava em área indígena. Quero aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a e publicamente pedir aqui – queria inclusive que V. Ex^a encaminhasse isso ao Ministro da Justiça – proteção ao Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Maria Casaldáliga. Naquele território já houve muita violência. É inaceitável que posseiros de 35 mil hectares tomem as terras indígenas e ainda acreditem que os que têm capacidade de manter a indignação é que estão errados. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Antero. Peço que o aparte do Senador seja anexado ao nosso pronunciamento, porque não vamos ser repetitivos, e são fundamentais essas questões. Em primeiro lugar, já estamos pedindo a segurança de D. Pedro e de outras pessoas, como o Franklin, o Edson, que estão sendo ameaçados. E, fundamentalmente, que esse tal de Gilbertão seja investigado. Trata-se de uma pessoa que cometeu crimes e está sendo processada – aliás, ele já esteve preso e está solto com **habeas corpus**, o que é uma questão também discutível.

Esse problema é sério. Essas terras estão demarcadas, como o Senador já disse, homologadas e registradas, e está ainda correndo um recurso dos posseiros e fazendeiros. Aos posseiros, somos favoráveis. Aqueles que são clientes da reforma agrária terão que ter seus direitos assegurados. De lá devem ser retirados para terrenos demarcados pela reforma agrária, com a política colocada pela reforma agrária. Somos favoráveis ao pequeno que lá está instalado, apesar de ter sido insuflado, a partir de 92, com a ECO-92, pelos grandes, a ocupar para assegurar o território dos grandes. Isso também para nós é bastante claro.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Serys, permite-me um aparte bem breve?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Quero parabenizá-la por trazer, mais uma vez, essa discussão para o Plenário do Senado Federal, uma vez que ela acontece em toda a Amazônia brasileira. Neste momento, nós, no Estado de Rondônia, estamos vivenciando uma situação muito parecida. Na localidade de Rio Alto, no Município de Buritis, neste exato momento, mais de cem policiais federais e técnicos do Ibama estão presos pela população que mora naquele local, que é uma área de reserva indígena. Qu-

ero, inclusive, parabenizar a ação da Polícia Federal. Temos feito várias ações junto com o Ibama e Funai para conscientizar aquelas pessoas, mas, como V. Ex^a acabou de falar, há latifundiários e madeireiros irresponsáveis – também há muita gente boa no setor dos madeireiros – que querem fazer as coisas ilegais e facilitam a ida de pequenos agricultores para uma área de reserva, para jogá-los contra os índios e, assim, tentar legalizar a ilegalidade. Então, parabeno V. Ex^a. Quero deixar aqui expressa a minha solidariedade a D. Pedro Casaldáliga e juntar-me a V. Ex^a e ao Senador Antero Paes de Barros nessa luta. Penso que não podemos mais ficar calados diante dessas atitudes, e, uma vez que neste momento o Governo Federal reage, colocando a Polícia Federal e técnicos do Incra, do Ibama, da Funai para resolver o problema, a reação do outro lado também é violenta, como no caso de Rio Alto, em que a população é incentivada a prender policiais federais. Veja bem, Senador Romeu Tuma, a que ponto chegamos!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora, também peço a incorporação de seu aparte ao nosso discurso. Quero dizer que, como já disse aqui em outro momento, D. Pedro realmente é um patrimônio histórico vivo, não de Mato Grosso, mas, eu diria, do mundo. É uma figura internacional que, felizmente, acabou vindo parar aqui no nosso Brasil, para alegria e satisfação nossa, pela luta que a vida inteira conduziu. Acaba de ser aposentado, mas o Vaticano pede que ainda permaneça na localidade e nos trabalhos, por conta até de designação de um substituto. É uma pessoa incansável, cujos méritos precisaríamos de uma sessão especial para listar. Peço o esforço de todos do Senado para, no início do próximo ano, realizarmos uma sessão especial em homenagem a Dom Pedro Casaldáliga.

Anuncio rapidamente o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2003, que institui o incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Esse projeto de lei, de minha autoria, foi relatado na Comissão de Assuntos Sociais pelo Senador Eduardo Azeredo, que, aliás, elaborou um parecer de alto nível, da melhor qualidade. Ontem, mesmo naquele sufoco da tarde e noite no Plenário e da manhã nas comissões, em que muitos Senadores, inclusive eu, estava diretamente ligada à CCJ e não puderam estar presentes à reunião da CAS, S. Ex^a e os demais membros, num esforço grande, conseguiram colocar em discussão esse projeto que institui os incentivos fiscais a doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. E foi aprovado.

Trata-se de projeto da mais alta relevância. Faço uma homenagem pública ao Senador Eduardo

Azeredo pela defesa que fez a esse projeto de nossa autoria, conseguindo aprová-lo ontem. Tenho certeza de que, quando chegar ao plenário, o projeto será aprovado também por unanimidade dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

Ontem, 11 de dezembro, foi aprovado no Plenário, já tarde da noite, o PLS nº 293/99, que, doravante, vai regulamentar o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Esse projeto é, sim, de alta relevância. O cooperativismo de crédito, hoje, naqueles Estados em que existe, está dando uma demonstração da sua importância e competência e do compromisso de ser diferente de outros bancos.

É o momento de fazer a reflexão. O Senado da República não está omisso e já se posicionou, no dia de ontem, com relação a essa legislação. Com certeza, irá se posicionar em outros momentos, como na questão de parte do FAT ser repassada para os bancos de crédito cooperativo e ser trabalhada por esses bancos. É um projeto de nossa autoria que está tramitando, e que esperamos seja aprovado e vitorioso.

Essa aprovação é mais uma importante conquista para o setor das cooperativas. Como disse aqui, o PLS nº 293/99, feitas as adequações necessárias, tornou-se bem mais abrangente e verdadeiramente ajustado às necessidades das cooperativas e dos seus bancos, atendendo, portanto, aos legítimos interesses do cooperativismo de crédito brasileiro. As alterações foram implementadas pelo nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PSB do Acre, em seu substitutivo.

Gosto muito – vou fazê-lo sempre – de distribuir desta tribuna os méritos entre todos os Senadores e Senadoras que são co-partícipes em qualquer projeto, como há pouco anunciei o Senador Eduardo Azeredo, Relator de um projeto de nossa autoria. Faço questão de citar o nome dos Senadores que têm substitutivos e parecer sobre qualquer projeto a que me refiro.

O Projeto de Lei nº 293/99, do Senador Gerson Camata, do Espírito Santo, disciplina o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, com texto moderno. Essa matéria define que o sistema será composto por cooperativas singulares e centrais de crédito, confederações de cooperativas de crédito e bancos cooperativos.

É justo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reconhecer que o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, teve papel fundamental no encaminhamento dessa matéria, especialmente o Ministério da Fazenda – via Banco Central, que ofereceu várias con-

tribuições de aprimoramento –, o Ministério da Agricultura – por meio do Denacoop – e outros setores.

As cooperativas singulares de crédito estimularão a formação de poupança e poderão oferecer assistência financeira aos associados. As cooperativas de crédito terão acesso aos instrumentos do mercado financeiro utilizados pelos bancos comerciais. As cooperativas centrais de crédito supervisionarão o funcionamento de suas filiadas e às Confederações de Cooperativas de Crédito caberá a coordenação do trabalho das cooperativas centrais.

A matéria foi amplamente aprimorada e por esse motivo obteve dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, num amplo entendimento, a aprovação unânime. Está de parabéns o Senado Federal, que, com esse gesto de seus integrantes, contribuiu para que o cooperativismo de crédito se apresente cada vez mais forte e mais competitivo.

Venho dando bastante ênfase à questão do cooperativismo, não só ao de crédito, mas ao de produção e outros. Pelo que tenho acompanhado, pelo pouco que tenho tido possibilidade de acompanhar, em reuniões na OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, com a participação de seu Presidente, Dr. Márcio, e de vários setores do cooperativismo, de eletrificação, de produção, especialmente de crédito, tenho observado cada vez mais na prática a importância do estímulo, do incentivo ao cooperativismo de um modo geral.

Se apostarmos na seriedade desse trabalho, na seriedade de um trabalho em que o coletivo toma as decisões e implementa as ações e em que há, por conseguinte, a divisão dos lucros nessas instituições, se apostarmos para valer, como instituição pública, com o poder de deliberação que temos, e se estimularmos, com a possibilidade de legislarmos a favor, cada vez mais, beneficiando o sistema de cooperativismo, de modo geral, encontraremos saídas que realmente poderão revolucionar a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho dúvidas de que esse é um grande potencial. Mais uma vez, cito o exemplo do cooperativismo de crédito. O nosso pequeno produtor rural precisa de uma forma de organização, assim como os nossos assentamentos de sem-terra que hoje estão existindo e que deverão existir em número muito maior. Quem não tem terra precisa de terra para dela tirar a sua sobrevivência, com dignidade para si e para sua família. Mas precisa haver também formas de organização para que o pequeno produtor continue a florescer, porque, somente com a terra e com uma política agrícola ain-

da muito parca para o desenvolvimento desses assentamentos, é muito difícil a sua situação. Há que haver uma forma de organização, e não tenho dúvidas de que, no caso dos assentamentos, a solução é o cooperativismo de produção.

No caso do crédito, costumo dizer que o pequeno produtor rural, o pequeno empresário da área urbana, o micro, muito pequeno, que às vezes precisa de pouquíssimo dinheiro para formar a sua pequena empresa, quase doméstica, aquele que gera três, quatro ou cinco empregos são os que realmente facilitam a vida do povo na área urbana, principalmente do povo pobre, que está desempregado, sem condições de vida com dignidade. Esses não podem nem passar na porta de um banco normal, porque, se precisarem de um pequeno empréstimo, podem perder o seu pequeno patrimônio, seja um pedaço de terra, seja um bem qualquer na área urbana.

O cooperativismo de crédito é a saída. Não tenho a menor dúvida de que poderá realmente ser a alternativa o resgate da cidadania do pequeno proprietário, do trabalhador rural e também dos trabalhadores da área urbana, em especial os pequenos. O crédito cooperativo é a saída, pois os cooperados participam das decisões políticas, das definições, da determinação das ações e dos lucros. Com certeza, este é um veio extremamente importante e talvez seja a grande saída para os pequenos, tanto do campo quanto das cidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu tempo terminou neste momento, e estou em uma campanha para que cada um use exatamente o seu tempo, o que garante que todos tenham as mesmas chances.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelo Sr. José Sarney, Presidente e Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a compreensão de respeitar o tempo, para que outros tenham oportunidade de falar.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição para falar pela Liderança do PFL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a é o primeiro inscrito.

O Senador Antonio Carlos Valadares se inscreveu como Líder, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. Posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim. Como Líder. Em seguida, falará o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero me inscrever para falar pela Liderança do PSDB. Já entreguei a autorização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Antes ou depois da Ordem do Dia?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, em seguida darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder.) – Obrigado, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois anos, foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) um levantamento sobre os planos de saúde, que constatou que os idosos são as maiores vítimas e os mais prejudicados pelos planos de saúde no Brasil. No ano de 2000, as empresas de planos de saúde lideraram o **ranking** de denúncias junto ao IDEC, a maior parte delas por reajustes de mensalidades ou por negativas de cobertura. E os planos de saúde estão entre as duas ou três maiores fontes nacionais de reclamações junto aos serviços de proteção ao consumidor.

Sabemos que o Presidente Lula, por intermédio da criação do Estatuto do Idoso, que passou nesta Casa e foi aprovado por unanimidade por todos nós que compomos o Senado Federal, saiu em defesa daquelas camadas mais desprotegidas e vulneráveis da população. Foi por essa razão que uma das medidas essenciais daquele estatuto veio no sentido de proteger as pes-

soas de maior idade contra aumentos de mensalidades em decorrência de mudança de faixa etária. O Estatuto do Idoso veta, nos planos de saúde, todo aumento para pessoas com 60 anos ou mais, a pretexto de faixa etária. As seguradoras de saúde têm como praxe, além dos reajustes anuais, a norma de executar um aumento de mensalidade do plano para cada mudança de faixa etária, sendo que as últimas faixas chegam a valores insuportáveis para as dezenas de milhões de brasileiros que buscam refúgio naqueles planos por conta da dificuldade de acesso e atendimento nas unidades públicas de saúde.

A solução para o idoso, aquela que sempre defendi, é a da universalização da assistência médica pública e gratuita, o SUS. Mas o que ocorreu, nas últimas décadas, foi um duplo movimento de retrocesso na medicina pública e, ao mesmo tempo, a proliferação dos planos privados de saúde: essa é a herança desastrosa. Hoje, já existem mais de 2,7 mil operadoras no mercado das seguradoras de saúde. Ora, acontece que a maior parte das pessoas que se vêm obrigadas a recorrer aos planos de saúde ganha pouco, menos de dez salários mínimos, suas condições de continuar pagando a assistência médica privada são precárias, são famílias que, com frequência, se submetem a privações para pagar uma mensalidade que, no caso das faixas etárias mais altas, chega a R\$600,00 ou mais de R\$ 700,00.

Sr. Presidente, e o que mais nos preocupa, neste momento, é o fato de que está em marcha, por obra e ação da pressão dos **lobbies** da medicina privada, e até por certas manifestações da própria Agência Nacional de Saúde Suplementar, um movimento cujo resultado final pode contrariar, na esfera dos planos de saúde, tudo que o Presidente Lula está tentando implementar com o Estatuto do Idoso. Senão vejamos: consciente de que o Estatuto do Idoso entrará em vigor daqui a um mês e sob evidente pressão das operadoras dos planos de saúde, a ANS acolheu a tese – e tirou resolução a respeito no mês passado –, em que se criam as condições para aumentos insuportáveis nas faixas etárias mais próximas dos 60 anos.

A matéria do **Correio Braziliense** de 29 de novembro passado não deixa margem a dúvidas. A pressão das operadoras – e a resolução da ANS – convergem no sentido dessa proposta que, com certeza, vai contra o usuário de planos de saúde: eles propõem a criação de novas faixas etárias (das atuais sete, passariam a existir dez), os aumentos seriam executados de cinco em cinco anos e não mais de dez em dez, e os aumentos propostos são mais intensos, ao ponto de clientes com mais de 59 anos passa-

rem a receber aumentos como se fossem os atuais usuários de mais de 70 anos. Essa proposta da ANS de mudança da atual divisão de usuários por blocos de idade vem desagradando as entidades de consumidores por uma razão tão simples quanto questionável: ela que significa, na prática, um arrocho sobre as pessoas de mais idade e mantém aquela diferença de até seis vezes no preço da mensalidade entre a primeira e a última faixa etária.

Para o Deputado Henrique Fontana, Presidente da CPI dos Planos de Saúde, esse procedimento “funciona como mecanismo de expulsão dos mais idosos” dos Planos de Saúde e “burla a vontade do legislador, pois anula o Estatuto do Idoso”. Essa é a questão que nos parece essencial: se o Estatuto do Idoso, fruto das nossas lutas e da sensibilidade do Presidente Lula, visa a proteção social do idoso, essa pretensão dos planos de saúde enfraquece, na prática, aquele estatuto.

Impossibilitados de pagar mensalidades abusivas, os idosos estarão sendo expulsos dos planos de saúde ou migrando para planos ainda mais precários. Está claro que isso configuraria uma injustiça social e inegavelmente afronta o Estatuto do Idoso e vai contra aquele um terço da população brasileira, que se vê obrigado a depender de planos de saúde. Levantei bem alto a bandeira de mais verbas para a Saúde e pude contar, Sr. Presidente, com Senadores corajosos, conscientes de seu papel em defesa da população mais pobre do Brasil, e, ontem, conseguimos derrubar a emenda que seria uma calamidade para a saúde pública do Brasil.

Vejo, aqui, vários Senadores que votaram conosco, como Sibá Machado, Demóstenes Torres, Mão Santa e tantos outros, que, pontificando sua participação no Senado Federal, demonstraram que estão aqui para defender o social.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a prestimiosidade com que atendeu o meu requerimento e passo, a partir de hoje, a defender, intransigentemente, que os planos de saúde sejam mais fiscalizados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, como Líder, por cinco minutos – e já antecipo as minhas desculpas ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Senador Leonel Pavan, vamos colaborar com a campanha da Senadora Serys Slhessarenko pelo

cumprimento dos horários estabelecidos no Regimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses cinco minutos concedidos ao PSDB, com certeza, serão suficientes para deixar registrada a nossa preocupação em relação ao aeroporto de Navegantes, no litoral de Santa Catarina, à BR 101, na região sul de Santa Catarina, e à BR-470, no Alto Vale e também no Vale do Itajaí.

Havia optado por fazer um pronunciamento para rebater as críticas do Ministério da Educação contra o Estado de São Paulo, referentes à evasão escolar, uma inverdade monstruosa que publicaram, tentando prejudicar aquele Estado. Se eu apresentar os dados aqui, todos verificarão, tranqüilamente, que, em função do número de alunos e habitantes, São Paulo está na média dos demais Estados do Brasil, colocando-se entre o primeiro e segundo lugares. Mas esse pronunciamento sobre São Paulo deixarei para uma próxima oportunidade, devido à extensão das explicações que quero dar.

O que desejo, neste momento, é fazer uma cobrança ao Governo e seus Ministérios, pois, desde o início do meu mandato, do meu trabalho no Senado Federal, mantive inúmeras reuniões, tanto nas Comissões, como em Ministérios e repartições públicas, para mostrar a importância e a necessidade de internacionalizar o aeroporto de Navegantes, pois somente o Balneário Camboriú recebe, nos três meses de temporada, aproximadamente 1,8 milhão de turistas – isso, porque não há um trabalho mais dirigido para o turista internacional.

Existe infra-estrutura, um aeroporto em condições, mas é preciso que o Governo Federal libere a internacionalização. Se queremos trazer recursos de fora, turistas estrangeiros para gastar no Brasil, precisamos oferecer-lhes condições, facilidades.

O DAC, a Infraero, o Ministério da Fazenda, a Polícia Federal, a Receita Federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgãos que estão diretamente ligados à internacionalização do aeroporto, têm dado o seu aval. Temos conversado com os representantes legais desses órgãos, que nos dizem que há condições de internacionalizar o aeroporto. Foi-nos garantido que, nesse período de temporada, por quatro ou cinco meses, seria liberada a internacionalização. No entanto, já estamos chegando à metade do mês de dezembro, ao início da temporada de verão, e não vemos nada de prático por parte do Governo Federal.

Eu queria deixar este alerta: Santa Catarina clama – principalmente as agências de turismo e os hotéis. As nossas cidades estão pedindo ao Governo Federal que pare de fazer discursos e demagogias, de enrolar até os próprios Senadores, prometendo o que depois não cumpre. Nós precisamos de informações palpáveis, concretas, para passar corretamente à população.

Chegamos a Santa Catarina e oferecemos à sociedade, à municipalidade os documentos que comprovavam a intenção, a vontade política do Governo em nos atender. Infelizmente, vai terminar o ano, começar a temporada, e o Governo mais uma vez blefa – agora, com Santa Catarina, com um setor importante como o turismo. Fica aqui registrada essa nossa preocupação.

Para finalizar, a BR 101. Foram reuniões, viagens daqui para lá e de lá para cá. As prefeituras gastaram recursos; entidades se deslocaram com recursos próprios para virem até Brasília, e ficou definido que haveria investimento na BR 101 e nos acessos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Encerra-se o ano, e nada até agora. Não existe explosão de nada, nem de crescimento; principalmente, não existe carinho, atenção e respeito pela população que deu quase 70 milhões de votos ao atual Presidente. Passa-se o tempo, e termina um ano de engodo, de enganação e de mentira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prorrogo o tempo do Expediente para conceder a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, com todo o respeito que temos por S. Ex^a. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal está vivendo o instante das reformas: a da Previdência, a tributária – também se fala na reforma política. O momento é das reformas.

No entanto, já estamos vivendo um clima de reforma há mais de três anos, no Senado Federal, e dez anos, na Câmara dos Deputados. Falo da reforma do Judiciário, que é de extrema importância para o povo brasileiro.

Percebo que essa reforma, que já está sendo falada há tantos anos, não está trazendo o entusiasmo necessário para que o Congresso Nacional apres-

se a sua votação. Até a Presidência da República cria, agora, uma secretaria especial para apoiar a reforma do Judiciário.

O que queremos da reforma do Judiciário? Não é uma estrutura nova, não são melhorias materiais para o Judiciário; essas são fáceis de alcançar. O que o povo deseja da reforma do Judiciário é que o deslinde das questões seja rápido, no tempo necessário para se acudir o direito que está periclitando. O que se vê, no País, é uma demora por demais insuportável no deslinde das questões.

Uma ação é proposta hoje, e só daqui a cinco ou dez anos se chega à sua decisão final. Isso é um absurdo.

Será que o que está acontecendo é negligência do juiz? Será que é decorrente do arcaísmo da estrutura dos tribunais? Será que é isso, na verdade?

Não acredito que seja, porque a Justiça, no meu Estado, conheço desde criança. Fui escrevente de cartório, distribuidor de fórum, defensor público, advogado e sei como funciona o Judiciário. Sei a luta do juiz para dar andamento ao processo e fazê-lo chegar à sentença final. Mas sei também do desespero do juiz, do promotor e dos advogados, porque esse objetivo não se alcança em razão simplesmente da lei adjetiva, ou seja, da lei processual.

Como funcionam os tribunais, a Justiça de 1ª instância, com referência aos recursos colocados à disposição das partes? Os recursos são inúmeros e emperram o andamento do feito.

Tive uma preocupação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e gostaria que V. Ex^{as} prestassem atenção neste fato. Criei uma situação hipotética de uma questão correndo não na 1ª instância, mas no Tribunal de Justiça. Não na 1ª instância, com o mesmo volume de recursos ou mais ainda, mas fiz no Tribunal de Justiça, porque tive uma assessoria que levantou essa questão. Vejam bem: formula-se uma situação hipotética, com fundamento no sistema jurídico-processual brasileiro, de modo a permitir uma visualização teórica das possibilidades recursais.

O autor pediu em juízo indenização por danos morais contra o réu. Se o juiz julgar procedente o pedido, por sentença serão possíveis os seguintes recursos, em ordem sucessiva – Senador Demóstenes Torres, já estou falando da sentença de primeira instância para o Tribunal de Justiça:

1. O réu poderá opor recurso de embargos de declaração, alegando que a sentença fora omissa com relação à determinada alegação defensiva (CPC, art. 535, II). O juiz, se reconhecer a omissão,

poderá analisar a questão e rejeitar a defesa, mantendo a sentença de procedência;

2. Novamente o réu poderá embargar de declaração, alegando agora obscuridade da sentença (CPC, art. 535, inciso I). O juiz conhece o recurso e rejeita a tese, mantendo a sentença;

3. O réu poderá interpor recurso de apelação, que será recebido nos efeitos devolutivos e suspensivos (CPC, art. 513);

4. No Tribunal de Justiça competente para julgar a apelação, o relator sorteado poderá, por decisão monocrática, negar provimento ao recurso, por entendê-lo manifestamente improcedente (CPC, art. 557);

5. Contra essa decisão, caberão embargos de declaração se o apelante alegar omissão da decisão (CPC, art. 535). O relator poderá rejeitar os embargos, mantendo a decisão;

6. Contra essa decisão caberá recurso de agravo interno, também conhecido por agravo regimental, para a turma recursal competente (CPC, §1º, do art.557);

Vai longe ainda, senhores. Estamos começando.

7. A turma, julgando o recurso de agravo, poderá, nesse caso, desde logo, julgar o recurso de apelação e reformar, por maioria de votos (2 a 1) a sentença;

8. Contra esse acórdão cabem embargos de declaração, opostos agora pelo apelado, autor da ação, alegando obscuridade do acórdão (CPC, art. 535, I). A turma poderá rejeitar os embargos de declaração, confirmando a decisão;

9. Contra o acórdão, o apelado poderá interpor embargos infringentes (CPC, art. 530). Esse recurso será encaminhado para outro órgão julgador do mesmo Tribunal;

10. Esse recurso de embargos infringentes será processado, abrindo-se vista para o recorrido. Depois, o relator do acórdão embargado poderá negar seguimento ao recurso, por julgá-lo, por exemplo, intempestivo;

11. Contra essa decisão monocrática caberá embargos de declaração, por obscuridade, alegando que a data de protocolo do recurso não foi corretamente considerada. O relator poderá rejeitar os embargos, confirmando a decisão;

12. Contra essa decisão caberá agravo interno para o órgão competente para conhecer do recurso de embargos infringentes (CPC, art.532);

13. A turma poderá dar provimento ao agravo interno e determinar o processamento do recurso;

14. No julgamento dos embargos infringentes, o órgão competente poderá dar provimento ao recurso,

reformando o acórdão e mantendo a sentença que havia condenado o réu.

Vou continuar, Sr^{as}. e Srs. Senadores, mas observem que eu já estou sendo repetitivo e estafante, e, na verdade, não esgotei ainda os recursos possíveis em segundo instância. Olhem o absurdo:

15. Contra esse acórdão caberá novamente embargos de declaração pelo réu, alegando omissão (CPC, art. 535, II), que poderá ser rejeitado, confirmando-se o acórdão.

16. Contra esse acórdão cabe recurso extraordinário para o STF, alegando matéria constitucional, e recurso especial para o STJ, alegando matéria de legislação infraconstitucional (CPC, art. 541). Esses recursos terão seu juízo de admissibilidade feitos no âmbito do próprio Tribunal, pelo seu Presidente ou Vice-Presidente;

17. Das decisões que negarem seguimento aos recursos, caberão recursos de agravo de instrumento ao STF ou ao STJ, que poderão determinar processamento dos recursos.

18. Admitidos os recursos no STF ou no STJ, serão julgados pelo mérito, e contra o julgamento será possível a interposição de novos recursos, tais como embargo de declaração e embargo de divergência”.

Observem, Srs. Senadores, que estou falando apenas da 2ª Instância, sem referir-me ao processamento inteiro no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, e não falando também da 1ª Instância, local em que se inaugura a ação cível até a apelação.

Assim, contabilizando-se o total de recursos no caso hipotético, acima referido, temos 20 procedimentos recursais, sem falar da hipótese em que o juiz, concedendo ou negando, no mesmo processo, pedido de tutela antecipada, no início da ação, daria ensejo à interposição do agravo de instrumento diretamente no Tribunal de Justiça, com embargo de declaração, e uma outra série de recursos, até decidir finalmente se a tutela antecipada tem ou não cabimento.”

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a realidade legal dos recursos de uma ação num Tribunal de Justiça.

Que juiz, que desembargador tem condições, diante desse emaranhado de recursos, de dar celeridade à ação, possibilitando o imediato atendimento do pedido do autor ou do pedido do réu, com uma sentença que chega deslindando a questão a tempo de salvaguardar o direito violado da parte?

Essa é a reforma de que precisamos: a reforma contra os recursos do processo, não a reforma das

estruturas dos tribunais, que é a que está caminhando com os projetos em tramitação há 13 anos no Congresso Nacional e que não chega ao seu final.

E a população está ávida para que, na verdade, ocorra essa reforma.

Para que tanta cautela num campo de trabalho em que de um lado há advogados, de outro, representantes do Ministério Público, de outro, juízes, magistrados, todos cuidando da ação? Por que tanta cautela, meu Deus do céu, com esses recursos absurdos que fazem com que o cidadão se desespere quando bate à porta da Justiça? Vamos fazer a reforma do Judiciário, mas é preciso que ela comece pelo Código de Processo Civil e pelo Código de Processo Penal. O Código de Processo Penal tem tantos incidentes que precisamos revê-lo, como também precisamos rever a lei penal, o que já seria um outro problema, porque flexibilizamos demais a execução da pena.

Sr. Presidente, V. Ex^a é um especialista na área criminal e sabe como se afrouxaram as regras. Quando eu advogava, **sursis**, a suspensão condicional da pena, era apenas para condenados até dois anos de detenção. Hoje é para condenados até quatro anos de reclusão, fora os indultos, fora tudo aquilo que acontece. O povo deseja celeridade? Sim, e é preciso que a alcancemos.

Concito as Sr^{as} e os Srs. Senadores, o Congresso Nacional, a ajudarmos a Secretaria Especial criada pelo Presidente Lula. Vamos acelerar a reforma para que se acelerem os processos de prestação jurisdicional.

Esta semana, em entrevista, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, disse que a reforma é premente e falou a respeito das leis adjetivas, das leis processuais.

Quando se fala de reforma, qual é a imagem que surge como resultado? A prestação jurisdicional pronta, o mais célere possível, justa.

Gostaria aqui de exaltar o trabalho da magistratura. Como disse no início, profissionalmente, nasci dentro do fórum, dentro dos cartórios, e sei o que significa uma sentença judicial. Conheço a ansiedade dos juízes, dos promotores e dos advogados para que a ação chegue ao seu final e haja o deslinde da questão. Ela só não ocorre para aqueles que se utilizam da Justiça para usar desses subterfúgios, desses recursos absurdos para procrastinar a ação e não ter que cumprir com sua obrigação. A esses não podemos dar guarida. Precisamos dá-la àqueles que procuram a Justiça tentando recompor o seu direito violado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Justiça de Mato Grosso do Sul, uma das melhores do Brasil, comandada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Rubens Bossay, é um exemplo da ansiedade que tem a magistratura por essa reforma que tanto esperamos, de que tanto falamos.

Vamos acelerar essa reforma, vamos aproveitar este instante em que a Nação está empolgada com as mudanças, em que o Executivo, por intermédio do Presidente da República, fala tanto em outras reformas, como a política e outras mais, para priorizar a reforma do Judiciário. Milhões de processos estão nas gavetas dos tribunais e não caminham porque a cada passo que se tenta dar tem um recurso a se opor.

Não importa a suntuosidade do edifício de um tribunal, não importa a estrutura física colocada para os magistrados exercerem a sua função, pois o de que precisamos é de um instrumento de celeridade. Isso, na magistratura, significa, antes de tudo, reduzir drasticamente os recursos que podem ser interpostos, seja nas decisões interlocutórias, seja nas decisões de mérito.

Sr. Presidente, colaborando com a proposta da Senadora Serys Slhessarenko, faltam ainda três minutos para se encerrar o meu tempo, mas acredito que esgotei bem o assunto e gostaria que todos os meus Pares tivessem oportunidade para falar neste plenário. Lançarei uma campanha no sentido de que, quando se falar em nome da Liderança, o assunto seja sempre de interesse partidário, para que nós, que nos inscrevemos com antecedência de 48 horas, tenhamos mais chance de falar desta tribuna.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permite-me um aparte Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Pois não, Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Juvêncio, V. Ex^a está tocando em algo que realmente é essencial para a Nação: a agilidade do Poder Judiciário. Temos um procedimento absolutamente arcaico. Eu me ausentei do plenário um pouco para tratar de um assunto, mas, além de todos os embargos, ainda há o regimental. Não sei se V. Ex^a tocou nesse assunto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim, toquei.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Um embargo que o Regimento Interno prevê, ou seja, vai-se reformando, e o Poder Judiciário consegue violar o Regimento mais que o próprio Senado Federal. É algo incrível. Com isso, a Justiça brasileira vai to-

cando o seu bonde, arrumando as suas soluções e vai enrolando aquele que está litigando. Não conseguimos decidir, essa é a verdade. Uma decisão de juiz de primeiro grau não vale nada e, às vezes, uma decisão de um Tribunal de Justiça também não tem grande repercussão. O Supremo Tribunal Federal se transformou em tribunal ordinário, que julga qualquer causa, que decide desde despejo de boteco de ponta de rua até propriedade de cachorro de madame de Copacabana. Quer dizer, qual é a importância, hoje, do Supremo Tribunal Federal? Temos que dar valor ao juiz de primeiro grau, temos que limitar os recursos, temos que dar importância extraordinária a um Tribunal de Justiça, e o Supremo Tribunal Federal tem que julgar as causas relevantes do País. Neste ano, no primeiro semestre, o Supremo Tribunal alemão julgou trinta e seis processos, processos de relevância, enquanto que o Supremo Tribunal Federal julgou mais de cem mil processos. Há alguma coisa errada, e grandemente errada. Depois de julgado, Senador, ainda há o processo de execução. V. Ex^a toca em algo que é fundamental: ou vamos reformular o procedimento, acabar com esses recursos procrastinatórios, ou a Justiça brasileira vai continuar se igualando à Justiça portuguesa, extremamente procrastinatória. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a é um homem inteligente, atuante, Promotor de Justiça dos mais brilhantes de Goiás e do Brasil, e sabe muito sobre aquilo de que estamos falando.

Eu deveria, por obrigação, além da magistratura, exaltar também o Ministério Público, que trabalha intensamente para que os processos caminhem.

O que me preocupa mais ainda, Senador Demóstenes Torres, é ver que a Justiça, que trabalha tanto, com tanta dedicação e com tanta vocação, ainda merece da população uma avaliação negativa, que reputo ser em razão da morosidade do processo, e a culpa está na lei processual.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância. Deixo aqui a convocação para que o Congresso Nacional faça, o quanto antes, a reforma do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado. Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou prorrogar por quinze minutos a sessão para que possam usar a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, os Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy e César Borges.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Casa aprovou ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, um projeto de minha autoria, o quinto que apresentei sobre salário mínimo, e, à noite, recebi uma série de telefonemas de pessoas que queriam entender melhor esse projeto.

Uso mais uma vez a tribuna da Casa para explicá-lo. Essa proposta faz parte de uma linha de raciocínio que persigo desde o tempo da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, no dia 1º de maio o salário mínimo será reajustado conforme a inflação dos últimos doze meses. Usei o IGPDI, mas não tenho nada contra o INPC. Nos últimos 12 meses, o INPC ficou em torno de 12%, e o IGPDI, de 10%. Mas estou trabalhando com o IGPDI. Aplica-se sobre o salário mínimo, que hoje é de R\$240,00, a inflação correspondente ao IGPDI – no nosso caso, 10% –, obtendo-se um reajuste de R\$24. O salário mínimo irá para R\$264,00. Em um dos artigos assegura-se a correção pela inflação, um reajuste de 20 centavos a hora no salário-hora do trabalhador. Essa história dos 20 centavos criou um mal-entendido. Mas só 20 centavos? Sim, só 20 centavos a hora, uma vez por ano. Em 1º de maio de 2004, o assalariado brasileiro terá um reajuste de 20 centavos a hora; depois, em 1º de maio de 2005, mais 20 centavos a hora.

Claro que, como sempre falo, ninguém aqui é bobo; todo mundo faz a leitura. Mas o que são esses 20 centavos? São 20 centavos a hora. Calculando-se que, para manter a carga/horária de 44 horas semanais, o trabalhador brasileiro trabalha 220 horas por mês, 20 centavos a hora, no fim do mês correspondem a R\$44,00. Somando R\$264,00 mais R\$44,00, obtemos R\$308,00 de salário mínimo.

Conseqüentemente, com o dólar a R\$2,90 aproximadamente, ultrapassaremos a barreira dos 100 dólares. Com uma redação tranqüila e demonstrando que não traremos nenhum impacto negativo na economia, contemplaremos em torno de 100 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, é importante repetir o que eu dizia ontem: 50 milhões de brasileiros ganham até meio salário mínimo. Na faixa de até um salário mínimo – repito, até um salário mínimo – temos em torno de cem milhões de pessoas. Outro artigo do mesmo projeto – simples, repito – garante aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste assegurado ao salário mínimo. Com isso, o mesmo princípio da paridade que

garantimos para os servidores públicos estará garantido para o trabalhador do Regime Geral da Previdência; ou seja, aquele aposentado do Regime Geral da Previdência terá direito, por esse projeto, ao mesmo percentual de reajuste. Claro, Sr. Presidente, que esse percentual de reajuste assegurado ao salário mínimo se estende também na sua totalidade aos 22 milhões de aposentados e pensionistas.

É um projeto simples, tranqüilo. Duvido que aqui na Casa alguém será contra o reajuste de 20 centavos a hora uma vez por ano para o salário mínimo. Por isso ele teve apoio unânime. Nenhum Senador votou contra, Sr. Presidente, todos votaram a favor. Agora o projeto vai para a CAE, onde tem poder terminativo. Tenho certeza de que lá também será aprovado para ir para a Câmara e ser votado antes do dia 1º de maio. Além de ser justo e muito justo, porque todos sabemos que R\$308,00 é muito pouco – o que dirá menos que R\$300,00 –, ainda há outro lado: estamos na linha de assegurar que o Brasil ultrapasse a faixa vergonhosa de ser o único País do continente americano que paga um salário mínimo menor que US\$100.

Sr. Presidente, para concluir, informo que, sobre a PEC nº 77, da reforma da previdência, estou inscrito para discutir no momento adequado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Paulo Paim, para o projeto de V. Exª e o do Senador Eduardo Suplicy sobre renda mínima, temos que fazer uma frente para proporcionar uma distribuição de renda mais justa, porque a miséria é muito grande. Isso vem ao encontro da ansiedade da população mais pobre. Cumprimento V. Exª.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy por cinco minutos.(Pausa.)

Com a palavra o Senador César Borges, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto que me traz aqui para esta comunicação inadiável é a preocupação com um setor fundamental para a qualidade de vida do povo brasileiro, o setor de saneamento.

Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, antes de ser Governador do Estado da Bahia, fui Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Governo Antonio Carlos Magalhães no período de 1991 a 1994 e posso afirmar que o saneamento básico representa ainda uma das maiores carências da população brasileira. O censo de 2000 do IBGE revelou que 23%

dos domicílios brasileiros, cerca de 9,9 milhões de unidades, quase 10 milhões, não contam com abastecimento de água por redes públicas. Em relação ao esgotamento sanitário, a situação é bem pior: apenas 47,2% dos domicílios estão ligados às redes coletoras e no máximo 20% do total coletado é tratado.

É importante lembrar que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, 70% a 80% das internações hospitalares são decorrentes de doenças transmitidas por águas contaminadas, as chamadas doenças transmitidas e veiculadas hidricamente. Cada real aplicado em saneamento básico representa uma economia de R\$4,00 a R\$5,00 em gastos com a saúde. Portanto, investir em saneamento é prevenir doenças.

Quase 20 milhões de domicílios aguardam esgotamento sanitário para este ano – daí a razão da nossa presença aqui –, mas o Governo Federal destina pouco mais de R\$100 milhões para o Ministério das Cidades. É uma realidade inaceitável. Não são nada animadoras as perspectivas de investimento e saneamento para este ano de 2004 que se avizinha. O relatório setorial – nós fazemos parte da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional – da área de planejamento e desenvolvimento urbano do orçamento revela que apenas R\$113 milhões, de maneira mais precisa e mais exata, estão destinados ao Ministério das Cidades para investimento no próximo ano.

Passados quase doze meses, continuamos ouvindo muitas avaliações, diagnósticos, promessas para o futuro. O Governo diz que vai consolidar, que vai discutir, que vai agilizar, que vai definir. Mas tudo está por se realizar. Efetivamente tivemos um ano perdido em 2003 e tudo indica que teremos um ano perdido em 2004.

Durante apresentação na Comissão de Infra-estrutura, o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, divulgou estudo, realizado por uma consultoria privada e pago com recursos públicos, que chegou à conclusão de que são necessários investimentos da ordem de R\$6 bilhões a R\$12 bilhões por ano, durante vinte anos (total de R\$178 bilhões), para criar a condição necessária de universalização no setor de saneamento.

Pois bem, Sr. Presidente, se vamos investir R\$6 bilhões por ano, como é que o Ministério das Cidades tem, no Orçamento de 2004, alocados para investimento meros R\$113 milhões? Isso é uma brincadeira! Isso é uma ficção!

Na mesma apresentação, o Ministro das Cidades fez questão de ressaltar a falta de prioridade do Governo anterior, que ele critica, em relação ao saneamento, mostrando que em 2002 aquele Governo investiu apenas R\$130 milhões em saneamento. Pois

bem, para 2004, já sob a égide do atual Governo, o Orçamento só prevê R\$113 milhões, Senador Edison Lobão. Logo, estamos andando para trás na procura da melhoria da qualidade de vida do nosso povo e na procura da universalização dos serviços de saneamento, que incluem abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Sr. Presidente, o Brasil não pode esperar sempre pelo amanhã. É preciso rediscutir urgentemente esse superávit fiscal draconiano e malvado que afeta o País, que reduz o nível de investimento público e prejudica cada vez mais o crescimento do País e a qualidade de vida do povo brasileiro.

Era essa situação que eu gostaria, neste momento, de trazer ao conhecimento desta Casa.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Faço uma comunicação inadiável, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Perdão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gostaria muito e me sentiria honrado com o seu aparte, mas, infelizmente, o Regimento não me permite.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aqui, Sr. Presidente, a sua esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe. A sua voz é inconfundível, mas eu o estava procurando no seu lugar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu estava meio clandestino aqui, não é? Obrigado, Presidente.

Peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como Líder, V. Ex^a tem a palavra imediatamente, se quiser falar antes da Ordem do Dia.

Em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação urgente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse processo é de fato muito dinâmico. Ontem, o Governo obteve dois significativos instrumentos de governo: um, contra o qual eu me insurgi, em função do radicalismo e da crueldade social nele contidos, em face com o baixo retorno fiscal pre-

tendido pelo Governo, a reforma da Previdência, matéria que mereceu voto honrado de inúmeros colegas e companheiros meus de Bancada. Votei a favor da reforma tributária, que foi aprovada quase que por unanimidade, a partir do trabalho feito pelo Senador Tasso Jereissati, que deu, a meu ver, a espinha dorsal, ideológica das mudanças que serão implementadas; do notável voto em separado do Senador Rodolpho Tourinho, do PFL; do atendimento aos pleitos emergenciais de governadores. E, sem dúvida, falando como Parlamentar do Amazonas, em nome também da prorrogação do modelo da Zona Franca de Manaus e do atendimento de três pontos essenciais, que, a meu ver, poderão propiciar um deslanche maior do crescimento econômico do meu Estado, que já é, em face desse modelo exitoso, o sétimo em renda **per capita** deste País, num concerto de 27 Estados.

Votei a favor e disse ontem, desta tribuna, que o Presidente Lula havia pedido dois instrumentos e o Congresso os havia concedido, com votos substanciais da Oposição: a tal reforma da Previdência e a reforma tributária.

Hoje, para mim, é vida nova mesmo. Quero é cobrar do Presidente que ele resolva os problemas, já que tem os instrumentos na mão. Eu não podia deixar passar um só dia antes de retomar com clareza o meu papel de Líder de um partido de Oposição, que faz cobranças e que não dá trégua a ninguém, mesmo. Temos paciência, temos tolerância, mas trégua não damos. A trégua não é para ocorrer entre pessoas honradas. Não se dá trégua. Erro se denuncia, acerto se registra.

Não quero ficar aqui fazendo carga contra a Ministra Benedita da Silva, mas vejo hoje que as denúncias que aqui fizemos tiveram a cobertura do Ministério Público da União, do Ministério Público Federal. A Ministra é denunciada por improbidade, e fica em cheque a opinião do Presidente, que disse: "Não há problema". Ele passou a mão pela cabeça de S. Ex^a imaginando que seria o todo-poderoso, que perdoaria e que, quando acusasse, transformaria em réu o acusado; e quando perdoasse, transformaria em inocente o perdoado. Não é bem assim. Há instituições funcionando neste País, e o Congresso é uma delas, o Ministério Público é outra, o Judiciário também.

E agora digo, sem nenhum ranço – até porque não trabalho com a figura do ranço –, sem nenhum sentimento de revanche, porque não trabalho com o sentimento de revanche, mas me causa uma certa espécie que, diante desse episódio de Santo André, o Partido dos Trabalhadores saia para a negaça. De repente, me diz o Presidente José Genoíno: "Por que

não reabrem o caso do Toninho do PT?" É bom reabrir o caso do Toninho do PT, sim. Eu pergunto: e por que não investigarmos de vez, e para valer, esse caso de Santo André? Por que não? E mais ainda: não dá para esconder algo que está tão evidente aos olhos da opinião pública. É preciso agora uma atitude firme do PT – e quero mostrar minha confiança no PT, que tenho como um Partido de pessoas honradas, de pessoas de bem – mostrando que não tem nada a ver com isso, mostrando que não teme Sérgio Sombra, mostrando que não tem nada a ver com o esquema de propinas em Santo André, e não essa história de "vamos matar duas vezes o Prefeito". Eu não matei o Prefeito nenhuma vez, não matei ninguém nenhuma vez, não quero matar ninguém duas nem cinco nem dez vezes.

Eu quero justiça. E justiça é ressaltar inocentes e apontar culpados. Portanto, a esta altura, a índole do PT deveria levá-lo a constituir aqui a comissão parlamentar de inquérito que investigaria o caso de Santo André. Essa seria a reafirmação da índole de um partido. Fosse esse episódio um episódio do Governo passado, no Governo passado, e nós teríamos aqui um verdadeiro carnaval fora de época, um "carnafofia", um "carnapetismo", com todas as repercussões que pudessem ocorrer sobre a economia brasileira.

Aqui, estamos fazendo meramente o registro da nossa estranheza, entendendo que não há cabimento em, a esta altura, o PT não dizer: "Eu, PT, quero investigar isso a fundo e podem instalar a comissão parlamentar de inquérito sim. Até porque já se aprovou a reforma da Previdência, já se aprovou a reforma tributária, não há mais nenhuma desculpa que justifique não se fazer essa investigação a fundo que, se Deus quiser, vai mostrar a lisura do PT, vai mostrar a inocência de seus quadros, vai mostrar a firmeza em relação à coisa pública com que sempre haverão de se portar os seus membros".

Portanto, Sr. Presidente, encerro dizendo que volto à minha rotina. E a minha rotina é fazer oposição a equívocos de um Governo, eu que não faço oposição a um País, não faço oposição ao Brasil. E como não faço oposição ao Brasil, ajudei, com o meu Partido, a aprovar a reforma tributária, sobre a qual nós, de maneira substancial, procuramos intervir a partir do substitutivo do Senador Tasso Jereissati.

Agora, virada a página, eu vim aqui num gesto simbólico. As pessoas dizem que hoje há uma certa ressaca. O Governo está feliz. A Oposição de certa forma também, porque ajudou, aprovando a reforma tributária, o País. Mas não há um só minuto de trégua

de minha parte nas cobranças quanto à ética e a desmandos administrativos.

O Governo não resolveu a equação gerencial. O Governo não está governando. O Governo é responsável pelo crescimento zero, ele, que se tivesse agido com mais eficácia administrativa, poderia ter garantido alguma coisa perto de 2% de crescimento positivo neste ano.

Sobre o episódio de Santo André, aqui não está ninguém fazendo uma acusação qualquer, está um Senador estranhando. É preciso resposta; é preciso atitude; é preciso menos negaça; é preciso menos jogo de cintura; é preciso menos fingir que não está vendo; é preciso menos fingir que não está lendo os jornais; é preciso menos fingir que a opinião pública não está sedenta de saber a fundo o que houve. E a opinião pública vai saber a fundo o que houve, seja através de uma comissão parlamentar de inquérito da Casa, seja através da investigação dessa imprensa livre que aí está, ou através do que já vai propondo e vai colhendo o Ministério Público.

Portanto virei, a meu ver, uma página. Vamos para o segundo turno da reforma tributária, para aprová-la. Vamos procurar aperfeiçoar, se der, mas não temos nada contra conseguir qualquer melhoria, depois de termos feito tanta pressão em relação aos servidores públicos na tal PEC paralela. Não negaremos apoio ao Governo para aprovar o Orçamento, desde que o Orçamento seja sensível e reflita o pensamento da Minoria. Mas a vida continua, e as manchetes hoje estão impregnadas de perguntas sobre Santo André, estão impregnadas de denúncias que resvalam para o campo ético. E o meu papel, que não é o da omissão, é cobrar que o Governo se manifeste e mostre o seu desejo de ver tudo claro, de não deixar dúvida sobre dúvida, pedra sobre pedra, porque aí, sim, o Brasil estará mostrando a vontade de construir governos à altura do patriotismo que a Oposição tem demonstrado aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, último orador inscrito, para uma comunicação inadiável. Em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

V. Ex^a dispõe de até 5 minutos, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Romeu Tuma, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, passo a ler carta que escrevi a Celso Furtado:

Caro Professor Celso Furtado,

Resolvi dar uma boa notícia ao povo brasileiro por meio de uma carta ao maior

de nossos economistas, cujos livros, entrevistas e palestras, desde a minha adolescência, constituíram-se em estímulo e luz na busca de caminhos para que pudesse encontrar meios de assegurar maior justiça em nosso país e o direito a todos os brasileiros de viver com maior dignidade. Os ensinamentos de como a melhor distribuição da renda e conseqüentemente uma estrutura equilibrada de demanda agregada serão benéficas para propiciar um desenvolvimento mais saudável e duradouro, estão presentes desde as obras *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Um Projeto para o Brasil* (1968), até *O Longo Amanhecer* (1999).

Em 13 de dezembro de 2000, em seu depoimento à Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a pobreza, você demonstrou captar exatamente o sentido da renda básica da cidadania ao afirmar que o conceito de trabalho está mudando e que:

“Todo homem tem direito a uma renda, a uma inserção social positiva”, e mais

“Este é o problema mais importante para definir esse processo para o futuro: como hoje em dia modificar o conceito de trabalho e de renda e admitir que toda a população, todo homem que nasce em uma sociedade, merece a solidariedade de todos os membros dessa sociedade”.

A boa nova que quero lhe transmitir é que o Congresso Nacional acaba de aprovar o Projeto de Lei nº 254, de 2003, originalmente Projeto de Lei do Senado nº 266, de minha autoria, que institui a Renda Básica de Cidadania no Brasil, a partir de 2005, a ser alcançada em etapas. A critério do Poder Executivo, priorizando-se as camadas mais necessitadas.

Quando instituída integralmente, a renda básica de cidadania significará que todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, passarão a ter uma renda monetária suficiente para atender as suas necessidades vitais. O seu valor será definido pelo Poder Executivo, levando em consideração o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias.

A proposição é compatível com o parágrafo único do art. 203 da proposta de emenda constitucional referente à reforma

tributária, já aprovada pela Câmara dos Deputados e, ontem, em primeiro turno, pelo Senado Federal, que diz:

“A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, podendo ser financiado e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei.”

Também é consistente com a decisão de outubro último do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de coordenar, racionalizar e unificar as diversas transferências de renda no Programa Bolsa Família, que pode ser visto como um passo em direção a renda básica de cidadania. As condicionalidades previstas no programa, como a vacinação das crianças, o acompanhamento de sua nutrição, a frequência das crianças na escola, a alfabetização e a capacitação dos adultos são consideradas positivas no processo de transição gradual para que, um dia, as condições possam ser extintas.

Aprovado o mérito do projeto pela Câmara dos Deputados hoje – uma vez que não houve recurso de parlamentares solicitando que também fosse votado em plenário, o projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça, há duas semanas –, a redação final da referida proposição ainda deverá ser votada pela CCJ na próxima semana, para então seguir para a sanção ou veto do Presidente da República.

Envio-lhe, em anexo, a carta que remeti na semana passada ao Presidente Thabo Mbeki, da África do Sul, justamente a palestra que fiz para os representantes de 27 entidades da sociedade civil daquele país que formaram a Coalizão pela Instituição de uma Renda Básica de Cidadania como meio de erradicar a pobreza absoluta.

O Brasil é o primeiro país no mundo em que o seu Congresso Nacional aprova um projeto de lei que institui uma renda básica como um direito à cidadania de todos os seus habitantes.

Muito bom Natal e um grande abraço para você, Rosa e toda a família.

Quero agradecer muito a todos os Senadores e Senadoras que aqui aprovaram o projeto que institui uma renda básica de cidadania em dezembro de 2002, inclusive o Senador Francelino Pereira, então Relator, que propôs que fosse instituída gradualmente.

Agradeço à Senadora Lúcia Vânia pela sua vibração e apoio. Neste instante, gostaria de ouvir o aparte de S. Ex^a, mas fica aqui registrada a sua intenção, a sua energia.

Peço ao Sr. Presidente que seja anexada a minha carta ao Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, fazendo-se constar o texto em inglês e em português, porque, originalmente, a carta foi em inglês.

Gostaria apenas de informar que, em minha viagem à África do Sul, falei para 27 entidades, que representam hoje 12 milhões dos 46 milhões de sul-africanos. Eles ficaram extremamente entusiasmados quando informei a eles que o Brasil estava aprovando esse projeto. A Comissão de Constituição e Justiça já o aprovou há duas semanas, faltando apenas aprovar a redação final. Essa informação foi importante para eles, pois também estão na batalha para que lá se institua uma renda básica de cidadania.

Agradeço muito a todos os Srs. Senadores pelo apoio, inclusive a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, Presidente da Mesa neste instante, e ao Senador Paulo Paim, que, na comemoração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, fez um pronunciamento dizendo que, entre os projetos de lei visando ao resgate do direito à cidadania de todos os afro-descendentes, estava justamente a garantia de uma renda mínima. Ressalte-se que essa garantia agora foi instituída tanto na reforma tributária, que aprovamos ontem à noite, como também no Bolsa Família, programa que pode ser visto como um passo. Agora com a perspectiva de implantação gradual a partir de 2005, chegaremos a 2010 com uma renda básica de cidadania plenamente instituída em nosso País.

Muito obrigado a todos os Senadores e Deputados, sobretudo aos que deram parecer, como o Senador Francelino Pereira e os Deputados Paulo Bernardo e Irineu Colombo, ao Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, e ao Deputado Eurico Rezende, que presidiu a Comissão de Finanças e Tributação, onde foi aprovado respectiva, conclusiva e terminativamente o projeto na Câmara.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR EDUARDO SUPPLY EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Carta Aberta¹

2 de dezembro de 2003

Sr. Thabo Mbeki

Exmo. Sr. Presidente da República da África do Sul

Pretoria

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Para mim é uma honra ser convidado para falar na Conferência de Coligação para Concessão de Renda Básica - Basic Income Grant Coalition Conference “Reduzindo Desigualdades e Pobreza – Uma Solução BIG”, realizada de 2 a 4 de dezembro de 2003 em Gauteng. Para mim tem sido bastante encorajador saber que na África do Sul 27 organizações (desde sindicatos, igrejas, organizações de jovens, de crianças, de portadores de HIV/AIDS, de idosos, de direitos humanos, etc) representando mais de 12 milhões de pessoas, se associaram numa coligação com o objetivo de promover a idéia para a introdução de renda básica neste país que apresenta muitos problemas semelhantes aos nossos no Brasil. Tanto a África do Sul quanto o Brasil são países industrializados em desenvolvimento caracterizados por grandes desigualdades com graves problemas de pobreza, criminalidade e violência. Entretanto, ambas as nações têm extraordinários recursos naturais e humanos que podem ajudar a resolver os nossos problemas. Muito importante, ambas as nações têm governos que foram eleitos democraticamente por seus povos, suscitando grandes expectativas de que eles serão capazes de erradicar a fome e a pobreza absoluta, além de promover crescimento e oportunidades de emprego e criar uma sociedade muito mais justa.

Sou um senador brasileiro, membro e co-fundador do Partido dos Trabalhadores do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e também Professor da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Desde que fui eleito Senador pela primeira vez em 1990, representando o Estado de São Paulo, decidi apresentar um projeto para instituir um Programa de Garantia de Renda Mínima no Brasil. Primeiro, em 1991, através de um imposto de renda negativo, de acordo com o meu primeiro projeto de abril de 1991. Cada cidadão adulto, de 25 anos ou mais, com a renda mensal abaixo do que seria equivalente a US \$ 150,00, teria o direito de receber um complemento de renda que seria de 30% a 50% sobre a diferença entre esse patamar e a renda da pessoa. O Poder Executivo decidiria, levando em consideração a disponibilidade de recursos e a experiência do programa para aplicar a taxa de 30% a 50%. O programa seria introduzido gradualmente ao longo de 8 anos, começando por pessoas com idade de 60 anos ou mais depois 55 anos ou mais, e assim por diante, de 1995 a 2002. O projeto foi aprovado com unanimidade pelo Senado Brasileiro em dezembro de 1991, foi para Câmara dos Deputados em 1992, onde obteve um relatório favorável da Comissão de Finanças e Tributação, em 1992, e hoje está pronto para ser votado.

Entretanto, a iniciativa fez surgir um debate bastante produtivo e lançamento de inúmeras experiências parciais de programas de concessão de renda mínima garantida associados às oportunidades de educação e saúde, também conhecidos como Programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação. Durante os anos noventa, enquanto estava discutindo formas de programas de concessão de renda mínima garantida, fiquei cada vez mais ciente sobre o conceito da renda

¹Por ocasião da Conferência da Coligação de Concessão de Renda Básica - “Reduzindo Desigualdades e Pobreza – uma Solução BIG”, Investimentos, Crescimento e Desigualdade, em Gauteng, Republica da África do Sul.

¹ Uma bibliografia completa sobre o tema pode ser encontrada em meu livro: *Renda de Cidadania. A Saída é pela porta*. Fundação Perseu Abramo Editora e Cortez Editora. 2002. Segunda Edição.

básica incondicional e suas vantagens, mesmo em relação ao conceito do imposto de renda negativo.

Em dezembro de 2001, depois de ter sido reeleito em 1998 para um novo mandato de 8 anos como Senador, decide apresentar um novo projeto para instituir uma Renda Básica de Cidadania no Brasil a partir de 2005. Hoje estou plenamente convencido de que uma renda básica incondicional é um projeto de bom senso para o objetivo de erradicação da pobreza, a construção de uma sociedade mais equitativa e proporciona uma liberdade real para todos da mesma forma como uma pessoa sai de sua casa pela porta. Isso foi destacado por Guy Standing na Conferência Internacional sobre a Renda Mínima realizada no Senado brasileiro em 1998. Como Confúcio explicou, 520 anos antes de Cristo, no Livro de Explicações e Respostas: Poderia alguém sair de sua casa sem ser pela porta? A boa notícia que gostaria de contar é que esta iniciativa já foi aprovada unanimemente pelo Senado Brasileiro em dezembro de 2002 e ela foi aprovada na semana passada de forma terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Câmara dos Deputados. Isto significa que de sexta-feira da semana passada até a próxima quinta-feira, se pelo menos 10% dos 513 deputados federais decidirem não requerer que o projeto seja votado também pela Sessão Plenária, então ele será considerado aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro. Isto poderá acontecer em dois dias, na próxima sexta-feira. Uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, ele irá ao Presidente Lula para a sua sanção ou veto dentro do período máximo de 30 dias. Se isto ocorrer, Brasil será a primeira nação do mundo a ter o seu Congresso Nacional aprovando uma Lei instituindo uma renda básica.

É o nosso objetivo comum, na África do Sul e no Brasil, construir uma sociedade justa e civilizada. Temos observado que para atingir esse ideal precisamos levar em conta os valores que consideram o interesse coletivo e não apenas o interesse próprio, tirando vantagens pessoais em todas as coisas, em detrimento dos nossos semelhantes. Precisamos atender principalmente a ética, a verdade, a solidariedade, a fraternidade, a liberdade e a democracia. De fato esses são os valores que estão presentes na história de todos os povos. Eles constituem os fundamentos de todas as religiões, tais como o Budismo, Judaísmo, Cristianismo, Islamismo, e assim por diante.

Em vista disso, precisamos aplicar aquelas políticas econômicas que sejam consistentes com esses valores. No Brasil, por exemplo, para atingir os objetivos de erradicação da fome e da pobreza absoluta, estimular o crescimento econômico acompanhado de criação de oportunidades de emprego e melhoria na nossa distribuição de renda, o Presidente Lula está dando bastante ênfase em vários programas: reforma agrária, expansão de microcrédito, fortalecimento das cooperativas, incentivo à agricultura familiar, aumento das oportunidades de educação pública e dos serviços de saúde e a expansão dos programas de transferência de renda relacionados ao objetivo do Fome Zero.

Durante os anos noventa, desenvolvemos vários tipos de programas de transferência de renda, principalmente, com o objetivo de erradicar a pobreza, o trabalho infantil e estimular famílias pobres a terem seus filhos freqüentando a escola. No mês de outubro passado o Presidente Lula decidiu anunciar a unificação, racionalização e melhor coordenação de quatro dos programas existentes no chamado Programa Bolsa Família. De acordo com esse programa, todas as famílias com renda per capita abaixo de R\$ 50,00 por mês, terão o direito de receber um complemento de renda que será igual a R\$ 50,00 mais R\$ 15,00, R\$ 30,00 ou R\$ 45,00 respectivamente, se a família tiver um, dois, três ou mais filhos. As famílias deverão provar que suas crianças entre 0 a 6 anos estão efetivamente tomando as vacinas recomendadas pelo Ministério da Saúde; que estão tendo um acompanhamento nutricional. Bem como, comprovar que as crianças de 7 a 15 anos estão freqüentando a escola e os adultos fazendo cursos de alfabetização ou de qualificação profissional.

Os quatro programas que foram unificados eram os seguintes: o Programa de Renda Mínima associado à Educação ou Programa Bolsa Escola; o Programa de Renda Mínima

associado à Saúde ou Bolsa Alimentação; o Auxílio Gás ou Programa de Auxílio Gás, todos instituídos no governo Fernando Henrique Cardoso, e o Cartão Alimentação ou Programa de Cartão Alimentação, associado ao Programa Fome Zero, implementado pelo o Presidente Lula, neste ano de 2003. Os dois primeiros programas ofereciam um benefício de R\$ 15,00, R\$ 30,00 ou R\$ 45,00 às famílias com renda per capita até meio salário mínimo e com crianças de 7 a 15 e de 0 a 6, respectivamente, nos Programas de Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. O Programa de Auxílio Gás fornecia um benefício mensal de R\$ 7,50 por mês para as famílias comprarem gás de cozinha. O Programa de Cartão Alimentação estava distribuindo um montante de R\$ 50,00 para famílias com renda per capita abaixo de meio salário mínimo, com a limitação de esse dinheiro só poderia ser gasto com alimentação. Após oito meses de experiência, o governo decidiu que seria melhor que os beneficiários tivessem a liberdade de gastar os recursos do Bolsa Família como desejassem, sem nenhuma restrição.

Acredito que a Bolsa Família é um passo na direção correta. No ano de 2004, estima-se que 3,6 milhões de famílias serão beneficiárias por esse Programa, que inicialmente está sendo aplicado nas regiões mais pobres do país, tais como a região Nordeste. No ano de 2006, estima-se que 11,6 milhões de famílias estarão cadastradas no programa, correspondendo a aproximadamente 44 milhões de habitantes brasileiros, ou cerca de um quarto dos 175 milhões de brasileiros.

A minha sugestão ao Presidente Lula é de que o seu governo avalie continuamente os resultados da Bolsa Família, verificando em que extensão este desenho está evitando o chamado fenômeno da armadilha do desemprego e da pobreza, freqüentemente analisados na literatura sobre políticas de garantia de renda mínima a todos. Podemos ver a unificação deste programa de transferência de renda como um passo em direção à instituição de uma renda básica de cidadania. Este último passo é definido como sendo uma renda modesta, mas suficiente para a subsistência de cada um, a ser paga pela nação a todos os cidadãos, independentemente da origem, idade, sexo, raça, estado civil e condição econômica.

Mas como? Estaremos pagando esta renda básica de cidadania mesmo para as pessoas mais ricas, que não estão passando necessidades? Sim, mas é claro que elas vão contribuir mais, pois assim proporcionarão recursos para o programa. Quais são as vantagens deste sistema? Primeiro, elimina-se a burocracia envolvida para verificar a renda de cada pessoa. Segundo, suprime-se o estigma ou o sentimento de vergonha que alguém possa ter ao declarar que sua renda é muito pequena e por essa razão ela mereça receber um complemento de renda. Terceiro, e ainda mais importante, do ponto de vista da pessoa fará enorme diferença, ela saber que todos têm o direito de receber uma importância em dinheiro, ao longo dos meses e anos, como um direito à cidadania. O direito equivalente que todos na África do Sul, ricos ou pobres, têm para andar e freqüentar a Praia do Sul em Durban.

O projeto de lei que está sendo aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, prevê que a Renda de Cidadania será instituída gradualmente, a partir do ano de 2005, começando por aqueles que mais necessitam. O Executivo determinará a quantia a ser paga e a velocidade da implementação até atingir a população inteira. A aplicação do programa levará sempre em consideração o progresso econômico da Nação e a disponibilidade dos recursos.

Outra boa notícia é que o Congresso Nacional brasileiro está em processo de aprovação de uma emenda constitucional de iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com muitas propostas dos deputados federais e senadores que pela primeira vez incluíram o princípio de renda mínima. A forma que já foi votada pela Câmara dos Deputados e cuja apreciação está para ser concluída no Senado, declara no parágrafo único do Artigo 203 da Constituição do Brasil: "a União instituirá um programa de renda mínima para suprir a subsistência necessária às pessoas e

às famílias, dando prioridade aos mais necessitados, que podem ser coordenados em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com a lei.”

Uma das coisas boas desta proposta é que ela tem sido defendida pelos economistas, cientistas sociais e filósofos do mais amplo espectro do pensamento, desde James Tobin a Milton Friedman, de Joan Robinson a John Kenneth Galbraith, de James Edward Meade a Jan Tinbergen e de Martin Luther King a Philippe Van Parijs e Guy Standing. Existe algum lugar no mundo onde ela foi aplicada? Sim, e com um grande sucesso, no Estado de Alasca, nos Estados Unidos.

Vamos lembrar como surgiu a idéia. Durante os primeiros anos da década de sessenta, o prefeito de uma pequena vila de pescadores, Bristol Bay, no Alasca, observou que de lá saía uma grande riqueza, apesar de muitas pessoas ainda continuarem pobres. Propôs, então, a criação de um imposto de 3% sobre o valor da pesca, destinado a um fundo que pertenceria a todos. Ele enfrentou muitos problemas para persuadir a população a aceitar a idéia. Levou cinco anos. Foi tão bem-sucedido que dez anos depois tornou-se governador do Estado do Alasca.

Em 1976, o governador Jay Hammond disse aos 300.000 habitantes do Alasca: devemos pensar não apenas na nossa geração, mas também nas futuras gerações. Considerando que o petróleo e outros recursos naturais são riquezas não renováveis, vamos separar 50% dos royalties provenientes da exploração desses recursos naturais para a constituição de um fundo que será cumulativo e que pertencerá a toda população. A proposta foi aprovada pela Assembléia Estadual e também pelo referendo popular, 76.000 eleitores votaram a favor e 38.000 votaram contra.

Hoje é considerado um suicídio político para qualquer liderança se colocar contra o sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca. Ele é um grande sucesso. Os recursos provenientes dos royalties são aplicados em títulos de renda fixa dos Estados Unidos, ações de empresas do Alasca, dos Estados Unidos e de empresas internacionais, assim como em investimentos imobiliários. Desde 1980, o patrimônio líquido do Fundo aumentou de US\$ 1 bilhão para US\$ 25 bilhões. Cada pessoa residente no Alasca, há um ano ou mais, tem o direito de receber um dividendo anual que variou de US\$ 300,00, nos anos oitenta, para US\$ 1.107,00, em 2003, tendo alcançado quase US\$ 2.000,00 em 2001.

O sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca fez do Alasca o Estado mais eqüitativo de todos os Estados Americanos. Durante o período de 1989-1999, o Alasca distribuiu 6% do seu PIB igualmente a todos seus cidadãos, hoje em torno de 660.000 habitantes. Como resultado, durante a última década, enquanto a renda média das famílias 20% mais pobres dos Estados Unidos cresceu 12% e das famílias 20% mais ricas cresceu 26%, no Alasca, a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 28% enquanto que das famílias 20% mais ricas cresceu 7%. Q.E.D, como costumamos dizer ao provar um teorema matemático.

Este é um exemplo para todas as nações do mundo e é especialmente válido para países como Brasil, Filipinas, onde estive com Pumi Yeni de sua Coligação, África do Sul, Colômbia e Iraque que têm grande necessidade de erradicar a pobreza e melhorar a sua distribuição de renda em direção a uma melhor justiça social. Os economistas e os cientistas sociais da Rede Européia de Renda Básica (Basic Income European Network, BIEN), fundada em 1986, e organizações congêneres em outros continentes têm demonstrado mais e mais a sua racionalidade.

De fato, apesar de Jay Hammond não ter mencionado Thomas Paine em sua autobiografia – onde relata como desenvolveu a idéia do Fundo – a iniciativa do Alasca é semelhante à proposição que um dos principais ideólogos da América e da Revolução Francesa escreveu em 1795. Era no livro *Justiça Agrária*, apresentado à Assembléia Nacional Francesa. Thomas Paine

argumentou que a pobreza é relacionada com a propriedade privada e a civilização. Entre os índios na América, uma vez que a propriedade era comum, ele não viu tanta destituição como nas vilas e cidades da Europa 200 anos atrás. Mas ele disse que seria sensato que alguém que cultive a terra e faça beneficiamentos nela tenha o direito de ter alguma renda proveniente do seu trabalho e de sua propriedade. Entretanto, era o seu plano que todos que cultivassem a terra deveriam separar uma parte de sua renda para um fundo que pertenceria a todos daquela nação. A partir desse fundo, uma vez acumulado, seria paga uma renda básica igualmente a todos daquela nação. Isto deveria ser considerado, não como um presente, mas sim como um direito como forma de compensar o que foi retirado de todos, quando a propriedade privada foi instituída naquela sociedade. Thomas Paine enfatizou que esta era uma proposição que deveria ser aplicada em todas as nações.

No dia 26 de maio de 2003, quando o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi nomeado para o coordenador das ações das Nações Unidas no Iraque, lhe enviei uma carta descrevendo o ocorrido do Alasca e sugerindo que propusesse aos iraquianos para seguir o exemplo desse estado americano, visando assim que toda a população do Iraque pudesse participar de sua riqueza. No dia 30 de maio, ele me respondeu, dizendo que recebeu de bom grado a proposição e que falaria sobre a mesma aos responsáveis pela administração do país. No dia 23 de junho, na Jordânia, no Encontro de Reconciliação Mundial, o Embaixador Paul Bremer III, Administrador Chefe do Iraque, no seu discurso, *Iraque, Quais são os Próximos Passos?* disse o seguinte:

Uma forma de compartilhar as bênçãos do Iraque entre a sua população seria com um programa financiado pelas receitas provenientes do petróleo. Uma parte do lucro auferido pelas vendas do petróleo poderia ser distribuída entre os cidadãos do Iraque como "dividendos", seguindo as linhas do sistema usado pelo Estado do Alasca. Alternativamente, as receitas provenientes do petróleo poderiam ser depositadas em um "fundo fiduciário" destinado a financiar aposentadorias públicas ou outros instrumentos de seguridade social necessários a atenuar a transição da economia dominada pelo Estado para uma economia de mercado.

Em qualquer caso, cada iraquiano compreenderá melhor a sua participação no sucesso econômico de seu país. Acredito que este tipo de proposta poderá ser debatida de forma proveitosa quando uma autoridade interina do Iraque for estabelecida dentro dos próximos meses.

No dia primeiro de agosto, conversei por telefone durante cerca de 15 minutos com Sérgio Vieira de Mello, enquanto ele estava trabalhando no escritório das Nações Unidas em Bagdá. Ele me disse que a proposta foi bem aceita entre a população e que a missão do Banco Mundial no Iraque considerou-a viável. Infelizmente, Sérgio foi assassinado no dia 19 de agosto por alguém que não entendeu que ele estava lá só para o bem da população.

No Brasil e na África do Sul temos uma enorme proporção de população em pobreza absoluta. Os nossos países também têm uma importante dívida pública para enfrentar. Apenas para ilustrar, o montante de juros que o setor público do Brasil, incluindo os Municípios, os Estados e a União, vai pagar este ano é estimado em R\$ 153 bilhões, enquanto o PIB projetado é de R\$1,5 trilhão. Portanto, estaremos pagando cerca de 10% do nosso PIB sob a forma de juros para os portadores dos títulos da dívida pública brasileira, interna e externa. No próximo ano esse montante, graças aos esforços do governo Lula, será reduzido para R\$ 121 bilhões. Trata-se ainda de um enorme peso se compararmos que para o programa de Bolsa Família que beneficiará 3,6 milhões de famílias, o dispêndio será de aproximadamente R\$5,3 bilhões.

Se o Alasca que tem uma renda per capita de aproximadamente US\$35.000,00 por ano, dez vezes mais que a brasileira, então podemos pensar na introdução de uma renda básica

modesta, começando com cerca de R\$480,00 por ano, ou seja, R\$40,00 por mês per capita. Esse valor representa R\$240,00, por mês, para uma família com seis membros ou cerca de US\$ 80,00, o equivalente a um salário mínimo no Brasil de hoje. Isto significa um dispêndio anual de R\$83 bilhões para atender os 175 milhões de brasileiros, equivalendo a aproximadamente 5% de nosso PIB. Este é um montante que não pode ser disponibilizado a curto prazo, mas pode ser atingido gradualmente, quando a renda básica beneficiar toda a sociedade.

Existem pessoas que têm alguma dificuldade em aceitar a idéia de uma renda garantida, tanto sob a forma de imposto de renda negativo como a de uma renda básica. Isso é devido aos possíveis efeitos sobre as atitudes dos beneficiários em relação ao trabalho. O risco é de se estimular à preguiça. Vamos pensar no fato de que existem muitas atividades importantes para a humanidade, tais como os pais cuidando de seus filhos, ou atividades que gostaríamos de exercer em nossas comunidades em troca de nenhuma remuneração. Além disso as nossas Constituições estabelecem o princípio de respeito à propriedade privada que assevera que aqueles que possuem um capital podem receber renda sob a forma de juros, aluguéis e lucros, mesmo sem nenhuma obrigação de trabalhar. Entretanto, eles freqüentam escolas, trabalham, etc. Isso acontece por quê? Porque é natural para o ser humano querer progredir. Logo, se admitirmos que o rico pode receber uma renda sem obrigação de trabalhar e, mesmo assim eles trabalham, por que não estender o direito de receber uma renda modesta, suficiente para a sobrevivência, tanto para os ricos como para os pobres, fazendo com que todos tornem-se parceiros da riqueza da nação e do planeta Terra?

Existe um ponto em que trabalhadores, empresários e membros do governo devem ficar atentos, principalmente nos países em desenvolvimento como na África do Sul e no Brasil. Devemos levar em consideração que a maioria dos países desenvolvidos têm hoje programas de transferência de renda para aliviar a pobreza e para complementar as rendas de suas populações que têm o efeito de fazer com que as suas economias sejam mais competitivas diante das nossas se nós não aplicarmos alguma forma de transferência de renda. Por exemplo, nos EUA, além do Programa de Cupons de Alimentação, anteriormente Ajuda às Famílias com Crianças Dependentes, recentemente substituído por TANF, desde 1975 eles têm introduzido e expandido significativamente durante os anos do governo do Bill Clinton, o Earned Income Tax Credit, EITC – Crédito sobre Imposto de Renda. Durante o ano de 2003 o governo dos EUA estava pagando cerca de US\$ 35 bilhões para mais de 20 milhões de famílias ou mais de 50 milhões de pessoas. Como a economia dos EUA cresceu com o EITC, o Reino Unido introduziu uma forma similar de imposto negativo com o Crédito de Imposto Familiar. Quase todos os países da Europa têm algum tipo de programa de renda garantida com efeitos similares.

Isto significa que a sociedade americana e as outras sociedades decidiram remunerar os seus trabalhadores com uma quantia extra em dinheiro para que eles possam ficar acima da linha de pobreza. É claro que isto torna possível às suas empresas pagarem menos do que pagaria se não existisse o EITC e outros instrumentos. É necessário considerar, entretanto, que a economia está funcionando num patamar mais alto em consequência do programa; o resultado final é que com maiores taxas de crescimento e maiores níveis de emprego, os salários também acabaram ficando mais altos.

Nos países em desenvolvimento é necessário estarmos conscientes de que devemos também aplicar alguma forma de transferência de renda sob a forma de imposto de renda negativo ou uma renda básica para tornar as nossas economias mais competitivas. A maneira mais racional, estou firmemente convencido, é a renda básica incondicional. Os resultados demonstrados acima no desenvolvimento do Alasca quando comparado com os 50 Estados Americanos são fortes evidências de que este é o caminho.

A renda básica de cidadania terá um impacto imenso sobre a liberdade de todos como Philippe Van Parijs argumentou de forma brilhante em *Liberdade Real para Todos. O que é (se há algo) que pode justificar o capitalismo?* (1995). Ela também é um instrumento compatível com o objetivo declarado por Amartya Sen em seu *Desenvolvimento como Liberdade* (2000), quando ele sustentou só existir um desenvolvimento real quando isso significar a ampliação das possibilidades de escolhas por todos na sociedade. Uma renda básica permitirá às pessoas não serem submetidas à humilhação de ter que vender o seu corpo ou participar de quadrilhas de narcotráfico ou aceitar condições de trabalho similares à escravidão, uma vez que elas terão uma alternativa para sobreviver com dignidade.

Vamos reunir esforços para implementá-la na África do Sul, no Brasil e em todas as nações do mundo. Será um caminho real para termos de fato todos os povos participando da mesa de fraternidade e haverá menos violência em todos os lugares. Muito obrigado por ter me convidado para estar aqui na África do Sul. O que acontecer com o seu país será de grande relevância para nós, os brasileiros.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

AN OPEN LETTER

Pretoria, December 2, 2003

Mr. Thabo Mbeki

President of South African Republic
Pretoria

Dear Mr. President:

It is an honour for me to be invited to speak on the Basic Income Grant Coalition Conference entitled 'Reducing Inequality and Poverty – A BIG Solution' held from 2 to 4 December in Gauteng. It has been very encouraging for me to know that in South Africa 27 organizations (from trade unions, churches, youth, children, HIV/AIDS, the aged, human rights etc) representing more than 12 million people have joined a coalition to promote the idea of introducing a basic income in this country that have many common problems to ours in Brazil. Both South Africa and Brazil are industrialized developing nations characterized by huge inequalities with acute problems of poverty, criminality and violence. But both nations have extraordinary human and natural resources that may help in solving our problems. Very importantly, both nations have governments that were elected democratically by their people raising great expectations that they would be able to eradicate hunger and absolute poverty, to promote growth and job opportunities and to build a society with much more fairness.

I am a Brazilian Senator, a member and a co-founder of the Worker's Party of President Luiz Inácio Lula da Silva and also a professor of Economics at the Escola de Economia de São Paulo of the Getúlio Vargas Foundation. Since I was elected Senator for the first time in 1990, representing the State of São Paulo, I decided to present a proposition to institute a Guaranteed Minimum Income Program in Brazil. First, in 1991, through a negative income tax, according to my first April 1991 project. Every adult citizen, of 25 years of age or more, with a monthly income below what would be the equivalent of US \$ 150.00, would have the right to receive a complement of income which would be from 30% to 50% of the difference between that level and his or her income. The Executive Power would decide, taking into account the availability of resources and the experience of the program whether to apply the rate from 30% to 50%. The program would be introduced gradually along 8 years starting with those from the age of 60 years or more, then 55 years or more, and so on, from 1995 to 2002. The proposal was unanimously approved by the Brazilian Senate in December 1991, went to the Chamber of Deputies in 1992, where it got a favorable report in the Finance and Fiscal Committee in 1992 and it is now ready to be voted upon.

The initiative, however launched a very productive debate and innumerable partial experiences of providing guaranteed minimum income programs related to educational and health opportunities, also known as Bolsa-Escola and Bolsa-Alimentação programs. During the nineties, while discussing ways of providing guaranteed minimum income programs, I became more and more aware of the concept of an unconditional basic income and of its advantages even with respect to the negative income tax concept.

Accordingly, in December 2001, after being reelected in 1998 for a new 8 year-term as a Senator, I decided to present a new project to institute a Citizen's Basic Income in Brazil from the year 2005 on. Today I am quite convinced that an unconditional basic income is a common sense proposal for the purpose of eradicating poverty, building a more equitable society and providing

1 On the Occasion of the Basic Income Grant Coalition Conference on Reducing Inequality and Poverty – A BIG Solution Investment, Growth and Inequality Gauteng, Republic of South Africa.

real freedom for all the people in the same way such as one person goes out from his home through the door. This was pointed out by Guy Standing at the International Conference on Minimum Income held in the Brazilian Senate in 1998. Like Confucius explained 520 years before Christ in the Book of Explanations and Answers: Can anyone go out from his home except through the door? The good news that I would like to tell you is that this initiative has already been approved unanimously by the Brazilian Senate last December 2002 and it was approved last week in a terminative way by the Justice and Constitutional Committee of the Chamber of Deputies. This means that from last Friday to next Thursday, if at least 10% of the 513 federal deputies decide not to apply for the proposition to be voted also by the Plenary Session, then it will be considered approved by the Brazilian National Congress. This might happen in two days, next Friday. Once approved by the National Congress it goes to President Lula for his sanctioning or veto during the maximum period of 30 days. If it so occurs, Brazil will be the first nation in the world to have its National Congress approving a Law instituting a basic income².

It is our common objective, in South Africa and in Brazil to build a just and civilized society. We have learned that in order to arrive at this ideal we need to take into account those values that take into consideration not only the search for self interest, to take personal advantage in everything even at the expense of our neighbors. We also need to consider mainly the search for ethics, truth, solidarity, fraternity, freedom and democracy. In fact those are values that are present in the history of all peoples. They constitute the fundamentals of all religions such as Buddhism, Judaism, Christianity, Islamism and so on.

Therefore we need to apply those economic policies that are consistent with these values. In Brazil, for example, in order to attain the objectives of eradicating hunger and absolute poverty, stimulating growth accompanied by the creation of job opportunities and improving our distribution of income towards a more equal society, President Lula is giving much emphasis to several programs: the agrarian reform, the expansion of micro credit, the strengthening of cooperatives, the support of family agriculturists, the expansion of public educational opportunities and of health services, and an expansion of income transfer programs related to the Zero Hunger target.

During the nineties we have developed several kinds of income transfers mainly with the objective of eradicating absolute poverty, child labour and stimulating poor families to have their children going to school. Last October President Lula decided to announce the unification, rationalization and better coordination of four of the existing programs in the so-called Bolsa Família Program. According to it, all families with income per capita below R\$ 50,00 (US\$ 1.00 is about R\$ 3.00, that is, reais) per month will have the right to receive a complement of income that will be equal to R\$ 50,00 plus R\$ 15,00, R\$ 30,00 or R\$ 45,00 respectively if the family has one, two, three or more children. The families will have to show that their children from 0-6 years are effectively having the recommended vaccines, according to the Health Minister calendars; that they are from time to time being weighed and following the nutritional instructions, that the children from 7-15 are really going to school, and that the adults are enrolled in some literacy or skills-building course.

The four programs that were unified are the following: the Minimum Income Program related to Education or Bolsa Escola Program; the Minimum Income Program related to Health or Bolsa Alimentação; the Auxílio Gás or Gas Help Program, all of them already in practice, instituted by the Fernando Henrique Cardoso's administration, when President Lula took office in January 2003; and the Cartão Alimentação or Food Card Program, related to the Zero Hunger Program, that had started last February as a new program of the present administration. The first two programs offered a benefit of R\$ 15.00, R\$ 30.00 or R\$ 45.00 to families with income per capita up

² A complete bibliography on the theme may be found in my book: *Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta*. Perseu Abramo Editora e Editora Cortez, 2002. Segunda Edição. I hope to have it translated into English soon.

to half the minimum wage and children from 7-15 and 0-6, respectively, in the Bolsa Escola and in the Bolsa Alimentação Programs. The Gas Help Program provided a R\$ 7.50 per month benefit for the families to buy cooking gas. The Food Card Program was distributing a R\$ 50.00 monthly card to families with income per capita below half the minimum wage with the limitation that the money could only be spent on food. After the eight-month experience the government decided that it would be better for the beneficiaries to have freedom to spend their Bolsa Família benefit as they wish, with no limitation to spend it only on food.

It is my belief that the Bolsa Família is a step in the right direction. By the year 2004, 3.6 million families are expected to be beneficiaries of the Bolsa Família Program, that is first being applied in the poorest regions of the country, such as in the Northeast. By the year 2006, 11.6 million families are expected to be enrolled in this program, corresponding to around 44 million Brazilian inhabitants, or about one fourth of the 175 million Brazilians.

My suggestion to President Lula is that his government evaluates continuously the results of this program, especially checking to what extent is this design avoiding the so called phenomena of the unemployment and poverty traps that are often analysed in the literature on guaranteeing income to all. We might see this unification of income transfer program as a step towards the institution of a citizen's basic income. This is defined as a modest income that will be sufficient for the subsistence of each one that will be paid by the nation to everyone regardless of origin, age, sex, race, civil, and socio economic condition.

But how come? Are we going to pay this citizen's basic income even to the wealthiest people, those that are not in need? Yes, but of course they will contribute relatively more for themselves as everybody else to have the right to receive it. What are the advantages of this system? First, we will eliminate tremendously the bureaucracy involved in having to know how much is each person receiving in the formal as well as in the informal market for the purpose of receiving the citizen's income. Therefore, it is much more certain that in this way all the poor will really have access to it. Second, we will extinguish the stigma or the sentiment of shame that someone may have in having to say that he or she receives only such an amount and therefore is deserving a complement of income. Third, and even more importantly, from the point of view of each person, it will make a tremendous difference if, before hand, during the next 12 months, and from now on every year, more and more with the progress of the nation, he or she knows that everyone has the right to receive that amount of money as a citizen's right. The equivalent right that anyone in South Africa, rich or poor, has to walk and bathe at South Beach in Durban.

The bill of law that it is being approved by the Brazilian National Congress delineates that the Citizen's Income will be instituted gradually from the year 2005 on, starting with those most in need. The Executive will determine the amount that will be paid and the velocity of gradual implementation until it reaches the whole population. It will always consider the economic progress of the nation and the availability of resources.

Another piece of good news is that the Brazilian National Congress is in the process of approving a Constitutional Amendment that was the initiative of President Luiz Inácio Lula da Silva and with several proposals from the federal representatives and senators that includes for the first time the principle of a minimum income. The form in which it is already voted by the Chamber of Deputies and that it is about to conclude its appreciation by the Senate, states in the unique paragraph of the Article 203 of the Brazilian Constitution: "the Union will institute a minimum income program to provide the necessary subsistence to person and families, giving priority first to those most in need, that may be coordinated in collaboration with the States, the Federal District and the municipalities, according to the law."

One of the good things of the basic income proposal is that it has been defended by economists, social scientists and philosophers by the widest spectrum from James Tobin to Milton Friedman, from Joan Robinson to John Kenneth Galbraith, from James Edward Meade to Jan Tinbergen and from Martin Luther King to Philippe Van Parijs and Guy Standing. Is there a place in the world where it has been applied? Yes, and with great success, in the State of Alaska, in the United States.

Let us remind ourselves how the idea came about. During the early sixties the mayor of a small fishermen's village, Bristol Bay, in Alaska, observed that a huge amount of wealth came out from there, although many people remained still poor in that village. Then he proposed to create a 3% tax on the value of fish to create a fund that would pertain to everyone. He had much trouble in persuading the people of the idea. It took five years. It was so successful that ten years later he became the governor of the State of Alaska.

In 1976, Governor Jay Hammond told his 300.000 residents of Alaska: We should think not only in our generation but in the future generations. Since oil and other natural resources are non renewable, let us separate 50% of the royalties coming out of the exploitation of natural resources to constitute a fund that will accumulate and that will pertain to all the people. The proposal was approved by the State Assembly and also by a popular referendum. 76.000 voted in favour and 38.000 against it.

Today it is considered political suicide for any leader there to be against the Alaska Permanent Fund dividend system. It has been tremendously successful. Those royalties have been applied in US Bonds, shares of Alaskan, US and international corporations and real state investments. Since 1980 the net worth of the Fund has grown from US\$ 1 billion to US\$ 25 billion today. Everyone living in Alaska for a year or more has the right to receive the annual dividend that has varied from a value from US\$ 300.00 in the eighties to US\$ 1,107.00 in 2003, having reached almost US\$ 2,000.00 in 2001.

The Alaska Permanent Fund dividend system has made Alaska the most equal of all the American States. During the period 1989-1999 Alaska distributed equally 6% of its Gross Domestic Product to all its citizens, today around 660.000. As a result, during the last decade, while in the USA the average income of the poorest families grew 12% and that of the 20% richest families grew 26%, in Alaska the average income of the poorest families grew 28% whereas the average income of the 20% richest grew 7%. Q.E.D., as we normally say when we prove a mathematical theorem.

It is an example for all nations of the world and especially valid for countries like Brazil, Philippines where I have just been with Pumi Yeni of your Coalition, South Africa, Colombia and Iraq that are in great need to eradicate poverty and to improve their income distribution in the direction of greater justice. The economists and social scientists of the Basic Income Network, BIEN, founded in 1986, as its counterparts in other continents, have more and more demonstrated its rationality.

In fact, although Jay Hammond does not refer to Thomas Paine in his autobiography where he tells about how he developed the idea, the Alaskan initiative has much to do with the proposition that one of the main ideologues of the American and French Revolution had written in 1795. This was in *Agrarian Justice*, presented to the French National Assembly. Thomas Paine then argued that poverty is something related to private property and civilization. Among the Indians in America, since property was common, he didn't see so much destitution such as in the villages and cities of Europe 200 hundred years ago. But he said that it was common sense that somebody that cultivates the land and makes benefits to it should have the right to have the income coming from his work in his property. However it was his plan that everyone that cultivates

land should separate a part of his income to a fund that would pertain to everyone in that nation. From this fund, once it has accumulated, we would pay a basic capital and income equal to everyone in that nation. This should be seen not as a gift but as a right that was taken from the person when private property was instituted in that society. Thomas Paine emphasized that this is a proposition that should be applied in all nations.

Last May 26, when the Brazilian Sérgio Vieira de Melo was nominated to be the coordinator of the United Nations actions in Iraq, I wrote a letter describing the Alaskan example and suggesting him to propose to the Iraqians to follow the example so as to make all the people of that nation participant in its wealth. On May 30 he answered me back saying that he took good note of the proposition and that he would tell those responsible for administering Iraq about it. On June 23, in Jordania, in the World Reconciliation Summit, Ambassador Paul Bremer III, Chief Administrator in Iraq, on his speech, *Iraq, What are the Next Steps?* said the following:

One way to share Iraq's blessings among its people would be with a special program funded with oil revenues. Some profits from oil sales could be distributed to Iraq's citizens as "dividends", along the lines of the system used by the State of Alaska. Alternatively, oil revenues could be deposited in a national "trust fund" used to finance public pensions or other elements of a social safety net needed to ease the transition from a state-dominated to a private sector economy.

In either case, every individual Iraqi would come to understand his or her stake in the country's economic success. I believe this type of proposal could be profitably debated when an interim Iraqi authority is convened in the months ahead.

On the first of August I spoke for about 15 minutes on the telephone with Sérgio Vieira de Melo while he was working at the UN in Baghdad. He then told me that the proposal had been very well accepted among the people there and that a mission of the World Bank in Iraq said that it was feasible. Unfortunately Sérgio was killed on the 19th of August by someone who didn't understand that he was there only for the benefit of the people.

Both in Brazil and in South Africa we have a huge proportion of the population in absolute poverty. We both also have an important public debt to face. Just to illustrate, the amount of interest that the Brazilian public sector, including the Municipalities, the States and the Union, will pay this year is expected to amount to R\$ 153 billions for an estimated GDP of around R\$ 1.5 trillion. Therefore, we are paying about 10% of our GDP in the form of interest to those that own the titles of Brazilian public debt both internal plus external. Next year this amount, thanks to Lula's government efforts will diminish to R\$ 121 billions. This is still a tremendous burden when we compare that for the Bolsa Família program that will benefit 3.6 million families next year the expenditure will be around R\$ 5.3 billions.

If Alaska has an income per capita of around US\$ 35,000 per year, ten times that of Brazil, then we could think of a modest basic income to start with of around R\$ 480.00 per year, R\$ 40.00 per month per capita (US \$ 1.00 is around R\$ 3.00). This would mean R\$ 240.00 per month for a family of six, or around US\$ 80.00, the equivalent to one minimum wage in Brazil today. This would mean a yearly expense of R\$ 83 billions for 175 million Brazilians, or around 5% of our GDP. This is an amount that cannot be considered for the short run but we can be thinking of gradually attaining this objective when we fully understand the extent of its benefits to the whole society.

There are people who have some difficulty in accepting the idea of a guaranteed income either in the form of a negative income tax or a basic income because of its possible effects on the attitudes of the beneficiaries towards work. The risk of stimulating laziness. Let us think on the fact

that there are so many activities that are so important for humanity, such as parents taking care of their children, or activities that we like to do in our communities for no remuneration. Also, that most constitutions of our nations establish the principle of respect to private property. This means that those who own capital may receive income in the form of interests, rents and profits even without any obligation to work. However, they normally go to school, send their children to the best schools and they work. Why? Because it is natural for human being to be willing to progress. Therefore if we allow the rich to receive income even without the obligation to work and they do work, why not extend the right to both the rich as well as the poor to receive a modest income sufficient to his or her survival for everyone to be a partner of the nation and of the planet Earth?

There is one point that workers, entrepreneurs and members of the government should be quite aware mainly in the developing countries such as South Africa and Brazil. We must take into consideration that most developed nations today have income transfer programs to alleviate poverty and to complement the incomes of their population that have the effect of making their economies more competitive towards ours if we don't apply a form of income transfer. For example, in the USA, in addition to the Food Stamp Program, earlier the Aid to Families with Dependent Children, recently substituted by the TANF, since 1975 they have introduced, and expanded significantly during Bill Clinton years, the Earned Income Tax Credit, EITC. During 2003 the US government is paying around US\$ 35 billions to more than 20 million families or more than 50 million people. Since the US economy increased the EITC, the United Kingdom introduced a similar form of negative tax with the Family Tax Credit. Almost all European countries have some kind of guaranteed income program with similar effects.

This means that the American and other societies decided to pay their workers with an extra amount of money so that they may be above the poverty line. Of course this makes possible for their firms to pay somewhat less than what they would if it were not for the existence of the EITC and other instruments. One should consider, though, that since the economy is functioning at a higher level because of that effect, the final result is that with higher growth rates and levels of employment wages will end up even higher.

In the developing countries we must be conscious that we should then also apply a form of income transfer either in the form of a negative income tax or a basic income to make our economies more competitive. The most rational form, I am firmly persuaded about it, is the unconditional basic income. The results shown above on the development of Alaska when compared to the 50 American States are strong evidence that this is the case.

The citizen's basic income will have a tremendous impact on the freedom of everyone as Philippe Van Parijs argues so brilliantly in *Real Freedom for All. What (if anything) can justify capitalism?* (1995). It is the instrument that is so compatible with the objective stated by Amartya Sen in his *Development as Freedom* (2000), when he argues that you have real development when it really means the amplifying of choices for everyone in society. A basic income will allow people all over not to be submitted to the humiliation of having to sell her body or to participate in narco-traffic gangs or accepting conditions of work that are similar to slavery since they will have an alternative to survive with dignity.

Let us join forces to implement it in South Africa, Brazil and in all nations of the world. It will be a real way for us to really have all the people participating in the table of fraternity and to have less violence everywhere. Thank you so much for inviting me to be here with you in South Africa. What happens with you will be most relevant to us Brazilians.

Senator Eduardo Matarazzo Suplicy

SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, parabéns a V. Ex^a pela luta desenvolvida!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 171/Plen

Brasília, 12 de dezembro de 2003

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Deputado Nilson Mourão, PT/AC, como suplente, em substituição ao Deputado Devanir Ribeiro na Comissão Mista de Orçamentos Públicos Fiscalização.

Deputado **Gilmar Machado**, Líder do PT em exercício.

Ofício nº 172/Plen

Brasília, 12 de dezembro de 2003

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar a Deputada Maninha, PT/DF, como suplente, em substituição ao deputado Leonardo Monteiro na Comissão Mista de Orçamentos Públicos Fiscalização.

Deputado **Gilmar Machado**, Líder do PT em exercício.

Ofício nº 173/Plen

Brasília, 12 de dezembro de 2003

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Deputado Paulo Pimenta, PT/RS, como suplente, em substituição ao Deputado Eduardo Valverde, PT/RO na Comissão Mista de Orçamentos Públicos Fiscalização.

Deputado **Gilmar Machado**, Líder do PT em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os Itens 1, 2 e 3 da pauta dependem de pareceres e, portanto, constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira, dia 15 de dezembro.

São os seguintes os itens adiados:

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.611, de 2003 – art. 336, II*)

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2003 (nº 7.209/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro – TFPC – e altera dispositivos do Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.612, de 2003 – art. 336, II*)

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003 (nº 3.285/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.620, de 2003 – art. 336, II*)

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2003 (nº 1.661/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Municípios, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que altera os arts. 40, 144, 149, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.817 e 1.818, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator, Senador Tião Viana, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges, De-

móstenes Torres, José Jorge, Arthur Virgílio e Jefferson Péres; 2º pronunciamento: favorável, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 2003.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta e as emendas.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por até dez minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de apresentar as minhas dúvidas sobre a PEC nº 77, mesmo porque o PDT votou, por unanimidade, contra a PEC nº 67 e já decidiu, depois de uma reunião que realizamos, votar favoravelmente à PEC nº 77, tendo em vista que esta é, sem dúvida alguma, melhor do que a PEC nº 67.

Mas, de qualquer forma, gostaria que fossem respondidas algumas perguntas que tenho feito, para as quais, até agora, não obtive resposta.

A primeira pergunta é a seguinte: qual será o impacto da reforma da previdência – neste caso, falo da PEC nº 67 somada à PEC nº 77 – nas contas da previdência?

A imprensa noticiou, na semana passada, que apenas R\$2,8 bilhões resultarão de economia ou de redução do déficit das contas da previdência pública com a aprovação das duas PECs, a de nº 67 e a de nº 77, e que o déficit, só no setor público, ultrapassa R\$35 bilhões. Então, é um impacto menor do que 10% do déficit.

Também li um estudo que revela que teremos, dentro de muito pouco tempo, de nos debruçarmos sobre a reforma da previdência privada, ou seja, do

INSS, porque o rombo começa a ser preocupante e pode-se tornar insuportável dentro de alguns anos.

Se a reforma que estamos fazendo não resolve o problema do déficit, se ela não traz benefícios para a sociedade brasileira, como se pregou durante a campanha eleitoral e no início das discussões da mesma aqui no Congresso Nacional, quais serão, então, os grandes benefícios que a reforma da previdência trará para o País? Essa é a pergunta para a qual não consigo obter resposta nem daqueles que defendem aqui a aprovação da PEC nº 77.

No Paraná, quando estávamos em campanha eleitoral, houve um debate entre os candidatos ao Senado. Houve até um fato inusitado. O Senador eleito, Flávio Arns, ficou fora desse debate, assim como eu. Eu dizia: “Quero uma reforma da previdência que corte os privilégios, porque não é possível suportar pessoas que ostentam quatro ou cinco aposentadorias, enquanto outras não têm nenhuma ou têm apenas uma que não é suficiente sequer para pagar a sua sobrevivência”. Ao final da campanha eleitoral, esse assunto foi o que decidi praticamente a eleição para o Senado, não no meu caso, porque eu já era candidato à reeleição, mas no caso da disputa da segunda vaga. Havia um debate entre um candidato, que acusava o outro de ter quatro ou cinco aposentadorias, e o outro, que se defendia das acusações. Enquanto eles perderam tempo – um acusando, e o outro se defendendo –, o Senador Flávio Arns acabou conquistando a segunda vaga para o Senado. Foi o que aconteceu.

Estou contando isso para mostrar o quanto é revoltante para a população brasileira olhar os privilégios existentes nessa questão da previdência. Quando isso é colocado claramente para a população, a reação é imediata.

Quando cheguei aqui, Senador João Capiberibe, havia o Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC. Eu, então, pertencia ao Partido do Governo, que me deu a tarefa de relatar uma parte da reforma da previdência, a reforma da previdência proposta pelo PSDB. Confesso que a missão que me foi dada poucos Senadores gostariam de tê-la recebido naquele momento, porque a proposta era acabar com os privilégios, começando pelos dos Parlamentares. Eu tinha que apresentar uma emenda – e a apresentei –, que acabava com o IPC e com a aposentadoria proporcional de Deputados e Senadores.

Já contei isto aqui, mas vou repetir: quando terminar meu mandato, estarei completando dezesseis anos no Senado. Pelas regras anteriores, aposentar-me-ia com 50% do salário de um Senador. Eu es-

taria tranqüilo. Cinquenta por cento do salário de aposentadoria de um Senador é muito mais do que a aposentadoria de todos os aposentados do INSS e mais do que a aposentadoria de 80% dos servidores públicos já aposentados. Eu estaria tranqüilo. Mas cumpri o meu dever. Apresentei a emenda que foi aprovada aqui e acabamos com a aposentadoria proporcional. Portanto, cortamos um privilégio dos Parlamentares – os Senadores e os Deputados votaram –, mas esse privilégio continuou existindo em outras esferas, em outros Poderes, e não foi cortado.

No meu entendimento, para ser completa, uma reforma da previdência deveria atacar os privilégios, em primeiro lugar, que continuarão apesar de toda essa confusão e tensão que vivemos aqui durante esses meses, durante essas semanas.

Senador João Capiberibe, vou votar favoravelmente à PEC nº 77, mas não o farei satisfeito. Como já disse o Senador Paulo Paim, S. Ex^a também não votará satisfeito, e não sei quem irá votar satisfeito.

Na semana passada, começou aquela confusão na imprensa em que o Presidente dizia que essa reforma não era da sua cabeça, mas sim da cabeça dos políticos. Aí os políticos vêm à tribuna e a criticam, mas, depois, muitos são obrigados a votar a favor. Também não é a reforma da cabeça dos políticos, também não é a reforma que agradou os servidores e a sociedade. Então, temos que levá-la ao programa do Ratinho, no SBT, para pedir o DNA, para verificar de quem é a autoria dessa reforma, para verificar quem é o pai dessa reforma. Até agora, não encontrei o pai dessa reforma. Mesmo que misturemos a PEC nº 67 com a de nº 77, ainda assim, obteremos uma reforma incompleta, que não resolverá o problema da previdência.

Lembro-me de que, no passado, quando se discutia aqui a reforma da previdência do Governo do PSDB, houve um debate sobre aposentadoria dos militares. E, naquele momento – estávamos em dezembro do ano anterior –, o Governo afirmou: “Até maio, estará no Congresso um projeto de lei para regulamentar a aposentadoria dos militares, porque ali também há um problema de déficit, que gera o resultado negativo nas contas da previdência”. Mas o projeto não veio para aqui até hoje. Não reformamos a previdência naquilo que precisávamos reformar: no corte desse número de aposentadorias, o que é revoltante para a população, causando um impacto muito grande nas contas da previdência. Mas parece que isso é um tabu nesta Casa, exatamente na Casa em que as pessoas devem votar para cortar os seus privilégios, como fizemos, em parte, quando cortamos a possibili-

dade de um Parlamentar se aposentar proporcionalmente.

Contribuo para o INSS com R\$205,61 e, então, vou me aposentar pelo INSS. Mas, para eu me aposentar pelo INSS, com as regras que estavam estabelecidas pela PEC nº 67, eu teria que “pastar” um bocado. Assim também todos os trabalhadores brasileiros têm que gramar para chegar até o momento da aposentadoria. Vou continuar contribuindo para o INSS, porque não terei aposentadoria de Parlamentar, de político.

Sei que, daqui a pouco, seremos convocados para reformar a previdência do setor privado, porque também já começa a ser um problema o rombo que lá está. Mas ninguém ainda me explicou por que é preciso tirar o dinheiro de quem está contribuindo hoje para pagar a aposentadoria de quem já aposentou. Esse raciocínio não me convence. Quando contribuo com os R\$205,61 para o INSS, esse dinheiro teria que ficar lá depositado para me ser devolvido na forma de aposentadoria. Assim deve ser para os servidores públicos que depositaram regamente, todos os meses, o dinheiro, para recebê-lo depois em forma de aposentadoria. Só que o dinheiro foi utilizado para outras coisas, para construir grandiosas obras. Esse dinheiro que pertencia ao fundo dos servidores acabou, Senador Romeu Tuma, sendo utilizado para outras coisas, começando pela construção da ponte Rio/Niterói. Isso ninguém fala. O que quebrou a previdência foi a utilização indevida dos recursos que os servidores, os que estão aposentados e os que estão contribuindo, depositaram naquilo que deveria ser um fundo. Mas esse fundo – e vou encerrar – foi utilizado para outras finalidades, e aí a previdência tinha que quebrar mesmo.

Espero que, a partir dessa reforma, o dinheiro da previdência, que está sendo depositado pelos servidores e pelos contribuintes do INSS, permaneça no fundo, para alimentar, no futuro, a aposentadoria daqueles que estão contribuindo hoje.

Senador Romeu Tuma, o nosso Partido votará favoravelmente, mas o fará insatisfeito, pois insatisfeito está com essa reforma em pauta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de, em primeiro lugar,

louvar as palavras do PDT, que, com muita clareza e muita firmeza, demonstra o seu legítimo descontentamento com a PEC nº 67, mas que, com muita tranquilidade, anuncia a esta Casa que irá votar no menos ruim. Sua postura é correta, Senador Osmar Dias. V. Exª tem os meus elogios, pois acompanhei a sua batalha em prol da alteração da PEC nº 67. Não foi permitida nenhuma alteração, e daí tivemos que migrar para a PEC nº 77, não com as correções que gostaríamos, mas com as possíveis. Por isso, quero cumprimentar a decisão do PDT.

Eu falava, inclusive, com algumas entidades – e nem vou entrar muito no mérito – que alguns Senadores teriam de marcar a posição de votar contra a PEC nº 77. Com todo o respeito, considero isso incorreto e, inclusive, perigoso, porque, se as pessoas resolverem, aqui na tribuna, só marcarem a posição e votarem contra a PEC nº 77, na verdade, estarão concordando com a PEC nº 67, pois essa prevalecerá. Então, esse é um erro estratégico, que não soma.

É legítimo o protesto, é legítima a crítica, mas digo o mesmo que o Senador que me antecedeu: a opção é a PEC nº 77. Embora não sejam ideais as regras de paridade, de transição, de subteto, a questão dos inativos, sem sombra de dúvida, a PEC nº 77 é melhor que a PEC nº 67.

Se não tivermos 49 votos favoráveis à PEC nº 77, estaremos convalidando, na íntegra, a PEC nº 67. Então, repito, esse raciocínio, para mim, é perigoso e não acrescenta nada.

Perguntei para alguns companheiros que entendiam que a PEC nº 67 seria derrubada se eles acreditavam em Papai Noel, e eles me responderam que não acreditavam. Então, eu lhes disse: “Esqueçam, porque a PEC nº 67 será aprovada, porque o Governo tem maioria. Conseqüentemente, vamos trabalhar para alterar aquilo que for possível”. E foi exatamente isso que fizemos.

Não é possível ter dúvida de que o momento é o de unir forças. Embora discordemos de um ou de outro ponto, devemos aprovar aqui a PEC nº 77, até por unanimidade, com os devidos protestos legítimos. Na sexta-feira, após a sua aprovação, devemos fazer o que fizeram os Líderes de todos os Partidos da Câmara dos Deputados quando trouxeram a PEC nº 67 a esta Casa, solicitando a sua aprovação: de preferência, os Líderes de todos os Partidos, juntamente com o Presidente da Casa, devem entregá-la, em mão, ao Presidente João Paulo Cunha. Vamos também pedir a sua aprovação o mais rápido possível. Se depender de mim, que se aprove ainda no mês de janeiro, porque, na vida, temos que ser, às vezes, ou

normalmente, pragmáticos. Existem fatos. Se dois e dois são quatro, não tenho como aqui dizer que dois e dois são cinco. Aí, sim, estarei mentindo para os servidores públicos, que estão com essa expectativa.

E vamos ter tempo, aqui, de discutir a matéria. Vou entrar no mérito, sim, da PEC nº 77, porque a população deve conhecer o seu conteúdo e a razão por que nós, aqui no Senado, vamos aprová-la, embora entendamos que ela não seja a ideal. Nós, aqui, vamos aprová-la, porque o caminho que resta é esse.

Lembro-me de uma ocasião em que debatíamos o aumento do salário mínimo para US\$100 na Câmara. Perdi essa votação e, então, na segunda votação, que garantia o salário mínimo em torno de US\$80, votei favoravelmente. E alguém me criticou: “Tu não poderias ter votado nos US\$80”. Ora, se perdi a votação dos US\$100 – e essa foi a luta correta por parte da Oposição – e se não tivesse votado na dos US\$80, o salário mínimo poderia cair para US\$50.

Então, a Oposição, em sua luta e visão, marcou muito bem o que queria e ajudou, assim, a construir a PEC nº 77. Alguns afirmam que a PEC nº 77 é obra de um ou de outro Deputado ou Senador, mas não o é. A PEC nº 77 é uma construção de todos os Senadores, a partir da polarização que fizeram acerca da reforma da previdência, o que é positivo. É claro que, se a PEC nº 77 for aprovada no Senado, a Câmara dos Deputados tem a obrigação de aprová-la.

Eu dizia hoje pela manhã a uma emissora, em cadeia nacional, que se engane quem quiser, pois só não será aprovada a PEC nº 77 na Câmara, rapidamente, se o Governo não quiser. Se o Governo quiser, aprova a proposta e aprova-a rapidamente, porque todos sabem que o Governo tem uma maioria na Câmara dos Deputados muito mais folgada que no Senado. No Senado, eu diria que os blocos são mais parelhos.

Eu havia dito que não contassem, se não se estabelecesse negociação, com a aprovação das reformas tributária e previdenciária pretendidas. E foi verdadeiro. Não pensem que a PEC paralela surgiu porque o Governo, de uma hora para outra, resolveu abrir mão de seu projeto original. O Governo só cedeu na PEC paralela porque sabia que, se não cedesse, não aprovaria a PEC nº 67, como ocorreu com a reforma tributária. Se não fosse o amplo acordo, não teria sido aprovada a reforma tributária.

Por isso, Senadores e Senadoras, a responsabilidade na Câmara é, sim, do Governo também, porque, se o Governo cumprir o acordo firmado no Sena-

do com todos os Partidos de que a PEC paralela é para valer, ela será, sim, aprovada.

Repito: é claro que não é a proposta dos nossos sonhos, senão não teríamos questionado tanto a PEC nº 67. O questionamento da PEC nº 67 foi muito duro por parte da Oposição e da base do Governo. Eu mesmo subi à tribuna e questioneei, por diversas vezes, a redação da PEC nº 67.

A alternativa foi a PEC nº 77, em que resolvemos a questão do subteto. O Rio Grande do Sul, depois que propusemos uma emenda constitucional permitindo que os Estados aprovassem o subteto via Constituição do Estado, aprovou ontem, já. Então, no Rio Grande do Sul já está garantido. Fizemos o dever de casa no meu Estado. Que cada Estado faça o seu, agora. Quer ter teto único no Estado? Faça a sua parte. Os servidores públicos do Rio Grande do Sul pressionaram a Assembléia Legislativa e, naquele Estado, já está garantido o subteto único. É claro que queremos o respaldo da PEC nº 77, porque é a PEC nº 77 que vai convalidar, pois é ela que permite que os Estados possam criar um subteto único.

Acredito na pressão dos servidores em cada Estado, em cada Município. Alguns dizem que a inclusão social depende de lei. É claro que depende de lei! Não é novidade que a maioria dos artigos da Constituição depende de lei ordinária ou complementar – salário mínimo, aviso prévio proporcional, adicionais de insalubridade. Tudo depende de lei. São assuntos tratados nos arts. 6º, 7º, 8º e 9º da Constituição, mas dependem de lei. Nem tudo é auto-aplicável.

Por isso, Sr. Presidente, a paridade construída foi a possível, a transição construída foi a possível, o subteto construído foi o possível, a questão dos inativos com doenças incapacitantes – que depende, claro, de lei – foi a possível.

Sem sombra de dúvida, ninguém terá medo de vir à tribuna dizer que a PEC nº 77 é um avanço em relação à PEC nº 67. Não em relação à proposta que estava na Constituição, fruto da reforma dos anos anteriores. Respeito quem vem à tribuna e não reconhece que avançamos nesse processo de negociação, como respeito todos os Senadores, mas é uma análise que, no mínimo, embaralha a cabeça, a mente e, como alguns dizem, os corações de quem está assistindo em casa. Pode-se perguntar: avançou ou não avançou? É claro que avançou em relação ao que recebemos da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, vou aprofundar ainda o que entendo ter sido importante para a inclusão social, para a aposentadoria das donas de casa, questões que estão contempladas, assim como está contemplado

que o desempregado vai pagar um percentual menor, que a empresa que mais emprega poderá pagar menos também. Está contemplada a questão dos acidentes de trabalho, ou seja, dos aposentados por invalidez em consequência de acidente de trabalho, da pessoa portadora de deficiência. Mas isso é aquilo que foi possível construirmos.

Sou daqueles que entende que a previdência, em primeiro lugar, não é deficitária. Todos sabem da minha posição, e não é de hoje. A previdência não é deficitária.

O Senador Eurípedes Camargo é Relator de um projeto de minha autoria, que não é uma emenda para ser derrotada, que acaba com o fator previdenciário, e o parecer já é favorável.

Estou, ao mesmo tempo, debatendo a questão dos servidores públicos, que me preocupa, mas também a questão dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência.

O Senador Eurípedes Camargo, da base do Governo, já deu parecer, que está pronto para ser votado, sobre o projeto de minha autoria que acaba com o fator previdenciário e que foi a segunda proposta que encaminhei à Casa. A terceira foi o Estatuto do Idoso, que já foi aprovado. A quinta foi a que eleva para US\$110.00 o salário mínimo, se fosse aprovado hoje, felizmente já aprovada na Comissão. A outra foi a do Reluz, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa. O Senador Delcídio Amaral, que fez um brilhante trabalho como Relator, conversou com o Governo e fez um substitutivo que melhorou a redação final e ampliou para mais de duas mil prefeituras. Também o Senador Demóstenes Torres – não há como não lembrar –, com relação ao Estatuto do Idoso, assumiu brilhante posição e ajudou-nos muito.

Produzimos muito neste ano. Estamos longe do ideal. Mesmo que trabalhássemos 24 horas, eu sempre diria que poderíamos fazer mais. Mas, neste momento, apelo para que aprovemos, já na segunda-feira, a PEC nº 77. Quero mais uma vez dizer que a Oposição está correta em duvidar. A Oposição não pode “jogar a toalha” e dizer “não, olha, ficou bom”. Ocorreu ontem no plenário, com relação à reforma tributária, uma grande festa, porque foi feito um acordo, mas não ficou dúvida de que estava sendo promulgado.

Mas a PEC nº 77 depende da outra Casa, e a Oposição, corretamente, diz que paga para ver a proposta sendo aprovada na Câmara e não apenas no Senado. Isso só ajuda, como ajudou a construir o possível na PEC nº 77.

Volto amanhã e vou detalhar o que é a paridade, o que é a transição, o que é o subteto e o que ficou aprovado com relação à contribuição dos inativos. Vou detalhar com calma e tranquilidade, Sr. Presidente, porque sei que já ultrapassei o meu tempo em treze minutos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigada a V. Ex^a.

O Senador Augusto Botelho, do meu lado, lembra-nos de que hoje é o Dia do Engenheiro. Encontra-se na galeria a equipe do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Roraima. Na pessoa do seu Presidente, engenheiro Waldemir Lucena, a Mesa cumprimenta todos os engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos do Brasil por sua data, comemorada hoje – 60 anos. O Senador Augusto Botelho acompanha a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador João Cabipiribe, por dez minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para discutir, sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a sociedade brasileira não confia nas suas instituições. Todas as pesquisas mostram um grau de desconfiança crescente nas instituições, o que faz com que o Senado, a Câmara e o Poder Executivo procurem fazer um esforço no sentido de se aproximarem e voltarem a merecer a confiança da sociedade. Para isso, é necessário compartilhar informações com a sociedade.

Há cerca de alguns anos, quando eu ainda era Governador, no meu segundo mandato, tive uma conversa com o então Deputado Waldir Pires, hoje Ministro Controlador da República, o Ministro da transparência. S. Ex^a esteve no meu Estado e fez um relato sobre a previdência. Ele me dizia que, na época em que foi Ministro da Previdência, a inflação era de 20% a 25% ao mês. Os bancos recolhiam a contribuição dos segurados e passavam até 15 dias com esses recursos. Eles tinham 15 dias para depositar a contribuição previdenciária na conta do INSS. No final do mês, para pagar os segurados, o Fundo Previdenciário não dispunha de recursos. Então, tomava dinheiro emprestado dos bancos. Ou seja, os mesmos bancos que retinham a contribuição dos segurados durante 15 dias emprestavam à Previdência, com juros altíssimos, para que ela pagasse os benefícios. Os bancos ganhavam no recolhimento e também ao emprestar recursos ao INSS para que este pagasse aos beneficiários.

Portanto, tem razão a sociedade em desconfiar das suas instituições, porque elas agiram e agem escondendo informações ou atuando com desonestidade.

Diante disso, eu esperava que a PEC nº 67 já visse contemplando o controle social paritário, ou seja, empregados, empregadores, patrões e trabalhadores controlando um fundo que é de contribuição comum. Mas isso não veio no Conselho da Previdência Social. Falta exatamente a participação dos trabalhadores. A PEC que aprovamos contempla apenas os patrões. E quem são os patrões no serviço público? O Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Apresentei uma emenda à PEC nº 77 que estabelece a paridade, ou seja, que os servidores públicos terão igual representação no Conselho do Sistema Previdenciário. Há também outra emenda à PEC nº 77 que imagino, em função da conversa que tivemos com o ex-Deputado e hoje Ministro Waldir Pires, já deveria estar contemplada na PEC nº 67, que é exatamente a da transparência. A tecnologia da informação hoje nos permite fazer a exposição diária das receitas e das despesas da previdência. Assim, evitaríamos desvios de recursos para outras finalidades que não a de garantir o pagamento de seus segurados.

Aqui já foi dito que recursos da previdência foram utilizados para construção da ponte Rio – Niterói e para investimentos em infra-estrutura, o que não é a sua finalidade. Então, com a transparência, tema de outra emenda também em tramitação, torna-se obrigatória a exposição diária, pela rede pública de informação – no caso, a Internet –, de receitas e despesas. Dessa forma, a sociedade como um todo poderá controlar a entrada e a saída de recursos da previdência, e não haverá como se estabelecerem tamanhos desvios e não haverá como quebrar o sistema com muita frequência, como vem ocorrendo nos últimos anos.

Está aí a PEC nº 77, que vamos aprovar, mas já deveria ter sido iniciativa do Governo do Presidente Lula estabelecer controle social e transparência na previdência, lapso que me parece corrigiremos com a PEC nº 77.

Queria também anunciar aqui aos nobres Senadores e Senadoras que o meu Partido tomou uma decisão em seu IX Congresso, realizado no final de semana: tornar obrigatório a todos os seus gestores que exponham suas contas e seus gastos para a sociedade. Nesse sentido, como Governador, ainda hoje continua na rede mundial de computadores os empenhos realizados durante o meu mandato. Vou explicar ao telespectador que não tem muita intimidade com a gestão pública o que é empenho: é uma nota, um documento em que o órgão público assume o compro-

misso de pagar por obras, serviços ou bens que sejam entregues e atestados pelo Governo.

Pois bem, esses empenhos, essas notas-com-promisso foram expostos na **Internet** desde 2001, lá no Amapá. E, a partir dessa decisão do final de semana passado, tomada no IX Congresso do Partido Socialista Brasileiro, o Ministro Roberto Amaral, depois de um trabalho que desenvolvemos em conjunto, lança o programa na próxima quarta-feira, às 11h, no Ministério de Ciência e Tecnologia, onde serão apresentados, pela rede pública de computadores, todos os gastos do Ministério de Ciência e Tecnologia. Convido, para o evento, os Senadores de todos os partidos, como também V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão.

Esses gastos serão mostrados com grande abrangência. A administração central do Ministério vai expor informações, por intermédio dos empenhos, sobre os beneficiários dos gastos e o valor dos gastos. Neste momento, o Ministério está aprimorando as informações para que o cidadão-contribuinte, que paga a conta, possa acompanhar, nos mais distantes lugares deste País, os gastos do Ministério de Ciência e Tecnologia, até porque o Ministério tem o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), tem o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em São José dos Campos, o CNPq, a Finep. Todos esses órgãos disponibilizarão pela Internet, a partir de quarta-feira, os empenhos. Assim, poderemos acompanhar o pagamento de diárias de um pesquisador do CNPq ou a viagem do Ministro para a Ucrânia. Serão disponibilizadas todas essas informações, de maneira detalhada, e mais aquelas que os cidadãos e cidadãos deste País o desejarem, porque o dinheiro é público e não há por que esconder a sua aplicação.

O exemplo dado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, a coragem e a ousadia do Ministro Roberto Amaral decorrem do respeito a todos os que trabalham e contribuem para o desenvolvimento deste País – e somos todos nós, os brasileiros. Não imaginem que são apenas os empresários, apenas os banqueiros; cada trabalhador, cada trabalhadora contribui com impostos, mas, até agora, era-nos negado o direito de saber em que são aplicados.

O Ministro Roberto Amaral e sua equipe, apoiados por nossa Bancada no Senado e pela nossa Bancada na Câmara Federal, estarão na quarta-feira participando de um momento histórico, um momento de cidadania, um momento de democracia, um momento de respeito ao povo brasileiro, que será a exposição de todos os gastos.

Senador Augusto Botelho, às vezes é difícil entender como isso será possível. Mas é possível, sim. Só há uma saída para que nos reaproximemos do povo, para que tenhamos de volta a confiança perdida da sociedade: é pela transparência, pela exposição. E o instrumento da política é o Orçamento Público. Não se faz política sem o Orçamento Público. E a grande política é mostrar ao cidadão em que estamos usando o Orçamento Público, além de pagar juros absurdos da dívida pública, além de amortizar uma dívida que, quanto mais se paga, mais se deve.

Precisamos expor isso com clareza para a sociedade. A sociedade vai saber que, no Ministério de Ciência e Tecnologia, também se pagam juros de empréstimos, vai saber que lá se compra água mineral, vai saber o custo dessa água e o custo de todas as atividades do nosso Ministério.

Portanto, deixo o convite para, quarta-feira, às 11 horas, no Auditório do Ministério de Ciência e Tecnologia, a exposição corajosa que o Ministro Roberto Amaral fará à sociedade brasileira sobre os gastos do seu Ministério e de todas suas organizações coligadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Alvaro Dias, por dez minutos, para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando se debatia a reforma tributária, fiz um registro: estava nascendo, ali, uma nova oposição no Parlamento, uma oposição comportada, oposição disciplinada até demais, construtiva, propositiva, contributiva.

Certamente, o Governo não está feliz com os indicadores econômicos e sociais no seu primeiro ano de mandato, que são terríveis, dramáticos, porque indicam o crescimento do desemprego em 21,7%, o crescimento do PIB ao redor de zero, enfim, o aprofundamento da crise social, a ineficiência constatada do Governo, incapaz de aplicar recursos provisionados para investimentos. O balanço não é favorável.

O Governo deve estar infeliz com os indicadores sociais e econômicos que alcança no primeiro ano de gestão, mas deve estar muito feliz com a Oposição que nasceu nesses dias no Senado Federal. A reforma tributária, aprovada ontem, praticamente por unanimidade, foi obra de uma construção de engenharia política entre os Partidos do Governo e da Oposição.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, quanto à reforma da previdência, não creio que a Oposição te-

nha contribuído, porque não se permitiu a ela contribuir de forma efetiva. Afinal, foram mais de 300 emendas rejeitadas.

Se concordo que a Oposição agiu corretamente, Senador Paulo Paim, em relação à reforma tributária, não creio ter atuado corretamente no momento do voto em relação à reforma da previdência. Atuou corretamente porque resistiu, debateu, protestou, apresentou emendas, insistiu e até obstruiu, em determinado momento, os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, no momento do voto, ela se dividiu.

Ontem, houve apenas três votos de diferença. O Governo conseguiu aprovar a sua proposta por apenas três votos. Se o PFL e o PSDB, os dois Partidos de Oposição, votassem consensualmente, essa reforma não teria sido aprovada.

Destaco também que surgiu, nesses últimos dias, no debate da reforma da previdência, uma nova criação da engenharia política, a chamada PEC paralela, uma engenharia regimental, que, se foi o Senador Tião Viana o autor da criativa idéia, temos que instituir, Senador Paulo Paim, o Prêmio Tião Viana para premiar as espertezas políticas, à semelhança do PFL que instituiu o Prêmio Berzoini para premiar os responsáveis por malvadezas no Governo.

Essa PEC paralela, inusitada, salvou o Governo, que, de outra forma, não conseguiria aprovar a reforma da Previdência no Senado Federal. O Senador Paulo Paim, por exemplo, por diversas vezes, informou que não votaria se não houvesse a possibilidade de obter alguns avanços, por menores que fossem, por meio da chamada PEC paralela. Esta PEC foi a salvação do Governo e, certamente, a infelicidade de milhares de servidores públicos, aposentados, pensionistas, assalariados brasileiros; certamente a infelicidade da população brasileira porque teremos um serviço público com qualidade inferior a partir desta reforma.

De outro lado, Sr. Presidente, e conversávamos há pouco a respeito disso, há uma espécie de buraco negro, separando a PEC nº67, aprovada definitivamente, da PEC nº77. Até que essa PEC paralela, que estamos discutindo hoje, produza efeitos, depois da sua aprovação na Câmara dos Deputados, haverá provavelmente centenas de milhares de aposentadorias. No decurso desse período de hoje até a aprovação pela Câmara dos Deputados, há um espaço enorme. Os que se aposentarem nesse período estarão se aposentando pelas regras da perversa PEC nº67.

Nós não sabemos quando a Câmara dos Deputados concluirá o processo de votação da PEC para-

lela. Até lá os efeitos nocivos da proposta original do Governo recairão sobre os ombros de centenas de milhares de trabalhadores brasileiros, do serviço público especialmente.

Outra curiosidade que alimento, e provavelmente também o Senador Demóstenes Torres, que é extremamente preocupado com as questões constitucionais, questões de juridicidade, questões regimentais, é sobre como agirá o Poder Judiciário diante das ações que certamente serão impetradas por aqueles que se julgam prejudicados em função da agressão à Constituição do País?

A nossa curiosidade é saber se as cláusulas pétreas existem ou são apenas figuras de retórica incrustadas no Texto Constitucional para o deleite dos juristas brasileiros. As cláusulas pétreas existem para valer ou não? Porque certamente a análise jurídica do que se produziu com esta reforma da previdência nos leva a concluir que houve uma afronta às cláusulas pétreas. O direito adquirido foi ignorado.

Eu, pessoalmente, não me conformo com a taxação dos inativos, que durante muitos anos de trabalho, além de produzir em favor do País, pagaram uma contribuição que lhes assegurava o direito à aposentadoria integral. E, hoje, eles são obrigados a pagar novamente e a aceitar a imposição governamental que lhes retira 30% dos benefícios conquistados pelo esforço, pela dedicação, pelo trabalho e pela contribuição ao INSS.

Não me canso de discutir a questão fiscalista. Foi inteligente e objetivo o Governo em relação a salientar as finanças previdenciárias do País ou não vai alcançar esses objetivos? Creio que não. Se é uma situação temerária, continuará temerária, a menos que se imprima uma gestão mais competente, a menos que se coíba, de forma mais rigorosa, a corrupção, que tem sido causa daquilo que apregoam como déficit da previdência. Tenho contestado essa tese por definir de forma diferente o que é déficit e o que é superávit; o que é seguridade social e o que é assistência social, o que fica como item do Orçamento para a assistência social e deveria estar como item da seguridade social. Assim, ao se fazer o balanço, deve-se constatar o superávit da previdência social brasileira, porque essa é a constatação correta. A previdência social brasileira, apesar da má gestão, apesar da corrupção, é superavitária.

Imaginem, Srs. Senadores, se houvesse boa gestão, gestão competente e gestão honesta da Previdência Social no País!

É claro que os servidores públicos, sobretudo, pagarão pela má gestão e pela corrupção existentes no sistema previdenciário brasileiro.

O que, antes de concluir, já que o meu tempo se esgota, nos preocupa mais é o comprometimento da qualidade do serviço público no País, porque não perde apenas o aposentado, que vê os seus benefícios subtraídos, de forma arbitrária, de forma insensível da parte do Governo, mas quem perde é o País, quem perde é o povo brasileiro, quem perde é o futuro desta Nação, porque estamos ferindo de morte – repito o que já disse – a universidade pública, estamos ferindo de morte a ciência, a pesquisa, no seio da universidade pública brasileira, na medida em que a estamos esvaziando de profissionais talentosos, que teriam uma contribuição extraordinária a oferecer na busca de um futuro de maior evolução e modernidade para o nosso País.

Era o que eu tinha a dizer hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Senador.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Demóstenes Torres, pelo PFL, por até vinte minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, fiz um pronunciamento acerca da tortura. Todo mundo sabe – já deixei isso muito claro – da admiração que tenho pelas Forças Armadas, especialmente pelo Exército brasileiro, porque se trata de instituições valiosas, sérias, que têm hierarquia e disciplina, e que isso é fundamental principalmente para quem tenta resolver o problema da soberania nacional e da segurança nacional, além de atuarem, claro, no combate aos problemas da segurança pública de forma indireta.

Vim aqui e questioneei, e muito, uma decisão do Governo Federal, na época, de não abrir os chamados arquivos da ditadura militar. Sei perfeitamente que esses arquivos não existem mais. Fui Secretário de Segurança Pública, saí do Ministério Público, cheguei “doido” à Secretaria de Segurança Pública para ver o que havia, para que pudéssemos divulgar e entregar às universidades para pesquisa. E não havia nada. Tudo o que comprometia quem quer que fosse já estava absolutamente “penteado” – termo utilizado para dizer que já tiraram dali o que podia comprometer

alguém. O Senador Romeu Tuma tem muita experiência nessa área, sabe que isso é bem verdade.

Mas não imaginávamos que o Governo Federal teria uma relutância terrível, principalmente por terem sido muitos dos membros do PT alvos até dessa ditadura. E dizia eu, naquela ocasião, que algo que me repugnava terrivelmente era a tortura. Tinha ojeriza à tortura e a torturador. Lembro até uma piada que havia a respeito, sobre a tradição brasileira de torturar e a eficiência, a eficácia disso. Essa piada dizia o seguinte: foram soltas três equipes no mato para encontrar um coelho – uma equipe de alemães, uma de americanos e uma de brasileiros. Duas horas depois, com a tecnologia, o aparato que tinham, apareceram os alemães com um coelho; três horas e meia depois, apareceram os americanos; e umas quinze horas depois apareceram os brasileiros com um ouriço-cacheiro disfarçado de coelho e o ouriço dizendo: Eu sou coelho, eu sou coelho!

Era uma tradição do Brasil apostar na investigação pela tortura. E muita gente até apóia isso; o que é uma bobagem. Temos critérios científicos, temos como fazer uma investigação inteligente para chegar a um resultado. A tortura quase sempre leva uma pessoa a confessar o que ela não fez, ou mais do que fez. E é uma desumanidade, não tem efeito prático algum.

Mas essa prática aconteceu no Brasil. E se alguma coisa tinha em arquivo, tínhamos que cumprir a decisão da juíza federal e entregar o que ainda restava no arquivo. E sabemos que, se muita gente tirou, isso acabaria aparecendo, como apareceu o episódio do Sr. José Genoíno, em que tentaram desmoralizá-lo entregando a público um depoimento dele em que entregava seus companheiros da guerrilha do Araguaia.

Penso sinceramente – eu dizia isso então naquela oportunidade – que o Sr. José Genoíno não tinha nada com isso. Por quê? Porque sob tortura é muito difícil que alguém resista. A tortura física ou psicológica é algo inaceitável. E achei uma crueldade e indignidade o que fizeram com o Sr. José Genoíno, tanto na ocasião em que ele foi torturado quanto na tentativa de desmoralizá-lo **a posteriori**. Creio que ele está desmoralizado por outras razões, não por essa.

Em 1977 eu tinha 16 anos de idade. Fui participar do Comitê Goiano pela Anistia. Lutava pela anistia. Lá, conheci uma série de pessoas que foram torturadas. Uma me chamava muito a atenção. Era o S. Negrinho Alfaiate, um comunista histórico de Goiânia. Era um homem rico – os alfaiates tinham muito prestígio, principalmente na década de 60 – e ficou abalado porque, por ocasião do Golpe de 64, foi preso porque

era comunista. Ser comunista, naquela época, era um crime terrível. E, dentro de uma dependência militar, urinaram nele, e aquilo acabou com a vida dele, aquele gesto da pessoa que urinava em cima dele. Todas as vezes que conversávamos, ele chorava e chorava muito. A vida dele acabou. Ele perdeu todo o patrimônio que tinha e passou ser sustentado por um filho dentista – Dr. Vanderlan Fernandes. O Dr. Vanderlan Fernandes é um gênio, um homem estudioso. O S. Negrinho, ao contrário, era um comunista histórico, convicto, mas sem base ideológica. Era uma pessoa que não sabia discutir a diferença entre materialismo histórico e materialismo dialético. Um dos orgulhos dele era ter hospedado na casa dele o Luiz Carlos Prestes e ter escondido alguns, como o Apolônio de Carvalho, numa época difícil.

É por isso que a tortura me causa repugnância. Meu irmão, também, foi preso político, por um determinado tempo, e sofreu muito com isso. Acho indigno, cruel e terrível.

Mas, há alguns episódios, por exemplo, sobre os quais temos que ser absolutamente pragmáticos.

O jornalista Elio Gaspari tem três livros. O último, *A Ditadura Derrotada*, conta um episódio do General Presidente Ernesto Geisel, antes mesmo – se não me engano – de ele chegar à Presidência da República. O General Geisel admite numa conversa: “olha estão matando, mas é isso mesmo, tem que fazer isso”. E muitos tentaram desmoralizá-lo, dizendo que ele, a partir daí, tinha se tornado um homem indigno e tudo o mais.

Eu não compartilho dessa idéia. Acho que o General Geisel foi um homem fundamental à democracia brasileira. Isso lembra muito o episódio de Saulo, que perseguia os cristãos, e que um dia, abatido por um raio de Deus, que dizia “Saulo, Saulo, por que me persegues?”, ele passou a ser Paulo e foi tão eficiente que se tornou um santo, e um santo sábio citado por todos. O que ele fez para trás foi esquecido e ele se transformou num santo.

O General Geisel era um homem absolutamente pragmático. Poderia até ter essa convicção – e acho que essa deveria ser também a convicção de todos os generais da sua época –, mas o fato é que, tendo a oportunidade de inclusive autorizar a matança, como muitos fizeram, ele, de forma contrária, promoveu a derrota da ditadura e fez com que houvesse abertura política no Brasil.

Por sua inspiração vieram a seguir a anistia e muito mais. Geisel foi, efetivamente, um benfeitor deste País. Podemos ter muito o que reclamar a respeito dele, pois fechou o Congresso – ele chamou de

recesso, mas fechou. No entanto, pesando na balança, precisamos acabar com esse maniqueísmo no Brasil. Geisel foi um homem fundamental para que tivéssemos hoje a democracia no Brasil, e eu o aplaudo decisivamente por isso.

Hoje, venho à tribuna para falar a respeito de algo que me parece absolutamente desnecessário, um gesto do Ministro da Justiça. Fiz todo esse preâmbulo para chegar até aqui e dizer que apresento as minhas convicções, independentemente de agradar ou não a alguém. Naquela ocasião em que fiz o discurso sobre a tortura disseram-me que as Forças Armadas ficaram contrariadas comigo. Apesar de saberem de toda a minha admiração, alegaram que eu não deveria tê-lo feito, que era reabrir uma chaga, e tudo o mais.

Não vejo dessa maneira. Ninguém é responsável pelo que aconteceu para trás. Outro dia, tentaram aqui trocar o nome da Ala Fillinto Müller, porque diziam que Fillinto Müller foi um homem torturador, da ditadura de Vargas. Temos que aprender a respeitar o passado. Muitos podem não gostar da figura de Fillinto Müller – eu até sou uma dessas – mas respeito profundamente a História.

Vamos mudar os nomes de todos os monumentos no Brasil? E ele servia a quem? Não servia a Getúlio Vargas? Alguém propôs aqui que se mudasse o nome da avenida Getúlio Vargas ou da Fundação Getúlio Vargas? Não somos nós que temos que acertar as contas com a História e não temos condições de apagar a nossa memória e nem devemos fazer isso. Então, naquela ocasião, com o voto de desempate meu, foi mantida a Ala Fillinto Müller no Senado, o que não é uma desmoralização para o Senado. Ele teve um papel importante aqui dentro e foi homenageado naquela época, não temos que ficar revendo a História constantemente.

Esta semana, houve uma polêmica muito grande aqui. O Sr. Apolônio de Carvalho, um herói das esquerdas brasileiras, efetivamente fez um trabalho muito grande em prol da esquerda. Em 1935, entrou na Aliança Nacional Libertadora, lutou contra Getúlio Vargas e foi preso. Em 1937, aderiu ao comunismo, foi libertado, viajou para a Espanha, participou da Guerra Civil, lutou ao lado dos Republicanos contra Franco. Depois, foi para a França, lutou na Resistência Francesa, voltou para o Brasil, foi exilado. Aqui, fundou o PCBR, foi para a luta armada e então, expulso do Exército na década de 30.

Com a anistia e com o julgamento que aconteceu, inclusive, administrativo, chegou-se à conclusão de que um homem com mais de 90 anos de idade me-

recia receber os proventos de General, com o que concordo. Naquela época, aliás, no Comitê de Anistia, ele já era chamado de General por muitos combatentes. Era esse o tratamento que se dava a ele porque era um homem de coragem, um comandante, um homem de convicções. Não estou aqui para julgar a sua posição ideológica ou o que ele fez. O erro é tentar violar as normas do Exército para promovê-lo a general, o que é diferente. Ele tem que receber os proventos de general e não ser promovido à patente de general. Isso é uma ofensa às regras das Forças Armadas, uma ofensa às regras do Exército brasileiro, é desnecessário.

O Ministro da Justiça, que deveria estar incumbido efetivamente de fiscalizar as leis e zelar por elas, veio criar um problema sério, inclusive com o Ministério da Defesa.

Tive a oportunidade de ir à região amazônica com o Ministro da Defesa, com quem tenho muitas divergências de caráter ideológico e de pensamento, mas é um homem de bem e tem razão nesse aspecto. Nós não temos que violentar a lei, não temos que, a qualquer custo, promover quem quer que seja, ainda com os méritos inegáveis que tem o Sr. Apolônio de Carvalho, ao posto de general. Ele tem que receber porque foi expulso, foi anistiado e os proventos têm que ser pagos, mas ele não tem que ser promovido.

Estou aqui para parabenizar o Governo Federal – não sei se o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu – por ter tomado a medida de estabelecer alguma solenidade de reconhecimento do valor do Sr. Apolônio de Carvalho, sem efetivamente violentar e violar as normas legais que impedem essa promoção.

O Exército brasileiro fez bem em reclamar, pois tem normas que precisam ser cumpridas. Como eu disse no início, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica primam principalmente por seguirem a hierarquia, por terem disciplina. Se eles mesmos aceitarem a balbúrdia institucional, a inversão da lei, o não cumprimento da lei, teremos um grave problema, qual seja, mais uma instituição desorganizada neste Brasil. Temos que aplaudir as Forças Armadas, efetivamente organizadas dentro de um País onde as instituições ainda funcionam, lamentavelmente, mais na base da improvisação.

De sorte que quero deixar bem claro o meu posicionamento. Sou a favor das homenagens que se fazem ao Sr. Apolônio de Carvalho. Inclusive, quando era adolescente, já disse aqui, eu era um seu admirador – e não cessei essa admiração –, mas acho que essas homenagens não podem passar por cima da lei. Aliás, temos aqui um cultuador da lei e do Regimento, dentre vários, que é o nosso Senador Augusto

Botelho, que até para se inscrever não aceita que o horário seja violentado, modificado.

Acho que temos que cumprir as nossas regras, as nossas normas. Se quisermos fazer essa promoção, temos que modificar a lei. Aí sim, com a lei modificada, é possível fazê-la.

Solidarizo-me com o Ministro da Defesa por mais uma trapalhada cometida pelo Ministro da Justiça. Quero também dizer que o General Heleno, quando lançou a nota em que diz que era impossível fazer a promoção porque o Regimento do Exército Nacional o impossibilitava, ele tinha e tem razão. Vamos dar a César o que é de César. Vamos homenagear o nosso querido Apolônio de Carvalho, mas vamos respeitar fundamentalmente as leis e as normas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Demóstenes, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Demóstenes, eu estava atentamente ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a pelo alto significado da sua inteligência, que engrandece a história de 180 anos deste Senado. Ontem, ouvi o professor Sarney dizer que o Senado é maior que a somatória de cada um de nós, e essa soma multiplicou-se com a presença de V. Ex^a. Sem dúvida alguma, um dos discursos mais célebres na história da humanidade é de Ortega y Gasset, aquele espanhol que escreveu **La rebelión de las Masas**, em que disse: o homem é o homem e suas circunstâncias. V. Ex^a trouxe o assunto ao Senado, ao analisar Geisel. Faço minhas as palavras sobre a história de Geisel que V. Ex^a descreveu. Bastaria para o povo entender que o homem é o homem e suas circunstâncias. Quanto ao Genoino, foram as circunstâncias da tortura que o fizeram talvez delatar amigos. É muito importante V. Ex^a trazer à tona a questão da tortura. Vejam a tortura mental a que estão submetendo a brava Senadora Heloísa Helena.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Esse é o comportamento dos homens. Olhai Cristo, quando Ele puxou o chicote e botou os vendilhões para fora do seu templo, do templo do Pai. Cristo não era violento, mas o homem é o homem e suas circunstâncias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito grato a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a, na minha opinião, é um dos mais brilhantes Senadores desta Casa e, quando faz discurso e usa da palavra, usa-a com muita fundamentação. É um estudioso, é um homem

que merece ser ouvido. Agradeço a V. Exª pela oportunidade e deixo o meu mais absoluto e profundo repúdio ao Ministro da Justiça pela sua atitude que criou um confronto institucional desnecessário.

Apresento ao Exército nacional e ao Ministro da Defesa toda a solidariedade, pois penso que eles têm razão. Isso não implica de forma alguma desmoralizar a vida que teve o nosso querido Apolônio de Carvalho. Vamos encontrar uma outra maneira de homenageá-lo, além do salário a que ele vai ter direito como general. Todas as honras, todas as honrarias devem-lhe ser prestadas, mas não podemos passar sobre as normas, sobre as instituições militares e sobre o Exército nacional.

Agradeço pela oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Demóstenes Torres, embora saiba que, como Presidente da sessão, não posso me manifestar, peço a V. Exª um pouquinho de atenção dada a relevância histórica do tema e visto ter V. Exª feito referência à minha pessoa e a fato importante, que são os arquivos históricos de épocas passadas.

Quando eu era diretor de um departamento voltado para problemas mais sérios, não houve a responsabilidade de alguns auxiliados de Franco Montoro, a quem respeito imensamente, que pretenderam destruir os arquivos. Tive uma luta pessoal junto àqueles que faziam parte da estrutura do então futuro governo Franco Montoro para que aquilo não ocorresse, porque tratavam-se de fatos históricos que serviriam para os pesquisadores e historiadores que necessitassem de dados. Os próprios envolvidos veriam apagado o seu passado.

Por meio de um decreto, consegui passar de volta à esfera federal toda a documentação e os arquivos do antigo Dops de São Paulo. Eles foram fechados numa sala. Passei a ser Superintendente da Polícia Federal em seguida, porque, no governo Montoro, achavam que eu não podia mais continuar. Policiais, por ciúmeira – não é um problema de que caberia falar agora –, achavam que eu devia deixar a Polícia de São Paulo. Assim, fui para a esfera federal e assumi a Superintendência. Guardei esses arquivos a sete chaves. Alguns escritores e pesquisadores que desejavam podiam consultar.

Surgiu, então, o **habeas data**, se V. Exª se lembra, em que qualquer cidadão, no seu interesse pessoal, podia ter uma certidão do que, realmente, teria registrado no seu nome. O **habeas data** funcionou.

Quando Diretor da Polícia Federal, tive a oportunidade de devolver esses arquivos ao Estado de São Paulo. O então Governador Luiz Antonio Fleury, hoje Deputado, passou-os para uma estrutura que deveria analisar, pesquisar e formar os arquivos do Estado que hoje estão à disposição de qualquer cidadão para consulta.

Tenho muita tranquilidade por ter preservado os arquivos, numa luta pessoal, porque realmente eles tinham enorme valor.

Cito um fato gravíssimo ocorrido no Governo Geisel, em São Paulo. Ocorreram três mortes sem muita explicação, provavelmente por tortura psicológica. Numa delas, inclusive do jornalista Herzog, o então Governador Paulo Egídio recebeu a informação e, no dia seguinte, ligou para o Presidente Geisel, contando o que havia ocorrido.

V. Exª sabe que, no Exército, a responsabilidade pelos fatos é do chefe da unidade. O Presidente Geisel destituiu o Comandante do 2º Exército e, logo depois, destituiu o Ministro do Exército.

Não que eu duvide do autor do livro citado por V. Exª, mas me chocou um pouco, porque eu conhecia as providências que ele tomou por mortes que não tinham explicação nessa guerrilha que ocorreu num período triste do País. São fatos que realmente nos trazem dúvida quanto ao comportamento do Presidente Geisel, porque ele tomou providências, puniu o General e mandou que se abrisse um inquérito policial militar para apurar as verdadeiras causas das mortes ocorridas.

Peço desculpas, mas quero apenas que fique registrado. Sei que eu não poderia ter feito essa observação, mas são fatos da História que a oportunidade não permite que se deixem passar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito bem. V. Exª agiu de uma forma heróica em conservar esses arquivos. Quando eu era Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, já na década de 90, mais propriamente, em 95, tive de entrar com uma ação, mas conseguimos fazer um acordo com o então Governador Maguito Vilela, que liberou os arquivos para a Universidade Federal de Goiás. Em seguida, quando Secretário de Segurança Pública, também liberei o restante para a Universidade Federal. Mas não havia mais nada, nem numa situação nem noutra. Louvo V. Exª por isso.

Em relação ao jornalista Elio Gaspari, parece-me, inclusive, que é um admirador ferrenho da dupla Geisel/Golbery e não teve nenhuma intenção de difamar a memória do Presidente Geisel – ao contrário.

O fato é o seguinte: os homens são como são. Hoje, se perguntarmos aos policiais, aos coronéis, aos que trabalham na área de segurança pública, a maioria dirá que a solução deve ser o extermínio dos bandidos, o que é uma bobagem. Mas assim é a cabeça deles. Mas, quando sentam na cadeira, em vez de promoverem o extermínio, eles cumprem as leis.

O General Geisel era um homem em seu contexto, em suas circunstâncias. Ele era favorável a tal ponto que as gravações eram feitas com a permissão dele, para um julgamento **a posteriori**. Nesse sentido, sua grandeza também. É óbvio que se pensava dessa forma quando houve oportunidade, no exemplo que V. Ex^a bem mencionou, de Wladimir Herzog, depois do Manoel Fiel Filho, e de outros. Ele foi desmontando aos poucos o regime paralelo, a ilegalidade. Caminhou para a legalidade, com muita dureza até e possibilitou, dentro da história do País, com sua figura singular, ao Brasil ser melhor hoje.

Lembro ainda que, no livro sobre Geisel, nos documentos cedidos por sua filha à Fundação Getúlio Vargas, muitos e muitos outros episódios revelam esse sentimento de legalidade, de compreensão cultural, de tolerância; como o diálogo, por exemplo, do Ministro da Educação, Ney Braga, com o compositor Chico Buarque de Holanda e Hermínio Belo de Carvalho, discutindo como poderia ser mudada a concepção cultural, para ter tolerância, para que não houvesse censura, etc. Em minha opinião, um homem de muita grandeza e com resultados práticos muito grandes.

Muito obrigado pela oportunidade.

Parabenizo V. Ex^a por esse sentido histórico de homem público e que todos deveriam ter observado. Quem sabe poderíamos ter um acesso melhor à História recente do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

Senador Delcídio Amaral, concedo a V. Ex^a a palavra e peço desculpas por ter usado um pouco mais de tempo, pois a sessão vai até às 15 horas. Portanto, V. Ex^a terá até esse horário, se assim o desejar.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou usar o menor tempo possível, porque os Senadores Mão Santa, Duciomar Costa e Reginaldo Duarte estão presentes e inscritos

para falar. Procurarei usar o meu tempo da forma mais eficiente possível.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, uma observação de cunho regimental. Com todo o respeito que tenho, pois todos os assuntos são importantes aqui no Senado Federal, muitos pronunciamentos feitos em nome de interesses partidários, na verdade, são específicos de Senadores, e os inscritos para falar ficam prejudicados.

Nesse sentido, Sr. Presidente e nosso caro Carreiro, deveríamos prestar atenção para que todos os Senadores tenham oportunidade de falar, de se expressar e de discutir os principais temas nacionais. Espero que, no próximo ano, possamos ver isso corrigido.

Estamos encerrando o ano, um ano de muito trabalho, um ano difícil, em que todos os Senadores trabalharam, debateram as principais questões nacionais; um ano em que, apesar do descrédito e da pouca confiança, o Presidente Lula, juntamente com seus ministros, conseguiu, com muita austeridade, muita determinação e muito rigor, controlar o processo inflacionário, estabilizar o dólar, tomar medidas duras, efetivas, corajosas, ousadas, mas absolutamente necessárias.

Estamos hoje diante de um superávit comercial fundamental para as contas públicas e para as contas brasileiras, fruto do esforço exportador extraordinário desenvolvido pelo atual Governo. Nesse sentido, registro o papel do meu Estado, Mato Grosso do Sul, da região Centro-Oeste principalmente, como o grande celeiro agrícola do País, sem falar na pecuária, atividade em que o meu Estado é o principal do País, com quase 50% das exportações de carne bovina.

Votamos, com muito debate e muitas dificuldades, a reforma da Previdência em dois turnos – a PEC nº 67. E começamos a debater a PEC 77 e a votaremos, se Deus quiser, na próxima semana.

Veio a reforma tributária, que foi uma obra de engenharia política das nossas lideranças, uma proposta sensata, atacando, em um só projeto, várias etapas, no sentido de criar uma política de tributos conseqüente, inteligente, de bom senso, sinalizando para quem produz que o Governo e as principais lideranças de todos os partidos estão preocupados em baixar a carga tributária, para incentivar quem produz, quem investe e quem acredita no Brasil.

Sr. Presidente, ultrapassadas essas questões duras, tivemos uma agenda que posso até chamar de negativa, uma agenda de medidas de que o País precisava, com todas as dificuldades e com todas as conseqüências. Para ser Governo tem que ousar, tem que

ter coragem de fazer com que as coisas caminhem dentro daquilo que a população espera, garantindo um futuro melhor para as próximas gerações.

Agora, entramos em uma nova fase. Se Deus quiser, no ano que vem, haverá uma agenda positiva. E agenda positiva se chama desenvolvimento. É uma palavra mágica para o Brasil de 2004.

E por que falo isso? Porque precisamos, e o grande desafio brasileiro é a infra-estrutura. Sem infra-estrutura, não escoamos nossa produção, não temos velocidade de decisão, não temos perspectivas de, cada vez mais, com todo esse conjunto de ações, viabilizar um país competitivo, com preços compatíveis com a renda do mais simples cidadão brasileiro.

E por que registro, hoje, a questão da infra-estrutura? Ontem, no Palácio do Planalto, foram editadas duas medidas provisórias relativas ao setor elétrico. Assinalo que esse talvez seja o projeto mais importante para o País, ultrapassadas as reformas tributária e da Previdência. É um projeto de grande amplitude, que trata de um planejamento concatenado para o setor de energia, que trata de mecanismos que vão monitorar e controlar as principais obras do País, no sentido de não faltar energia, que é tão cara a todos nós, que é tão importante não só para o desenvolvimento, não só para a produção, mas também para o bem-estar das pessoas, para o lazer. Ao mesmo tempo, tal projeto tratará, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de todo o arcabouço legal que pautará o setor elétrico nos próximos anos, que levará à discussão da matriz energética, que levará à discussão das ações do Conselho Nacional de Política Energética, fundamental para desenhar o nosso futuro, que vai definitivamente fazer com que venhamos a discutir, com serenidade, com bom senso, a função das agências reguladoras – especificamente no caso desse projeto a Agência Nacional de Energia Elétrica e, por que também não, a Agência Nacional de Petróleo.

Estamos diante de um desafio importante, Sr. Presidente. Todo o sistema, todo o mercado e as instituições todas acompanham com muita atenção o resultado desse debate, que pautará a ação dos Deputados Federais e dos Senadores nas próximas semanas. É o desenho do setor elétrico que sinalizará o tratamento que o Governo dará para a questão dos transportes, das hidrovias, das ferrovias, hoje em situação calamitosa. Não vou falar da Novo Oeste, que é do meu Estado, para não ser repetitivo, pois foi objeto de um sem-número de discursos meus esse mau exemplo com que convivemos no que se refere às ferrovias, infelizmente, no meu Estado.

Vamos olhar as rodovias e as telecomunicações, porque isso sinalizará para os principais investidores como vamos tratar essas questões. Hoje, vários projetos estão sendo implementados: a telefonia fixa, a telefonia celular, a transmissão de dados, a transmissão por fibra ótica, a informática, o Brasil integrado, a Internet.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar aqui registrado que, se 2003 foi um ano difícil, duro, que exigiu coragem e determinação para que o Governo colocasse o País nos eixos, reconquistando sua credibilidade e, mais do que nunca, quebrando paradigmas, 2004 será o ano da infra-estrutura. E a infra-estrutura pressupõe um marco regulatório claro, estável, confiável, que garanta a competitividade. É a competitividade que viabiliza uma vida melhor para os cidadãos brasileiros, com emprego, produção, saúde, educação e saneamento.

Hoje ouvi o nobre Senador César Borges falando sobre saneamento, e sobre esse setor tenho alguns dados específicos. Precisamos da regulação na área de saneamento. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dos 42 milhões de domicílios, segundo o último censo, 8,5 milhões não são atendidos por rede geral de água, mais de 16 milhões não possuem sistemas de esgotamento sanitário e quase 9 milhões não contam com serviço de coleta de lixo. Esse é um desafio fundamental, e as regras têm de estar muito bem caracterizadas e clara, para conseguirmos trazer investimentos, consolidar esse modelo de parceria público-privada e fazer o Brasil transformar-se.

Não posso perder esta oportunidade, Sr. Presidente, de passar um dado muito interessante sobre o que representa o saneamento em termos de economia. Para cada US\$4 investidos, poupam-se US\$3 com saúde. Isso é um impacto extraordinário na economia do País e na saúde das pessoas.

Chamo a atenção para o grande desafio do Congresso Nacional nas próximas semanas, nos próximos meses: a infra-estrutura, sem a qual não conduziremos o País ao destino que tanto merece. É o que a população espera de todos nós: do Governo Federal, dos Senadores, dos Deputados Federais. Que efetivamente construamos o País com que sonhamos: um novo Brasil, fraterno, solidário, cidadão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caríssimo Senador Mão Santa, com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, ali está Rui Barbosa, que conclamou os brasileiros a manterem o fogo sagrado. O fogo sagrado, segundo Rui, era a soma da esperança e do entusiasmo. V. Ex^a representa, no Partido que está no Governo, o entusiasmo e a esperança. E muito mais: a competência e a certeza. Está terminando o primeiro ano do Governo Lula, e todos nós, os 81 Senadores, gostaríamos muito que, na reforma ministerial, Deus abençoasse o Presidente da República – que ajudamos a eleger –, e ele colocasse V. Ex^a no Governo, por seu passado de homem empreendedor. Todo o Brasil sabe que, no Governo de Itamar Franco, V. Ex^a, com sua juventude e competência, foi um dos Ministros que mais fez avançar este País. V. Ex^a sintetizou muito bem aquele que tem de ser o ícone de todos os políticos brasileiros: Juscelino Kubitschek, o binômio energia e desenvolvimento. Então, pedimos a Deus que as nossas palavras vão aos céus em forma de oração e clamor, a fim de inspirar o Presidente Lula a convocá-lo, para que 2004 seja um ano novo, bom e de progresso e para que não se apague o fogo sagrado no dizer de Rui Barbosa – o entusiasmo e a esperança do povo brasileiro.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a sabe da admiração que tenho pela sua pessoa. Muito obrigado pelas palavras.

Sr. Presidente, para encerrar, não poderia deixar de registrar, em função do que o Senador Demóstenes Torres afirmou, que Apolônio de Carvalho é um corumbaense, como eu – um corumbaense ilustre, que não só andou pelo Brasil, mas também pela Europa, especificamente pela Espanha e França. A iniciativa do Governo, a despeito dessas questões aqui apresentadas, sobre as quais prefiro não tecer qualquer tipo de comentário, é o resgate de uma liderança muito importante e, acima de tudo, corajosa, que muito fez pela democracia, pela liberdade, fraternidade e igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvindo atentamente o pronunciamento do brilhante Senador Delcídio Amaral, eu refletia sobre esse primeiro ano de trabalho nesta Casa. S. Ex^a falava da luta que tivemos em relação a essas reformas, do trabalho que iniciamos e que estamos concluindo, da necessidade de o País avançar na produção, na geração de emprego e renda. S. Ex^a referia-se, principalmente, ao

fato de o Governo poder realizar obras estruturais que dêem ao País condições de alcançar o desenvolvimento e o progresso de que tanto precisa.

Senador Delcídio Amaral, gostaria de manifestar a minha preocupação. Eu, que nesta Casa pertenço à Base do Governo, que tenho apoiado o Governo Lula, estou convicto de que realmente é intenção do Presidente colocar o Brasil no rumo certo. Por isso, Sua Excelência muitas vezes toma medidas que se fazem necessárias, duras. E, com muita tristeza, tive que me manifestar contrariamente à reforma da Previdência. Fiz isso com muita convicção, em função de uma série de debates em Belém, onde, por meio de fórum, reuni a sociedade civil organizada, universidades, sindicatos. Enfim, por meio de um amplo debate, fui obrigado a me posicionar contrariamente, mas sei da importância e da necessidade das reformas.

Agora tivemos a reforma tributária. Aqui acompanhei a sua aprovação, quase por unanimidade, uma reforma tão necessária ao País. Mas quero expressar a minha preocupação, Senador Delcídio Amaral, em função justamente do que V. Ex^a acabou de dizer aqui, que não era nem motivo do meu pronunciamento neste dia. Trata-se justamente da minha preocupação no momento em que o País necessita tanto de obras estruturais para se desenvolver. Fiquei bastante preocupado ao votarmos a reforma tributária, embora saiba da necessidade dela, porque muito se diz em discurso que é necessário colocar-se em prática. Mas, muitas vezes, no momento oportuno, não se dá a devida importância.

Em relação ao Pará, um Estado com perfil extrativista e que hoje contribui com mais de US\$2 bilhões para a balança comercial brasileira, que exporta US\$2,4 bilhões e importa apenas US\$300 milhões, esperávamos que, na reforma tributária, pudéssemos aqui fazer justiça fiscal. No momento em que se fala em desigualdade social, que tanto se falou sobre ela nos palanques, em reuniões, em que houve tantas promessas de justiça social, entendo que, enquanto não a colocarmos em prática, não inserirmos os entes federativos nesse contexto, privilegiando determinados Estados em detrimento de outros, o País não alcançará o desenvolvimento com a pressa que se faz necessária.

Fiquei preocupado com a situação fiscal, Presidente Tuma. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, hoje, em função da Lei Kandir, que acabamos de constitucionalizar, estamos abrindo a possibilidade de a Justiça brasileira receber uma enxurrada de ações. Vou falar da minha preocupação. Menciono aqui o Estado do Pará, mas há outros Estados que estão na mesma

situação, Estados que têm capacidade de exportar. Na realidade, as grandes empresas que neles se instalam passam a acumular crédito, porque eles compram suas máquinas, insumos e equipamentos em outros Estados.

Agora, com a constitucionalização da Lei Kandir, não tenho dúvida de que essas empresas, que acumulam verdadeiras fortunas em créditos, vão ingressar na Justiça. E a minha preocupação é que esses Estados realmente não tenham possibilidade de arcar com essas ações e pagar os créditos dessas empresas.

Preocupa-me também, Senador Delcídio, a situação geográfica do Pará em relação às exportações. Se as obras estruturais da Transamazônica, da Santarém/Cuiabá e das eclusas estivessem concluídas, teríamos condição de reduzir o custo Brasil. Não tenho nenhuma dúvida de que iríamos mudar a geografia de exportação deste País, que dista dos grandes mercados consumidores, Europa e Estados Unidos, quase cinco mil milhas.

Senador, no momento em que se der atenção a essas obras estruturais, aí sim, estaremos caminhando para diminuir, combater a desigualdade social no País, com o instrumento mais eficaz: a geração de emprego e renda, a municipalização da produção.

Não vejo outro caminho, não vejo outra forma – porque todas essas contas e toda essa parafernália de siglas muitas vezes apenas confundem a mente daqueles que só entendem uma palavra: emprego. As pessoas sabem o que é emprego, o que é renda; sabem que é preciso sustentar a família com dignidade, com respeito. O povo brasileiro espera por isso, deseja isso. E, assim, foi em massa às urnas, acreditou em todos nós. Para cá viemos justamente com essa missão, com esse compromisso. Assim foi eleito o Presidente Lula; assim o povo do meu Estado me deu mais de um milhão de votos, justamente acreditando que viéssemos para cá e pudéssemos transformar a realidade do País, dando-lhe condições dignas e respeitadas de vida. Essa é a nossa missão.

Ao encerrar-se este ano, preocupo-me sim, porque tenho absoluta consciência de que cada um de nós vai fazer um balanço. O que fizemos aqui? Qual foi a nossa contribuição? Será que estamos cumprindo a nossa obrigação? O que vamos dizer após a nossa reflexão? Será que estamos atendendo à expectativa daquelas pessoas que nos deram a procuração, que é o voto?

Sempre tenho dito, Senador Mão Santa, que o maior e mais competente tribunal do mundo é o do povo, composto pelo povo, porque ele sim tem legitimidade, competência para nos julgar, pois nos passou a procuração para aqui vir e defender seus interesses.

Então, vem a reflexão. Será que poderemos prestar contas à nossa consciência? Será que satisfaremos os interesses daquele que nos colocou aqui, o povo brasileiro?

Preocupo-me sim, Senador Delcídio Amaral, Senador Mão Santa, porque é necessário encontrarmos imediatamente respostas para o povo brasileiro, que se encheu de esperança no momento em que foi às urnas.

Entendo que o caminho, Senador Delcídio Amaral, é esse que V. Ex^a acabou de mostrar da tribuna. É necessário que se atinjam esses eixos de desenvolvimento. O País, realmente, está travado – e sabemos disso.

Eu não votei no Presidente Lula, mas quando cheguei a esta Casa a maioria do meu Partido tomou a posição de contribuir para que o Governo encontre a direção correta para o Brasil. Tenho certeza de que o Presidente Lula, com sua determinação e boa vontade, vai encontrar esse caminho.

O que me fez tecer estes comentários foi justamente o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Delcídio, porque ele corresponde à preocupação da Nação brasileira, que é uma resposta para a geração de emprego.

Quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a e manifestar a minha preocupação no momento em que estamos encerrando o ano. Meu receio é que o povo brasileiro perca sua esperança nos Senadores que colocou nesta Casa e no Presidente Lula, que foi quase aclamado por este País, numa votação maravilhosa e expressiva, e hoje, realmente, precisa dar-lhe essa resposta.

Vou deixar meu pronunciamento para outra oportunidade porque o Senador Mão Santa vai usar a palavra. Prometi a S. Ex^a que usaria pouco tempo. Portanto, vou deixar meu pronunciamento para segunda-feira, para que possamos assistir ao brilhante pronunciamento do Senador Mão Santa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Mão Santa, temos 10 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado, liberdade, igualdade e fraternidade.

Senador Delcídio Amaral, o povo, buscando uma forma de governo, foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade! Caíram todos os governos absolu-

tos, todos os reis e nasceu aquilo que, nas Américas, Abraham Lincoln chamou de governo do povo, pelo povo, para o povo: a democracia, a liberdade.

Eu queria usar o restante desta sessão para uma meditação e um ato de solidariedade. Amai-vos uns aos outros. Senador Duciomar, solidariedade é o amor na dificuldade.

Lembro nossa companheira Heloísa Helena e, aí, podem dizer que o Senador Senador Mão Santa não tem nada com o PT, não é do PT. Não sou e não quero ser. PT, para mim – e eu amo –, é Piauí e Teresina.

Mas sou a ignorância que é audaciosa. A democracia é um partido da pátria. Então, eu sou responsável. Esta Pátria é nossa. Assim, os partidos é que devem se enquadrar nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade.

Senador Romeu Tuma, a ignorância é audaciosa. Aqui não é Cuba, onde não há partidos. Acabou o fascismo, acabou o nazismo. A Rússia se acabou também. Todos nós somos responsáveis. É preciso. O PT não está atrás do PMDB?

Porque ela pensou, cometeu uma falta. A filosofia, Senador Augusto Botelho, explica o que as ciências não explicam. Um filósofo eternizou-se porque disse: “Penso, logo existo.” A Senadora tem o direito de pensar. Esse é um direito do cidadão, do ser. Não respeitam o pensamento dela. Ela achou que a PEC nº 67 não era boa, como eu também não achei, e deve-se ter comportamento. Como é que o PT quer se viabilizar atrás do PMDB? Como? Há respeito ao comportamento na democracia.

Ulysses é o nosso líder ímpar, ícone, único, como Cristo é o líder da Igreja. Ele fez a democracia renascer, por isso o PMDB é respeitado. E então vamos logo expulsar o Presidente Sarney do PMDB, vamos expulsar o Mão Santa, vamos expulsar o Requião, porque eles também pensaram e votaram no Lula? Que coisa é essa?

Aqui falou o Senador Demóstenes sobre tortura. E a pior tortura é a mental. O que não é sofrimento dessa moça aqui! O Senador Duciomar também traduziu a força do povo, que o mandou representá-lo com consciência.

Quis Deus aqui chegasse o nosso Suplicy.

Senador Suplicy, nós estamos vivendo um suplício da filosofia, da liberdade!

Dalcídio sintetizou o melhor de Minas. Minas, Juscelino antes dele, **Libertas quae sera tamen**. Liberdade. O Presidente Sarney disse, no seu primeiro discurso, que sem liberdade não se tem vida; sobrevi-

ve-se. Não há democracia. **Libertas quae sera tamen**. Então a moça não pode ter liberdade?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por favor.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Suplicy, V. Ex^a ia entrando – Deus escreve certo por linhas tortas – e nós o vimos.

Atentai bem. No meio da rua, eu escuto o que estão dizendo: o PT é para pouco tempo. E há que entender que ele não tem esse poder todo não. Vamos entender as coisas. Nem o povo teve essa crença total no PT. O povo é sábio. O Duciomar disse isso, ele que sente o povo, que é do povo, que veio do povo, que veio do interior, com o exemplo do pai dele. O povo é sábio, deu o Executivo para o PT; não deu o Legislativo. O PT só tem onze aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quatorze.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Três são do PL. Onze, mais três, quatorze.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quatorze são do PT, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não é somando os três não?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Incluindo a Senadora Heloísa Helena, somos quatorze.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Somos 81. Então, o povo do Brasil não deu a democracia para o PT. O PT tem que respeitar a democracia.

Esse é um ato antidemocrático e nós somos responsáveis. Perdemos a democracia. Eu vim do Partido de Ulysses, que fez renascer a democracia.

Então, eu queria dizer, Senador Suplicy, atentai bem para esse homem. Atentai bem para o desrespeito e a discriminação à mulher no seu maior drama, na sua crucificação.

Todos os homens falharam, como todos os que estão falhando aí, como os do núcleo duro, como os dirigentes do PT. Pilatos, que foi Governador como eu, lavou as mãos. Fraquejaram também Anás, Cai-fás, o pai de Cristo, José. Onde estava José? Pedro negou três vezes. Todos aqueles apóstolos, Senador Dalcídio Amaral, todos os homens fraquejaram. Só um O ajudou, que foi Cireneu.

E o Brasil espera que o Cireneu dessa mulher que está sendo crucificada, que está sendo torturada psicologicamente, seja o Senador Eduardo Suplicy. Deus é bom, Deus é pai, Deus não abandona ninguém.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campainha.*) – Terminou o tempo de V. Ex^a. Prorrogo a sessão por cinco minutos para V. Ex^a terminar o seu discurso, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o suficiente. Cristo fez o Pai Nosso em menos de um minuto. Vamos terminar em cinco minutos.

É o seguinte: estamos em Cristo, mas apareceu o Cireneu, que é V. Ex^a. Deus é bom. Deus sempre coloca os homens nos lugares certos. Ele colocou o Presidente Romeu Tuma, com a tolerância, na Presidência, para os cinco minutos se transformarem em dez minutos.

Deus não nos abandona e fez Davi vencer Goliás, colocou Salomão e, agora, o Senador Eduardo Suplicy para fazer essa defesa.

Quero lhe dizer que os homens fraquejaram, mas não as mulheres. A mulherzinha do Pilatos, a “Adalgisinha” dele, disse-lhe: “Não faça isso. O homem é gente boa. Eu O vi”. Estava Verônica enxugando o rosto. Estavam lá as três Marias! E a coragem dessas mulheres históricas está aqui representada na Senadora Heloísa Helena. S. Ex^a esteve no Nordeste, esteve em Alagoas, lutando contra a ditadura, moralizando o Estado, transformando-se de professorinha em enfermeira na hora do sofrimento, da dor. Professora de Enfermagem, líder, Vice-Prefeita, Deputada Estadual, Senadora que engrandece! Nenhuma indignidade, nenhuma vergonha, nenhuma indecência! A firmeza da mulher de Pilatos, a firmeza de Verônica e a das três Marias repete-se aqui na Senadora Heloísa Helena.

Senador Eduardo Suplicy, a História é cheia dessas perseguições. Estão querendo, Senador Duciomar Costa, que volte a inquisição: “Taquem fogo na Joana D’Arc!”. Mas, mesmo queimada, ela teve coragem e libertou a França, a França que gritou ao mundo “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Concedo o aparte ao Cirineu que vai tirar a Senadora Heloísa Helena da fogueira que o PT está querendo fazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero, Senador Mão Santa, em solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a, repetir aqui algumas palavras do nosso teólogo maior brasileiro Leonardo Boff, que hoje – não sei se V. Ex^a teve oportunidade de ler –, no **Jornal do Brasil**, escreve “Pour Heloïse Hélène”. Permita-me aqui dizer um trecho:

Há poucas músicas mais apaziguadoras que *Pour Elise*, de Beethoven. Sem presunção, desejaria que minhas reflexões ti-

vessem semelhante efeito. A Senadora Heloísa Helena é para mim irmã e companheira de sonhos, de caminhada e de lutas. Como a maioria dos teólogos da libertação, ela e nós somos filhos da pobreza e fizemos em nossas vidas a opção pelos pobres, contra a pobreza e em favor da vida e da libertação. Como ela, nos enchemos de iracúndia sagrada face às injustiças do mundo e à humilhação de nosso povo. E quem, face a esses cenários dramáticos, não se indignar, é inimigo de sua própria humanidade. E há muitos em nosso País e no mundo. Mas entre eles nunca esteve Heloísa Helena. Ela mantém a chama viva da herança dos profetas e do maior deles, Jesus de Nazaré. Não aceita negociar e entrar em alianças que impliquem esquecer o sofrimento das grandes maiorias empobrecidas. Especialmente, quando só fazem aumentar a dor.

O PT se caracterizou como aquele partido que se propôs escutar o clamor da Terra e fazer uma política de mudanças que eliminasse as razões para continuar a gritar. Esse é o seu compromisso sagrado, selado com suor e sangue de muitos militantes e de tantos na sociedade que, não sendo do Partido, como eu e Frei Betto, apostamos que agora se daria a ruptura instauradora e se inauguraria um Brasil diferente daquele que herdamos há 500 anos.

Todos sabemos, o PT no Governo herdou um dilúvio. No lugar de uma Arca de Noé, encontrou um *Titanic* afundado. Teve de fazer de tudo para transformá-lo num transatlântico salvador. E agora, redirecionado, deveria apontar para as mudanças em nome das quais foi salvo e existe: mais centralidade nos pobres e excluídos, desenvolvimento social mais que puro crescimento econômico, mais ouvidos aos da Planície que aos do Planalto. Tal orientação é essencial à identidade política do PT. Enfraquecê-la, postergá-la, comandá-la por razões de governabilidade é desnaturar o PT, defraudar a esperança que venceu o medo e perder a chance, talvez única em nossa geração, de fazer transformações estruturais com democracia. Para isso, precisamos de sinais concretos mais que de discursos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campainha.*) – Sr. Senador, peço, por favor, a compreensão de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já vou concluir, Sr. Presidente:

E esses não ganharam ainda clareza suficiente para nos convencer. Esse é o pano de fundo do inconformismo e do dedo em riste da Senadora Heloísa Helena. Sua palavra cortante atinge o nervo da questão e mobiliza a todos. Sua causa é verdadeira, seu móvel é o amor aos pobres mediado pela militância no PT, seu objetivo é puro como nos profetas bíblicos: convocar o Governo para a aliança das origens e para o sonho que não pode morrer. Nenhum profeta deve ter muito amor ao seu pescoço, pois nenhum deles morreu na cama. Mas aí do poder que se orientar somente por sua lógica linear e se esquecer de que a saúde de todo poder é conviver com o antipoder que o impede de ser autoritário e absolutista. E silenciar, marginalizar e expulsar Heloísa Helena é mostrar-se fraco e incapaz de aprender da contradição.

Por favor, não imitem a Igreja Hierárquica Católica, que sempre caça o pensamento divergente (fui uma das vítimas) e que ao expulsar Lutero de seu seio expulsou a massa crítica e se mediocrizou até os dias de hoje. Queremos um PT que resiste às tentações do poder central que tudo uniformiza. Queremos Heloísa Helena no PT assim como é, profética, irada e cheia de enternecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a poderia citar o jornal e a página?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Essa matéria está no **Jornal do Brasil** de hoje, coluna de Leonardo Boff, página A-9. Eu a li para enriquecer o discurso do nobre Senador Mão Santa, que estava falando exatamente que não deveríamos aplicar em Heloísa Helena certas práticas do tempo da Inquisição, ocorridas às vezes até em anos recentes, como com Leonardo Boff.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria a V. Ex^a que encerrasse.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já concluí, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe, Senador Eduardo Suplicy.

Leonardo Boff, todos nós já lemos. É tanta a beleza, porque a inspiração é grandiosa, é a luta de Heloísa Helena.

Atentai bem: não bastou o exemplo de Sócrates ser condenado por suas virtudes de mestre? Não bastou o sacrifício de Joana D'Arc, na Inquisição? Não bastou o sacrifício de Cristo, na crucificação? Será que não aprendemos com tudo isso?

Termino, Sr. Presidente, onde comecei, com Cristo. Atentai bem, PT: aquela passagem era de uma mulher pecadora, mas, agora, estamos falando de uma mulher virtuosa, de uma mulher bíblica, de uma mulher Senadora, de uma mulher mãe, de uma mulher enfermeira, de uma mulher professora, de uma mulher brasileira, de uma mulher nordestina, de uma mulher de Alagoas.

Diante de uma pecadora, Cristo disse: "Atire a primeira pedra quem não tiver pecado". Nós, homens e mulheres, vamos atirar flores de gratidão ao exemplo que tem sido Heloísa Helena neste Senado.

Senador Eduardo Suplicy, tire-nos desse suplício, dessa inquisição!

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas retificar uma informação. A Mesa da Câmara dos Deputados me informou há pouco que não será necessário que volte à CCJ para a aprovação da redação final o projeto de lei que instituía a renda básica de cidadania, uma vez que já havia sido aprovado pelo Senado, e, aprovado em caráter terminativo na Câmara, vai à sanção do Presidente na próxima segunda-feira, por ofício do Presidente João Paulo Cunha.

Portanto, confirmo que o Brasil será o primeiro país no mundo a ter, pelo seu Congresso Nacional, aprovada a renda básica de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esperamos que seja sancionado segunda-feira, para cumprimentá-lo com mais entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores Edison Lobão e Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em diversas oportunidades tenho usado esta tribuna para abordar o problema da reforma agrária. A 12 de novembro passado, busquei nas palavras do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o reforço para a minha arraigada opinião de que é inútil uma reforma agrária sem assegurar ao assentado os meios de produção e sobrevivência na área que lhe é destinada para trabalhar. É tirar trabalhadores da cidade para o campo, sem experiência ou vocação agrícola, e, ademais, sem lhes oferecer as condições elementares para se manterem assentados. Um esforço heróico, mas sabidamente inútil, e um desperdício do dinheiro público.

Agora, tais opiniões – expressadas por mim e pelo Presidente da República – são reforçadas por dois acontecimentos registrados na última semana, que vieram enriquecer os debates sobre a reforma agrária. Refiro-me ao brilhante discurso proferido desta tribuna pelo senador Siqueira Campos, e à entrevista de Francisco Graziano Neto ao **Estado de S. Paulo**. Ambos ofereceram informações e sugestões da maior importância para o esclarecimento tão necessário a esse problema, que se agrava por não ser enfrentado de maneira realista e objetiva.

Graziano, engenheiro agrônomo de alta qualificação – especialista em economia agrária e ex-dirigente do INCRA em 1995, no início do governo Fernando Henrique Cardoso –, após pesquisas de campo no Nordeste, Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e em outras localidades, disse sem rodeios que o projeto de reforma agrária no Brasil é um fracasso total, a começar pelo desrespeito ao meio ambiente com o avanço indiscriminado dos assentamentos sobre florestas que se vão deteriorando. No Pará, Graziano viu e fotografou caminhões saindo de assentamento carregados de toras de castanheiras. Na sua opinião, o nosso País desperdiça dinheiro ao distribuir terras para quem nela não sabe trabalhar. Narra Chico Graziano, assim conhecido, que encontrou assentados morando em condições piores do que aquelas que enfrentavam na periferia das cidades, pois no Pará, por exemplo, cinquenta por cento dos assentamentos não têm energia elétrica, benefício este que não falta à generalidade das favelas, embora à custa dos chamados “gatos”.

O Senador Siqueira Campos, a seu turno, propôs com muita lucidez que o cadastro de trabalhadores rurais sem-terra seja feito “nas bases”, por conselhos municipais, que seriam responsáveis ainda por identificar as terras improdutivas a serem usadas para o assenta-

mento de famílias. Participariam de tais conselhos os prefeitos, juizes de Direito, membros da OAB, da sociedade civil, das igrejas, e seriam formulados os cadastros a partir daí. Como lembrou o ilustre representante de Tocantins, os milhares de terras improdutivas estão nos municípios, e elas seriam apontadas pelos que as conhecem. Assim se daria continuidade, provavelmente mais correto e rápido, a um processo de reforma agrária sem a desorganização do setor produtivo nacional. A opção pela invasão de terras e por cadastros de quem não tem nada a ver com o meio rural não é um bom caminho e, por via de consequência, desestabiliza a produção no meio rural.

O governo federal, tanto por seu perfil como pelo seu ideário, tem investido o que pode na reforma agrária, mas não parece trilhar, até agora, um roteiro com perspectivas de sucesso.

Cabe-lhe refletir melhor sobre o tema de tão relevante interesse público, e não deixar de ouvir as ponderações daqueles que, igualmente interessados na busca de soluções, tanto têm a oferecer.

“Não podemos transformar miseráveis urbanos em rurais”, como disse o senador Siqueira Campos.

Todos sabemos que continua residindo na agricultura a base para o nosso sucesso em divisas e na garantia da alimentação do povo. Somos o maior exportador de carne do mundo e o segundo, em grãos.

Não podemos permitir – pela leniência no combate às invasões de terra e à má condução da reforma agrária – a desestabilização das propriedades produtivas de nosso País. Não serão os assentamentos, porventura povoados por não vocacionados para a agropecuária, que irão assegurar a continuidade dos nossos excepcionais avanços nesses setores da produção.

Sr. Presidente, tenho esperanças de que estas minhas palavras contribuam para que o Governo Federal continue a buscar, embora de modo mais realista, uma melhor distribuição de renda e acesso de milhões de brasileiros à propriedade rural. Precisamos implementar, sim, uma política de reforma agrária realmente eficaz, adequada e compromissada com os legítimos anseios por um maior desenvolvimento econômico nacional. Todavia, de respeito à propriedade privada e ao Estado de Direito, em que se dê aproveitamento máximo aos tão custosos e difíceis recursos disponíveis.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, venho à tribuna para destacar matéria do Jornal **Folha de S. Paulo** da edição desta sexta-feira sobre o relatório da Unicef “Situação da Infância e Adolescência Brasileira”, assunto de publicações em outros jornais do dia de hoje.

Segundo o relatório, que analisou a situação de nossas crianças, as oportunidades de nossos futuros cidadãos estão gravemente comprometidas pelas desigualdades regionais, éticas e econômicas. O relatório destaca a importância de investir na prevenção de doenças, na educação, no fortalecimento da família e da comunidade, como forma de corrigir a profunda injustiça do País com 35,9% da população.

Na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, recomendo a análise profunda do relatório a todos os membros e suplentes da CAS, mas também aos que tratam, como eu, da discussão do Orçamento e do PPA. Não se garantem políticas públicas eficazes nem ações e programas sociais conseqüentes e capazes de reverter tais índices, sem prioridade para os recursos necessários – e o mais importante: que cheguem na hora certa.

A matéria merece, portanto, sua inserção nos anais do Senado Federal, no sentido de alertar o País, as autoridades e toda a sociedade para uma grave questão que deve ser enfrentada com responsabilidade pelo governo, pela oposição e por toda a sociedade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Unicef mapeia desigualdade no Brasil

Iuri Dantas
Da **Folha de S. Paulo**, em Brasília

As desigualdades econômica, étnica, regional e urbana-rural, entre outras, não só impedem o acesso a bens como determinam o sucesso de crianças e jovens brasileiros, consolidando as diferenças. A conclusão consta do relatório “Situação da Infância e Adolescência Brasileiras”, divulgado ontem pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

“Ainda hoje, o fato de uma criança nascer rica ou pobre, negra, branca ou indígena, viver na cidade ou no campo, morar no Sul ou no Nordeste, ter ou não uma deficiência afeta de sobremaneira as suas oportunidades ao longo da vida”, disse Reiko Niimi, representante do Unicef.

O relatório analisa a situação de 61 milhões de brasileiros com menos de 18 anos (35,9% da população). O Unicef lida com dados de 2002 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de outros órgãos do governo.

Os números refletem o posto do Brasil de país com maior concentração de renda do continente. E mais: as dificuldades de crianças e adolescentes de hoje em ter acesso a educação e saúde representam o fantasma de manutenção desse **status quo**. Cerca de 29 milhões de brasileiros negros menores de 18 anos, por exemplo, têm duas vezes mais chances de ser pobre do que os brancos.

Entre as regiões, o Norte e o Nordeste apresentam os piores índices. Lá, os jovens têm quatro vezes mais possibilidade de morrer antes de completar um ano de idade e 16 vezes mais chances de não aprender a ler e a escrever na comparação com aqueles que vivem nas regiões Sul e Sudeste.

O relatório do Unicef descreve que o acesso à escola “está quase universalizado, mas 5,5% das crianças de sete a 14 anos ainda não freqüentam as aulas”. Desses alunos, 41,7% estão defasados e 12,7% não foram alfabetizados.

A **Folha** tentou localizar o ministro da Educação, Cristovam Buarque, ontem, mas sua assessoria não respondeu aos recados. Presente ao lançamento do relatório, o chefe-de-gabinete de Cristovam, Marcelo Aguiar, parabenizou o Unicef e disse que pretende trabalhar com o organismo para a redução das desigualdades.

Ao avaliar a educação levando em conta a renda da família, previsivelmente há maior exclusão dos mais pobres. Entre os 20% mais pobres da população, 9,2% dos que têm de sete a 14 anos estão fora da escola. Na faixa dos 20% mais ricos, esse percentual cai para apenas 1,2%.

Situação mundial

Também foi lançado ontem o relatório sobre a Situação Mundial da Infância do Unicef, em que é feito um ranking dos 191 países signatários das Metas do Milênio – um conjunto de compromissos sociais que devem ser cumpridos até 2015. O Brasil subiu uma posição em relação ao ano passado, mas manteve o mesmo índice. O país ocupa a 93ª posição, com uma taxa de 36 mortes até os cinco anos a cada mil nascidos vivos.

O Unicef recomenda que os governos nacionais invistam na inclusão das meninas na escola.

Sugestões:

Investir mais na prevenção de doenças, avançar no conteúdo escolar e fortalecer os potenciais co-

munitários e da família foram os pontos delineados pelo Unicef para a superação das desigualdades.

“A escola precisa ser o lugar privilegiado para que as crianças e os adolescentes dominem os conteúdos históricos e geográficos dos povos, do papel do campo e da cidade na dimensão social e econômica do Brasil, numa leitura mais ampla e responsável das dinâmicas nacionais”, diz o texto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 13, às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1–

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 77, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.817 e 1.818, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator, Senador Tião Viana, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Demóstenes Torres, José Jorge, Arthur Virgílio e Jefferson Péres; 2º pronunciamento: favorável, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 01 minuto.)

(OS 21202/03)

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª REUNIÃO DE 2003 DIA 6 DE OUTUBRO DE 2003 SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 6 de outubro de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência

do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada à: **I** – leitura de expedientes; **II** – exposição do Senador Hélio Costa (PMDB-MG); **III** – andamento dos trabalhos das Comissões: 1. TV a Cabo: Relatório sobre a situação da TV a Cabo no Brasil, com apresentação de medidas e iniciativas no sentido da solução dos problemas do setor; 2. Concentração da Mídia: Relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que “dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens”; 3. Outras Comissões; **IV** – Comunicações dos Conselheiros; **V** – Participação da sociedade civil.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente
Representante da sociedade civil

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante das empresas de televisão

FERNANDO BITTENCOURT
Engenheiro com notório conhecimento
na área de comunicação social

FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Suplente)
Representante da categoria profissional
dos jornalistas

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Representante da categoria profissional
dos radialistas

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA
Representante da categoria profissional dos artistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais
de cinema e vídeo

ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
(Suplente)
Representante da sociedade civil

RICARDO MORETZSOHN
Representante da sociedade civil

Manifestaram-se, ainda, durante a reunião, os Senhores:

- 1) **ARA APKAR MINASSIAN** – Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
- 2) **JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA** – Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA;
- 3) **ALEXANDRE ANNENBERG** – Diretor Executivo da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura – ABTA.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa tarde, são 14 horas e 14 minutos.

Declaro aberta a 8ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, de 2003.

Antes de entrar na Ordem do Dia, registro a presença do Conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho, representando o Conselheiro Alberto Dines, que não pôde estar presente hoje conosco, por motivo de viagem.

Registro a justificativa de ausência do Conselheiro Carlos Chagas, que, em mensagem eletrônica e fax transmitidos na manhã de hoje, informa a necessidade urgente de viajar para Curitiba, em virtude do falecimento do Deputado José Carlos Martinez, em desastre aéreo neste fim de semana, fundador da Rede de Televisão CNT, da qual o Conselheiro Carlos Chagas é comentarista político. À família do Deputado Martinez, o nosso abraço.

Saúdo os Conselheiros presentes.

Registro também, com pesar, o falecimento da Srª Rebecca Sirotsky, mãe de nosso Vice-Presidente, Conselheiro Jayme Sirotsky, ocorrido no último dia 3.

Vamos às notícias: o Conselheiro Daniel Herz acaba de voltar de uma viagem aos Estados Unidos com expressiva melhora de saúde. O Conselho divide com ele as boas-novas e torce pela sua franca recuperação.

Mensagem do Conselheiro Jorge da Cunha Lima, convidado a substituir o Conselheiro Jayme Sirotsky, informando da impossibilidade de comparecer em virtude de reunião do Conselho da Fundação Padre Anchieta nesta mesma data.

Lembro aos presentes que as reuniões do nosso Conselho são transmitidas pela TV Senado às sextas-feiras, à tarde, e às segundas-feiras, pela manhã. As atas estão à disposição da sociedade civil, na página eletrônica do Conselho, e são publicadas no **Diário do Senado Federal**, revestindo os debates do nosso Conselho sempre da maior publicidade possível.

Srs. Conselheiros, a ata circunstanciada e respectivas notas taquigráficas da nossa última reunião

encontra-se disponível em cópia sobre a mesa e na página eletrônica do Conselho.

Indago aos colegas se haveria algum registro ou correção a ser feita. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação nesse sentido, considero-a aprovada e liberada para publicação no **Diário do Senado Federal**.

I – LEITURA DE EXPEDIENTES

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a dar conhecimento aos Srs. Conselheiros do expediente recebido.

Recebemos, em 2 de setembro, carta do Sr. Rodolfo Machado Moura, assessor Jurídico da ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, encaminhando fita cassete com gravação da programação da Rádio Caxambu FM.

Há cópias sobre as bancadas.

Trata-se de mais uma denúncia da Abert, relativamente ao desrespeito à legislação da radiodifusão comunitária.

Tal como procedi nos casos anteriores, solicito a manifestação da Comissão de Radiodifusão Comunitária sobre o assunto.

Como esse é um fato que vem se repetindo, o Conselho deverá tomar uma posição proximamente, porque há direitos que se entrecrocaram: de um lado, a intenção de radicalizar na democracia, garantindo a maior amplidão possível de informação, da qual as rádios comunitárias são evidentes instrumentos. Mas também é evidente que não pode deixar de haver controle sobre o espectro eletromagnético, pelo menos enquanto não houver a comunicação digital, que alargará muito os horizontes da informação possível. O Conselho deverá se manifestar em relação a esse fato que vem ocorrendo, cada vez com mais intensidade, que são as emissões fora de qualquer tipo de controle estatal, interferindo em outras rádios e interferindo, como vimos aqui, no tráfego aéreo.

Portanto, peço atenção e empenho da Comissão de Radiodifusão Comunitária em relação a esse assunto.

Recebemos, em 4 de setembro, o Ofício nº 15972/2003, da Procuradora da República Drª Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, do Ministério Público Federal em São Paulo, informando respostas a pedido de informações feito por aquele Ministério Público a diversas entidades, acerca de intolerância religiosa com relação à religião afro-brasileira.

Há cópias sobre as bancadas.

A Procuradora solicita a análise deste Conselho sobre as informações recebidas e indaga sobre medidas adotadas ou a serem adotadas relativamente aos meios de comunicação social, no sentido de coibir a discriminação racial e valorizar a diversidade racial.

Considerando a similaridade do assunto, determino que sejam fornecidas cópias ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que, no Conselho, tem se encarregado dessa matéria, para pronunciamento.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, por favor.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Tenho relações de amizade com a Procuradora Eugênia, e esse caso específico tem muito a ver com a Rede Record de Televisão, Rede Família e Rede Mulher. Por isso eu gostaria também de receber esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Procuradora fala especificamente na Rede Mulher e na Rede Record: “ambas as emissoras pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus transmitem programas evangélicos variados e ofensivos à religião afro-brasileira”.

Assim, dada a manifestação do Conselheiro Roberto Wagner, peço que sejam extraídas cópias e vou pedir o pronunciamento dos Conselheiros Ricardo Moretzsohn e Roberto Wagner; o Ricardo porque tem-se ocupado aqui desses assuntos que são próximos, e o Conselheiro Roberto por demonstrar interesse na matéria. Peço que os dois examinem a questão e proximamente emitam opinião, se possível convergente, sobre a matéria; se não, que a dualidade de impressões enriqueça o Conselho na hora de tomar suas decisões.

Correspondência da Editora Abril, dando ciência de mais um número da revista *Plug 2003*, produzida por 62 jovens repórteres, fotógrafos e designers que fizeram curso este ano. A revista está nas bancas.

Comunique-se aos Srs. Conselheiros que a Presidência encaminhou ofício ao Presidente do Senado solicitando dotação orçamentária adequada à previsão de gasto do Conselho.

Tenho mantido contato com a diretoria da Casa no sentido de que tenhamos este ano ao menos a atualização dos valores destinados ao Conselho,

para permitir que tenhamos um pouco mais de folga no orçamento.

Em nossa última reunião, decidimos convidar representantes da Federal Communication Commission, para fazer exposição sobre a normativa adotada por aquela comissão em 2 de junho passado. Sugiro ao companheiros que não tenham disposição de enfrentar o texto original em inglês, que está à disposição na página eletrônica do Conselho, que leiam um resumo elaborado sob recomendação do próprio Conselho. É um resumo de muito boa qualidade, bastante adequado, com apenas 35 páginas, bom de ler; é um documento ainda pouco estudado no Brasil e que vale a pena ser analisado com atenção.

Entrei em contato com a Sr^a Embaixadora dos Estados Unidos para que um membro do FCC venha a esta Comissão discutir conosco a concentração dos meios de comunicação.

Atendendo à solicitação dos Conselheiros, o Dr. Raimundo Carreiro, da Mesa do Senado Federal, está diligenciando para a expedição de crachás específicos do Conselho. Solicito a todos os Conselheiros que ainda não tenham enviado os dados à Secretaria do Conselho que o façam o mais breve possível para a expedição de crachás.

Também dou ciência de que, em princípio, realizaremos, em 22 de novembro próximo, reunião comemorativa dos 180 anos da primeira Lei de Imprensa brasileira. Já convidei um historiador para fazer a exposição do primeiro texto até o projeto de lei no Senado Federal, já entrei em contato com o Deputado Vilmar Rocha, que é o Relator do projeto na Câmara dos Deputados, pedindo que S. Ex^a faça um relato da tramitação do projeto dentro do Congresso Nacional, e já agendei uma reunião com o Senador José Sarney. Só falta consultar o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, e o Supremo Tribunal Federal para ajustar a data em que faremos essa reunião. Creio que será um evento de grande importância.

III – ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A partir de agora, ouviremos os relatos sobre os trabalhos das Comissões. Passemos à Comissão de Tecnologia Digital.

O Coordenador é o Conselheiro Daniel Kowlowsky Herz. Peço que a exposição seja feita pelo Conselheiro Fernando Bittencourt e complementada pelo Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A Comissão de Digitalização teve cerca de três ou quatro reuniões com diversos representantes das áreas afins a esse assunto – universidades e eletros na área de consumo – e, inclusive, fizemos um pré-relatório, que está com o Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, mas já há alguns meses que não nos reunimos para analisar o cenário novo.

Com o novo Governo, o cenário da introdução digital mudou bastante, e não voltamos a nos reunir após o novo Governo. Creio que é o caso, agora, de agendarmos uma nova reunião para manifestarmos a posição do Conselho em relação às propostas do novo Governo.

Como informação, recentemente, na semana passada, houve um decreto do Presidente da República, instituindo um conselho interministerial, que tem como prazo um mês para propor as diretrizes e a política para a introdução da TV digital no Brasil; conselho esse formado por Ministérios do Governo e encabeçado pela Casa Civil, que tem por obrigação ou por meta em um mês, agora, no dia 23 de novembro, propor ao País uma política e as diretrizes para a introdução da TV digital. Entendo que o Conselho deva pronunciar-se em relação a isso e, talvez, devamos propor uma reunião nos próximos dias ou na próxima semana para colocarmos a nossa posição em relação a essa política, que eu diria que é o aspecto mais importante da introdução da TV digital, porque está acima da tecnologia.

É evidente que a tecnologia adotada vai ser aderente à política que for definida. Então, acredito que seja o ponto mais importante. E temos pouco tempo para nos pronunciarmos em relação a esse assunto. Em resumo, essa é a nossa posição. Temos um relatório feito, resultado de várias reuniões que fizemos com diversas entidades. Acredito que agora temos que nos posicionar em relação à política, em razão do novo cenário.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, por favor.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Apenas para complementar as observações feitas pelo Conselheiro Fernando Bittencourt, resgatando um pouco a nossa última reunião, em que apresentamos um breve relato da nossa participação na Unicamp, eu gostaria de provocar os Conselheiros.

O Conselheiro Roberto Wagner Monteiro faz parte da Comissão, o Conselheiro Paulo Machado faz parte da Comissão, a Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, eu que vos falo e o Fernando Bittencourt. Está ausente como Conselheiro Titular membro desta Comissão, Daniel Koslowsky Herz. Mas está presente Frederico Barbosa Ghedini, seu suplente, que participou da nossa última reunião representando a categoria profissional jornalistas.

A provocação é no sentido de que, na próxima reunião, tenhamos alguma coisa nova para apresentar, que seja por tele-reunião, ou que seja uma reunião presencial, porque, no final do ano passado, uma terceira audiência estava prevista para ser realizada, com novos atores para serem ouvidos, mas não foi possível realizá-la em tempo hábil.

A minha sugestão é que, a partir daquela nossa última reunião, que foi na Casa, com sede no Senado, e, considerando fatos novos que estão a nossa frente – esse grupo de trabalho, aquela primeira reunião técnica na Unicamp –, retomemos, de fato, o trabalho, e a Comissão prossiga nessa sua missão de dar uma resposta ao Presidente do Congresso, que à época, era o Senador Ramez Tebet. Até agora temos um pré-relatório, mas não ainda um trabalho definitivo.

A provocação seria nesse sentido, com todo o cuidado em relação, principalmente, à coordenação do Daniel Koslowsky Herz, na medida do possível, consultando-o para participar, mas que o Frederico Barbosa, na condição de seu substituto possa acompanhar, comparecer e fazer os jornalistas presentes – todos os demais, os outros cinco estão aqui. A provocação seria nesse sentido, até para dar conta da nossa responsabilidade assumida quando da formação desta comissão de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Informo ao Conselho que enviei ofício ao Secretário Executivo do Ministério das Comunicações reiterando o que havíamos acordado antes, porque, na época, a posição do Ministério era fazer um grupo com participação da sociedade civil, onde já estaríamos incluídos. E também fui surpreendido por essa comissão nova dentro do Governo. Há muitas notícias em curso; realmente, não temos uma situação estável. Cheguei hoje do Recife e há notícia de um Deputado muito próximo ao Palácio, nas primeiras páginas dos jornais de Pernambuco, dizendo que vão mudar quase todos os Ministérios e que ficará somente o núcleo mais próximo ao Presidente. Nunca sabemos em que medida isso vai afetar, mas penso que o cenário é esse. Estamos vivendo um cenário de instabilidade.

Abro a palavra ao Conselho para que possa se manifestar a respeito. Por favor, o façam agora.

Tem a palavra o Conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Peço ao Conselheiro Fernando Bittencourt que, se puder, faça um histórico, para o Conselho, sobre a questão da TV digital. Já no Governo anterior, próximo ao seu final, praticamente estavam definidas as políticas – que a Anatel chegou a dar a conhecer ao público – que permitiriam ser implementadas imediatamente, a fim de que a escolha da tecnologia – japonesa, americana ou europeia – viesse posteriormente, e não representasse um atraso na solução dos problemas básicos. Com a mudança de Governo, parece-me que houve uma interrupção brusca, tornando o cenário bastante nebuloso, de tal maneira que ninguém mais sabe se haverá a busca de uma tecnologia nacional ou de qualquer outra coisa. Talvez o Conselheiro Fernando Bittencourt, que acompanha de perto essa questão, pudesse fazer um histórico – repito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a pede que o Conselheiro Fernando Bittencourt faça um histórico?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Por favor, Conselheiro Fernando Bittencourt, a palavra é sua.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O tema TV digital é estudado e discutido, no Brasil, há mais de seis anos, por meio de grupos formados pela Abert e pela Set, entidades que têm afinidade com o assunto, juntamente com a Anatel e o CPqD. Aliás, fizemos uma análise técnica profunda dos três sistemas existentes no mercado – o americano, o europeu e o japonês, e também a aplicação destes três sistemas. O grupo Abert/Set elaborou um relatório no ano 2000, feito sob a supervisão da Anatel e com o acompanhamento do CPqD, bastante envolvente com todas as entidades. Tecnicamente, hoje, temos uma fotografia muito clara do que é possível fazer com a TV digital e com cada um dos três sistemas existentes.

Paralelo a isso, no final do Governo passado, o Ministério das Comunicações trabalhou em uma política – esta que agora está sendo revista – para a im-

plantação da TV digital, que foi levada ao Presidente, oportunidade em que o Presidente assinou uma exposição de motivos, basicamente era essa política a que estamos nos referindo aqui, para a política para implantação da TV digital. Isso foi definido no Governo passado.

Assim, terminamos o Governo passado com uma política definida e com uma fotografia das tecnologias existentes muito bem feita e clara. O novo Governo introduziu uma novidade, que foi a proposta de se desenvolver um sistema brasileiro de televisão digital. Então, não mais escolheríamos os sistemas existentes, mas faríamos o desenvolvimento, no Brasil, de um novo sistema.

A matéria tem sido debatida durante esses meses todos do novo Governo. Por dez meses, estamos debatendo se devemos ou não desenvolver um novo sistema e, se devemos, como fazê-lo e quais são as entidades envolvidas. O fato é que esse assunto ainda está sendo proposto e debatido. Nada de prático aconteceu ainda.

Em paralelo com essa notícia de semanas atrás, evidentemente o novo Governo decidiu rever a política definida pelo Governo anterior. Então, de fato, estamos hoje na estaca zero. O que tínhamos anteriormente, a política definida e uma fotografia de tecnologias no mundo, já não existe mais. Não temos política e, aparentemente, o Governo quer que se desenvolva a tecnologia no Brasil, algo questionável. No último Congresso da SET, no mês passado, houve um debate bastante intenso sobre os prós e contras no desenvolvimento de um sistema brasileiro.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem a palavra o Conselheiro Antônio Teles.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Conselheiro Fernando Bittencourt, com essa decisão de cancelar todo o trabalho anterior e fazer com que se retorne à estaca zero, considerando que as comissões do Ministério das Telecomunicações que estão tratando do assunto nada decidiram até agora, que tempo o senhor estimaria para que a TV digital viesse a ter, como o Governo pretende, uma tecnologia desenvolvida no Brasil que pudesse realmente atender às necessidades de implantação do sistema digital no Brasil?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunica-

ção Social) – A bem da verdade, eu gostaria de fazer uma observação. Estamos na estaca zero, mas há um trabalho realizado com a Anatel e as emissoras – talvez o Dr. Ara Apkár Minassian possa complementar melhor –, de canalização, que define quais canais serão alocados para a TV digital. Esse foi um trabalho muito bem feito e está exposto pela Anatel. Como eu disse, o Dr. Ara talvez possa falar melhor a respeito. Trata-se de um trabalho muito importante para a implantação da TV digital.

Com relação à pergunta, posso dar a minha posição pessoal, que não é a do Conselho e tampouco de alguma entidade oficial. Entendo que é viável desenvolvermos uma parte do sistema de TV digital, o software. No meu entender, é absolutamente inviável e sem sentido o desenvolvimento de um sistema totalmente novo, que, ao contrário do que possa parecer, sairá muito mais caro para o País do que escolher um sistema já existente. Contudo, com relação ao software, penso ser possível desenvolvê-lo no Brasil, tendo em vista as características da nossa televisão e do nosso consumo.

Pessoalmente, penso que um sistema totalmente novo implicará em um custo inviável para o País. Não são só custos para o desenvolvimento, mas também para os cofres públicos, para a balança comercial. A política industrial do Brasil é tal que não se produz quase nada no País em termos de eletrônica, o que resulta na importação. Desenvolver no Brasil algo típico para o País encarecerá a importação. Essa é a minha visão pessoal sobre esse ponto, que foi, inclusive, bastante debatido no Congresso da SET.

Se escolhermos um sistema dentre os já existentes, produzindo só o novo software, acredito que, como o Governo está propondo, até a próxima Copa do Mundo, em 2006, será possível ter o sistema de TV digital já funcionando.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Peço ao Dr. Ara Apkár Minassian que complemente a exposição do Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria apenas de dar uma informação adicional.

Enquanto estávamos discutindo qual vai ser o modelo, a estrutura de tecnologia, o que o Brasil vai adotar – se vamos ter um sistema totalmente brasileiro, se vamos aproveitar parte dele –, nesses 18 últimos meses, fizemos um intenso trabalho, que envolve inclusive as empresas de radiodifusão, o Grupo Abert/Set e as empresas de radiodifusão. Também as emissoras ligadas à Abert participaram desse proces-

so. Procuramos fazer um trabalho que fosse imune ao tipo de tecnologia que o Brasil vai vender.

A nossa preocupação maior é que, à medida que novos canais estejam entrando no plano, nós nos obrigamos a ter uma previsão de canais digitais para os canais analógicos. Durante um bom período, vamos ter transmissões simultâneas: sinais analógicos e digitais, de tal forma que a população não seja penalizada em nenhum momento em relação a essa migração.

Em 2001, submetemos à consulta pública todo o modelo, bem como o resultado dos testes realizados, conforme referência do Conselheiro Fernando Bittencourt. Naquele período, congelamos, ao menos nos grandes centros, a introdução de novos canais, até que tivéssemos uma posição clara.

Os trabalhos chegaram ao final. Hoje, conseguimos viabilizar 1.893 canais digitais, que vão corresponder a 1.893 canais analógicos durante o período de transição. Esse número praticamente atende todos os Municípios que têm uma população acima de 100 mil habitantes e contempla todas as cidades brasileiras, não importando o tamanho da cidade, onde tenhamos uma geradora.

Esses canais já foram viabilizados. Ainda falta discutirmos a questão com mais duas associações regionais. Em relação ao Sul, ao Sudeste e ao Nordeste, o trabalho está concluído. Falta agora um posicionamento para as Regiões Centro-Oeste e Norte do País. De qualquer forma, com essa canalização, todos os Estados brasileiros foram contemplados. Em nenhum momento, um Estado que tem um bom potencial estará sendo beneficiado. Tratamos todos os Estados de forma igual.

O trabalho, até o fim deste ano, deverá ser submetido à consulta pública, independentemente das discussões que estamos tendo com as associações regionais. O grupo Abert/Set trabalhou fortemente nisso. Vamos submeter o plano à consulta pública até o fim do ano. Essa é a nossa intenção.

Em uma próxima etapa, deveremos trabalhar na identificação dos canais, isto é, o canal “x” tem que corresponder ao canal “y” do plano digital, para que asseguremos a cobertura das emissoras hoje existentes.

Na realidade, estamos procurando fazer todo esse trabalho com antecedência.

Também levamos em conta a transparência nesse processo, para que, em nenhum momento, uma emissora seja beneficiada em relação à outra e que não ocorra disputa de canais.

Hoje, temos a clara noção de qual é a cobertura e de quais são as restrições de cada um dos canais. O mais importante é que a TV digital vai operar com potências bem inferiores às utilizadas. Portanto, a questão da interferência no período de transição vai ser muito mais acentuada. Preocupamo-nos em relação ao processo.

Esse trabalho já está praticamente no final. Diria que isso é motivo de orgulho para nós, porque é um trabalho que foi realizado a oito mãos. Então, a sociedade, como um todo, participou, não ficando restrita ao âmbito da agência, mas participou durante todo o processo, com todas as emissoras e com todos os Estados envolvidos. Só não estamos divulgando o trabalho até o momento, porque faltam ainda as regiões Norte e Centro-Oeste do País, onde pretendemos fazer também essa mesma peregrinação, concluindo o nosso estudo. A nossa maior preocupação é de que pelo menos todos os envolvidos saibam o que consta desse trabalho. E, quando houver contribuição, queremos que sejam apresentadas contribuições coerentes e que possam trazer resultados positivos para nós, sem que os interessados sejam pegos de surpresa. Essa é a nossa linha.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro Antonio Teles considera-se esclarecido?

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, faltou uma questão sobre a qual me havia referido: qual a estimativa do Dr. Ara Apkár ou do Dr. Fernando Bittencourt nesse momento? Tendo em vista o momento atual, qual a estimativa de quando a TV digital poderia inaugurar os seus trabalhos no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – O cenário é, diria, ainda nebuloso, porque, se realmente essa proposta de desenvolver um novo sistema brasileiro for adiante e se for algo diferente do que acabei de falar, somente com relação ao software, eu diria que são muitos anos. Não posso dizer quantos, mas muitos anos, porque os três sistemas que estão aí colocados levaram de cinco a dez anos para serem desenvolvidos. O que custou menos para desenvolver custou US\$500 milhões. De cinco a dez anos, o que custou menos custou US\$500 milhões. Então, caso essa idéia vá adiante, a perspectiva é esta: são necessários muitos anos para introduzirmos a TV digital no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pode fazer algum comentário sobre o que ocorreu na Austrália? Talvez coubesse uma informação.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – A Austrália adotou o sistema europeu, com algumas modificações mínimas, o que permitiu àquele país introduzir a TV digital praticamente junto com a Europa. Ou seja, a Austrália adotou um sistema existente, não mudaram basicamente nada no sistema. Fizeram algumas modificações pequenas, o que não acarretou nada que alterasse o sistema europeu.

Gostaria de complementar também, dando um exemplo bastante interessante sobre o que penso em relação a esse assunto. Hoje vai-se ao shopping e se compra um celular cuja mensalidade sai por R\$20. Por que isso? Porque os sistemas que estão adotados, o GSM e o CDMA, existem no mundo inteiro. Isso gera uma economia de escala que faz com que o aparelho custe R\$20 por mês. Agora, imaginem se inventássemos aqui o GSM do B ou o CDMA do B; com certeza, não teríamos esse custo para o consumidor. Então, esse é um tema bastante polêmico, que não é tão simples quanto isso que estou falando aqui evidentemente, mas a discussão é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Dr. Ara gostaria de complementar a informação do Dr. Conselheiro Antônio Teles.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Sou o Ara, da Anatel.

Diria que talvez esse cenário pudesse ficar um pouco mais claro daqui a trinta dias. Apenas lembrando, Conselheiro Fernando Bittencourt, que, salvo engano, o grupo interministerial vai ter de se manifestar em trinta dias – pelo menos é isso que consta no documento. Então, a partir dessa manifestação, teremos pelo menos uma visão de quais são as grandes diretrizes, porque, se fôssemos levar em consideração as diretrizes estabelecidas no final do ano passado passado, seria fácil avaliarmos. Na realidade, as novas diretrizes, conforme o Conselheiro Fernando Bittencourt mencionou, não mudaram muito, mas há duas variáveis que entraram no processo que podem gerar algumas controvérsias e que, nesse momento, há necessidade de que definamos claramente o que o Brasil quer com a TV digital. Isso é importante porque entrou o assunto inclusão social. Aliás, estava previsto na versão anterior, mas principalmente a TV digital também facilitará a introdução da Internet ou o fato de a Internet chegar às comunidades carentes. Essa é uma questão que está sendo dis-

cutida em todos os fóruns. Não que as pessoas sejam contra, mas, tecnicamente, neste momento ainda há um obstáculo técnico a ser superado. Pela forma como a TV e a Internet operam, existe uma certa incompatibilidade. Mas isso, novamente, ficará para a comissão decidir.

Novamente, o Brasil tem que definir claramente o que estamos falando do modelo brasileiro. É um modelo extremamente nacional ou o Brasil vai aproveitar partes da tecnologia que hoje está disponível? E aí o Brasil tiraria proveito dessas tecnologias existentes para fortalecer uma indústria interna e em função da introdução da TV digital gerar divisas para o País, o que é possível, depende de como o Governo vai tratar essa questão.

Neste momento, eu diria que para nós seria muito difícil fazer qualquer previsão. O importante é que tenhamos um cenário claramente definido de quais são os requisitos. O que pelo menos tem sido dito em todos os fóruns que, pelo menos nesses últimos trinta dias, temos participado é que durante a próxima copa do mundo quer-se um sistema operação. Para se ter um sistema operação, vi em uma das transparências que foram projetadas, que há necessidade de termos uma definição o mais tardar até abril do ano que vem, senão até março, para que todos os setores da sociedade, indústria e os radiodifusores, possam se mobilizar.

Independentemente disso, há uma outra questão que também precisa ser avaliada. Hoje existe um consenso entre os setores de pesquisa, os radiodifusores e a própria agência de que precisamos ter pelo menos uma estação piloto funcionando para que, em cima dessa estação piloto, possam ser produzidos os softwares e se verifiquem, enfim, todas as necessidades que poderão advir da introdução da TV digital. Essa é uma tarefa sobre a qual teremos que nos debruçar, independentemente da decisão de que padrão adotaremos, mas é necessário, para que possamos realizar alguns testes, porque não sabemos o comportamento de um sinal digital, por exemplo, em grandes centros, como no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso também poderá afetar os estudos técnicos que já foram realizados. Sabemos até onde podemos ir. Mas, é necessário observar se, na prática, vai acontecer o que estamos identificando, na teoria.

Segundo ponto. Os centros de pesquisas também vão querer desenvolver aplicativos para a TV digital. Então, nada melhor do que trabalharmos em cima de uma estação piloto, onde os próprios radiodifusores – porque aí você teria uma estação piloto funcionando com custos rateados – reduziriam os impactos disso, desse processo em cima dos radiodifusores

res e também do centro de pesquisa. Imaginem se cada um sair montando uma estação piloto para tentar fazer testes. Daqui a pouco, mais um ano e meio, o Brasil terá mil idéias, porém ainda não estaremos em condições de sair do papel. O importante é avançarmos corretamente e procurarmos minimizar qualquer erro, para que a sociedade não seja prejudicada por alguma falha durante o processo de especificação, porque esse processo, infelizmente, uma vez implantado, não tem volta.

O nosso Presidente mencionou o caso da Austrália, que cometeu erros na definição inicial que lhe estão custando bastante, inclusive no avanço da TV digital. Temos outros exemplos que não vêm ao caso, mas novamente eu diria que a TV digital, em alguns momentos e em alguns países, está avançando e, em outros, está estacionária, porque uma revisão do processo está em curso. E essa revisão gerará algum ônus, tanto para o Estado, como também para os radiodifusores.

Em nosso País, com os nossos recursos tão limitados, eu diria que toda precaução terá que ser tomada para que cometamos o mínimo possível de erros.

Sr. Presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço.

Conselheiro Fernando Bittencourt, numa rápida exposição, qual seria o cenário mundial?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Nos Estados Unidos, a TV digital foi introduzida em 1998, portanto, há cinco anos. Após um início bastante complicado por vários motivos, tecnológicos e não tecnológicos, finalmente estamos num processo de rápido crescimento da TV digital, pois várias definições foram tomadas.

Quanto ao relacionamento entre as empresas de **broadcast** e as de cabo, a FCC (Federal Communications Commission) acabou de definir uma regulamentação que obriga a comutação dos aparelhos de recepção – os televisores – diretamente no cabo. Assim, pode-se assistir à TV digital sem precisar de nenhuma caixinha. Isso acelerará o processo.

O custo dos aparelhos de alta definição tem baixado bastante e rapidamente. Hoje já se compra um aparelho de alta definição por menos de mil dólares, por setecentos dólares se compra um aparelho de alta definição. Neste momento, eu diria que a curva de crescimento da venda de aparelhos de alta definição e de digitais está começando a crescer exponencialmente nos Estados Unidos. Acho que eles leva-

ram muitos anos para acertar, mas finalmente conseguiram estabelecer uma série de definições que fará com que haja uma evolução rápida.

Para se ter uma idéia, todas as emissoras americanas – ABC, CBS, NBC e FOX – já transmitem, no horário nobre, mais de 50% da programação em alta definição.

A Europa começou em 1998, na Inglaterra, também com um início bastante complicado e com problemas tecnológicos gravíssimos, com deficiências de cobertura e um modelo comercial duvidoso, porque o modelo europeu, na Inglaterra, foi um modelo de múltiplos programas, com o objetivo de competição entre a TV terrestre, o cabo e o satélite, ou seja, já existiam duas mídias competindo entre si e se colocou uma terceira mídia, em condições desfavoráveis, porque, apesar de ter múltiplos programas, não eram muitos, eram 20 ou 30 programas, e o satélite e o cabo têm 200, 300. Então, o processo de introdução na Inglaterra foi bastante traumático, inclusive com a falência de uma empresa, a **ITV**.

Na Espanha, o mesmo modelo faliu, também numa outra empresa, chamada **Quiero TV**; e eles mudaram o modelo agora, transformaram o modelo da TV digital em televisão livre, com múltiplos programas, livre – não é mais pago, porque o modelo anterior permitia cobrar. A televisão, na Europa – e assim tem sido na maioria dos países –, é de múltiplos programas livre, sem pagamento.

Isso também gerou um processo de realinhamento. E agora, na Inglaterra e nesses dois países onde se iniciou o processo de introdução, está começando a aumentar a venda, a ficar viável. Para que tenham uma idéia, na Alemanha, na região de Berlim, já não existe mais TV analógica; existe apenas a digital. Como a grande maioria das pessoas recebia televisão por cabo, com a introdução da TV digital terrestre no ar, eles aceleraram o processo de transição, subsidiaram os receptores, o **set top box**, a um preço bastante barato, o que permitiu ao Governo apagar os canais analógicos.

Na Ásia, em vários países a TV digital está no ar, como, por exemplo, na Coreia. No Japão, entrará no ar em dezembro. O processo de transição tem sido bastante difícil, porque, apesar de o Japão ser um país muito pequeno, tem muito mais canais de televisão do que o Brasil. Imaginem um país daquele tamanho com mais canais de televisão! Então, a dificuldade do trabalho de canalização, de achar canais, tem sido muito grande. Por isso levaram muitos anos para realocar, mas fizeram um trabalho incrível na realocação dos canais analógicos, tirando de uma banda e

passando para outra, para abrir espaço no espectro a fim de incluir os novos canais digitais. Isso está levando muito tempo e muito dinheiro, mas estão conseguindo fazer. A TV digital começará a funcionar em dezembro em Tóquio, Osaka e Nagoya.

A TV digital, sem dúvida alguma, já é uma realidade no mundo inteiro. Minha preocupação é que, no Brasil, continuamos discutindo o assunto com um cenário sombrio quanto ao tempo em que poderemos implantá-la, quando já existem países em que já nem existe mais TV analógica, como a Alemanha.

Nos Estados Unidos, como já disseram, a partir de 2007 não haverá mais televisor analógico à venda no mercado. Todos serão digitais. Continuarão permitindo TV analógica para quem a tem, mas a definição é de que a partir de 2007 não se venderá mais TV analógica.

Eu diria que estamos num processo bastante lento e confuso. Por isso, penso que, neste Conselho, devemos fazer o que for necessário, talvez reativar nossa Comissão e tentar influenciar no sentido de, evidentemente, ajudar o País a ir no caminho correto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as exposições dos especialistas Ara Apkár Minassian e do Dr. Fernando Bittencourt.

Concedo a palavra à Conselheira Berenice Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, a questão da tecnologia digital é muito importante. Estamos estudando-a a sério e é fundamental que toda a sociedade saiba da importância que a reveste.

O processo de migração da TV analógica para a TV digital deverá envolver, ao longo dos próximos dez anos, recursos da ordem de US\$100 milhões em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Bilhões, e não milhões.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Serão US\$100 bilhões de dólares, recursos muito significativos que demonstram o profundo impacto que essa questão trará não apenas sobre a indústria e o comércio, mas também sobre a cultura do nosso povo.

Sr. Presidente, a questão transcende os aspectos tecnológicos: a inclusão digital, o uso da Internet, a possibilidade de geração de emprego, de apropria-

ção de novas tecnologias, diminuição ou aumento de pagamento de royalties para o exterior. São inúmeras as questões em jogo.

O Governo já começa a gastar, investindo na definição dessa questão. Ainda há pouco, em Campinas, no evento a que estiveram presentes o Fernando Bittencourt e o Geraldo Pereira dos Santos representando o Conselho de Comunicação Social, houve deliberação sobre o início do gasto de R\$80 milhões pelo consórcio das universidades que estão desenvolvendo pesquisas a propósito do que seria essa parte brasileira do sistema tecnológico.

Estou falando isso porque, em que pese todo o brilhantismo e o conhecimento do nosso colega Fernando Bittencourt, do Dr. Ara Minassian, que aqui sempre vem dando uma grande contribuição e um suporte, parece-me fundamental que nessa questão desenvolvamos uma sistemática de discussão como fizemos no caso da TV a cabo, que foi discutido durante quatro, cinco meses por todos os agentes envolvidos.

Gostaria, Sr. Presidente, de propor, a exemplo da bem-sucedida experiência daquela comissão que estudou a situação da TV a cabo, que seja montado um grupo de trabalho com representantes do Ministério, da Anatel e de outros órgãos interessados para que pudessem dar um suporte e auxiliar a Comissão de Tecnologia Digital a voltar a desenvolver um trabalho que seja também quase que pedagógico para a nossa população.

Era isso que tinha a dizer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre ponderadas da Conselheira.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Desculpe, Presidente, há outra questão que gostaria de abordar. Da mesma forma, penso ser importante que seja consultado o Ministério das Comunicações. Concorde com o Conselheiro Fernando Bittencourt. Foi acenado um caminho e foi tomado outro rumo, sem que houvesse qualquer manifestação formal porque me parece, se não estou enganada, que o senhor chegou a receber uma correspondência pedindo a indicação de representantes deste Conselho para aquele grupo executivo, o GET. No entanto, a forma de condução dessa política se deu sem que houvesse um aviso ou alguma consideração. O senhor poderia fazer esse contato e, de alguma forma, colocar a nossa preocupação no sentido de que este Conselho faça parte efetivamente dessas discussões e esteja lá representado.

Para finalizar, ainda que esteja fugindo do tema, para não mais voltar a usar da palavra, gostaria somente de lembrar, Sr. Presidente, a regionalização da produção, cuja comissão não foi instalada; isso não aconteceu porque aguardávamos a subida do projeto de regionalização da produção para o Senado, fato que já ocorreu e que já teve o relator designado pela Mesa do Senado. De modo que, parece-me, a sua atuação no sentido de agora solicitar a nossa apreciação daquele projeto permitirá a instalação daquela comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra. Digo que a Presidência está pronta para apoiar a comissão no que ela precisar, é claro, dentro dos limites orçamentários. Espero que haja proposta por parte desta Comissão.

Informo os Srs. Conselheiros que a sessão do Senado foi suspensa em virtude do falecimento do Deputado José Carlos Martinez. Portanto, esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela **TV Senado**.

Passo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, lembro-me de alguns slogans no Brasil, e talvez o mais importante tenha sido aquele: “O petróleo é nosso”. Recentemente, o slogan é: A TV digital é nossa.

Esse ato recente do Governo de criar uma comissão interministerial sem representantes de empresas me deixou realmente preocupado. Depois de ouvir as palavras sábias do Conselheiro Fernando e também da Conselheira Berenice, fiquei realmente convicto de que seria muito interessante que o Conselho fizesse gestões fortes junto à Casa Civil para que nossos representantes fizessem parte desse conselho ministerial como membros efetivos ou **ad hoc**, mesmo porque o que presenciei aqui até agora foi a discussão técnica com grande componente gerencial.

Os valores que a Conselheira Berenice considera necessários são de tal monta que não basta um grupo brilhante de engenheiros no Brasil se reunir e chegar a um modelo que, talvez, fosse o melhor. É preciso que as empresas que vão ter que enfrentar esses gastos participem, porque sabemos que, em todos os grandes negócios, no mundo globalizado, há as chamadas contrapartidas.

Lá pelas tantas, o modelo X pode oferecer aos empresários brasileiros uma contrapartida de tal sorte que, para se viabilizar com alguma rapidez a implementação dessa TV digital, na decisão final, ela seja, talvez, um componente mais efetivo do que a capacidade técnica, porque sabemos que os três modelos já implementados são repletos de virtudes. Talvez um seja um pouco melhor ou mais atualizado, mas os três modelos são absolutamente aceitáveis. É preciso não se politizar demais o assunto. Esse é o meu receio. O Governo vai politizar – é razoável que pense assim – e ajudar as empresas nacionais de fabricação de componentes, mas é preciso que as empresas de televisão, sobretudo, sejam chamadas a opinar antes que haja uma decisão final do tal modelo.

Sr. Presidente, essa é a razão pela qual – finalizando, inclusive, pela chegada do nobre Senador Hélio Costa –, pediria a V. Ex^a que examinasse a hipótese de...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos encerrar o debate sobre TV digital, antes de continuar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a encaminhasse à Casa Civil do Palácio do Planalto o desejo do Conselho de se fazer representar não para discutir tão-somente os aspectos técnicos, mas, sobretudo, a questão gerencial desse negócio, sob pena de, amanhã, essa comissão interministerial definir-se por um modelo x sem que nós, que vamos operar no dia seguinte da escolha, saibamos que haverá contrapartida internacional pelo BNDES, por exemplo. De sorte que penso assim e peço a V. Ex^a que faça esse apelo para que nos fizéssemos representar, sobretudo, na discussão do negócio e não somente na parte técnica.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as ponderações do Conselheiro Roberto Wagner. De minha parte, quero dizer que o Ministério das Comunicações havia se inclinado por um modelo francamente democrático, que incorporava ao Governo setores da vida social do País e das partes envolvidas no processo, um modelo tripartite, inclusive com a participação deste Conselho.

Não estou interpretando que a posição do Ministério de fazer uma reunião com as agências do Governo signifique que ele optou por esquecer o modelo inicial e que ele, sozinho, vá tomar essa decisão, porque esse modelo, se assim for, é verdadeiramente inaceitável.

Estou interpretando que a atitude do Governo significa apenas uma conversa inicial no sentido de que o Governo, que tem muitas agências com atitudes que não são exatamente convergentes, antes de voltar ao debate com a sociedade civil e as partes técnicas envolvidas, quer primeiro uniformizar sua posição. Estou interpretando desse jeito. Se assim for, penso que o Governo merece esse crédito de confiança. Estaremos ao seu lado, e o momento seguinte será reabrir o debate com a sociedade civil e com os setores técnicos.

De qualquer forma, darei ciência não apenas à Casa Civil, como sugerido, mas ao próprio Ministério das Comunicações, da nossa preocupação de que esse modelo de discussão apenas com os ministérios, dentro do Governo, signifique uma exclusão de todo o resto da sociedade no processo de definição. Isso, com absoluta franqueza, é incompatível com os compromissos democráticos que este Governo vem assumindo, desde antes da tomada de posse do Presidente Lula.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, tenho o mesmo entendimento que o senhor apontou há pouco.

No nosso entendimento, na verdade, existem dois grupos, e daí talvez a razão de uma pequena confusão no seu entendimento: um primeiro grupo, em que participam as entidades, o Conselho, a própria Anatel; e um segundo grupo, exclusivamente interministerial, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

Então, muito provavelmente, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, o trabalho desse grupo interministerial seja estabelecer num balizamento, até, quem sabe, ao funcionamento do grupo no qual participam as entidades envolvidas, o próprio Conselho e, repito, a própria Anatel.

São duas situações bastante divergentes e diferentes uma da outra, que não podem ser confundidas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro está de acordo no sentido de que essa uniformização não é incompatível com a retomada do modelo democrático que já vinha sendo adotado, de tomar essa decisão com mais pessoas participando dela, com mais setores, sobretudo de fora do Governo.

É difícil imaginar, porque não se trata apenas de uma TV digital, mas de uma plataforma de comunicações nova, que balizará o futuro. É importante demais para que alguém erre sozinho. É preciso contar com a sociedade civil nesse processo de definição. E nada sugere que o Governo esteja dando as costas à sociedade.

Portanto, no momento, estamos dando um crédito de confiança ao Governo. Penso que estamos de acordo nesse ponto, por considerar que esse grupo não é senão a tentativa de uniformizar o discurso do Governo, para retomar, depois, o debate com mais gente.

O eminente Senador Hélio Costa, que nos honra com a sua presença, certamente, não gostaria de interromper o debate, que está já bem próximo do fim. Logo em seguida, vamos ser honrados com a sua manifestação. No entanto, vamos ultimar esse debate, para encerrar o assunto.

Passo a palavra ao Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Boa-tarde, Sr. Presidente, demais Conselheiros, a explanação feita pelo colega, Conselheiro Fernando Bittencourt, mostra um aspecto da questão. Preocupa-me pouco que possamos, às vezes, estar com certa pressa de definir esse tema, mas fazem-se necessárias algumas resoluções para o ajuste do tema. Assim, a definição não se dará de forma apressada, o que pode nos tolher, mais adiante, algumas vantagens.

Algumas perguntas precisariam ser respondidas. Por exemplo, vou citar brevemente algumas delas, para que essa escolha seja feita a partir de uma visão muito ampla, não se olhando para algo muito pequeno: como adequar qualquer decisão que venha a ser tomada com uma política industrial em elaboração? Essa é uma questão central, porque o País está sem uma política industrial há anos, há mais de uma década, vamos dizer assim.

Qual o impacto da fabricação, no Brasil, de equipamentos ou do desenvolvimento de softwares dentro de uma política industrial que tenha finalmente sido elaborada? O que se perde e o que se ganha em cada situação, escolhendo-se um sistema pronto ou já bem desenvolvido, ou pegando-se esse barco a meio caminho, ou desenvolvendo-se um novo sistema?

Enfim, o que queremos de nossa TV digital, no futuro, em termos de conteúdo, de diversificação da propriedade das emissoras no Brasil, haja vista que há uma concentração absurda da propriedade das emis-

soras? Qual a importância de qualquer decisão dessa sobre o reposicionamento soberano do País na globalização existente em qualquer uma dessas áreas, seja em política externa, seja em política industrial, seja em política cultural. Essas questões, penso eu, são importantes, porque se não tivermos uma visão com essa amplitude corremos o risco de discutir tecnologicamente somente a questão e perder toda essa amplitude. Era somente uma lembrança. Eu tenho certeza de que todos estão preocupados com isso, mas eu gostaria de deixar clara essa preocupação.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Frederico Ghedini.

Passo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. O tema ficou claro há algumas reuniões. Há alguns meses, após alguns anos de pesquisa sobre a digitalização, ficou provado que o tema é altamente polêmico, complexo e difícil. Sr. Presidente, sem querer ser retórico...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas, já sendo...

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Mas, sendo, queremos rememorar o nosso relatório apresentado na reunião do mês passado. É uma temeridade profunda tratarmos essa questão desconectada do impacto sócio-político-econômico do País.

Está provado que possuímos capacidade técnica para desenvolver a TV digital, pois há engenheiros fabulosos, há centros técnicos fabulosos. Mas, conforme as cifras mostradas aqui, ocorreram problemas em outros países, os quais devem ser considerados além da situação econômica em que vivemos. Eu fico tranqüilo ao dizer, como apaixonado pelo futebol, bem como o País inteiro, que, se tivermos de assistir em 2006 à Copa do Mundo no sistema analógico, que o seja. Não devemos, por açodamento, correr o risco de termos bilhões de dólares perdidos ou mal investidos por conta de uma decisão não muito coerente e conseqüente em relação a esse problema.

É bom contarmos com a presença do ilustre Senador Hélio Costa, que poderá falar um pouco sobre essa questão. Nós vimos reiteradamente pedindo que outros setores da sociedade sejam ouvidos,

como pesquisadores do campo da comunicação, assim como representantes de outros setores que ainda não tiveram oportunidade de participar amplamente desse debate.

Eu peço desculpas ao Dr. Ara Apkár. Entendo, Dr. Ara, que ainda não foi suficientemente aberta essa questão em um âmbito mais geral para que a sociedade participe. O tema, esporadicamente, saiu do campo técnico, mas está muito focado no tecnicismo.

O conselheiro e companheiro Roberto Wagner falou sobre o modelo de negócio e disse que ultrapassa o ponto gerencial. É verdade. Porém, a outra ponta, que somos todos nós, os usuários, que verdadeiramente pagam essa conta. Esse último ponto precisa ser ouvido e ainda não o foi, de fato, em condições amplas de falar a quem de direito, principalmente, ao Congresso Nacional, e expor o seu posicionamento.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação tem um posicionamento que também não é o único. Existem outros posicionamentos a respeito na sociedade. Entendemos que é necessário abriremos um pouco mais essa discussão, porque, senão, por querer assistir, digitalmente, com qualidade total a Copa de 2006, corremos o risco de quisermos assistir digitalmente, com qualidade total, à Copa de 2006 e termos um enorme prejuízo para administrar na frente, como aconteceu em outros países e continentes.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, mas estou certo que a referência à Copa de 2006 é apenas um marco como outro qualquer. Ninguém está fazendo TV digital para ver copa do mundo.

Vou encerrar essa fase da reunião sobre TV digital transferindo a palavra ao último Conselheiro inscrito, Fernando Bittencourt, lembrando que ele representou nosso Conselho de Comunicação Social no Congresso da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 3, 4 e 5 de setembro.

Farei um breve aparte, Dr. Fernando Bittencourt, dando a palavra ao Dr. Ara Apkár Minassian, Diretor da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Representante da Anatel) – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas peço para corrigir para Superintendente, por favor.

Eu gostaria de ressaltar um ponto que o Conselheiro Paulito mencionou de que o grupo executivo que foi objeto de decreto é apenas um grupo executivo interministerial. Existe o outro grupo que está na

consulta pública, em aberto, que irá envolver todos os setores da sociedade, devido à própria abrangência da TV digital.

Apenas, já que estamos com a palavra, eu gostaria de dizer que em nenhum momento tratamos a TV digital como sendo um problema eminentemente técnico, porque desde o início – como mencionamos aqui – da Consulta Pública nº 291, endereçamos, naquela ocasião, para a sociedade várias perguntas. E como as respostas foram muito polarizadas em questões técnicas, consideramos aquela consulta pública deserta e não atendida, exatamente porque esses aspectos sociais, econômicos, estratégicos e industriais não foram devidamente respondidos.

Então, isso eu acho que poderá dar uma certa tranquilidade ao Conselheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Dr. Ara Apkár Minassian e passo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt, que fará as observações finais e ao mesmo tempo um brevíssimo relato do teor do Congresso da SET realizado em setembro, no Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Eu gostaria de acrescentar um comentário, para deixar o meu ponto de vista bem claro quanto a essa situação da TV digital. Houve comentários dos Conselheiros Roberto Wagner Monteiro e Frederico Barbosa Ghedini em relação a esse assunto de tecnologia ou política.

Como coloquei no início da minha apresentação aqui, o mais importante de tudo não é a tecnologia, evidentemente, mas a política e as diretrizes que vamos definir e o que queremos com a TV digital. Todos os países e regiões do mundo que definiram a TV digital, primeiro definiram a sua política e em seguida qual tecnologia serviria àquela política. E assim precisa ser aqui também.

Estamos vivendo esse momento, por isso eu coloquei a importância desse assunto. Esse grupo do Ministério tem um mês para definir isso. Estamos no momento de definir o que queremos com a TV digital, quais as suas aplicações e as suas diretrizes no Brasil. A partir daí – depois disso – será definido o padrão tecnológico aderente a essa política.

Daí a importância de se ter uma definição correta da política da diretriz, porque a partir disso vamos definir o padrão, que poderá ser qualquer sistema existente, ou o brasileiro. Qualquer um dos sistemas

escolhidos terá que ser aderente à política definida. A questão do sistema brasileiro, ou não, é outro assunto. Aí tem a ver com a política industrial do Brasil e é uma outra discussão.

Então, são dois aspectos: um, o que nós queremos com esse assunto? Outro, qual a tecnologia adequada ao que queremos? Tecnologia essa existente, ou não. Se vamos desenvolvê-la, podemos. Mas aí é a questão da política industrial que é uma outra discussão.

É preciso deixar bem claro que ninguém está discutindo tecnologia, mas o que queremos com essa tecnologia. E assim tem que ser. Precisamos definir – daí a minha preocupação nesse próximo mês, porque temos um mês para fazer isso – qual é a política e quais as diretrizes que serão escolhidas para o Brasil.

Com relação ao Congresso da SET, claro que 80% do Congresso foram sobre TV digital. Discutiu-se muito esse assunto, política industrial, se devemos ou não desenvolver o sistema brasileiro e também a convergência digital, a convergência das telecomunicações com Internet, com televisão. Isso foi bastante falado lá, coisa que já comentei aqui na minha apresentação, há umas três ou quatro reuniões, mais ou menos naquela linha que foi debatido no Congresso, ou seja, convergência tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre frutíferas do Conselheiro Fernando Bittencourt. Demos uma boa passada no tema da TV digital, e darei ciência à Casa Civil e ao Ministério das Comunicações.

Passamos ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

II – EXPOSIÇÃO DO SENADOR HÉLIO COSTA (PMDB-MG)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Senador Hélio Costa, que já foi nosso convidado para a reunião anterior, e que, para o nosso pesar, não pôde estar presente, está agora conosco.

O Senador Hélio Costa nasceu em Barbacena, Minas Gerais. Começou a vida como locutor de rádio, aos 15 anos; exerceu, com evidente competência e sucesso, a carreira de repórter até chegar à **Rede Globo**, 4ª maior rede de televisão do mundo, cuja agência no exterior administrou durante bastante tempo. Exerceu dois mandatos de Deputado Federal, em 1986 e 1999; obteve mais de três milhões de votos na disputa pelo Governo de Minas Gerais; e, hoje, exerce com brilho indiscutível o mandato de Senador

da República. É Vice-Presidente da Comissão de Educação e Comunicação e Vice-Líder do Governo, no Senado. O Senador Hélio Costa é um parceiro deste Conselho e é com muita satisfação e com honra evidente que o Conselho lhe ouve.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Boa-tarde a todos. Agradeço ao Presidente José Paulo e a todas as Srs. e Srs. Membros do Conselho de Comunicação Social.

Aceitei o convite do nosso Presidente com um misto de prazer e curiosidade. Primeiro, porque, estando aqui, estou entre inúmeros amigos e companheiros, profissionais da área a que pertenço e que tenho muito orgulho de pertencer. Segundo, pela minha curiosidade de saber o andamento dos trabalhos do Conselho que, apesar de ter sido oficialmente criado há 11 anos, só passa a funcionar, na verdade, em 2001, na medida em que ele foi constituído, e os senhores foram convidados, nomeados, indicados, para participar desse extraordinário trabalho, que é aconselhar, em nível de comunicação, o Congresso Nacional.

Talvez esse seja um ponto que quero, em minutos, abordar. Mas, eu não poderia deixar de, inicialmente, me inserir no contexto da discussão da TV digital, porque, ainda na semana passada, tivemos a oportunidade de receber, na Comissão de Educação, que também é de Comunicação, do Senado, os representantes das emissoras de televisão, das entidades de classe e da sociedade – todos preocupados, evidentemente, com a questão da TV digital. E, ao mesmo tempo, dentro daquilo que nos propúnhamos a fazer, nesta reunião da Comissão de Educação, Sr. Presidente, que era discutir os impactos da reforma tributária nos meios de comunicação.

Esse é um problema que deve merecer a atenção deste Conselho, porque é indiscutível e desnecessário lembrar, mais uma vez, que estamos vivendo uma grande crise nos meios de comunicação brasileiros. Todos os meios, ou seja, a mídia, de um modo geral, está vivendo uma crise.

Eu ainda lembrava, nesta oportunidade, que o que o Governo do Presidente Lula fez, de janeiro até agora, foi um estudo muito detalhado de como as verbas federais devem ser utilizadas e empregadas; ao contrário do que ocorreu, no passado, quando chegamos a cifras assustadoras de quase R\$1 bilhão de dinheiro público empregados, eu não diria indiscriminadamente, mas, evidentemente, a ponto de merecer críticas dentro do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e até da sociedade como um todo.

Então, a preocupação do Governo hoje é que, no momento em que houver condições de fazer essas aplicações, ele as fará rigorosamente dentro de um projeto de comunicação, ou seja, em um projeto que não seja apenas gastar dinheiro público para dizer que o Presidente está bem. Isso não interessa ao Governo. Interessa ao Governo mostrar de que maneira os meios de comunicação, por meio dessa proposta do Governo, podem colaborar para o esclarecimento, para a divulgação, para campanhas importantes, mas não necessariamente para fazer autopromoção do Governo. Nisso o Presidente Lula tem sido muito rigoroso. Entendo que seja um caminho acertado.

Neste ano, se os recursos não foram suficientes, é porque, lamentavelmente, o Governo como um todo está vivendo uma situação muito difícil. Nesses primeiros meses, o que se tentou fazer, da parte do Governo, foi acertar os caminhos da economia, recuperar a credibilidade internacional, fazer com que o Governo aqui dentro e lá fora fosse respeitado e, de certo modo, corrigir alguns parâmetros da economia que, certamente, refletem no dia-a-dia da economia nacional.

Feito isso, a inserção que eu faria em nível de TV digital é que, acompanhando o problema da TV digital, desde o momento em que ela começa a ser discutida, especialmente aqui, no Senado, na Comissão de Comunicações – que é a Comissão da qual sou Vice-Presidente, que é a Comissão de Educação – sinto que há uma necessidade, cada vez maior, de se inverterem os papéis. Não devemos necessariamente ficar atrelados à discussão da TV digital, mas da inserção digital. Penso que, como um todo, a sociedade tem de ser inserida.

Não podemos ter mais, em cinco ou dez anos, o analfabeto digital. O que é o analfabeto digital? Eu o identifico assim: é o cidadão que nunca viu um computador, que não sabe manusear um computador, muito menos com a Internet, não sabe usá-la, não tem acesso à Internet, não terá acesso a ela, por causa do preço do computador, do preço do provedor; esses itens todos. De que maneira a chegada da TV digital, que abre um caminho extraordinariamente fantástico para a televisão, para os meios de comunicação, de que maneira a digitalização, que é a multiplicação de meios, pode inserir essas pessoas que estão totalmente fora do contexto social em um aprendizado? Que elas possam fazer uma interação e chegar a ter acesso a todo esse meio fantástico, extraordinário e maravilhoso que é a TV interativa, a Internet, o rádio, tudo isso.

Em um País como o nosso, de quase 200 milhões de habitantes, hoje, dez milhões de pessoas, apenas têm acesso à Internet. Aqueles que têm acesso à televisão, talvez, seja a única forma de diversão não paga que tem a classe menos privilegiada. Então, temos uma responsabilidade extremamente grande.

Eu não estava presente quando alguém se referiu – parece-me que foi o Wagner – ao modelo de negócio. Vou ficar muito pautado para discutir o modelo de negócios, porque, se não tivermos o cuidado de, primeiro, salvarmos a televisão brasileira – e digo “salvamos” porque é salvar mesmo –, ou nós fazemos uma intervenção, ou encontramos os meios e os caminhos, ou estamos condenando a televisão brasileira principalmente no que tange à programação. Se ela não tiver um faturamento adequado imediatamente, vai sofrer uma queda vertiginosa em sua programação. Aliás, diga-se de passagem, não podemos dizer que todos os veículos têm a melhor programação possível. Todos têm deficiências: alguns mais, outros menos.

Durante a nossa reunião lembrei-me de duas coisas que precisam ser colocadas em discussão. Uma delas é o art. 155 da proposta de reforma tributária, no que diz respeito à importação de bens e principalmente de papel. Inúmeros jornais, revistas e publicações estão rigorosamente até o pescoço com os investimentos e com os comprometimentos que fizeram no passado com o dólar a R\$3,40 ou R\$3,50. E, hoje, com a queda do dólar, que está oscilando em aproximadamente R\$2,90, estão pagando por algo que, na realidade, foi resultado da acumulação da própria moeda americana nas transações internacionais.

Outra coisa foi a discussão com respeito ao ICMS, se amanhã, ou mais cedo ou mais tarde, a televisão, principalmente os sistemas a cabo, será taxada com ICMS. E nós entendemos que, se há algo a ser taxado, tem que ser em ISS, porque seria a maneira de a comunidade se inserir no contexto dos sistemas a cabo.

Na identificação de TV a cabo e de TV aberta, está muito claro o que pode e o que não pode ser taxado. Aquilo que não tem destinação, como a TV aberta, não pode ser taxado em ICMS. Mas aquilo que tem um endereçamento, um assinante, um responsável direto pela conta pode e deve pagar o ISS.

São essas coisas que eu gostaria de ver, Sr. Presidente, e o Conselho, com sua autoridade, discutir e aconselhar o Congresso, notadamente no âmbito do Senado, que é o que me compete discutir e oferecer qualquer comentário.

E tenho que fazer também uma observação com respeito ao próprio Conselho. Faço-o na medida em que, sendo Vice-Presidente da Comissão, tenho em inúmeras oportunidades discutido a intervenção do Conselho em momentos em que a Comissão está decidindo alguma coisa relacionada à televisão, à televisão a cabo, à televisão comunitária ou rádio comunitária, e qualquer forma de ação da Comissão *vis-à-vis* a participação do Conselho.

Conversando muito com o Senador Osmar Dias, que é o Presidente da Comissão, demos algumas sugestões que precisam ser adotadas no Conselho, para que haja maior interação entre o Conselho e o Senado por intermédio da Comissão pertinente que é a de Educação.

Nós Senadores estamos vendo este Conselho como um braço do Congresso, ou seja, ele é um Conselho Consultivo do Congresso. Todas as vezes que nós entendermos que precisamos de aconselhamento, este é o caminho: nós nos dirigiremos ao Conselho de Comunicação Social. Da mesma forma fazemos quando o Congresso notadamente, e o Senado em determinados momentos, precisa de um aconselhamento no que diz respeito à fiscalização e controle do dinheiro público que vão ao Tribunal de Contas da União.

O modelo é o Tribunal de Contas, que, quando provocado, vem e oferece seu aconselhamento. Entretanto, um aconselhamento tem momento certo, tem um momento ideal e um momento apropriado. Não pode vir depois da hora porque, senão cria um confronto com o próprio Senado, com a própria Comissão. Quer dizer, se estamos discutindo a concessão de mais dez anos de autorização para uma emissora de tevê em São Paulo continuar operando, na medida em que este assunto foi votado no plenário da Comissão de Comunicação, é terminativa a decisão, não cabendo mais uma posição do Conselho, porque não há mais nada o que fazer. A decisão é terminativa, e acabou.

Antes de ser terminativo, todo aconselhamento possível. Vamos abrir discussões, vamos comentar em detalhes cada caso específico, notadamente nessas questões agora levantadas, como eu mesmo já levantei, como é o caso das tevês chamadas de **TV Cultura**, não as existentes, mas as redes de televisão cultura.

Como se entrega uma emissora de televisão no interior do Brasil a entidades que simplesmente vão explorar comercialmente um instrumento absolutamente poderoso e que tem de ser exclusivo e dedicado à cultura? Ela não pode ser um instrumento político. Essa é a compreensão que devemos ter com clareza. O fato de um Deputado ou um Senador ter pres-

tígio suficiente para circular pelo Senado e pela Câmara com um pedido de uma emissora de televisão não lhe dá o direito de ter essa emissora de televisão. É preciso primeiro passar pelo crivo para se saber se é realmente o melhor lugar para se colocar esse instrumento poderoso.

Digo isso como homem de comunicação, como radiodifusor. Antes de ser Deputado, ainda como jornalista, disputei a concessão de uma pequena emissora de rádio no interior de Minas Gerais e o fiz porque, na época, não existia emissoras no interior, mesmo nas pequenas cidades do interior, com recursos que propiciassem uma rádio avançada. Quem fazia, operava com a maior dificuldade.

Então eu quis fazer para a minha região, para a minha cidade uma rádio moderna e fiz. Quatro anos depois fui eleito Deputado. Não sei se, como Deputado, teria o mesmo interesse.

No entanto, vejo que ocorre quase sempre o oposto. Por quê? Porque a rádio, a televisão é um grande instrumento político, um instrumento formidável, demolidor quando quer; é um instrumento que decide, mas, sobretudo, é um instrumento que pode acabar com o processo político-democrático no interior. Porque se entregarmos uma emissora de televisão para os meus adversários, eles me liquidam. Isso vai acontecer, Sr. Presidente, em qualquer lugar do Brasil. Então eu penso que este assunto precisa e deve ser trabalhado nesse sentido.

Fiz até algumas anotações, porque, se eu for entrar em detalhes, acho que precisaremos de um processo qualquer de regulamentação das ações do Conselho com relação à tramitação nas Comissões – porque ou é a Comissão ou é a Mesa da Câmara que tem a autorização expressa para pedir o aconselhamento. O tempo da vinda de uma proposta ao Conselho tem que ser limitado. Há assuntos necessitando de deliberação que estão aqui há seis meses. Então, a tendência na Comissão é estabelecer um prazo de duas semanas. Quer dizer, vem aqui um processo, se ele estiver tramitando na Comissão – porque a Comissão não pode parar o seu serviço, o Plenário não pode parar o seu serviço – o relator, ao receber a proposta, tem um prazo, normalmente de duas semanas, para entregar o relatório.

Temos que começar a pensar na possibilidade de encontrar um caminho de uma convivência importante, cada vez mais íntima entre o Conselho, a Comissão de Comunicação do Senado, da qual posso falar, porque estou participando de todas as reuniões.

Agora, sobretudo é importante que os senhores saibam que todos os Senadores que pertencem à Co-

missão têm, sim, a certeza de que é importantíssimo o trabalho do Conselho de Comunicação e querem aprimorar o relacionamento do Conselho com os Senadores, o entendimento entre o Conselho e o Senado. E imagino que o mesmo acontecerá com a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, essa é a minha preocupação principal, mas estou inteiramente à vontade e disposto, até porque acabaram de cancelar a nossa sessão no plenário do Senado. Se eu puder contribuir de alguma forma, estou inteiramente à disposição para conversar com as senhoras e os senhores.

Como Vice-Líder do Governo, hoje, às 19 horas, tem uma reunião no Palácio do Planalto, para a qual estou convidado, e vou levantar a questão da TV digital, da inserção digital. Na verdade, já comecei reclamando, nessa reunião hoje à noite, porque nem o Congresso foi convidado. Vi que alguns dos senhores e senhoras estão reclamando que o Conselho não está participando. Muito bem, o Senado também não está; a Câmara também não está; o Congresso também não está e, de direito, deveria. Estou levando ao Governo a necessidade de se colocar nessa Comissão que é ministerial, sim, com pessoas competentíssimas para discutir a questão, mas o assunto é tão gigantesco e tão importante que é evidente que tem que ter a participação do Congresso. Se não for possível a participação do Senado e da Câmara, vou propor ao Presidente Osmar Dias que, no caso do Senado, abramos mão em benefício de que o Conselho represente o Senado. Mas alguém tem que representar o Senado nessa Comissão.

É isso, Sr. Presidente, que eu teria a colocar para os membros do Conselho. Cumprimento-os pelo trabalho que realizam e coloco-me sempre à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a maneira democrática e aberta com que o Senador Hélio Costa nos honra. Vou quebrar uma velha rotina de sempre passar a palavra ao Conselho para avocar para mim a primeira observação a ser feita.

Peço a V. Ex^a que nos represente junto à Comissão de Educação do Senado, que aprovou audiência pública que deveria uniformizar procedimentos. Esse pedido chegou aqui no fim de fevereiro, início de março. Por razões médicas, pedi ao Senador que adiasse por pelo menos um mês a reunião. A partir daí, foram ingentes nossas solicitações no sentido de fazer essa audiência. Eu próprio procurei o Senador em seu gabinete, já que essa reunião não se produzia, para que uniformizássemos alguns procedimentos numa con-

versa entre mim, ele e pelo menos um assessor seu – não tenho na memória quem esteve com ele. Fizemos a reunião, uniformizamos procedimentos, mas reiterarei a minha intenção de, o mais rápido possível, ir à Comissão para que pudéssemos discutir.

Tendo V. Ex^a como aliado, a primeira ponderação que faço é que, por favor, nos ajude no sentido de fazer essa audiência já aprovada pela Comissão, e que não conseguimos fazer, talvez por outras prioridades da Comissão. Então, a primeira observação é lhe pedir para ser o nosso advogado nessa matéria.

A segunda matéria é uma correção factual. V. Ex^a informou que é preciso encontrar um procedimento para fazer com que, em 15 dias, o Conselho se manifeste, e se referiu a casos que estavam conosco há seis meses. Essa matéria já foi decidida pelo Senado Federal. O Conselho, por sua formação, reúne-se apenas uma vez por mês. Então, não é possível que a contagem de prazo se faça em dias, como os Senadores, que estão todos os dias juntos.

A atividade neste Conselho é **munus** público, Senador. Pago táxi para ir ao aeroporto, para vir aqui, para ir ao hotel, para pagar as refeições. São dias de trabalho perdidos, estamos aqui por espírito público; e os Senadores estão aqui também por espírito público, mas têm remuneração por esse trabalho, e nós não temos. Os Senadores estão todos os dias da semana na Casa, e estamos uma vez por mês. Isso levou a que o Senado decidisse um modelo que seria de duas reuniões. Uma reunião para ler a matéria, para definir o Relator, para atribuir essa relatoria; e outra reunião, para decidir. É posição inflexível nossa o fato de os relatórios chegarem antes para serem distribuídos para os Conselheiros, para que se possam informar e deliberar, tendo pleno conhecimento dos fatos. Então, a posição do Senado foi a de uma reunião para o assunto ser lido, e a matéria ser distribuída a um Relator, que, no curso desse mês, entre uma reunião e outra, finde o seu relatório, que será, então, distribuído aos Srs. Conselheiros.

Na reunião seguinte – portanto, são duas reuniões: uma para ler; e outra, para deliberar –, é tomada a deliberação, porque o relatório é entregue no mesmo dia ou no dia seguinte. Eu próprio tenho entregue ao Presidente Sarney com frequência no mesmo dia, até porque temos tido a sorte, até agora, de não se alterar os pareceres.

Feitos esses esclarecimentos, já faço uma primeira provocação a V. Ex^a. Eu estava preparado para provocá-lo em relação à TV Brasil Internacional. Mas vou fazê-lo só em relação à sua proposta de ISS da reforma tributária. É evidente para todos nós, Sena-

dor – e penso que represento o Conselho ao dizer isso –, que informação tem dimensão estratégica. Houve um tempo em que extrair petróleo e ferro também era – para muita gente ainda é; para outros, já não é. Essas coisas mudam. Informação podia não ter a importância que tem hoje, pois havia um tempo em que, no mundo todo, os meios de comunicação eram, sobretudo, nacionais. Alvin Toffler diz que o que caracteriza esse início de século XXI é a “aparente oposição entre universalização e tribalização”. Ele está certo. Em relação aos meios de comunicação, o mercado passa a ser o mundo. E, não obstante, o mercado ainda é a tribo onde mais de perto a democracia se faz sentir e onde a concentração dos meios de comunicação mais subverte a democracia.

Do ponto de vista do mercado, esse mercado é o mundo, e é preciso que o País possua um espaço nesse mercado mundial. O último embate no Oriente demonstrou que os Estados Unidos só não foram hegemônicos em suas informações porque, ao lado dos gigantes americanos, havia os gigantes árabes de informação, Al-Arabia e Al-Jazira. Amanhã, as grandes redes de comunicação podem sugerir que a Amazônia seja internacionalizada e temos de ser ouvidos no mercado mundial. Não se trata apenas de um instrumento de cultura para se afirmar no mundo todo. A televisão brasileira é um instrumento de soberania. Não podemos permitir que os grandes grupos brasileiros não sejam apoiados pelo Governo, pois a falência do setor significará, inevitavelmente, a presença entre nós de grandes corporações internacionais. E isso não interessa ao País.

Há um entendimento, Senador, de que é preciso encontrar modelos que escapem da rotina tradicional e deletéria de apenas transferir recursos financeiros aos grupos controladores, sem nenhum tipo de contrapartida de interesse coletivo. O Conselho tem sido um instrumento no sentido de pensar um modelo em que o Governo e também o cidadão brasileiro possam contribuir com a superação de problemas graves – que V. Ex^a conhece tão bem, como todos nós – da televisão brasileira. Que fique clara, portanto, a posição convergente do Conselho de que é preciso que o Poder Público apóie, decisivamente, as corporações brasileiras.

Em relação ao ISS, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no final do ano passado, acabar com a longa tormenta em relação ao local de cobrança do ISS. Definiu que a cobrança do ISS ocorre onde o serviço é prestado – e esse entendimento já está sumulado. Ora, se não há mais dúvida de que o ISS deve ser cobrado onde o serviço é prestado, em resumo, concen-

trar a tributação dos meios de comunicação no ISS significa dizer que o ISS será pago nos muito poucos espaços em que o serviço é prestado. Ninguém imagina que uma antena em um carro ou uma antena em uma propriedade rural significa que o serviço é prestado nessa propriedade rural, mas no Município de onde a emissão é efetuada, apenas São Paulo e Rio de Janeiro.

Assim, V. Ex^a estaria advogando que a integralidade da tributação dos meios de comunicação seja concentrada em dois Municípios brasileiros? Adotada a tese, um serviço nacional cujos custos, em princípio, deveriam ser repartidos mais igualmente seriam concentrados não em dois Estados, mas em duas cidades brasileiras, que são Rio de Janeiro e São Paulo. É mesmo a posição de V. Ex^a, Senador?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Não. Ao contrário. Creio que V. S^a não entendeu meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Entendi que V. Ex^a sustenta que seria ISS.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) Não. Sustento que, em primeiro lugar, não cabe a cobrança do ICMS. Isso está decidido por lei. Todavia, a proposta que analisamos na Comissão – e com a qual concordo – é que o ISS seja cobrado em cada ponto onde se possa identificar o assinante. Não é necessariamente cobrar ISS só no Município de São Paulo ou no Município do Rio de Janeiro. Ao contrário; onde houver um assinante de TV a cabo, ele é um consumidor direto, está identificado. Então, ao ser identificado, ele pagará.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Senador, só para ajudá-lo: o Supremo decidiu que o ISS é devido no local da produção de serviços. Nesse caso, toda a emissão de serviços ocorre em São Paulo ou Rio de Janeiro. O sujeito está no interior de Pernambuco com a antena dele. Como é que faço para cobrar no Município de Orobó, em Pernambuco, quando a produção do serviço ocorre em São Paulo, se o Supremo diz que o ISS deve ser pago no local onde o serviço é feito?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em princípio, estamos discutindo uma reforma. Falei dentro do contexto da reforma tributária. Ela está no Congresso e logo chegará ao Senado. As alterações feitas aqui têm o respaldo do Congresso Nacional. Qualquer alteração que for feita, evidentemente, vai com a assinatura do Congresso. Então, evidentemente, se houver outro posicionamento do Supremo, ele deverá ser feito à luz do que decidiu o Congresso, porque quem elabora as leis é o Legislativo.

O Supremo Tribunal, no momento em que sentir que há alguma incorreção ou incoerência, pode manifestar-se e até interferir, mas quem faz a lei é o Congresso Nacional.

Eu não disse que estou de acordo com a cobrança do ISS exclusivamente nos municípios onde é gerado o serviço; pelo contrário, quero que ele seja distribuído. Se não fosse assim, o Ecad não poderia cobrar nenhuma taxa. Todos sabemos que, quando uma emissora de rádio do interior toca uma música, ela tem de que mandar o dinheiro para o Rio de Janeiro. Concorde comigo?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, porque aí a emissora de rádio no interior tem sua emissão no interior.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito bem, mas a emissora paga o ISS.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Paga porque faz a emissão de rádio.

A sua posição, então, não é apenas no sentido de fazer com que incida o ISS, mas que, na reforma tributária, haja mecanismos que façam com que esse ISS, diferentemente do quadro geral, possa ser cobrado pelo município receptor. Portanto, pelo menos à luz dessa provocação, já nasceu uma luz.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, pela ordem, um esclarecimento bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A reforma tributária é uma reforma da Constituição. Então, tudo aquilo que a o Supremo sumulou não pode ser contra a Constituição, não existe inconstitucionalidade da Constituição. De sorte que se a Constituição, nessa reforma tributária, disser que o ICMS será assim ou assado, não haverá súmula contra a Constituição. De sorte que é uma discussão, neste caso, sem base jurídica, porque o Congresso decidiu, faz parte da Constituição. Daí para a frente, tudo que for contra não existe.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de passar a palavra à colega Berenice, gostaria de esclarecer que não é tão simples, Conselheiro Roberto Wagner. Se o Congresso decidir que apenas incidirá o ISS, e ponto final, só se pagará ISS no Rio e em São Paulo, mas o Senador já esclareceu que na proposta

por ele considerada ideal não há esse ponto final. Há duas regras: a regra de que se deve o ISS e a de que, com relação a esse ISS, especificamente, a cobrança se daria nos municípios em que há a recepção. Foi assim que entendi.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Faço uma pergunta: se a TV a cabo chega a uma cidade do interior, ela não presta um serviço a um assinante naquela cidade? Então, é uma prestação de serviços no município.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Vou passar a palavra à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa-tarde, Senador. É um prazer recebê-lo e ouvi-lo. Na realidade, gostaria, de certa forma, de apoiar e reconhecer as suas ponderações e devolver a provocação ao nosso Presidente, já que ele hoje está muito provocativo, Senador.

O nosso Presidente anunciou aqui, publicamente, há pouco, o apoio unânime do Conselho às corporações de radiodifusão brasileiras em suas dificuldades financeiras, inclusive. Não deixa de ser verdade que exista essa unanimidade. No entanto, vimos debatendo sobre como se deve dar esse apoio e talvez ainda não tenhamos o consenso que este Conselho precisa ter, Senador.

Temos muito claro o nosso papel de órgão auxiliar e, ao mesmo tempo, da nossa composição tripartite: os empresários, os trabalhadores e a sociedade civil. Não adianta queremos brincar de parlamentar, levar as coisas a extremos, a votações, a disputas. Nosso trabalho tem sido desenvolvido sempre com a consciência absoluta de que precisamos levar aos Srs. Parlamentares as posições mais claras que possam resultar desse retrato, ainda que imperfeito, da sociedade brasileira, buscando sempre dirimir dúvidas e conflitos.

Mas o nosso Presidente anunciou, hoje, o nosso apoio. Vou lhe dizer, portanto, como pensamos e acabamos dando o nosso apoio: no caso específico do tributo, da taxa a que V. Ex^a se refere, ela faz parte, sim, de uma das possibilidades de apoio à indústria do segmento da TV a cabo, discutido aqui amplamente, ao longo de três, quatro meses. E vou aproveitar para fazer um gancho para falar sobre os prazos que V. Ex^a coloca e exige de nós, do Conselho, com justiça, digamos assim, na medida em que parte da necessidade do processo legislativo.

Mas, voltando ao ISS – e não só o ISS – uma das formas que entendemos que poderiam ser levadas a efeito para apoiar esse segmento seria por intermédio dos benefícios fiscais e, quem sabe, então, a substituição do ICMS, que onera muito mais, pelo ICMS. Até gostaria que depois o Dr. Alexandre Annenberg que está aqui...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ele já pediu a palavra. Mas vai falar depois dos Conselheiros.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então seria bom que ele ajudasse a esclarecer exatamente o ponto, a forma como trabalhamos em nosso relatório, que está praticamente ultimado, Sr. Presidente – e é o nosso próximo tema da reunião –, para devolver ao Senado. Penso que o Conselho está aprendendo a atender ao Senado, ao Congresso; e o Congresso está aprendendo a usar o Conselho. Então, há um momento de afinidade, uma coisa nova, pois não tínhamos parâmetros aos quais recorrer, e nem V. Ex^{as}, de modo que é bem natural e bom que esse relacionamento vá se ajustando.

Ainda temos algumas dificuldades, e aqui aproveito para tocar em um tema que não é o meu preferido, mas do nosso Presidente, do Conselheiro Geraldo. Temos tido dificuldades financeiras para a realização de reuniões extraordinárias das subcomissões. Por exemplo, entre aquelas duas reuniões a que o Presidente se referiu, muitas vezes queremos trazer especialistas, promover algumas audiências, algumas reuniões públicas para melhor aconselhar V. Ex^{as}, mas temos enfrentado alguns problemas, todos em vias de resolução, no entanto.

Assim, gostaria de parabenizá-lo e apoiar a sua visão relativa à necessidade de preservação da integridade do caráter público, educativo e cultural da concessão das tevês educativas em nosso País. Efetivamente, são mais de mil emissoras sobre as quais o Estado brasileiro, hoje, não tem controle. Esta é uma questão bem séria e fico feliz que o Senado esteja atento. Obrigada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Quero fazer uma observação. Coloco-me inteiramente à disposição do Conselho para ser uma espécie de uma **liaison** entre o Conselho e a Presidência do Senado. Evidentemente, podemos fazer o mesmo com a presença da Câmara, até porque entendo que é fundamentalmente importante que o Conselho tenha os recursos necessários para fazer, pelo menos, duas reuniões por mês. Entendo agora perfeitamente a dificuldade a que o Presidente se refere e vejo que, com

duas reuniões, V. S^a estaria atendendo plenamente a posição.

Pela nossa Comissão de Educação, creio, se encontrássemos um caminho... E quero fazer uma sugestão. Penso que, na medida em que estamos todos digitalizados, inseridos no contexto digital, se cada um dos senhores tivesse, dentro do próprio Senado, um e-mail, em que pudessem trocar informações relativas às discussões que são feitas aqui, os senhores estariam trabalhando em conjunto eletronicamente até chegarem aqui, e, quando chegassem, os senhores já teriam melhores condições de poder tomar a decisão entre si.

Tenho feito isso com os meus companheiros do Senado. Trocamos informações via e-mail, o que é absolutamente fantástico, pois onde estiver, vamos estar conversando, vamos estar trocando idéias.

Acredito que seria uma oportunidade de se fazer uma sugestão nesse sentido. Evidentemente, também me coloco inteiramente à disposição para, junto ao Presidente da Comissão, provocar o Presidente para que possamos realizar a audiência pública, que será da maior importância, porque entendo também que a questão da inserção digital ou da TV digital vai-se resolver por meio de audiências públicas.

Penso que a sociedade civil tem que ser ouvida, segmentos têm uma posição importantíssima a ser apresentada e cabe ao Congresso Nacional fazer uma provocação nesse sentido, para que ele tenha uma voz, ou mediante o Conselho ou mediante a própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de passar a palavra, quero dizer ao Senador que não sei como funciona o Congresso, mas, em relação à assessoria, estamos muito bem servidos. Creio que tivemos uma sorte enorme. A equipe pequena que nos acompanha é excepcional. Tão boa que tenho até medo de que o Presidente Sarney resolva levá-la. Não tem nos faltado esse tipo de comunicação. Em menos de uma semana, a Ata revisada da reunião já está à disposição dos conselheiros. A página eletrônica do Conselho tem uma amplitude enorme de informações. Não nos falta assessoria. Queremos e aceitamos ajuda em todos os setores; agora, quanto à assessoria, estamos bem servidos.

Passarei a palavra, agora, ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, Sr. Senador Hélio Costa, radiodifusor, as-

sociado inclusive da entidade que, com muito orgulho, agora presido.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Sr. Senador, aproveitando as palavras ditas pela Conselheira Berenice, para também deixar muito claro que a radiodifusão aberta, as empresas de rádio e televisão comerciais deste País não recebem qualquer tipo de dotação orçamentária, qualquer tipo de ajuda do Estado ou de quem quer que seja. São emissoras comerciais, que vivem exclusivamente do mercado publicitário.

Quando se fala em ICMS, é importante que se diga, também, que a radiodifusão brasileira não é taxada porque não há fato gerador para fazê-lo, razão pela qual não obtemos qualquer tipo de incentivo fiscal em não pagar o ICMS. Não existe o fato gerador competente para que a radiodifusão aberta seja taxada no ICMS.

A propósito deste assunto, até para poder esclarecer os demais companheiros de que a nossa postura é absolutamente lisa, democrática e transparente – inclusive todos os jornais já o publicaram –, a nossa entidade em conjunto com aquela que representa os jornais e aquela que representa as editoras de revista, teve a oportunidade de viabilizar a contratação de escritório especializado que irá desenvolver um projeto a ser apresentado às autoridades financeiras deste País, na busca de recursos de uma forma absolutamente transparente e igualitária. O que nós, no setor da comunicação social, pretendemos é poder ter o mesmo acesso que outros setores têm. Agora, lamentavelmente, não existem, em nosso caso, linhas específicas voltadas ao setor, principalmente ao pequeno empresário de radiodifusão, que é a grande preocupação do nosso setor. Quando se fala em digitalização, quando se fala em algo próximo a US\$100 bilhões, é importante que se destaque que uma parcela deste valor será de contribuição do pequeno empresário, por isso temos que encontrar alternativas para viabilizar esse projeto ao pequeno empresário.

Então, o trabalho todo que estamos tendo, repito, um trabalho de fôlego, é para, de uma forma absolutamente democrática e transparente, buscarmos alternativas de financiamento a fim de que as empresas possam, individualmente, apresentar os seus projetos. E se, por hipótese, eles forem juntos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social, que é um banco de fomento, um banco de desenvolvimento, existe todo um projeto a ser apresentado por essas empresas, inclusive de viabilidade econômica, com taxa de retorno, cumprindo-se todas as exigências obrigatórias para esse tipo de financiamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço questão de fazer esse esclarecimento porque pode dar a impressão de que o nosso setor obtém algum tipo de favorecimento, o que, efetivamente, não ocorre.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG.) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar meu querido amigo Paulo Machado de Carvalho pela clareza com que coloca essas posições que têm preocupado a todos nós. Já na reunião que realizamos semana passada, Dr. Paulo, na Comissão de Educação, levantamos a possibilidade de encontrarmos os caminhos do financiamento, não em termos de Proer, porque não vamos nunca mais repetir aquele erro, lamentável, mas temos que dar às empresas de comunicação, talvez, o mesmo carinho, a mesma atenção que está se dando hoje às empresas de aviação. É evidente que elas têm problemas e merecem ser entendidas nos seus problemas, porque representam emprego, movimentação da nossa economia, é claro. Todos sabemos da importância das empresas aéreas, mas as empresas de comunicação também estão passando por uma situação que merece atenção do Governo, que precisa da atenção do Governo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem essa função social também, porque são milhares e milhares de empregos que as empresas de comunicação representam no Brasil inteiro, desde a pequeníssima empresa no interior do meu Estado, uma “radiozinha” que tem cinco empregados, ao grande conglomerado de comunicação, que está no Rio de Janeiro e em São Paulo. São os empregos, a movimentação da economia, tudo isso.

Então, conforme foi proposto na Comissão de Educação, um relatório que seria apresentado em quinze dias pelos que participaram dessa audiência pública, que vai sugerir, até por minha indicação, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social estude uma proposta para atender a emergência que ocorre neste momento com as empresas de comunicação, em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vou passar a palavra aos Conselheiros.

Pela ordem de solicitação, passo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira, que, inclusive, representou o Conselho no Seminário Internacional de Comunicação Social e TV Pública, realizado no dia 11 de setembro, na Câmara dos Deputados. O Conselheiro poderá aproveitar a exposição que fará e fazer um breve relato de como se processou esse seminário.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa-tarde a todos.

Quando falamos com o Senador Hélio Costa, vem-nos a figura do repórter Hélio Costa, daí o nosso drama. Estou com 53 anos, sou radialista e repórter, não com a sua capacidade nem inteligência, desde os meus 25 anos, mas vivi **pari passu**. Então, V. Ex^a é o Senador-repórter Hélio Costa.

Eu gostaria de fazer um alerta aos Srs. Senadores. Concorro com a necessidade de disponibilizar recursos a serviço. Também não devemos esquecer dos empresários brasileiros da comunicação. Sou sindicalista, represento os trabalhadores, mas, às vezes, entramos no discurso imediatista de dizer tão-somente que os meios de comunicação têm lucro excelente, e aquele que está com o cheque, acompanhando a evolução, sabe o custo da câmara, do deslocamento, do gasto. Então, não basta ficarmos panfletando na resistência.

Acompanhei o debate na Comissão de Educação, quando surgiu a proposta de avaliação que consiste na criação de uma câmara setorial de discussão. Essa proposta surgiu no debate entre V. Ex^{as}, inclusive, creio que ela partiu de nosso representante da Fenaj. No momento em que ele falava de câmara setorial, veio a tentação de lhe perguntar: por que não o Conselho de Comunicação Social? O Conselho de Comunicação Social já está pronto. Poderia ele servir, dar esse suporte para a discussão? Quando o senhor diz que temos que aprimorar o Conselho de Comunicação Social, será que haveria necessidade de passar por esse processo, para, depois, cumprir esse papel? Aí fiquei tentado a pensar que a citação feita naquele debate quanto à criação de uma câmara deveria ser trazida para discussão no Conselho de Comunicação Social. Isso foi o primeiro momento.

Para finalizar, eu gostaria de dizer ao senhor que, institucionalmente, se pensou em dar algum tipo de socorro legítimo ao conjunto do empresariado brasileiro, independentemente do setor, que tenha, necessariamente, contrapartida, porque o grande fosso brasileiro é o desemprego, que gera, de forma imediata, a marginalidade. Então, não devemos esquecer de casar essa contrapartida, porque o empresário às vezes é cego. Depois que ele põe a mão na parte que lhe interessa, faz o investimento; mas toda vez que quer fazer cortes, não põe a sua inteligência para se desenvolver, vai ao imediato: corta no quadro de funcionários. Até quanto à tecnologia, à evolução, esperávamos que a tecnologia viesse diminuir o esforço. No entanto, o empresário só pensa em comprar isso e

aquilo, encurto... Toda vez que participei de um debate em que as empresas falavam sobre a evolução tecnológica, Srs. Senadores, só via o empresário se vangloriar: “antes o que eu fazia com 20 funcionários, agora, faço com dois”. A tecnologia deve estar a serviço, exatamente, de mais conforto, mais imediatismo, mais qualidade e não necessariamente a serviço do fim de empregos.

Então, que V. Ex.^{as} tenham o máximo de atenção a isso, ou seja, que vejam cada proposta tendo em vista o aspecto econômico, que considero legítimo e necessário, mas que não se esqueçam desse tipo de contrapartida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O Conselheiro Chico Pereira levanta dois assuntos a que preciso rapidamente responder. Em primeiro lugar, naquela reunião da Comissão de Educação, foi proposta a câmara setorial, mas a idéia não foi aprovada. A proposta, na realidade, foi substituída por uma sugestão minha no sentido de que adotássemos, naquele instante, uma comissão, composta de um representante das empresas e um representante dos trabalhadores. Essa comissão que representa empresários e trabalhadores é que está tomando essa decisão. Portanto, está resolvida a questão da câmara setorial.

Em segundo lugar, nessa câmara setorial – que foi transformada nessa dupla de conselheiros para a comissão –, os dois representantes apresentarão um relatório que será enviado, evidentemente, ao Relator da reforma tributária. Esse assunto foi específico da questão levantada com a discussão da reforma tributária, exclusivamente, ou seja, todo e qualquer outro assunto, é claro, deve ser encaminhado ao Conselho. Essa é a minha sugestão. Nesse momento, estamos, com relação à reforma tributária, com o “tempo fechadíssimo”, ou seja, de repente, pode ser que essa reforma, em duas semanas, seja votada, ou pode até não ser votada agora, mas só no ano que vem. Mas, em princípio, o tempo que deram ao Senado foi de duas semanas. Então, não tínhamos como fazer um amplo debate.

No que respeita à contrapartida, não tenho a menor dúvida. Entendo que, no momento em que o Governo apresenta uma proposta, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme eu disse, tem que atender desde a pequeníssima emissora de rádio, o pequeníssimo jornal ou a revista, no interior, até a grande empresa de comu-

nicação, mas, sobretudo, sempre lembrando que comunicação só se faz com duas coisas: equipamento e pessoal. Se não houver profissional, não adianta ter o melhor equipamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Senador Hélio Costa.

Com a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Senador, eu gostaria de fazer um comentário, porque vivemos hoje uma coincidência de dois temas que estão sendo discutidos: a TV digital e a Reforma Tributária.

Entendo pouco de TV digital e entendo muito pouco de reforma tributária, mas, enfim, eu gostaria de fazer uma ponderação: discutimos, no início da reunião, a introdução à TV digital, os aspectos do modelo. Não vejo, em tudo o que temos discutido, os ganhos imediatos que a TV digital vai trazer para as emissoras de televisão; ela trará só ônus, e ônus altíssimos. Cada emissora de televisão, cada retransmissora terá de introduzir uma nova antena, um novo transmissor, um novo link, para levar o sinal digital até lá e, muitas vezes, uma nova torre – porque, às vezes, a emissora não tem espaço na torre para colocar nova antena. Vejo, na introdução da TV digital, no Brasil, um problema econômico seriíssimo para as empresas que, hoje, como já se mencionou aqui, estão vivendo momentos difíceis. Esse assunto deveria ser tratado na reforma tributária.

E existe outro ponto que também ajuda a discutir isso, que é o interesse teórico, em tese, do Estado na transição, porque, após a transição da TV analógica para a digital, um terço do espectro atualmente ocupado pelas emissoras será liberado. A TV digital ocupará um terço do espectro a menos. Isso equivale a aproximadamente mais 30 canais que serão liberados para qualquer outros serviço, seja, televisão, telecomunicações, ou o que for.

No mundo, todos os países estão acelerando o processo por causa disso, porque esse espectro liberado significa dinheiro, e muito, que reverterá em benefício da própria sociedade.

A ajuda às emissoras de televisão, na transição, não seria gratuita e, sim, de interesse do Estado, porque isso significará, talvez, muito mais dinheiro do que a própria ajuda, porque esse espectro, equivalente a 30 canais de televisão, é valiosíssimo em uma região de UHF ou de VHF, que vale muito.

Portanto, não entendo de reforma tributária, não sei ele cabe dentro da reforma tributária, mas vejo que, se ele couber, deve ser endereçado, porque a ajuda à emissora, com a transição, pode significar um aceleração no processo, que beneficiará a própria sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Fernando Bittencourt.

Passo a palavra ao Conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, Sr. Senador Hélio Costa, agradeço as observações feitas por V. Ex^a nesta reunião do Conselho, sobretudo por ter trazido o tema debatido anteriormente na Comissão de Educação, que revelou, pela primeira vez, a crise existente nos meios de comunicação do Brasil de modo geral. O Conselheiro Chico, com muita propriedade, mostrou-nos a razão, a necessidade de se trazer para o Conselho a discussão a respeito dessa crise.

O fato é que essa crise não começou hoje, nem ontem. Ela existe há 25 anos, motivada pela necessidade, sentida por intermédio dos meios de comunicação, de fazerem mudanças tecnológicas sequenciais, crise esta que resultou em endividamentos em dólar, num montante que, hoje, é impossível responder por elas, aliás, todos os veículos nela se envolveram.

Acredito que a primeira menção real a essa crise ocorreu, na nota publicada pela ABERT, pela ANJ e pela ANER, na semana passada, oportunidade em que se revelou que esses três órgãos mantinham contato com um escritório de projetos, a fim de propor uma solução ao BNDES.

Não sei se esta é a melhor solução, talvez seja uma delas. O fato é que há um ditado muito comum, citado em Barbacena, terra do Senador, em que “muitos pobres numa porta só, Deus não favorece”. Então, pode ser que o BNDES, a essa altura, não seja capaz de atender à aviação, ao setor automobilístico e a vários setores, que vivem hoje em estado de precariedade, e também à indústria da comunicação.

Entretanto, creio que nós, do Conselho, deveríamos estar atentos ao que está acontecendo, atentos à urgência e à emergência do quadro dessa crise. Sem dúvida alguma, a derrocada dos meios de comunicação no País representará uma forte perda para o fortalecimento democrático que vivemos hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao conselheiro Antônio Teles.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, vou discordar do conselheiro Fernando Bittencourt com respeito aos ganhos da TV digital. O ganho é imenso; na realidade, incomensurável. Não vejo, ainda, até que ponto se pode medir o ganho que todos terão com a inserção digital, com a TV digital, mas vou especificar um ganho das emissoras de televisão.

O sistema que se está procurando implantar no Brasil – e V. Ex^a o conhece detalhadamente – é mais ou menos o sistema de implantação usado nos Estados Unidos. Quando, há 10 anos, a TV aberta nos Estados Unidos entrou em crise, recorreu-se ao Governo, que disse que inventaria uma solução. A invenção apresentada para as emissoras de televisão aberta foi a seguinte: “vamos estabelecer que o cabo continua como está, e, para as TVs abertas, vamos criar o sistema digital e o **high definition**; vocês vão precisar de seis megahertz para fazer uma emissão de cada televisão, em alta definição, e, por isso, vou lhes dar mais três canais. Ou seja, cada canal passa a ter mais três canais”.

Essa foi a solução americana, que não precisa, necessariamente, ser a solução no Brasil. No entanto, se for no caminho que está indo; se, conforme comentários que ouvi na imprensa, recentemente, a TV de alta definição tem que estar atrelada à implantação da TV digital; se ela já está sendo considerada como importantíssima dentro do contexto de que a TV digital exige a TV de alta definição; então, estamos falando de dois aspectos, mas, infelizmente, está sendo colocado nesses termos. Ou seja, implanta-se a TV digital e, em seguida, a TV de alta definição. Para ter a TV de alta definição, é preciso mais três canais – evidentemente, para cada canal, no Brasil, haverá mais três. Então, já é um ganho que não há como medir.

Na verdade, começo até a crer que esse sistema tem que ser reformulado, porque, senão, lá na frente, como é que vamos fazer? Se, para cada canal de televisão, em Brasília, criarem-se mais três canais, como será feito daqui a cinco anos? Aonde chegaremos? Então, é preciso encontrar um caminho para se resolver essa questão, especificamente.

E vejo o ganho, ainda, com o mercado da TV digital, abrindo-se o caminho para que o Brasil possa disputar o mercado internacional. O Brasil dispõe de uma indústria eletroeletrônica, que tem – inclusive, diga-se de passagem, em Santa Rita do Sapucaí, no meu Estado – recursos excepcionais para poder parti-

cipar. Por exemplo, os americanos não fazem essa caixinha da TV digital. Na verdade, os americanos não fazem nada de televisão, não fazem um componente de aparelho nenhum, só recebem prontinho. Isso é feito em Formosa ou Taiwan, na China, no Japão, onde quer que seja. Só não se encontra TV feita nos Estados Unidos. Então, o mercado se abre com a digitalização. Se tivermos um percentual mínimo – por exemplo, se o Brasil contribuir, vender o **set top box** para os Estados Unidos –, se tivermos essa opção de participar desse mercado, já estaremos rigorosamente no caminho de uma recuperação da indústria eletroeletrônica, em um caminho que vai chegar, eventualmente, a todo o sistema de comunicação nacional.

Posso até estar enganado, mas os trinta canais que o senhor citou estão nesse contexto. Não são, simplesmente, mais canais aqui ou ali; eles vêm todos atrelados aos canais. É um e meio megahertz para cada canal; são seis megahertz que se precisa na alta definição.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – Estou assumindo que cada emissora de televisão que hoje opera com canal de seis megahertz receberá um segundo espectro de seis megahertz, para transmitir seu canal digital. Isso feito, após a transição – daqui a dez, quinze anos –, esses canais todos digitais serão agrupados, porque isso é possível. E vai significar, no final das contas, uma sobra de 160 megahertz – e aí estou calculando cada um: 160 dividido por 6 dá mais ou menos 26 –, que é o espectro que vai retornar para o poder concedente, para o Governo. Independentemente de como vão ser usados os 6 megahertz para transmissão digital, os canais no final da transição, o Governo, o Ministério das Comunicações, a Anatel, ou seja, quem estiver gerenciando esse assunto, vai receber de volta, de todos os concessionários, 160 megahertz, que poderão ser usados para qualquer coisa: ou para novos **broadcasts** ou para qualquer outra utilidade, como telecomunicações.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Evidentemente se todos os brasileiros estiverem participando do processo de digitalização, cada um deles tiver sua caixinha ou tiver um televisor moderníssimo que atenda à divisão já digital.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de Comunicação Social) – É lógico. A transição só vai ser feita

quando todo mundo estiver recebendo digital – isso daqui a 10, 15 anos. Vai levar um tempo, mas, de qualquer maneira, numa visão de longo prazo, esse espectro retorna.

Quero me referir ao seguinte: há interesse inerente do Estado – isso que está acontecendo no mundo inteiro – de que o processo seja acelerado, porque pegar de volta esse espectro é pegar de volta um dinheiro que vale muito. Estou colocando o seguinte ponto: há um interesse, ou pelo menos deveria haver, do Estado em acelerar o processo, uma vez que isso significa... Claro que “como vai ser esse processo” é outra discussão. Quero dizer que, uma vez feita a transição, será como na tecnologia digital: pode ter canal um do lado do outro... Por exemplo, no Rio de Janeiro, existe o canal 2, mas não o canal 3 hoje. O canal 3 é um espectro perdido. Existe o canal 4 e não o 5. Quando for digital, haverá o canal 2, o 3, 4, 5... um do lado do outro. Então esse é o espectro que vai sobrar ao fim da transição.

Só complementando – é uma opinião pessoal, mas não posso deixar de emití-la –, no meu ponto de vista, a televisão do futuro é a televisão de alta definição, assim como 30 anos atrás a televisão do futuro era a televisão a cores. Hoje ninguém fala “TV a cores”; a televisão é inerentemente colorida. Daqui a 10, 15 anos, a televisão será inerentemente de alta definição. Essa é a minha opinião, porque os maiores países do mundo, como o Japão, Estados Unidos e China, já se definiram por TV de alta definição. E isso talvez seja dois terços do mercado mundial. Portanto, acredito que a televisão do futuro será televisão de alta definição; a televisão será inerentemente de alta definição. Assim como ninguém mais fala TV a cores hoje, a televisão do futuro é a televisão de alta definição.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Podemos adotar o sistema da Europa, que é muito simples: a TV de alta definição é via satélite; a TV digital é outra coisa. Se eu quiser ver personagens ilustres da televisão brasileira em alta definição no horário nobre, recebo a imagem via satélite, sem dúvida nenhuma. Creio que a questão TV digital, inserção digital e alta definição tem que ser amplamente discutida. Veja o senhor que, em uma hora de discussão aqui, já levantamos inúmeros assuntos que são perfeitamente pertinentes, não só à classe, mas também à sociedade como um todo. Penso que seja fundamental que a sociedade participe. Penso que a importância deste Conselho está exatamente nesse sentido.

Devo ainda dar uma palavrinha com relação ao Antônio Teles, porque, mais uma vez, ele deixa, de forma muito clara, a situação que estamos vivendo e

que coloquei aqui no começo. A crise não é moderna; ela é antiga. Ela vem de longa data e vem com uma somatória de pequenos erros que acabam transformando toda a indústria de comunicação no Brasil numa situação crítica. Penso que, como Senador e como membro da Comissão, é fundamental que o Governo assuma esta responsabilidade, não de amparar, não de fazer um Proer, mas de mostrar os caminhos para evitarmos uma situação ainda mais complicada e mais caótica, sobretudo porque, mais uma vez, eu estou me referindo ao ser humano que está envolvido no processo. É a geração do emprego que representa a indústria de comunicação. São as milhares e milhares de pessoas que trabalham no setor e que se vêem, neste momento, todas ameaçadas. Não conheço um jornalista amigo meu que não esteja preocupado. Todos eles estão preocupados com a perda de seu emprego, pois com as dificuldades por que passam as empresas, futuramente, pode vir o corte de pessoal. A crise começa a aparecer exatamente com o corte de pessoal. O problema se manifesta primeiramente nesse ponto.

Farei uma correção na manifestação do Sr. Antônio de Pádua Teles, meu amigo de tantos anos. Deus atende a todos, Antônio. Ele não atenderá apenas aos mais bonitos; Ele também atende aos mais feios.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn. Sei que os mineiros se entendem.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, tenho a honra de acompanhar o Senador Hélio Costa e conheço bem a trajetória de S. Ex^a. Também sou mineiro e resido em Belo Horizonte. Se Deus atende a todos, Deus deveria estar atendendo ao povo também.

Senador Hélio Costa, falo como representante do segmento da sociedade civil, a quem esta discussão interessa profundamente. Pegando o gancho que V. Ex^a acaba de proferir ao final de sua fala sobre a preocupação com o ser humano, ressalto que essa preocupação não deve ser apenas com os trabalhadores dessa área, mas, sim, com o cidadão como protagonista de toda essa história.

Não tenho nada contra esta discussão. Sei que o setor de comunicações está passando por dificuldades e precisa ser socorrido. O Presidente José Paulo insiste na questão da comunicação como soberania nacional. Não tenho nada contra isso. Porém, há um pequeno detalhe nessa discussão que se chama sociedade civil. Historicamente, ela está sempre apartada dessas deci-

sões. Tudo vira **business** ou discussão tecnológica. No entanto, isso deveria existir para quê?

Aos dez meses do Governo Lula, conheço as dificuldades, principalmente com o contingenciamento – um problema que vem de governos anteriores –, trabalhei muito para que este Governo fosse eleito. Portanto, Senador Hélio Costa, permita-me dizer que há um problema de verbas, como todos sabem. No entanto, existe algo que pode ser dividido. É preciso chamar a sociedade civil para fazer uma parceria com o Estado, com o Governo. Quando dividimos, estamos dividindo esperança. Preocupa-me, sobremaneira, esta discussão. Evidentemente, registro que tanto o Senador Hélio Costa como outros companheiros manifestaram uma preocupação com a sociedade civil.

Senador Hélio Costa, conheço bem o seu percurso democrata. Por isso, inscrevi-me apenas para ressaltar que, se houver uma representação deste Conselho de Comunicação, como V. Ex^a está gentilmente oferecendo, seja demonstrada, nessas instâncias, a necessidade da participação da sociedade civil, porque isso interessa sobretudo a ela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a palavra ao Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini.

O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Senador Hélio Costa, primeiramente, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de participar do nosso Conselho. Eu estive pessoalmente envolvido com a sua vinda a esta reunião. Fico feliz que o colega tenha realmente vindo, porque o Conselho, com a presença dos Senadores, dos Parlamentares, avança mais rapidamente na realização da sua vocação.

Senador Hélio Costa, quero falar da preocupação manifestada por V. Ex^a e pelo colega Francisco Pinheiro. Quando se pensa em solicitar ao Governo uma forma de apoio às emissoras, aos jornais ou às empresas de comunicação, é fundamental que haja algumas preocupações. Como representante dos jornalistas neste Conselho, ressalto que nós radialistas, gráficos, estamos sendo massacrados.

Citarei um breve dado aos colegas Conselheiros e ao Senador Hélio Costa. Em São Paulo, tradicionalmente, o mercado abriu 300 vagas anuais para jornalistas nos últimos 20 anos. Digo que, nos dois últimos anos perdemos 300. Isso quer dizer que há um déficit anual de 600 vagas no mercado de trabalho jornalístico, que é o maior mercado do País, mas é um mercado pequeno. A nossa profissão tem poucos

postos de trabalho. Mas esses números, embora pareçam muito pequenos quando se fala no desemprego de alguns milhões, para nós é muito significativo.

Entendo que esse aspecto deveria ser levado em consideração, mas deveria ser levado em consideração também, quando se fala nisso, aquilo que está na Constituição brasileira, no art. 220, § 5º, que dispõe:

“Art. 220.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”

Qualquer solução ou ingerência que o Governo pudesse ter no sentido de apoio deveria levar em conta essa questão essencialmente, porque há nisso uma oportunidade importante de interferir nas leis do mercado, nas leis darwinianas do mercado, em primeiro lugar. Em segundo lugar, o art. 221 estabelece a preferência e a finalidade educativa, artística, cultural e informativa, a promoção da cultura nacional e regional. Enfim, tudo o que está no art. 221 e que até hoje não foi regulamentado. Não foi objeto de regulamentação legal, infelizmente, mas esse é um momento de ouro para se utilizar aquilo que já foi escrito e que não foi aplicado.

Só para lembrar esse espetáculo indecente que vimos no caso do Gugu, no **SBT**, para vermos como também o tipo de programação não-educativa, não-cultural etc., que, nesse momento, quando se pensa no auxílio, também deve ser levado em conta. Quer dizer, de forma nenhuma, em hipótese alguma, usar um tostão do povo brasileiro para se ajudar qualquer um que se utilize desse tipo de expediente, que não cumpra as leis – e existem algumas emissoras que são contumazes em descumprir a lei, como a **Rede TV**, que é conhecida de todos –, que essas emissoras, nesse momento, tenham a devida paga por aquilo que nos oferecem.

Essa discussão tem que ser feita com muito equilíbrio, evidentemente sem nenhum espírito de vingança, mas certamente observando aquilo que são os princípios maiores que o legislador soube colocar na Carta Magna, mas que nós ainda não tivemos, por vários motivos, a oportunidade de regulamentar, de descer aos detalhes nessa legislação. Então, é essa a minha preocupação. Evidentemente, talvez não na reforma tributária, mas, no momento seguinte, nessa discussão que vai se alargar mais para frente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Frederico Ghedini e concedo a palavra ao Conselheiros Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer de coração e com toda sinceridade a predisposição e o apoio que foi aqui colocado pelo Senador Hélio Costa a este Conselho. Para nós é de fundamental importância, primeiro, por ser um Membro desta Casa, da Comissão de Educação e Comunicação e também um profissional da área. Para nós é um efeito que não podemos medir a importância que isso representa.

Nesse sentido, muito embora possa parecer constrangedor, e alguns pensam que esse é um assunto menor nesta Casa, nesses quase dois anos de exercício do Conselho, demo-nos conta de uma demanda enorme de necessidade. Nesses 50 anos de televisão – no caso específico da televisão –, não tivemos o início como deveríamos ter tido, uma participação da sociedade, um nível de controle social no caso específico da televisão. Isso só se deu em 2001, quando foi empossado como seu Relator o Conselho, depois de 12 ou 13 anos, estando regulamentado. Em 1988, foi colocado no corpo da Constituição. É evidente, Senador, que, para que este Conselho funcione e já mencionamos isso de forma reiterada –, ele precisa ter condições mínimas para funcionar. Trata-se de um espaço público que, quando não é ao vivo, é reprisado na TV Senado em várias cidades deste País, e fica constrangedor para nós, membros deste Conselho, não termos condições de dar conta dos anseios da sociedade nos assuntos pertinentes à comunicação, que são complexos e muito amplos.

Então, nesse sentido, o Presidente fez uma menção em relação ao Orçamento que está sendo discutido, ao próximo Plano Plurianual. Lá na rubrica sobre os órgãos de assessoramento – os Conselhos do Parlamento, inclusive o Conselho de Comunicação Social – é que haverá um estudo para que pelo menos seja ajustado, do Orçamento de 1995, que é o que temos até hoje, para que isso seja corrigido. Só que nós vamos um pouco mais além, Senador. Talvez isso não seja suficiente, e não ficamos constrangidos aqui, porque não estamos falando em milhões nem nada especificamente para nós. Não estamos aqui contratados sob nenhuma forma nesse aspecto, mas estamos prestando, de alguma forma, um serviço à sociedade. Então, é necessário que haja um estudo e uma apreciação delicada do Congresso Nacio-

nal como um todo, mas especialmente do Senado Federal, sobre a importância deste Conselho. Caso contrário, fica parecendo brincadeira. Tentamos responder aos anseios, às demandas apresentadas a nós, inclusive pelo próprio Senado Federal – que também nos traz questões –, mas, por uma razão ou outra, inclusive de infra-estrutura, que se relaciona à questão financeira, tais demandas não podem ser atendidas. Assim, para que seja do conhecimento até da sociedade, este Conselho precisa disso. E precisamos deixar claro que é de forma ampla, geral, e não “aquele que pode custear aquilo e aquele que não pode custear aquilo”. Nós imaginamos que todos os Conselheiros, em condição de igualdade, mereceriam, quando fosse o caso, ter a sua possibilidade de dar conta, a bom termo, do que é colocado sob a sua responsabilidade, atendendo e tornando eficiente o trabalho deste Conselho.

Era essa a referência que eu queria expor, até por ter ouvido, nas suas ponderações, o total apoio e o reconhecimento pela importância deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos. Passo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em primeiro lugar, muito embora o Ricardo Moretzsohn não esteja mais aqui presente, é importante lembrarmos que a preocupação do Senador, expressa a cada momento na Comissão de Educação e na Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, é de que a sociedade civil esteja sempre envolvida em qualquer decisão, principalmente no que diz respeito à comunicação de massa. Porque estamos falando de um País que, cada vez mais, precisa ter democratizados os meios de comunicação, para que chegue aos mais longínquos rincões a mensagem, o trabalho realizado em todas as entidades do Governo, sobretudo da sociedade civil como um todo. Então, para nós é fundamental a inclusão, a participação, sempre importantíssima, da sociedade civil. E penso que este Conselho é resultado exatamente disso, quer dizer, eu diria que o próprio Conselho é uma representação da sociedade civil. Na verdade, até pela sua composição, começo a entender por que não o criaram há mais tempo: é que, na verdade, haveria um debate democrático. E o debate democrático, para alguns políticos, às vezes dói. Para alguns, é difícil de ser aceito; para outros, difícil de ser suportado. Vejo que este Conselho tem a missão de inclusão social e de fazer o grande debate, até porque aqui estão representadas as empresas, os trabalhadores, as entidades e a sociedade civil como um

todo. Assim, entendo que o Conselho cumpre rigorosamente esse trabalho.

Frederico, com respeito principalmente ao art. 220 do § 5º, do oligopólio, eu diria que a Constituição tem sido muito precisa no que é oligopólio e monopólio em meios de comunicação. Acho que a discussão que se fez na Câmara dos Deputados, no ano passado e no anterior, sobre a participação do capital estrangeiro nas emissoras de televisão é resultado da preocupação que tem o Parlamentar, tanto o Deputado quanto o Senador, de não permitir que existam monopólios de comunicação.

Pode-se dizer até que existe monopólio de audiência, mas não necessariamente o monopólio da comunicação. Vejam só o que se discute hoje no Parlamento americano. A Câmara dos Deputados nos Estados Unidos está discutindo, este mês, como vai controlar para que as emissoras de televisão não tenham mais de quarenta por cento de audiência, uma única emissora, uma única rede.

Ora, que coisa absurda! Quer dizer então que a interferência é tão grosseira que diz assim: “não queremos que uma rede de televisão tenha mais de 35% da audiência”.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – É potencial, Senador. Audiência potencial é um conceito um pouco diferente do de audiência brasileira. É a quantidade do mercado que atinge. Não quer dizer que seja ouvida por 35%; ela atinge 35%.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se você me permite instalar, em mais de 40% de todas as comunidades americanas, um ponto de transmissão da sua rede, estou falando que vou chegar a 40%, no mínimo, do território americano.

Há uma interpretação, no fundo, que vem a ser a seguinte: o controle pode ser oferecido de uma forma inteligente ou de uma forma burra. Acho que hoje, no Brasil, temos leis que estabelecem claramente o que é monopólio. Ninguém pode ter mais do que X emissoras de televisão ou de rádio. Isto está estabelecido. Aliás, era até sete e depois passou para cinco.

As emissoras que retransmitem as redes, na realidade, são parte, são conteúdo de um monopólio? Não sei. Acho que a discussão pode ser trazida a efeito, mas teremos posições bem diferenciadas nesse sentido. Um setor da televisão não pode ser responsabilizado como um todo. A questão Gugu é uma situação em que não se pode responsabilizar necessariamente, digo isso com a maior sinceridade, o SBT por uma razão exclusiva: aquele é um programa está

contido dentro da programação e tem autonomia total; tem até uma direção de “jornalismo”. Na verdade, aquilo ali, parece-me, não sou íntimo do Silvio Santos, mas tenho certeza de que na hora em que ficou sabendo daquilo até ele ficou espantado.

As responsabilidades devem cair sobre as pessoas que produzem esses efeitos que são absurdos. Alguém tem que ser responsabilizado, mas não necessariamente a empresa e, sim, quem provocou, produziu e permitiu aquilo. Todos esses têm que ser responsabilizados, mas a empresa como um todo pode até ser levada a julgamento, até ser julgada – particularmente, como empresa, não vejo assim – mas o setor é que deveria ser responsabilizado.

Tenho uma observação final com respeito ao Geraldo quando se refere ao PPA. Existem várias soluções. Podemos fazer um apelo aos Senadores que participam da Comissão Mista de Orçamento. Eu mesmo sou titular, representando o PMDB naquela Comissão, sobre a questão da inclusão do Conselho ou de seus recursos para que sejam aprovados, mas talvez haja uma solução mais prática, mais fácil e mais objetiva...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já está em andamento, Senador. Caso precisarmos da ajuda de V. Exª, bateremos à sua porta. Mas já está em andamento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Caso haja qualquer situação que necessite precise ser remediada imediatamente, evidentemente que todas as Comissões têm direito de apresentar, agora no final deste mês, as emendas de Comissão. Como Evidentemente que a Comissão de Educação trata, a Comissão de Educação, de Comunicação, de Cultura e de Esporte, ela vai apresentar emendas nesse sentido. Inclusive u. Uma das emendas pode, evidentemente, ser em relação ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Senador Hélio Costa, o debate, muito interessante e instrutivo, foi todo pontilhado pela participação da sociedade civil. Há um tema com o qual um tema que temos nos batido: aqui no Conselho tem que ser um instrumento de participação da sociedade civil. É decisão nossa permitir que participe dos debates também a sociedade civil, embora considere a minha intenção de somente conceder a palavra à sociedade civil após a fala de todos os Conselheiros, pois não posso compreender que, na reunião do Conselho, a sociedade fale quando os Conselheiros ainda têm a pala-

vra. Portanto, após a manifestação do Conselho, é decisão firme nossa permitir qualquer participação da sociedade civil.

Assim, gostaria que V. Ex^a, com seu espírito democrático, não se recusasse a participar do debate também com a sociedade civil, que aqui se representa.

Estou muito à vontade, pois o Dr. Alexandre Annenberg, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA, foi o primeiro a pedir a palavra, antes de qualquer um, mas teve a paciência de entender que eu teria de ouvir os companheiros do Conselho. Como todos já se manifestaram, tenho a satisfação de lhe passar a palavra. E o Senador, certamente, não se furtará ao debate também com V. S^a.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG (Diretor-Executivo da ABTA) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de me ser concedida a palavra. Insisti em que ela me fosse concedida porque penso que me credenciaria para isso, primeiro, pelo fato de já pertencer à Comissão de TV a cabo do próprio Conselho e, segundo, porque tive a oportunidade de participar, justamente na semana passada, da audiência pública na Comissão de Educação, em que foi debatido o impacto da reforma tributária sobre as comunicações. Na oportunidade, discutimos, em profundidade, o impacto do ICMS sobre a televisão por assinatura, e a nossa solicitação e o nosso pleito, representando as emissoras de TV por assinatura, eram no sentido de que se corrigisse esse erro histórico, que é a incidência do ICMS, substituindo pela solução lógica e natural que o próprio Senador levantou no início da reunião, que é a incidência do ISS sobre as atividades de televisão por assinatura.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com troca da regra de domicílio em que o serviço é prestado. Começamos logo a falar nos dois pontos para não se disseminar o equívoco.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG (Diretor-Executivo da ABTA) – Permita-me, Sr. Presidente, esclarecer que em televisão por assinatura falamos em várias tecnologias. Existe a televisão a cabo, o MMDS, a televisão via satélite... e todas são tecnologias diferentes, mas que prestam o mesmo tipo de serviço, que é a entrega de televisão por assinatura no local de residência do espectador. No caso da televisão a cabo e do MMDS, é absolutamente evidente que a geração é local, todo o conteúdo é gerado, dis-

tribuído e recebido localmente. Não há a menor dúvida quanto à incidência do ISS. Dúvida poderia existir em termos do satélite, porque são gerados, como foi dito, em duas unidades distintas: uma em São Paulo, outra no Rio de Janeiro, porém são distribuídas para todo o País. Mas o serviço é prestado na recepção do sinal no município onde o espectador o recebe. Isso está absolutamente claro, não apenas no entendimento dos operadores de TV por assinatura, mas também no entendimento dos mais renomados juristas. Tive oportunidade de nessa reunião da Comissão de Educação mencionar – e agora me escapam à memória os nomes – juristas dos mais renomados que trabalharam inclusive na definição do impacto do ICMS nas telecomunicações etc.; mencionar a unanimidade desses juristas em reconhecer que, no caso da televisão por assinatura, não é devido o ICMS e, quando muito, sim, é devido o ISS por causa da prestação do serviço local. Eu poderia me alongar muito, Sr. Presidente, no sentido de explicar o porquê desse erro histórico, dessa distorção histórica que faz com que o ICMS seja aplicado hoje sobre TV por assinatura. Evidentemente não é o caso de estarmos nos alongando mais sobre esse assunto aqui, mas quero me colocar à sua disposição e à disposição de todo o Conselho para que, se for necessário, no momento oportuno, debatamos em maior profundidade o assunto. Mas estamos plenamente convencidos de que temos uma oportunidade única de agora, na reforma tributária, corrigir esse erro histórico. E seria realmente um novo erro não aproveitar essa oportunidade. Daí nossa insistência junto ao Senador – e a receptividade que tivemos junto ao Senador –, no sentido de aproveitarmos esse momento para inserir, já que se está falando de uma reforma constitucional – e é disso que se trata –, nesse instante, nessa reforma constitucional, a correção desse equívoco que tem acompanhado a TV por assinatura nesses dez anos de existência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É apenas para confirmar a discussão que fizemos na Comissão de Educação do Senado, com a presença do Alex Annenberg. Essa questão do ISS é perfeitamente justa, e quero acrescentar mais um argumento: normalmente, a televisão a cabo, em cada Município, recebe todo o conteúdo e tem que retransmitir todo o conteúdo. Então, na verdade, ela é uma geradora – a

cabo, menos o satélite. O satélite pode ser identificado pela assinatura, como se fosse um telefone. A TV a cabo, não. Ela recebe tudo, retransmite tudo. E, por estar retransmitindo tudo, passa a ser uma entidade local, e nesse caso ela seria obrigatoriamente incluída como devedora do ISS. É uma questão que realmente deve ser levada para o relator. Vejo que temos todas as condições de entender nesse sentido. Até porque já é tempo de se abrir um pequeno espaço para que os Municípios possam participar de alguma forma. Sou municipalista, antes de mais nada. Entendo que é o momento de se dar um pouco de crédito ao trabalho que se faz.

Quero, nessa oportunidade que V. S^a me dá, Sr. Presidente, dizer o quanto foi gratificante estar aqui e participar desta reunião do Conselho a convite do nosso Presidente José Paulo. Para mim, que sou um homem da comunicação e que estou Senador... Sempre me coloco nesses termos, nunca podemos esquecer que o cargo público é uma posição que a sociedade entrega ao cidadão, ou à cidadã, para que ele represente a sociedade; não pode nunca ser interpretado como um cargo. Vejo minha posição de Senador como um representante do meu Estado. E evidentemente, como representante do meu Estado, tenho a obrigação de defender os interesses de Minas Gerais e, conseqüentemente, estou defendendo um ente da Federação, assim defendo a Nação como um todo. Mas, para mim, foi uma oportunidade excepcional estar aqui e eu gostaria até que outros Senadores da área, notadamente os que se interessam pela comunicação, possam também participar dessa reunião. Se cada vez que o Conselho fizer uma reunião e puder trazer – não necessariamente durante toda a reunião, mas numa parte, ou na parte final – um Senador e até mesmo um Deputado, para que possam participar com vocês nesta Comissão, acredito que essa interação, tão importante e tão necessária, entre o Conselho e o Senado e entre o Conselho e a Câmara será alcançada.

E foi exatamente por esse motivo que aceitei o convite e, portanto, fico muito feliz. Vou reportar ao Presidente da Comissão, o Senador Osmar Dias, a importância que foi estar aqui discutindo com vocês essas questões todas.

Vejo que o assunto que mais chamou a atenção do Conselho, e é conseqüentemente o maior debate feito hoje sobre comunicação no País, diz respeito à TV digital. Tenho particularmente a minha posição com relação ao assunto. Acredito que o padrão que deve vir para o Brasil é aquele que vai oferecer a oportunidade de abertura de negócios para o País lá

fora, número um, sobretudo este argumento, e aquele que vai gerar emprego. Se gerar emprego e abrir o mercado do Brasil no exterior, esse tem o meu apoio institucional, porque são todos iguais, tudo é a mesma coisa, uma coisinha aqui ou outra ali de diferença, o japonês é um pouquinho diferente do europeu, este do americano.

Nosso suco de laranja, para ser vendido no Japão, paga 200% de imposto; na Europa, o absurdo que fazem com o álcool brasileiro, que não tem chance de ser introduzido naquele continente, muito embora a Suécia e a Suíça queiram comprar, todos querem comprar, mas chega lá a custo exageradamente alto por causa das imposições tarifárias.

Então, penso que esse mercado internacional tem que ser visto pelo Governo brasileiro como fundamental nas suas relações com outros países. Se a decisão da TV digital no Brasil é aquela que vai abrir mercado de trabalho, gerar emprego no País, este é o padrão digital que temos que assumir, e não simplesmente assumir um padrão digital que vai gerar emprego no Japão ou onde quer que seja. Temos que cuidar dos interesses da nossa Nação como um todo.

Agradeço muitíssimo, Presidente, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Acredito que foi uma reunião alta e memorável deste Conselho. Agradeço a disposição democrática do Senador Hélio Costa, vindo sem uma pauta previamente definida e aceitando o debate democrático e também esclarecendo o Conselho em tantas questões. Imagino que também o Senador terá sido enriquecido por examinar posições que talvez não sejam para S. Ex^a inteiramente conhecidas e, assim, damos seqüência a esse trabalho no nosso Conselho.

IV – COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Presidente, estava querendo sugerir que convidássemos para a próxima reunião um representante do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça.

Esse departamento vem trabalhando na classificação de filmes e programas. E a propósito do que tem acontecido ultimamente, acredito que o Conselho de Comunicação Social não pode ficar indiferente a

esse debate, em que pese já estar bastante avançado e a solução do caso Gugu já estar dada, quer dizer, em processo de solução, e não só por isso, mas que tivéssemos oportunidade de debater o assunto.

A propósito, adiantei o contato e quem tem que ser convidado é o Mozart Rodrigues da Silva, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Presidência aceita a sugestão do Conselheiro Chico Pereira, vendo-o sob dois ângulos: em primeiro lugar estenderemos o convite ao Ministério das Comunicações, para que, do debate com os dois Ministérios, possamos ter mais luz. Em segundo lugar – não obstante o entusiasmo –, cumpriremos as praxes regulamentares. Convidarei os representantes dos Ministérios. Não tenho o poder de sugerir ao Ministério quem o representará. O Conselheiro Wagner tem de me compreender, mas não posso sugerir ao Ministério quem deva ser indicado para representá-lo.

Farei as comunicações ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Comunicações, pedindo que indiquem as pessoas que consideram mais adequadas para os representar. Antes de conceder a palavra ao Conselheiro Paulito, passo a palavra à Conselheira Berenice para falar com a brevidade que lhe é peculiar, pois estamos no finzinho, com os aviões partindo de Brasília.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, falarei a respeito da comissão de TV a cabo e do grupo de trabalho que a subsidia. Todos receberam esse relatório e estão a par dos motivos por que ele não está definitivamente em nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Certamente, na próxima reunião estará.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu gostaria que fosse acatada a proposta que o Conselheiro Daniel Herz apresentou hoje e que todos temos em mãos.

Já que o relatório é conhecido por todos e que o que estava sendo feito seria apenas um aperfeiçoamento da redação, basicamente um desenvolvimento maior do diagnóstico traçado na introdução do documento, com pontos já haviam sido aprovados aqui – a

explicitação da proposta de vale TV e a inclusão da proposta do representante do BNDES –, proponho que consideremos efetivamente aprovado esse relatório, que estará em nossas mãos – conforme a proposta do Conselheiro – até o final da semana corrente. Proponho que, no caso de não haver qualquer contribuição ou proposta de alteração, em tempo hábil – em uma semana –, o Presidente já possa encaminhá-lo à Mesa do Senado. Esse assunto foi debatido por cinco meses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice Mendes Bezerra, recebo com a maior simpatia sua proposta. Evidentemente, não tenho como considerar aprovado um relatório que não está nem pronto; não há como fazer isso. Recebo o espírito da sua proposta e vou aceitá-la nas seguintes condições. Falei longamente com o Conselheiro Daniel Herz sobre isso hoje. Tão logo o Conselheiro tenha o relatório pronto, eu o transmitirei por via eletrônica a todos os Conselheiros e farei uma consulta telefônica a cada um. Se receber de maioria significativa dos Conselheiros a indicação de concordância com o relatório, tomarei a liberdade de considerá-lo aprovado, **ad referendum** do Conselho e farei as comunicações nesse sentido.

Por favor, não me peça para aprovar um relatório que não existe e que nem temos em mãos; não posso fazer isso.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, não concluí.

Seu encaminhamento é bom e deve ser feito desse modo, mas não concordo que esse relatório não exista. Esse relatório, no nosso entender, foi aprovado com uma única objeção. Na realidade, não se tratava de um voto contrário. O representante da Abert, o Conselheiro Paulito, solicitou que o ponto relativo à participação da TV aberta na solução dos problemas do segmento de TV a cabo ficasse em suspenso e tivesse esse destaque junto ao Senado. Esse ponto não seria uma resolução pacífica, porque deveríamos aprofundar o debate na segunda etapa.

De qualquer forma, acato sua proposta de encaminhamento e coloco minha derradeira questão para esta reunião. No início da reunião, quando falávamos sobre a comissão de digitalização, fiz uma proposta, para agilizar e fortalecer esta Comissão, de que o Conselho tomasse como exemplo esse outro trabalho e

constituísse um grupo de trabalho de apoio, com instituições como o Ministério das Comunicações e a Anatel, talvez com o representante do consórcio das universidades ou com o CPqD, para que pudéssemos retomar já esse trabalho, uma vez que há uma demanda e uma importância significativa sobre o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em relação à primeira questão, não tenho dúvida de que as idéias do relatório já são do conhecimento público e há consenso. Apenas me referi, como advogado que sou, à dificuldade que tenho de declarar formalmente aprovado um parecer que não tenho em mãos para exibir a quem me pedir. Eu não tenho como exibi-lo. Então...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – O senhor não tinha a ata de hoje também e nós a aprovamos.

Sr. Presidente, por favor, peço que considere superado esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A ata de hoje está à disposição dos senhores por via eletrônica, como já acertado. Menos de uma semana depois da reunião, a ata me chegou e fiz as correções factuais que considere necessárias. Ela está à disposição dos Srs. Conselheiros há vários dias.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – A ata não está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim, mas a senhora sugeriu que a ata não estava pronta e foi aprovada. A ata está aqui. Encareço à assessoria que entregue uma via à Conselheira Berenice.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Em relação à proposta do Conselheiro Chico Pereira de chamar a classificação indicativa de programação, sugiro – acabei de falar com ele – que convoquemos o Conselho de Comunicação Social, a Secretária Nacional de Justiça, Dr^a Cláudia Chagas, a quem esse departamento é subordinado. Penso que não teremos dificuldades em convidá-la e de ela aceitar o convite.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quero entender o convite ao Ministério das Comunicações.

Do ponto de vista regimental, para mim, é difícil convidar e dizer que quero que venha a pessoa que quero que venha.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Em relação à Secretaria Nacional de Justiça, penso que temos como fazer isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vou fazer o convite à própria Secretária.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto, para encerrar.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, não poderia deixar passar esta oportunidade sem me referir à matéria de capa de hoje do jornal **Folha de S. Paulo**, até porque represento três mil emissoras de rádio comerciais legalmente instaladas neste País. Manifesto o meu repúdio e a minha indignação ante essa matéria, no qual o jornal diz textualmente:

“FM local, que foi equipada com verba do governo petista do Piauí, não tem autorização das Comunicações para operar. É, portanto, pirata”.

Em que pese, Sr. Presidente, a grande amizade que lhe devoto e o carinho que temos, surpreende-me uma declaração como a sua aqui publicada...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não li os jornais, Conselheiro.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Jornal **Folha de S. Paulo** de hoje.

“Se não está atrapalhando outras frequências, se a cidade não tinha outra rádio, não há por que não permitir.”

Quero trazer à consideração de V. S^a e ao esclarecimento dos demais Conselheiros que a cidade de Guaribas, onde se encontra instalada essa emissora, tem tanto no plano de Radicom previsto o Canal 200, para instalação de uma emissora comunitária oficialmente instalada, como também possui, no plano de distribuição de Canais de FM, o Canal 203. Então, existem

duas possibilidades técnicas para instalação legal de uma emissora para operar nessa cidade.

Quero reafirmar a minha indignação, Sr. Presidente, com um fato desse porte, dessa natureza, porque ofende todos aqueles que, como nós, trabalham dentro da realidade e da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Palito e presto as seguintes informações. Recebi, na semana passada, um pedido de entrevista do Jornal **Folha de S. Paulo**. O fato se referia a circunstâncias em que o Governo teria optado por atender nos Municípios pelo Fome Zero, que são, precisamente, os mais pobres do País, que não estivessem atendidos por meios de comunicação, o Ministério das Comunicações daria preferência para habilitar rádios em relação a esses Municípios, como uma forma de melhor difundir as medidas do Fome Zero. O que eu achava? Respondi que, em primeiro lugar, considero esse problema relativo, por ser datado. Com a tevê digital, esse problema estará superado, porque haverá frequência disponível e essa angústia por frequências, dentro de três ou quatro anos, desaparecerá. Todas as vezes em que uma frequência nova interferir com outras frequências, isso não pode ocorrer. Na verdade, há frequências disponíveis que não incomodam ninguém. O uso dessas frequências de forma a não interferir com nenhuma comunicação, não há por que esse excesso de rigidez, porque, daqui a três ou quatro anos, esse problema desaparece. O contexto da entrevista foi esse. Como se diz na minha terra, “o caso eu conto como o caso foi, porque homem é homem, e boi é boi”. A conversa foi essa. A declaração está mantida e continuo pensando que está absolutamente certa. Foi um Município do Programa Fome Zero, que não tem frequência nenhuma, que não interfere com ninguém, que não faz mal a ninguém, o Governo precisa atender, pois são Municípios miseráveis, os do Programa Fome Zero são os mais pobres. A idéia de que o Ministério das Comunicações dê preferência à regularização da frequência nesse local me parece uma atitude socialmente adequada e não vejo nenhuma dificuldade nisso.

O contexto da entrevista foi esse e a declaração está mantida. Se V. Ex^a não gostou, lamento muito. V. Ex^a sabe o apreço que tenho não apenas por V. Ex^a pessoalmente, mas pela entidade que V. Ex^a representa.

É muito curioso. Disse: “Minha senhora, não procure ver escândalo, porque há notícias que não

são escândalos, não merecem notícia. Isso é uma notícia banal”. São Municípios miseráveis. Dificilmente eles têm escala para ter emissoras comerciais. Se eles não estão atendidos por nenhuma emissora de rádio, qual é o mal em se deferir...?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Há dois canais disponíveis para Guaribas, Sr. Presidente. Um comercial e um de...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Então, a minha declaração está certa. Segundo a minha declaração, pode haver rádio nova em Guaribas. Se não interfere, não há projeto, por que não dar?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Mas, Sr. Presidente, porque não fazê-lo dentro da lei, já que há disponibilidade para tal?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Eu não vejo razão para não fazê-lo.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Estou inteiramente de acordo com o Conselheiro Paulito, porque temos posições de absoluto cumprimento do que está na lei. Eu várias vezes disse que sou totalmente contrário a qualquer tipo de rádio que não esteja dentro da lei.

Esse não é o caso, mas a maneira como o senhor se posicionou. Ao menos no jornal, está dito que o senhor é Presidente do Conselho e poderia estar falando pelo Conselho (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos nos despedir do Senador Hélio Costa.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – V. Ex^a deseja se despedir, Senador Hélio Costa?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Tenho uma reunião às 18h e outra, às 19h, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Foi uma honra para o Conselho, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Foi uma honra muito grande para mim. Em Minas Gerais, dizemos que “em briga de jacu, inhambu não entra”.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quem é o

inhambu? É difícil para mim, em um órgão de comunicação séria, dizer que não dou entrevista ou que não dou opinião. Não tenho como fazer isso.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, quanto a sua opinião, como Presidente do Conselho, sou totalmente contrário. “Não tem rádio? Coloca qualquer uma”. Se não há rádio, consiga. Então, veja...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O contexto é o seguinte: o Governo tem um programa chamado Fome Zero. É o projeto que visa aquinhoar os municípios mais miseráveis do Brasil.

O Governo entende que é importante para o projeto que a população participe. Para que os programas sociais sejam difundidos, é importante que haja rádio, que é como as pessoas podem se comunicar.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O Presidente Lula, se soubesse que não há, teria o maior interesse em colocar uma rádio legal lá em vinte dias.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Ministério das Comunicações dará preferência no deferimento de concessões. Eu esclareci à jornalista que o Ministério não tem poder para emitir a concessão sozinho. Ele tem o poder de aprovar, mas tem de remeter ao Congresso Nacional. É o Congresso Nacional que defere as outorgas, não é o Ministério das Comunicações sozinho.

Eu disse que não vejo qualquer dificuldade e acho que a preocupação do Governo quanto a essa questão está certa. Foi uma entrevista fortemente impregnada do social. Não se discutiu mercado grande; estávamos discutindo sobre os municípios mais miseráveis do Brasil.

Continuo imaginando que, com relação a essa situação, a ideia de que o Ministério agilize os procedimentos e aprove a outorga para remeter ao Congresso Nacional está absolutamente certa. Não vejo por quê... V. Ex^a sabe que havia, no dia 31 de março, 3.982 outorgas em exame no Ministério das Comunicações. Com franqueza, Sr. Conselheiro, não vejo nenhum problema em que os Municípios mais miseráveis entrem na fila no início dessa relação, não fiquem esperando dois ou três anos pelo exame, para que o Ministério defira a outorga. Não vejo problema.

De antemão, tive o cuidado de dizer que era preciso observar se já havia emissão, se não atingiria outras frequências já deferidas, pois, do contrário, não seria possível. Esse é um problema com data. Podem por no ar que não há problema algum. Daqui a três ou quatro anos, com a TV digital, vai desaparecer esse problema. Haverá tal oferta que quem quiser montar uma rádio nova vai poder.

Os reparos do Sr. Conselheiro constarão da ata. Não há problema. Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – É pena que o assunto tenha sido mencionado ao apagar das luzes. Creio que deveríamos pautar, para a próxima reunião, a análise minuciosa dessa questão. Pelo jeito, está havendo certo enquadramento para quem fala. Tenho estado em debates, inclusive dentro da própria Casa, em que os Conselheiros têm representado suas respectivas entidades. Tenho economizado nas minhas intervenções, mesmo com relação a assuntos com os quais não concordo. Creio que o Conselho de Comunicação Social não tem, em nenhum momento, o enquadramento do que as suas **personas** dizem individualmente. Não adianta querermos enquadrar o Presidente. Há pouco, dei uma entrevista sobre esse material. Fiz uma suíte, pois a repórter perguntou-me. Minha posição é exatamente contrária à do Presidente. Nem por isso, vim cobrar. Creio que está resguardada a individualidade dos segmentos aqui representados. Não temos como enquadrar. É lamentável. Como fez o Conselheiro Paulito, pode-se fazer um refugio à declaração, porque não existe o enquadramento de nenhum de nós. Quando não recebo missão de representar o Conselho – mesmo sendo membro deste e sendo sempre procurado para tal –, deixo bastante explícito que quem está se expressando é o cidadão Chico Pereira, que, no máximo, é representante de um dos segmentos em um Conselho em que há opiniões diferentes.

Creio que o Conselheiro Paulito não está errado, nem o Presidente. Cada um tem uma opinião a respeito. Seria o caso de dissecarmos a questão – até para não prejudicarmos os vãos –, na próxima reunião. Tivemos a capacidade de analisar vários assuntos, e esse, certamente, merece uma atenção maior. Não podemos terminar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Francisco Pereira.

Gostaria de observar que cada Conselheiro é livre para sustentar suas posições, para expô-las. O debate democrático é assim. Estou em vantagem porque não li. Tenho vínculos estreitos com a **Folha de S. Paulo**. Tive colunas na **Folha de S. Paulo** por mais de dez anos. Ainda escrevo regularmente para a página três. Trata-se de um jornal sério.

De qualquer forma, entendo que as observações do Conselheiro Paulito se referem a preocupações com a categoria e tenho certeza que a admiração e o respeito que tenho por ele é devolvido na mesma intensidade.

Então, ele fica livre para dizer o que quiser e não me incomoda.

Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, é muito rápido. Trata-se de um apelo de aspecto humanitário.

Eu gostaria que o nosso Conselho apresentasse formalmente as condolências à família do Deputado José Carlos Martinez, empresário de radiodifusão e irmão do nosso colega de Conselho, Flávio Martinez, que é suplente do Conselheiro Roberto Wagner.

Apenas isso, que transmita à família as nossas condolências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, quero também mandar uma mensagem para o meu grande amigo Flávio Martinez, que também é Vice-Presidente da Abratel e sabe o quanto sofremos com a morte do queridíssimo irmão dele, Deputado José Carlos Martinez.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de solidarizar-me com os de-

mais companheiros no caso do Deputado José Carlos Martinez, até pelo que ele representou no setor da radiodifusão brasileira.

E queria apenas, Sr. Presidente, para que ficasse bastante claro, confessar que, num primeiro momento, tive até uma certa preocupação de não ser corporativista em função de estar na Presidência da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, mas fiquei muito à vontade quando recebi aqui na minha mesa, e todos os demais companheiros também a receberam, uma carta assinada pelo Jornalista Fred Ghedini, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, referindo-se a um problema específico de uma rede de televisão. Isto me deu liberdade suficiente também, sem qualquer espírito corporativista, de poder defender os meus pontos de vista, os meus interesses.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Fique tranquilo, Conselheiro Paulito, porque terá sempre a chance de expor, até quando estiver certo. Como diz Chesterton: “o mais terrível do erro é que ele tem heróis sinceros”.

Convido os senhores para a reunião do mês de novembro, que ocorrerá na primeira segunda-feira, dia 3.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 8ª REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2003, A SEREM PUBLICADOS, JUNTAMENTE COM A ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS, NO “DIÁRIO DO SENADO FEDERAL”:

- 1) *Lista de Presença* (1 folha);
- 2) *Carta do Conselheiro Carlos Chagas* (1 folha);
- 3) *Ofício do Assessor Jurídico da ABERT* (2 folhas);
- 4) *Ofício da Procuradora da República EUGÊNIA AUGUSTO GONZAGA FÁVERO*, de 2.09.03 (2 folhas);
- 5) *Carta da Editora Abril*, de 24.9.03 (1 folha);
- 6) *Decreto presidencial de 23/09/2003* (1 folha);
- 7) *Mensagem do Conselheiro Daniel Herz* (1 folha);
- 8) *Artigo do jornal Folha de S. Paulo* de 6.10.03 (1 folha);
- 9) *Carta do Conselheiro Fred Ghedini*, de 3.10.03 (1 folha).

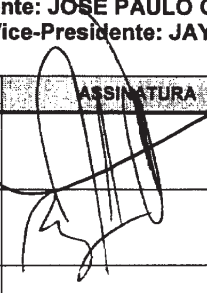
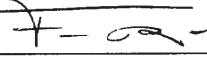
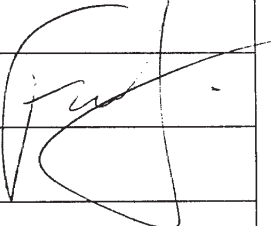
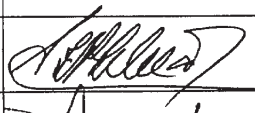

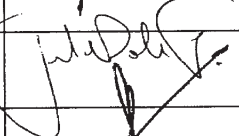

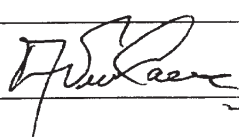
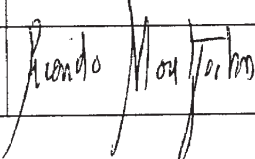
CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8ª REUNIÃO DE 2003

EM 6 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 14H,
 NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO ¹
 Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante das empresas de televisão		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
III -	PAULO CABRAL DE ARAÚJO Representante de empresas de imprensa escrita		(VAGO) ²	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social		MIGUEL CIPOLLA JR.	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		FREDERICO BARBOSA GHEDINI	
VI -	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA Representante da categoria profissional dos radialistas		ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO Representante da sociedade civil		MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	
IX -	ALBERTO DINES Representante da sociedade civil		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
IX -	JAYME SIROTSKY Representante da sociedade civil		JORGE DA CUNHA LIMA	
IX -	CARLOS CHAGAS Representante da sociedade civil		REGINA DALVA FESTA	
IX -	RICARDO MORETZSOHN Representante da sociedade civil		ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE	

¹ Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002, às 18h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

Brasília, 6 de outubro de 2003

Para: Presidente José Paulo Cavalcanti Filho
De: Conselheiro Carlos Chagas

Caro presidente:

A vida é cheia de surpresas. Uma delas acaba de atropelar-me. Sabe o caro amigo que sou comentarista político da rede de televisão CNT. O súbito desaparecimento do fundador da empresa, deputado José Carlos Martinez, em desastre aéreo, no final da semana, leva-me a viajar a Curitiba ainda hoje.

Solicito, assim, dispensa da reunião do Conselho de Comunicação Social marcada para esta tarde.

Atenciosamente, **Carlos Chagas**, Conselheiro.

Carta ABERT – Departamento Jurídico nº 182/2003

Brasília – DF, 28 de agosto de 2003

Conselho de Comunicação Social

Att. Dr. José Paulo Cavalcanti Filho, Presidente

Praça dos Três Poderes, Brasília/DF

Prezado Dr. José Paulo Cavalcanti Filho,

Ao cumprimentá-lo, encaminho fita cassete contendo gravação da programação da Rádio Caxambu FM (Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão), situada à Rua Elias Ferreira, nº 148, e autorizada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, conforme processo nº 53710.000816/98, com licença expedida em 18-12-2001 e com uso de radiofrequência autorizada pelo Ato nº 22.683, de 5-2-2002.

Infelizmente, a gravação evidencia o total desconhecimento ou o patente desrespeito a legislação de regência e ao escopo da radiodifusão comunitária pelos responsáveis da referida emissora, vez que atingidos diversos dispositivos legais, em especial os incisos IX, XIV, XV e XVI, todos do artigo 40 do Decreto nº 2.615, de 3-6-1998.

Portanto, ressaltando que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT não pactua com o desrespeito à lei, é a presente para destacar que atitudes como essa estão a deturpar a finalidade do serviço de radiodifusão comunitária e a inviabilizar as emissoras comerciais que operam na legalidade.

Sem mais para o momento, restando à inteira disposição para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevo-me.

Atenciosamente, – **Rodolfo Machado Moura**,
Assessor Jurídico.

Visite o nosso site – www.abert.org.br

SCN Qd. 4 BL. “B” 5º and conj. 501

Centro Empresarial Varig

CEP: 70710-500 Brasília – DF

Of.º 15.972/2003/MPF/PR/SP/SOTC

Ref.: Representação nº 1.34.001.001714/2003-42
(Favor mencionar o número em referência na resposta ou em outras correspondências).

São Paulo, 2 de setembro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr.º José Paulo Cavalcanti Filho

Presidente do Conselho de Comunicação Social

Senhor Presidente,

A representação em epígrafe versa sobre o acompanhamento das condutas adotadas pela Inclusão Social e Prática de Discriminação Racial pelas emissoras de rádio e TV, bem como qualquer meio de comunicação em massa sediado em São Paulo.

Assim, no seu decorrer, foram enviados ofícios a diversas entidades, requisitando informações acerca de intolerância religiosa com relação à religião afro – brasileira.

Responderam aos ofícios as associações abaixo indicadas, informando o seguinte:

I. Instituto do Negro Padre Batista: afirma que o programa que mais agride a comunidade negra é o ‘Fala que eu te escuto’, transmitido pela Rede Record, aproximadamente às 0h30.

2. Fala Preta Organização de Mulheres Negras: declara que os programas “Ponto de Luz”, “Sessão Descarrego Retrato da Fé” e “SOS Espiritual”, exibido pela Rede Mulher, e o “Fala Que Eu Te Escuto”, exibido pela Rede Record, ambas as emissoras pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus, transmitem programas evangélicos variados e ofensivos à religião afro-brasileira.

Dessa forma, para que se atinja a finalidade deste feito, esta Procuradora solicita análise e conclusão a respeito das informações relatadas pelas entidades acima descritas, bem como indaga sobre medidas eventualmente adotadas, ou que pretendem adotar em relação aos meios de comunicação em massa sobre prática de Discriminação Racial e Valorização da Diversidade Racial.

Outrossim, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Eugênia Augusta Gonzaga Fávero**, Procuradora da República – Procuradora Regional dos Direitos dos Cidadãos.

Brasília, 24 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

É com satisfação que enviamos a nona edição da PLUG 2003 – a revista **Laboratório do Curso Abril de Jornalismo**.

Ela foi produzida pelos 62 jovens repórteres, fotógrafos e designers que fizeram o curso deste ano. Cerca de 130 jornalistas da Abril também participaram, selecionando e orientando os novos talentos. Com tanta gente envolvida, ensinando e aprendendo, o nosso Curso Abril é um mecanismo cada vez mais eficaz de seleção e desenvolvimento de talentos. A PLUG 2003 está aí para comprovar.

O trabalho dos alunos também está disponível na internet (www.curso.abril.com.br).

Atenciosamente, – **Angela Rehem**.

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

Institui Grupo Trabalho Interministerial com a finalidade de avaliar propostas, propor diretrizes e medidas para implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital, e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea a, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de avaliar propostas, propor diretrizes e medidas para a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos titulares dos seguintes órgãos:

I – Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II – Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República;

III – Ministério das Comunicações;

IV – Ministério da Cultura;

V – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VI – Ministério da Educação;

VII – Ministério da Fazenda; e

VIII – Ministério das Relações Exteriores.

§ 1º Os titulares poderão ser representados em seus impedimentos pelos respectivos substitutos legais.

§ 2º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, para participar das reuniões por ele organizadas.

Art. 3º O Grupo de Trabalho submeterá ao Presidente da República, no prazo de até trinta dias, a contar da data de publicação deste Decreto, relatório contendo proposta de diretrizes para subsidiar o processo decisório relativo à implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de setembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – Miro Teixeira**.

Caro Presidente José Paulo e

Caros Colegas do Grupo de Trabalho da TV Cabo:

É com enorme constrangimento que informo não ter sido possível concluir a versão final do Relatório do GT e do Parecer sobre a TV a cabo.

Devido a efeitos colaterais do tratamento a que me submeto, desde nossa última reunião não tive um dia sequer com condições de trabalho. Entre 14 e 20/9, estive nos EUA e o principal ajuste neste tratamento, que está atingindo seus objetivos, foi justamente substituir o medicamento que está provocando os efeitos colaterais indesejáveis.

Só fui readquirir condições de trabalho entre a última 5ª e 6ª feira, mas não foi possível concluir o trabalho.

O trabalho a ser feito para a conclusão do Relatório é o seguinte: preservando o conteúdo que, em linhas gerais, foi aprovado, efetuar uma minuciosa revisão de texto (metade já concluída) e desenvolver três pontos (síntese do diagnóstico, na introdução; melhor explicitação da hipótese do Vale TV; síntese do posicionamento do representante do BNDES). Estimo em 3 a 4 turnos de trabalho necessários para concluir o Relatório e a minuta do Parecer.

O que temos pela frente é o seguinte: O GT conclui o seu Relatório. O Pleno do Conselho recebe o Relatório, mas não entra no mérito do mesmo, apenas o considera uma hipótese adequada para o debate e uma resposta válida para apresentação ao Senado Federal, como subsídio para o debate do PLS nº 175, demonstrando que há diversas alternativas adequadas ao interesse público a serem consideradas no debate para enfrentar os problemas do segmento de TV a cabo.

Para produzirmos uma solução, sem termos que esperar até a próxima reunião, sugiro o seguinte encaminhamento: como o assunto já é de conhecimento de todos e, em torno deste há uma razoável base de consenso, os conselheiros receberão, até o final da semana, o Relatório e a minuta do Parecer e, se não tiverem objeções de conteúdo, o mesmo será dado como aprovado. Qualquer objeção de conteúdo que surgir ou será acolhida, com a aquiescência de todos, ou levará o assunto para debate na próxima reunião.

Lamento muito por ser responsável por este atraso e peço desculpas a todos, por esta situação, que reputo como involuntária, em um tema sobre o qual me considero pessoalmente comprometido com a busca de soluções, e coloco-me à disposição para encontrar respostas para esta e outras necessidades do Conselho.

Abraços, — **Daniel Herz.**

A 4 segunda-feira, 6 de outubro de 2003

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

VOZ DO GROTÃO *Cidades com o programa serão contempladas com estações comunitárias*

Governo usa Fome Zero como critério para distribuir rádios

LAURA MATTOS
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo Lula vai contemplar municípios do Fome Zero — sua principal vitrine social — na primeira distribuição de rádios comunitárias da nova gestão.

O pacote atenderá a 600 cidades, e a convocação às entidades interessadas (tecnicamente chamada de aviso de habilitação) estará pronta em 40 dias, segundo o Ministério das Comunicações.

O privilégio às localidades do Fome Zero desagradou a militantes tradicionais do movimento de defesa das rádios comunitárias. A avaliação é de que a distribuição não pode estar vinculada a um programa do governo ou a interesses político-partidários.

A primeira experiência de unir uma estação de rádio ao Fome Zero foi desenvolvida em Guaribas, cidade-piloto do programa.

A FM local, que foi equipada com verba do governo petista do Piauí, não tem autorização das Comunicações para operar. É, portanto, pirata. Programadores da rádio, paralelamente, atuam como agentes do Fome Zero e fazem campanha de filiação ao PT.

Eugênio Fraga, secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do ministério, disse à **Folha** que a intenção do governo é universalizar a comunicação e contemplar regiões distantes, sem acesso à informação.

Os critérios preferenciais, pela ordem, são: regiões que nunca fo-

ram contempladas com o aviso de habilitação e as do Fome Zero. As duas coisas se confundem, já que muitas das cidades atendidas pelo Fome Zero estariam também entre as nunca contempladas pela habilitação.

“Estamos em contato com a Funai para saber se há interesse de instalar rádios entre os índios. E vamos conceder emissora a quilombos”, afirmou Fraga.

José Sóter, membro da Abraço (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) e secretário-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, diz que esse critério é “completamente equivocado”. “A democratização não pode estar vinculada a um programa de governo ou de partido, mas a princípios de universalização do acesso aos serviços de radiodifusão”, diz.

Para Sóter, “até poderia haver coincidência de que os municípios do Fome Zero fossem os primeiros contemplados”, já que são regiões necessitadas. “Mas esse não pode ser o propósito”, diz.

José Carlos Rocha, professor de ética na comunicação e presidente do Fórum Democracia na Comunicação, também critica a regra. Sua avaliação é a de que pode haver ilegalidade. “A lei da radiodifusão comunitária proíbe privilégios unilaterais”, diz.

Rocha fez parte de um grupo de trabalho criado pelo Ministério das Comunicações no primeiro semestre para analisar procedimentos de habilitação para rádios

comunitárias abertos em gestões anteriores. Dos mais de 4.000 pedidos presos na burocracia, a força-tarefa liberou apenas 73 estações e priorizou a elaboração de um manual de procedimentos técnicos para a distribuição.

De acordo com Rocha, o grupo instituiu um critério cronológico, para priorizar os pedidos mais antigos. “O governo deveria atender a todos os municípios com a mesma urgência. Há entidades que fizeram o pedido há cinco anos e ainda aguardam autorização do ministério”, diz.

O secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica explicou que o pacote das 600 estações atenderá a novos pedidos e a liberação deverá ocorrer num prazo de 90 dias após a entrega dos documentos dos interessados.

Simpatia

A preferência às cidades do Fome Zero na distribuição de rádios é defendida pelo advogado José Paulo Cavalcanti, presidente do Conselho de Comunicação Social (órgão consultivo do Congresso). “Na lei não há limitações objetivos dos critérios de distribuição. Vejo com simpatia a idéia de beneficiar as cidades do Fome Zero”. Ele também não condena o uso de uma estação ilegal em Guaribas. “Se não está atrapalhando outras frequências, se a cidade não tinha outra rádio, não há porque não permitir.”

Colaborou **RAFAEL CARIELLO**, da Reportagem Local

Ministério diz que uso político será punido

DA REPORTAGEM LOCAL

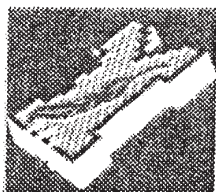
Eugênio Fraga, secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, afirmou que o uso das rádios destinadas às cidades do Fome Zero não poderá ser partidário.

Segundo ele, não se pode fazer um “pré-julgamento” de que as emissoras serão utilizadas politicamente pelo PT. “Se houver uso político nas regiões do Fome Zero ou em qualquer localidade, o ministério tem competência para fazer investigação e punir a rádio”, afirmou.

Fraga disse que há no governo “inúmeros processos tratando desse assunto, com denúncias de rádios que não cumprem seu papel”.

Ele diz que as estações instaladas nas regiões do Fome Zero podem colaborar com a divulgação do programa. “Isso é cumprir uma função social, assim como comunicar que vai haver vacinação contra poliomielite.”

Ele afirmou que as rádios devem dar espaços iguais a todos os partidos. (LM)



Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no
Estado de São Paulo

Sede São Paulo
Rua Rego Freitas, 530 - sobreloja
CEP 01220-010 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3217-6299
Fax: (11) 3256-7191

Regional Bauru
Rua Primeiro de Agosto, 4-47,
sala 604 E
CEP 17010-011, Bauru-SP
Telefax: (14) 222-4194

Regional Campinas
Rua Dr. Quirino, 1 319 - 9º andar
CEP 13015-082, Campinas-SP
Telefax: (19) 3231-1638

Regional Ribeirão Preto
Rua Dr. Américo Brasiliense, 405
sala 404
CEP 14015-050 Ribeirão Preto-SP
Telefax: (16) 610-3740

Regional Santos
Rua Martin Afonso, 101 - 6º andar
CEP 11010-061, Santos-SP
Tel.: (13) 3219-2546
Fax: (13) 3219-4359

São Paulo, 03 de outubro de 2003

Ilmo. Sr.
Heguiberto Della Bella Navarro
DD. Delegado Regional do Trabalho em São Paulo
Ministério do Trabalho e Emprego

Congresso Nacional
Conselho de Comunicação Social
Expediente distribuído na 8ª Reunião,
6/10/03 pelo Cons.
Heitor Frederico Ghedini

Prezado Senhor:

1 - Pela presente vimos expor a V. Sª os fatos que seguem ocorridos nas dependências da TV Ômega Ltda/Rede TV! (sucessora da TV Manchete de Televisão):

- No dia 30/09/03, entre 9:15 e 13:30 horas, foi realizada inspeção com uma equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (sub-delegacia de Osasco/SP), chefiada pelo auditor fiscal Adelino Costa, conforme ordem dessa DRT-SP;
- No momento em que os auditores fiscais, engenheiros e médicos de Segurança do Trabalho, dois dirigentes sindicais (um dos radialistas e outro dos jornalistas) e a advogada do Sindicato dos Jornalistas/SP., dialogavam com duas advogadas - Dra. Beatriz e Dra. Fabiane - da emissora, nos preparativos para o inspeção, houve uma surpresa estapafúrdia;
- As representantes da emissora de televisão não concordaram com a participação na inspeção do diretor da executiva do Sindicato dos Jornalistas/SP., Eurenides Pereira, o Eurení e a advogada da mesma entidade, Dra. Sandra Benevenuto. Houve um ligeiro bate-boca entre as partes e o auditor fiscal Adelino Costa esclareceu que pelas normas vigentes representantes sindicais podem acompanhar a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, no interior das empresas;
- Apesar disso, as advogadas da TV Ômega Ltda. não aceitaram a presença dos representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e foram praticamente expulsos das dependências da emissora, localizada em Barueri, na região Metropolitana de São Paulo.

2 - Diante do exposto acima vimos solicitar de V.Sª providências sobre o ocorrido uma vez que nova fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego está marcada para o dia 07 deste mês de outubro de 2003.

3 - Aproveitamos a oportunidade para agradecer a atenção e enviar-lhes as nossas,

Saudações Sindicais

Fred Ghedini
Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h52min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO**

CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL”.

Ata da 8ª Reunião, realizada em 13-8-03.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, às onze horas e quinze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, Senador Luiz Otávio, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputado João Magno, Deputado Luiz Couto e a Deputada Thelma de Oliveira, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº **02/2003-CN com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente Reunião Administrativa realizar-se-á em caráter reservado. Dentre os diversos assuntos tratados, a Mesa de Trabalhos apresenta Proposta de “Estratégia de Descentralização dos Trabalhos da Comissão”, em que se formará Grupos de Trabalhos, os quais se constituirão em Comitês Regionais compostos por membros da CPMI e, após discussão e votação a Proposta foi aprovado por unanimidade dos presentes. A Mesa registra votos de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade e também, presta solidariedade a Deputada Sandra Rosado pelo trágico acidente automobilístico ocorrido com seus familiares, colocando-se à disposição no que se fizer necessário, tendo para tanto o apoio de todos os presentes. A Deputada

Laura Carneiro de posse da palavra, pela ordem, requer a esta Comissão a efetivação de Moção de Aplauso para a família da Deputada Francisca Trindade, enaltecendo as suas atividades Parlamentares, principalmente no tocante à condição da mulher brasileira, como também solidariza-se com a Deputada Sandra Rosado e, em seu nome e de seus pares, também coloca-se à disposição da Senhora Deputada no que se fizer necessário. O Deputado Luiz Couto de posse da palavra, pela ordem, comunica aos presentes que estará participando de uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. A seguir, a Presidência faz um breve relato a respeito dos trabalhos já desenvolvidos pela Comissão e apresenta sugestão quanto a um planejamento de trabalhos futuros, passando a ler a Estratégia de Atuação da Comissão nas Regiões Brasileiras. Fizeram uso da palavra a Senadora Fátima Cleide, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Laura Carneiro, a Deputada Thelma de Oliveira, a Deputada Terezinha Fernandes, o Deputado João Magno e a Deputada Celcita Pinheiro. A Presidência concede a palavra a Senhora Relatora, Deputada Maria do Rosário que passa a leitura do Plano de Comunicação, colocando em discussão. Usaram da palavra para discutir o Plano de Comunicação os Parlamentares: Deputada Suely Campos, Senadora Fátima Cleide, Deputada Thelma de Oliveira, Deputado Eduardo Barbosa, Deputado Luiz Couto e a Deputada Terezinha Fernandes. Em seguida, a Senhora Presidente registra, conforme solicitação dos membros, a composição do Conselho de Comunicação pelos seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Cleide, Deputada Thelma de Oliveira e a Senadora Serys Slhessarenko. O Deputado Eduardo Barbosa solicita para incluir o seu nome na composição do Comitê da Região Sudeste. Após, a Senhora Presidente passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos para que a mesma possa proceder a leitura: **1)** Requerimento nº 049/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer, a participação desta Comissão no Julgamento em que esta se fará presente, na cidade de Belém, no dia 27 de agosto, sejam feitas diligências naquela cidade a fim de colher dados e subsídios para os trabalhos; **2)** Requerimento nº **050/2003**, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja encaminhado convite a Sra. Nelma Pereira da Silva, Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini, para prestar depoimento sobre os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes; **3)** Requerimento nº **051/2003**, de autoria do Deputado Zezeu Ribeiro e da

Deputada Maria do Rosário, que requerem seja realizada uma Audiência Pública na cidade de Salvador/BA; **4)** Requerimento nº 052/2003, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que requer seja convidado o Sr. José da Fonseca Lopes, Presidente da FETRABENS; **5)** Requerimento nº 053/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e da Deputada Maria do Rosário, que requerem seja convidados o Delegado Maurício Sponton e o mototaxista citado em matéria da EPV em Porto Ferreira/SP, para relatarem e exporem as medidas tomadas com relação ao caso que chocou os moradores daquela cidade, onde as autoridades estão investigando o aliciamento de meninas para festas com sexo e droga; **6)** Requerimento nº 054/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer, nos termos regimentais, a criação de Comitês Regionais para apurar fatos determinados, de acordo com o Plano de Trabalho específico, e a designação de Coordenadores para as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul; **7)** Requerimento nº 055/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer diligência em vinte e um de agosto do presente ano, na cidade de Blumenau/SC, com o intuito de se apurar denúncias de exploração sexual veiculada no Jornal de Santa Catarina envolvendo adolescentes do Abrigo Nossa Casa, situado naquela cidade; **8)** Requerimento nº 056/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja expedido Ofício ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Blumenau, Dr. Álvaro Lins Pereira de Andrade, solicitando autorização para que sejam tomados os depoimentos das adolescentes do Abrigo Nossa Casa envolvidas na denúncia de exploração sexual veiculada no Jornal de Santa Catarina, durante o corrente mês; **9)** Requerimento nº 057/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer Audiência Pública na cidade de Blumenau/SC, em 21 de agosto do presente ano, com a participação da Dra. Jane Piccoli – Delegada da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, e representantes da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, do Ministério Público Estadual, da Coordenação do Abrigo Nossa Casa, da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Blumenau e do Conselho Tutelar local; **10)** Requerimento nº 058/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer a realização, junto com outros Parlamentares desta Comissão, de diligência em 22 de agosto do presente ano, na cidade de Uruguai/RS. Serão ouvidos os Promotores Públicos Dr. Éderson Maia Vieira, Dr. Alexandre Saltz e a Dra. Daniele Bolzan, o Capitão da Brigada Militar

Sr. Castro e o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal do Fórum de Uruguai, Dr. Ramiro Cardoso. Na oportunidade serão ouvidas as adolescentes envolvidas em casos de exploração sexual JB, GRF, LC e ECS, todas acompanhadas por seus responsáveis; **11)** Requerimento nº 059/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer reunião juntamente com Parlamentares integrantes do Comitê para a Região Sul desta CPMI, na cidade de Uruguai/RS, em 22 de agosto do presente ano, com a participação do Excelentíssimo Dr. Juiz da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Uruguai, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Uruguai, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Vereadores de Alegrete, Delegado da Polícia Civil local, Senhor Secretário Municipal de Assistência Social de Uruguai, Senhor Promotor Público Estadual, Senhor Comandante da Brigada Militar, e Senhores Prefeitos e Presidentes dos Conselhos Tutelares das respectivas cidades de Uruguai, Maçambará, Manoel Viana, Barra do Quaraí, Santana do Livramento, Alegrete, São Borja, Quaraí, Itaqui, situadas no Estado do Rio Grande do Sul; **12)** Requerimento nº 060/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer diligências em data a ser agendada, na cidade de Florianópolis no Estado de Santa Catarina, na oportunidade serão ouvidos o Senhor Durval da Silva Amorim, Promotor de Justiça e Coordenador-Geral do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infante-Juvenil, Senhora Carmem Lúcia Luiz, Coordenadora da Rede de Atenção Integral às Vítimas da Violência Sexual, Senhora Miriam Pillar Grossi, Coordenadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, o Senhor Elvio Bornhausen, Coordenador do Movimento Livre, Senhora Odete de Jesus, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Senhor Daniel Regis, Secretário da Criança e do Adolescente de Blumenau, Senhor Paulo Vanderlino Kons, Presidente da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares, e **13)** Requerimento nº 061/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer convocação da Jornalista Marilene Rodrigues do Jornal de Santa Catarina, para prestar depoimento em caráter sigiloso a esta CPMI, durante a realização de Diligência no dia 21 do presente mês, na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos seus membros, e, não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária

ria da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

**COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO**

**CRIADA ATRAVÉS DO REQUERI-
MENTO Nº 2, DE 2003-CN “COM A FINA-
LIDADE DE INVESTIGAR AS SITUAÇÕES
DE VIOLÊNCIA E REDES DE EXPLORA-
ÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLES-
CENTES NO BRASIL”.**

Ata da 9ª Reunião, realizada em 20-8-03.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, às doze horas e trinta minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Luiz Otávio, Senador Flávio Arns, Deputada Celcita Pimheiro, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Laura Carneiro, Deputada Ann Pontes, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputado Maurício Rabelo, Deputada Almerinda de Carvalho, Deputado João Magno e Deputado Luiz Couto, membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2003-CN “com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. Presente também, a Deputada Perpétua Almeida do PcdB/SE. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente informa que a presente Reunião destina-se a ouvir os Promotores do Ministério Público do Estado da Paraíba os Drs. João Manoel de Carvalho, Marinho Mendes Machado e Herbert Douglas Targino, e, por motivo de inversão de Pauta, fica para após a exposição dos Convidados a reunião em caráter reservado para a discussão e votação de Requerimentos. A Senhora Presidente passa a leitura do expediente enviado pelo Dr. Herbert Douglas Targino, Promotor de Justiça e Curador da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Paraíba, justificando a sua ausência na presente reunião. A Presidência concede a palavra a Deputada Sandra Rosado que agradece as manifestações de apoio dos membros da Comissão em solidariedade aos seus familiares, vítimas de acidente automobilístico, ocorrido na semana passada. Após, a Presidência concede a pala-

vra ao Dr. João Manoel para as suas considerações iniciais e em seguida, concede a palavra ao Dr. Marinho Mendes Machado. Após os breves relatos, os expositores colocam-se à disposição dos Senhores Parlamentares. A Senhora Presidente concede a palavra a Relatora, para proceder aos seus questionamentos aos convidados. Fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Parlamentares, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Terezinha Fernandes, Deputada Sandra Rosado, Deputada Almerinda Carvalho, Deputada Ann Pontes, Deputada Perpétua Almeida e Deputado Luiz Couto. Foram levantadas questões de ordem pelo Deputado Eduardo Barbosa requerendo que a CPMI acompanhe os possíveis inquéritos existentes em outros Estados da Federação e, também sugere que os requerimentos sejam votados imediatamente. A seguir, a Senhora Presidente passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos para que a mesma possa proceder a leitura: **1)** Requerimento nº 062/2003, de autoria da Senadora Patrícia Gomes, que requer sejam convidadas a delegada Marly Kaiper e a Promotora Vera Bogalho, ambas de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul para prestarem depoimento a esta CPMI; **2)** Requerimento nº 063/2003, de autoria da Senadora Patrícia Gomes, requerendo que o Ministério Público de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, forneça documentos a esta CPMI referentes a casos de exploração sexual de crianças e adolescente, na oportunidade de diligências por esta conduzida naquela cidade; **3)** Requerimento nº 064/2003, de autoria da Senadora Patrícia Gomes, que requer seja realizada diligências a serem feitas por membros dessa CPMI e de seu corpo técnico, na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, no dia 28 de agosto, para a oitiva e coleta de documentos de membros do Ministério Público local, da Presidente do Conselho Tutelar Neuza de Jesus Silva, de membros da Câmara Municipal de Porto Ferreira, do Delegado Maurício Sponton e de pessoas citadas nos inquéritos policiais sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes naquela cidade; **4)** Requerimento nº 065/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer seja agendado para o próximo dia 28 de agosto a realização de uma visita da Sub-Comissão do Nordeste à cidade de São Luís com o propósito de preparar a audiência pública da CPMI, marcada para o dia 04 de setembro naquela cidade; **5)** Requerimento nº 066/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja formalizado um protocolo de intenções entre esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com o intuito imediato de se implementar uma parceria com o disque de-

núncia de exploração sexual de crianças e adolescentes daquele órgão governamental; **6)** Requerimento nº 067/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer seja solicitado a Polícia Federal, o acompanhamento detalhado e sistemático do desembarque de estrangeiros no Porto e Aeroporto de Natal/RN, com vista a coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes em terras Potiguaras; **7)** Requerimento nº 068/2003, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que requer seja solicitado ao Governo Federal, a intensificação da divulgação da Campanha de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil; **8)** Requerimento nº 069/2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que requer seja encaminhada a esta CPMI de cópias dos Inquéritos Policiais nºs 825/02, 781/03 e 797/03 que se encontram sob investigação em delegacias subordinadas a Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; **9)** Requerimento nº 070/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer a realização de Audiência Pública em Teresina-Piauí; para apurar denúncia de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes naquele Estado; **10)** Requerimento nº 071/2003, de autoria das Deputadas Alice Portugal e Perpétua Almeida, solicitando que esta Comissão se desloque ao Estado do Acre, para averiguar denúncias de exploração sexual sofrida por crianças e adolescentes; **11)** Requerimento nº 072/2003, de autoria da Deputada Ann Pontes, que requer sejam ouvidas durante as diligências que serão realizadas no dia 27 de agosto as seguintes pessoas e órgãos: a) Cedeca Emaús – Sr. Marcel Hazeu, b) Conselho Tutelar II – Sr. Sérgio Rodrigues Borges, c) Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, d) Jornal O Liberal – Sr. Mauro Neto, Chefe de Redação, e) Gempac – Grupo de Mulheres Prostitutas – Sra. Lourdes Barreto, f) Dra. Liane Fiúza Barros de Mello – Promotora Pública, g) Tribunal de Justiça do Pará – Vara Criminal sobre o Processo do Caso de Itaituba, h) Jornal Diário do Pará – Jornalista José Antônio; **12)** Requerimento nº 073/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, que requer sejam ouvidas durante as diligências que serão realizadas de 27 a 31 de agosto, nas cidades de São Luiz e Imperatriz/MA, as seguintes pessoas e órgãos: a) Maria Ribeiro da Conceição, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA, b) Marta Maria Andrade, Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, c) Nelma Pereira da Silva, Coordenadora do Centro de Defesa Padre Passerini, d) Promotor Marcos Tadeu, Ministério Público Estadual do Maranhão, e) Ana Lúcia Nunes, Representante do Fórum de Entidades Não Governamentais dos Direitos da

Criança e do Adolescente, f) Dra. Helena Nunes Ferreira, Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual do Estado do Maranhão, e **13)** Requerimento nº 074/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer seja convocado o Sr. Walter de Oliveira Mafra, para ser interrogado pelo Plenário desta CPMI, no dia três de setembro de 2003, em Brasília-DF, no Senado Federal, a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo; **14)** Requerimento nº 075/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer que esta CPMI oficie ao Ministro de Estado de Justiça, Excelentíssimo Sr. Márcio Thomas Bastos, e ao Secretário Especial de Direitos Humanos, Excelentíssimo Sr. Nilmário Miranda, pela inclusão no Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, das seguintes pessoas: Ângela Maria Cardoso de Lemos, Maura Jordana Cardoso de Lemos, Jordaniele Cardoso de Lemos, Taísa de Oliveira, Talita Vieira de Oliveira, João Batista de Oliveira, Jaqueline Vieira de Oliveira, Marcio Mauri de Oliveira, Carmelita Aparecida Francisco de Oliveira, Luis Carlos Barbon e sua companheira, Kátia Rosa Camargo, bem como, de seus filhos: Carla Juliana Camargo Barbon e Luiz Felipe Barbon, e **15)** Requerimento nº 076/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 012/2003, de autoria da Deputada Terezinha Fernandes, aprovado no dia 03 de julho de 2003, e com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1954, art. 141 do Regimento Comum e art. 148 do Regimento do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na cidade de São Luiz, Capital do Estado do Maranhão, nos dias quatro e cinco de setembro, convocando-se para depor, Severina Aires, Stefani Aires, Oziléias Costa, Maria Ozita Costa, Josiele Costa, Ana Maria Costa, Maria Antonia Araújo Velozo, Ângela Maria Cardoso de Lemos, Maura Jordana Cardoso de Lemos, Jordaniele Cardoso de Lemos, Marli Cardoso Sousa e Glaiciane de Souza Cardoso; e, para serem interrogados, Sebastião Jesus Costa, José Francisco Lima Neris, Camilo de Lellis Carneiro Figueiredo e Douglas Almeida Pereira Júnior. A Senhora Presidente coloca em discussão e votação os Requerimentos, sendo todos aprovados por unanimidade dos seus membros, e, não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO**

**CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2,
DE 2003-CN “COM A FINALIDADE DE
INVESTIGAR AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E
REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL”**

Ata da 10ª Reunião, realizada em 27-8-2003.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e três, às 11 horas e 40 minutos, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Patrícia Saboya Gomes, reúnem-se os Senhores Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Ana Julia, Senador Flávio Arns, Deputada Celcita Pinheiro, Deputada Sandra Rosado, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Suely Campos, Deputada Almerinda de Carvalho, Deputado João Magno e Deputado Luiz Couto, membro da Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2/2003-CN “**com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**”. Havendo número regimental, a Senhora Presidente comunica aos presentes que devido a votação no Plenário da Câmara dos Deputados, torna-se inviável a realização da reunião para ouvir a exposição da Srª Elizabeth Leitão – Assessora Especial da Secretaria de Direitos Humanos, uma vez que a Comissão é mista e os Deputados membros encontram-se impossibilitados de participar da reunião. Não havendo nada mais a tratar, a Srª Presidente declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, **Dulcídia Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento Taquigráfico que faz parte integrante da presente Ata.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antônio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Ams	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou -se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou- se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)

Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)

Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessare nko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Eurípedes Camargo	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 09.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Ams	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br .

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou -se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br .

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA) ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹, PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS